

1 **ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
2 **UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.** Aos vinte e  
3 cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, reuniu-se o  
4 Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, em sua sede, no prédio da  
5 Reitoria II, na Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, em Barão Geraldo, Campinas, sob a  
6 presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor JOSÉ TADEU JORGE, e com o  
7 comparecimento dos seguintes conselheiros: Adalberto Bono Maurizio Sacchi Bassi, Adilton  
8 Dorival Leite, Adriana Zerlotti Mercadante, Alberto Soares da Silva, Alvaro Penteado Crósta,  
9 Américo Garcia Filho, Caio José Colletti Negreiros, Cícero Lívio Omegna de Souza Filho,  
10 Claudia Maria Bauzer Medeiros, Daniel Pereira, Denise Vazquez Manfio, Diana Nascimento  
11 Moraes Novaes, Esdras Rodrigues Silva, Fernanda Aparecida Cintra, Fernando Sarti,  
12 Francisco de Assis Magalhães Gomes Neto, Francisco Hideo Aoki, Gabriela Zanotto  
13 Bosshard, Gláucia Maria Pastore, Icaro Diagonel Turci, Ítala Maria Loffredo D’Ottaviano,  
14 Iuriatan Felipe Muniz, Jacks Jorge Junior, Jessé Targino da Silva, Jesus José Ranieri, João  
15 Frederico da Costa Azevedo Meyer, João Raimundo Mendonça de Souza, Joaquim Antônio  
16 Graciano, Jorge Megid Neto, José Antenor Pomilio, José Claudio Geromel, José Ellis Ripper  
17 Filho, José Geraldo Pena de Andrade, José Teixeira Filho, Leandro Barsalini, Léo Pini  
18 Magalhães, Liliane Maria Ferrareso Lona, Luis Alberto Magna, Luiz Carlos de Freitas, Luiz  
19 Fernando Milanez, Manoel Barros Bértolo, Marcelo Knobel, Maria Silvia Viccari Gatti,  
20 Mariana Zuaneti Martins, Mario José Abdalla Saad, Matilde Virginia Ricardi Scaramucci,  
21 Nilo Sérgio Sabbião Rodrigues, Paulo Ferreira de Araújo, Paulo Mazzafera, Paulo Sérgio  
22 Franco Barbosa, Paulo Sérgio Saran, Peter Alexander Bleinroth Schulz, Rachel Meneguello,  
23 Ricardo da Silva Torres, Roberto Carlos de Souza, Roberto de Alencar Lotufo, Roberto Perez  
24 Xavier, Roberto Teixeira Mendes, Rodnei Bertazzoli, Sedi Hirano, Shirlei Maria Recco-  
25 Pimentel, Silvio Antonio Sachetto Vitiello, Teresa Dib Zambon Atvars, Tiago Novaes  
26 Angelo, Vivaldo Silveira Junior, Walkiria Hanada Viotto e Watson Loh; o representante  
27 suplente dos representantes docentes Christiano Lyra Filho. Como convidados especiais,  
28 compareceram os professores: Armando José Geraldo, Carlos Eduardo Pereira, Elaine  
29 Minatel, Jurandir Zullo Junior, Osvaldir Pereira Taranto, Oswaldo da Rocha Grassiotto, Paulo  
30 César Montagner e Teresa Celina Meloni Rosa; o doutor Octacílio Machado Ribeiro; os  
31 senhores Alessandra Faria, Cecília Santos Rodrigues, Clayton Bianchini Levy, Marcos  
32 Zanatta, Maria Aparecida Quina de Souza, Orlando Carlos Furlan e Roberto Bosso.  
33 Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Jorge Sidney Coli Junior, sendo  
34 substituído pelo diretor associado, Jesus José Ranieri; Gastão Wagner de Sousa Campos,  
35 sendo substituído pelo conselheiro Nilo Sérgio Sabbião Rodrigues; Guilherme Araújo Wood,  
36 sendo substituído pelo conselheiro Leandro Barsalini; Cláudio José Servato, sendo substituído  
37 pelo conselheiro Roberto Carlos de Souza; Alexandre Eugênio Serpa, sendo substituído pelo  
38 conselheiro Cícero Lívio Omegna de Souza Filho; e Claudiney Rodrigues Carrasco. Havendo  
39 número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início à Centésima Trigésima Sexta Sessão  
40 Ordinária do Conselho Universitário, submetendo à apreciação a Ata da Centésima Trigésima

1 Quinta Sessão do Conselho Universitário, realizada em 26 de novembro de 2013. Consulta se  
2 há observações. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 1  
3 abstenção. Em seguida, submete à apreciação a Ata da 3ª Sessão Extraordinária, realizada em  
4 17 de dezembro de 2013. Consulta se há observações. Não havendo, submete à votação a  
5 referida Ata, que é aprovada com 1 abstenção. A seguir, coloca para ciência a Ata da  
6 Solenidade de Entrega do *Prêmio de Reconhecimento Acadêmico “Zeferino Vaz”*, do *Prêmio*  
7 *de Reconhecimento Docente pela Dedicção ao Ensino de Graduação*, dos Certificados aos  
8 Premiados no XXI Congresso Interno de Iniciação Científica Unicamp e *Prêmio Inova*  
9 *Unicamp de Iniciação à Inovação – 2013*, realizada em 09 de dezembro de 2013. Em seguida,  
10 passa a palavra aos conselheiros inscritos no Expediente. O Conselheiro CAIO JOSÉ  
11 COLLETTI NEGREIROS diz que a evolução do aprendizado em Matemática no país tem  
12 sido extremamente difícil. Isso foi objeto de uma manifestação no último Consu, através da  
13 menção dos resultados enormemente preocupantes que os alunos brasileiros sempre  
14 obtiveram no exame Pisa. Para ajudar no enfrentamento desse grande desafio, o Imecc, em  
15 2012, se associou à Sociedade Brasileira de Matemática – SBM para oferecer o Mestrado  
16 Profissional em Matemática em Rede Nacional – Profmat. Ele é um curso semipresencial,  
17 *stricto sensu*, coordenado nacionalmente pela SBM, que possui atualmente sessenta  
18 instituições vinculadas em todo o Brasil. No Estado de São Paulo, além da Unicamp, também  
19 fazem parte a USP, com três polos, Unesp, com quatro polos, Ufscar, com dois polos, e  
20 UFABC, com um polo. A primeira turma, com cinquenta alunos, iniciou o mestrado no início  
21 de 2012, mais cinquenta iniciaram em 2013 e outros cinquenta iniciaram em fevereiro deste  
22 ano. Oitenta por cento das vagas, quarenta na Unicamp, são destinadas aos professores da  
23 rede pública, que recebem bolsa de mestrado da Capes. O Profmat tem como objetivo  
24 proporcionar formação matemática aprofundada, relevante ao exercício da docência em  
25 Matemática no ensino básico, visando oferecer ao egresso qualificação certificada para o  
26 exercício da profissão de professor de Matemática. Neste ano serão formados, em média,  
27 quarenta mestres pelo Profmat. A maioria deverá continuar atuando na docência, em escolas  
28 públicas e privadas da região, pois essa é uma condição para o recebimento da bolsa. Desta  
29 forma, o Imecc presta um serviço à sociedade, atuando para elevar a qualidade do ensino de  
30 Matemática nos níveis fundamental e médio, especialmente nas escolas públicas. Nesta  
31 semana, ocorrerão as formaturas dos dois primeiros mestres do programa: Carlos Eduardo de  
32 Oliveira, orientado pelo professor Ary Orozimbo Chiacchio; e André Vinicius Spina,  
33 orientado pelo professor Ricardo Miranda Martins. Os formandos são professores de escola  
34 privada e pública, respectivamente Colégio Dom Barreto e Escola Estadual Eugênia Ferrarezi  
35 Nunes. Os títulos das teses são *Trigonometria no ensino médio e aproximação de funções por*  
36 *polinômios trigonométricos* e *Números primos e criptografia*, respectivamente. Várias outras  
37 formaturas começarão a ocorrer ao longo dos próximos anos. O Conselheiro ALBERTO  
38 SOARES DA SILVA registra a justa homenagem que foi feita ao Centro de Estudos Sindicais  
39 e de Economia do Trabalho – Cesit, agraciado com a medalha de ouro da Ordem do Mérito  
40 Judiciário da Justiça do Trabalho da 15ª Região. Essa distinção se deve não apenas aos

1 estudos que o Cesit desenvolve relacionados ao mundo do trabalho, mas também aos  
2 relevantes serviços que tem prestado à sociedade campineira e brasileira de maneira geral. O  
3 Dieese mantém vínculo com o Cesit desde a sua constituição, por isso também se sente  
4 agraciado com essa justa homenagem. Estende suas congratulações a todo o corpo docente, à  
5 diretoria do Cesit, ao diretor do Instituto de Economia e a todos os seus alunos por essa  
6 importante conquista. A Conselheira DIANA NASCIMENTO MORAES NOVAES pede  
7 licença ao Consu para distribuir aos conselheiros cópia de uma carta elaborada pelo  
8 Movimento dos Cursinhos Populares. Fará a leitura de seu conteúdo, tendo em vista que ela  
9 trata de um tema fundamental e que vem sendo debatido neste Conselho e na Universidade  
10 como um todo. Teoricamente a Unicamp, nos últimos anos, vem fazendo um grande esforço  
11 pela democratização da Universidade, para que haja um maior ingresso de estudantes  
12 oriundos de escola pública, de estudantes negros, só que o que tem ocorrido na prática é que  
13 as opções que a Unicamp vem fazendo através dos programas Paais e ProFIS acabam não  
14 atingindo centralmente o problema e não garantindo o ingresso de muitos desses estudantes.  
15 Nesta semana, foi realizada a reunião do subgrupo do GT designado pelo Consu para discutir  
16 a questão das cotas, e considera que foi uma discussão fundamental que inclusive deveria  
17 perpassar todo este Conselho; acredita que ela será abordada aqui, mas ficou surpresa com a  
18 presença pouco numerosa dos conselheiros no acompanhamento dessa discussão. E o que tem  
19 ocorrido, na realidade, são medidas que estão indo na contramão da democratização. O  
20 modelo de prova da Unicamp já favoreceu os estudantes de escola pública, mas as últimas  
21 alterações no vestibular, como, por exemplo, no formato da redação, ou esse sentido para o  
22 qual está caminhando, de unificação do vestibular com as outras estaduais paulistas, estão  
23 indo na contramão disso. Passa à leitura da carta do Movimento dos Cursinhos Populares:  
24 “Carta aberta contra as mudanças no vestibular, em defesa do ingresso de estudantes de escola  
25 pública e negros na Unicamp. Ao Conselho Universitário da Universidade Estadual de  
26 Campinas. Neste ano, a Unicamp comemora o ingresso de 38% de alunos oriundos de escolas  
27 públicas. Tal comemoração, contudo, está repleta de contradições, pois as políticas de acesso  
28 e permanência estudantil desta Universidade têm demonstrado sua insuficiência. Com efeito,  
29 a disparidade entre o número de alunos originários de escola pública e o de particulares  
30 permanece alarmante: 38% dos alunos advindos de escola pública ainda é um número aquém  
31 da real democratização da Universidade. Na prática, a população pobre de Campinas continua  
32 apartada do acesso a uma educação de nível superior pública. Apesar da mencionada  
33 disparidade, os gestores da Unicamp ainda se recusam a estabelecer um programa de cotas,  
34 preferindo adotar outros modelos. O atual sistema de ações afirmativas, o Paais, é válido  
35 apenas para a segunda fase do vestibular, já eliminando na primeira uma série de candidatos  
36 das escolas públicas. Além disso, esse sistema de bonificação tem exercido um efeito muito  
37 reduzido na democratização do ensino superior quando comparado com dados de  
38 universidades que adotaram o sistema de cotas sociais e étnico-raciais. Outro projeto de  
39 inclusão da Unicamp, o ProFIS, ainda deixa muito a desejar na medida em que contempla um  
40 número restrito de pessoas – por ano ingressam apenas 120 alunos da rede pública por meio

1 desse programa. Além disso, o ProFIS é estruturado a partir de uma lógica meritocrática e  
2 sujeita os ingressantes a um período de estudos mais amplo do que os demais estudantes,  
3 como se isso fosse pré-requisito para que consigam acompanhar a vida acadêmica. Ignoram-  
4 se, portanto, estudos que indicam que as cotas e outras formas de ações afirmativas não  
5 implicam perdas na qualidade de ensino e nos locais onde foram aplicadas. As contradições  
6 não se esgotam na questão do acesso, pois a democratização só se efetiva quando amparada  
7 por programas consistentes de permanência estudantil. E, nesses aspectos, as contradições da  
8 Unicamp são novamente preocupantes. Há sérios problemas, tanto no apoio pedagógico  
9 quanto na assistência material para os estudantes. As vagas na moradia são insuficientes, e  
10 não têm aumentado na mesma proporção que o crescimento do número de estudantes na  
11 Unicamp. Pelo contrário, diminuem desde a criação da moradia estudantil. O valor das bolsas  
12 trabalho também não é coerente com o custo de vida na cidade universitária. Há outro aspecto  
13 em que a Universidade tem falhado: a extensão, tida como um dever da universidade pública.  
14 Atualmente a Unicamp praticamente não desenvolve projetos de extensão de fato, isto é, de  
15 extensão gratuita, tal qual deve ser em uma universidade pública. Apesar dessa negligência,  
16 muitos coletivos autônomos têm desenvolvido projetos de extensão comunitária, tal qual nós  
17 fazemos com a educação popular, articulando estudantes para organizar cursinhos pré-  
18 vestibulares gratuitos. Mas a Unicamp não apenas investe poucos recursos nesses projetos  
19 desenvolvidos por estudantes, como também ignora o impacto desses projetos para o aumento  
20 do percentual dos alunos de escolas públicas na Universidade, atribuindo a seus próprios  
21 programas toda a responsabilidade por essa pretensa democratização da Universidade. Além  
22 disso, a Unicamp restringe a cota de isenção para alunos de escola pública a um número  
23 pouco maior de seis mil, e ainda abrange que tal contingente não tenha sido preenchido nos  
24 últimos anos. O problema é que boa parte das escolas públicas de Campinas e da região  
25 metropolitana do Estado e do Brasil sequer sabem de sua existência. Uma real política de  
26 inclusão precisa se pautar pela divulgação maciça de seus programas e garantir a isenção  
27 ilimitada a todos os estudantes de escolas públicas. Do contrário, isso só comprovará que,  
28 além da existência de um injusto sistema de avaliação, o vestibular, não são dadas a um aluno  
29 de escola pública sequer condições de poder participar da seleção. Por fim, gostaríamos de  
30 frisar o nosso repúdio às mudanças que vêm sendo discutidas ou aprovadas para o vestibular  
31 da Comvest. O fim do vestibular nacional foi claramente uma medida antidemocrática,  
32 inviabilizando, na prática, o acesso de estudantes de vários estados do Brasil à Unicamp. Fora  
33 isso, as mudanças que vêm sendo discutidas a caráter da prova implicam uma mudança do  
34 perfil dos ingressantes. No lugar de estudantes críticos, estimulados a interpretar e relacionar  
35 as ideias, passarão a ser valorizados os saberes enciclopédicos. Então, em termos gerais, uma  
36 ênfase naquilo que Paulo Freire chamou de educação bancária. Ademais, a proposta retirada  
37 de uma segunda opção de curso, bem como de uma mudança na redação na primeira para a  
38 segunda fase, também resultam em consequência sobre o perfil dos alunos selecionados, seja  
39 porque diminui a opção de escolha dos candidatos, seja porque a redação se constitui como  
40 um dos grandes elementos diferenciadores da prova da Unicamp ao longo dos últimos anos. E

1 retirá-la da primeira fase significa privilegiar outro perfil de aluno, bem como diminuir as  
2 chances daqueles que melhor se desenvolvem por meio da escrita. Sua inserção na primeira  
3 fase, já na década de 1980, teve um impacto relevante sobre as salas de aulas brasileiras,  
4 forçando os currículos do ensino médio a passarem com mais insistência na reflexão sobre  
5 temas, organização de ideias e argumentação. Modificar tal proposta significa gerar, por meio  
6 da prova da Unicamp, outro perfil de estudante ingressante, provavelmente menos propenso à  
7 reflexão de situações- problema e textos em contextos específicos, para não falar da  
8 secundarização do ensino de redação nas escolas, algo que, com certeza, prejudica a leitura e  
9 produção dos textos no cotidiano. Diante disso tudo exposto acima, chamamos por mudanças  
10 mais profundas na estrutura de acesso à universidade em prol de sua democratização.  
11 Consideramos imprescindível a ampliação do debate em todos os âmbitos necessários para  
12 efetivar mudanças concretas. Estamos articulados para reivindicar essas mudanças e como  
13 uma das vias necessárias para isso chamamos pela representação discente dos setores que  
14 atuam nos setores de políticas de acesso, inclusão e permanência na Unicamp. A democracia  
15 começa já nos espaços institucionais de discussão e, diante do trabalho que temos  
16 desenvolvido nos últimos anos, julgamos mais do que legítima e necessária a nossa  
17 participação nesses debates. Comitê de cursinhos populares de Campinas, de que participam  
18 os cursinhos populares do DCE da Unicamp, Projeto Herbert de Souza, Instituto Voz Ativa,  
19 Cursinho Flor de Maio, Cursinho Identidade Popular, Proceu, Cursinho Parque Oziel,  
20 Cursinho Popular Trio, Uniafro Campinas e Rede Emancipa Campinas.” A Conselheira  
21 MARIANA ZUANETI MARTINS solicita um esclarecimento por parte da professora Ítala a  
22 respeito de algo que tem sido bastante comentado entre os alunos de pós-graduação, que são  
23 os pontos de alteração da Resolução GR-031, de 2010, aprovados na última CCPG. Essa  
24 Resolução normatiza o Programa de Estágio Docente – PED. Em especial, solicita  
25 esclarecimentos em relação a dois pontos mais específicos. O primeiro diz respeito a uma  
26 alteração na quantidade de participações que o estudante de doutorado pode ter no programa.  
27 Pergunta se agora, de fato, esse número de participações se limita a três, como bolsita  
28 voluntário ou não do Programa. Receberam a informação de que a readequação desse limite  
29 adveio de uma norma da Capes, então pergunta se a informação procede, qual é essa norma e  
30 quando ela passou a vigorar. Porque, ainda que seja sempre importante o debate sobre a  
31 regulamentação do programa, os critérios de distribuição das bolsas, considera importante  
32 também saber qual o impacto dessa regulamentação. E uma das perguntas que fazem é se há  
33 algum estudo na Unicamp sobre quantas vezes um estudante de doutorado é PED, e se essa  
34 suposta alteração acarretará um grande impacto, uma grande mudança do programa. Os  
35 formulários enviados pela representação discente aos estudantes de pós-graduação  
36 demonstraram que diversos estudantes de doutorado participam do PED por mais de uma vez.  
37 A segunda questão é se essa norma que foi aprovada na CCPG será debatida em mais algum  
38 espaço da Unicamp, porque as alterações parecem ainda não constar da página do Gabinete do  
39 Reitor. Então, desejam saber se ela valerá a partir do próximo semestre, e se sim, a partir de  
40 quando ela estará publicada para que a comunidade inclusive possa ter conhecimento da

1 forma como foi aprovada pela CCPG. O Conselheiro IURIATAN FELIPE MUNIZ diz que  
2 sua manifestação abordará a questão das 30 horas na área da Saúde, já debatida neste  
3 Conselho em outras oportunidades. Em âmbito estadual, já foi aprovada uma legislação para  
4 que os hospitais funcionem nesse regime. A Unicamp, dada a autonomia universitária e todo o  
5 processo, ainda convive com a promessa dessa alteração. No final do ano, foi divulgado que  
6 um GT constituído para esse fim entregou um relatório estipulando as medidas necessárias  
7 para mudança do regime de trabalho na área da Saúde, mas ao que parece esse relatório é  
8 secreto. Já cobraram diretamente o senhor Reitor, inclusive, mas até o momento ninguém teve  
9 acesso ao documento. E cabe dizer que os funcionários, inclusive no Congresso dos  
10 Trabalhadores da Unicamp e em todo o processo de discussão, têm exigido transparência e  
11 acompanhamento dessas questões. Sempre que a Reitoria se pronuncia, faz transparecer que a  
12 questão das 30 horas se limita ao número de horas trabalhadas, mas na verdade existe uma  
13 série de complexidades relacionadas a isso, como as escalas de trabalho, a distribuição dessas  
14 escalas, o período de intervalo, o tipo de alteração de contrato, o que ela implica, que outros  
15 direitos podem ser ameaçados por uma mudança de contrato de trabalho, os setores que serão  
16 abrangidos por essa alteração. Todas essas questões fundamentam o pedido de transparência  
17 que tem sido feito, mas que não tem sido ouvido. E não apenas a questão das 30 horas, como  
18 diversas questões relacionadas, como dimensionamento de quadro, questão de exigência do  
19 uniforme, entrega desse uniforme, assédio moral. Todas essas questões relativas à área da  
20 Saúde foram protocoladas desde junho do ano passado, e a Reitoria demorou cerca de três  
21 meses para indicar os interlocutores; os ofícios foram enviados mas ainda não conseguiram  
22 sequer uma mesa de discussão dos problemas da área. Portanto, solicita formalmente que seja  
23 disponibilizado o calendário, o planejamento com que a Reitoria trabalha para a questão das  
24 30 horas. Pergunta ainda se há disposição de explicar, ou defender, pelo menos para o Consu,  
25 as contas e o dimensionamento de quadro necessários, e todas as alterações que estão sendo  
26 pensadas para que essa jornada seja uma realidade. Outro assunto que gostaria de tratar se  
27 refere ao serviço de transporte fretado oferecido pela Universidade. Ele é um serviço muito  
28 caro, e em julho do ano passado iniciaram uma discussão sobre isso, solicitando à Reitoria  
29 cópia dos contratos relativos ao serviço, que somente foi disponibilizada após cerca de seis  
30 meses. Está de posse de um abaixo-assinado que contém quase duas mil assinaturas cobrando  
31 a imediata redução do valor do serviço. Sabem que em outras cidades, como Belo Horizonte,  
32 Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, o serviço é muito monopolizado.  
33 Atualmente, mesmo sendo um serviço subsidiado pela Unicamp e pelos funcionários, ainda é  
34 mais caro que o ônibus urbano ou o transporte particular. Isso já foi exposto em uma reunião  
35 com a Reitoria, que afirmou que apenas tomará alguma medida contra esses monopólios se  
36 houver alguma ilegalidade nos contratos. Acreditam que isso é prejudicial, inclusive  
37 considerando as manifestações de junho do ano passado, que tiveram um impacto importante  
38 em todo o país, em que milhares de pessoas foram exigir nas ruas o direito ao transporte, pois  
39 morar perto do trabalho é um privilégio para poucos. Na Unicamp, existe uma situação de  
40 caos em termos de estacionamentos, e talvez muitos aqui não possuam disposição para este

1 assunto porque têm em suas unidades uma cancela que reserva o seu estacionamento, mas  
2 enquanto isso se prolifera o número de carros, inclusive devido à presença dos alunos do  
3 Cotuca no *campus*. Não há estacionamento suficiente, e a medida que foi tomada, até agora,  
4 foi a concessão de uma área da calçada em frente ao Sobrapar para construção de um  
5 estacionamento privado, que será um serviço cobrado. Então, acreditam que as mudanças no  
6 transporte ajudam nesse aspecto, além de contribuir para a melhora do meio ambiente, pois  
7 quanto menos carros circularem, melhor. Não fosse a força das montadoras de veículos, é  
8 provável que o país, que possui até rede hidrográfica não explorada, tivesse um sistema de  
9 transporte público razoável. Mas o principal aspecto que orienta essa demanda é o alto custo  
10 dos fretados, que precisa sofrer uma redução imediata, com vistas inclusive à tarifa zero.  
11 Aham que o transporte pode ser subsidiado pela Universidade e esperam que a Reitoria os  
12 receba, o que não acontece desde julho; e lembra que esta gestão tinha esse diferencial, e que  
13 venceu a consulta pelo voto dos funcionários. Os funcionários não têm sido priorizados, as  
14 discussões não evoluem, este não é o primeiro nem o segundo caso, e desejam que a Reitoria  
15 pelo menos cumpra com o compromisso que assumiu de receber, de dialogar as deliberações  
16 que traz. O Conselheiro ICARO DIAGONEL TURCI diz que iniciará sua intervenção lendo o  
17 item 2 da carta de negociação para desocupação da Reitoria no processo de mobilização do  
18 ano passado: “A Reitoria se compromete a estabelecer um debate amplo com toda a  
19 comunidade da Unicamp no sentido de produzir e implementar um plano de segurança e  
20 vivência. Ela considera que as formas de socialização estudantil são essenciais à experiência  
21 universitária, bem como o diálogo que possa garantir internamente o desenrolar pacífico das  
22 atividades culturais e lúdicas nos espaços da Universidade. O plano deve contemplar, em  
23 particular, uma reformulação a ser apresentada no Consu da Deliberação Consu-A-009/2009,  
24 que trata do regulamento de festas e eventos, a fim de viabilizar a realização desses,  
25 garantindo segurança e estrutura. O processo de construção e deliberação desse plano será  
26 interno à Universidade, ele buscará soluções alternativas à militarização da segurança nos  
27 *campi*. A discussão será feita com todas as entidades representativas, todos os órgãos da  
28 Universidade, e será aberta a todos os professores, funcionários e estudantes. A Reitoria  
29 convidará as entidades representativas a comporem um comitê organizador do fórum e fará  
30 um comunicado enfatizando a importância do acontecimento, destacando a necessidade de  
31 participação de todos nos debates, recomendando às unidades que ofereçam condições  
32 favoráveis a essa participação, como a dispensa de aulas durante os momentos dos debates. O  
33 grupo de trabalho receberá todas as propostas por meio de um endereço de *e-mail*”. Essa carta  
34 de negociação foi amplamente debatida na época da ocupação com a comissão da Reitoria e  
35 com os estudantes, mas o que estão vendo, no final do ano passado e agora neste ano, é a  
36 organização do que se diz ser uma discussão que está sendo denominada *Campus Tranquilo*,  
37 mas percebem que nenhum item da carta está sendo respeitado. O primeiro deles é que as  
38 entidades, no caso o DCE e tem certeza de que também o STU, não foram convidadas para  
39 compor nenhum fórum para organizar essas discussões nas unidades. E outro problema é que  
40 também ocorreram algumas reuniões extremamente mal divulgadas, apenas com uma

1 chamada no portal de uma maneira que pouquíssimos estudantes viram, e que foi colocada em  
2 uma data muito próxima do evento. Inclusive, se não se engana, foram realizadas duas ou três  
3 reuniões nas unidades, estava presente na primeira, na FEM, que teve a presença de três  
4 alunos e de quase todo o corpo docente da Faculdade. Então, é um espaço que, até em razão  
5 da pouca divulgação, não conta com pluralidade nenhuma, pois não está havendo dispensa de  
6 aula, que foi um aspecto mencionado no documento de desocupação, além do fato de as  
7 discussões estarem sendo bem esvaziadas. Uma das discussões que ocorreram no Imecc foi  
8 sobre a questão dos estacionamentos da Universidade; acha que a discussão sobre segurança e  
9 vivência sempre foi uma pauta, e após o incidente ocorrido no ano passado a própria Reitoria  
10 se comprometeu a discuti-la, de forma organizada, juntamente com as entidades, mas isso não  
11 está acontecendo. Então, está sendo realizado um fórum, ou uma espécie de consulta à  
12 comunidade, mas apenas para constar que está sendo feita. Os estudantes estão organizando  
13 um fórum paralelo que discuta, de fato, com a comunidade acadêmica a segurança e a  
14 vivência, pois é importante haver uma participação massiva, inclusive para que sejam  
15 colocadas várias propostas. Debateram incessantemente essas propostas durante a ocupação  
16 da Reitoria, também durante os processos que vêm sendo realizados este ano, e percebem que  
17 são temas que cada vez mais vêm sendo discutidos por todos. Acredita que os atos que estão  
18 acontecendo em São Paulo e a grande repressão policial estão demonstrando que essa  
19 discussão tem de ser feita na Universidade, entretanto a Administração não está contribuindo  
20 para que ela seja feita de forma ampla. Então, esperam que todas as questões que serão  
21 debatidas no fórum que estão organizando, que ocorrerá dentro de alguns dias, sejam ao  
22 menos aceitas pela Reitoria para que os estudantes tenham realmente voz. Mas não apenas  
23 eles. Reforça que tem de ser um fórum amplo, com a participação de estudantes, professores e  
24 funcionários, e que precisa ser divulgado e organizado de forma com que todos possam  
25 participar dos debates. A Conselheira GABRIELA ZANOTTO BOSSHARD diz que os  
26 representantes discentes da pós-graduação enviaram um formulário para ser respondido pelos  
27 pós-graduandos, a fim de que compreendessem melhor qual é a percepção desses estudantes  
28 sobre a Universidade e a sociedade. Até o momento, já obtiveram mais de quinhentas  
29 respostas, e agradece à professora Ítala por ter garantido que o formulário fosse encaminhado  
30 pela lista da DAC, o que possibilitou essa grande adesão. Comentaré algumas das respostas  
31 aqui e mais para frente divulgarão o material completo com todas as informações. Essas  
32 respostas vieram de quase todos os programas de pós-graduação e todos os *campi* foram  
33 contemplados, assim como todas as unidades. Uma das perguntas foi se os pós-graduandos  
34 achavam que o valor da bolsa era suficiente para viver na cidade onde se situa o *campus* em  
35 que seu curso está sediado, e 70% dos pós-graduandos responderam que não. Vale lembrar  
36 que as bolsas de pós-graduação perderam mais de 50% do seu valor de compra, nos últimos  
37 vinte anos, e que o último aumento ocorreu em duas parcelas, uma em 2012 e outra em 2013,  
38 como resultado de uma forte mobilização dos pós-graduandos pelo país, e também do apoio  
39 das universidades, como foi o caso da Unicamp, que aprovou a moção elaborada pela  
40 Associação Nacional de Pós-Graduação. Também perguntaram se os pós-graduandos se

1 sentiam pressionados para produzir e publicar, e 57% responderam que sim. Isso evidencia  
2 uma lógica que vem se acentuando, no sentido de pontuar em índices e *rankings* sem  
3 considerar a qualidade da pesquisa e as condições de trabalho do pós-graduando, que é um  
4 dos grandes responsáveis pela produção científica da Universidade. No início do ano, a Capes  
5 divulgou uma nota em sua página solicitando que não fossem feitas solicitações de auxílio  
6 para participação em eventos científicos durante a realização da Copa do Mundo;  
7 perguntaram se os pós-graduandos concordavam com essa nota, e 53% responderam que não.  
8 Pouco tempo depois, a Capes divulgou uma nova nota em que dizia que a participação na  
9 Copa poderia ser incluída no Lattes como participação em evento internacional ou pesquisa de  
10 campo, e 77% dos pós-graduandos afirmaram que também não concordam com essa nota. A  
11 representação discente continuará buscando esse diálogo permanente com os pós-graduandos,  
12 para que a representação seja efetiva e se organizem para que as condições necessárias de  
13 formação e trabalho dos pós-graduandos sejam obtidas. O Conselheiro JOSÉ CLAUDIO  
14 GEROMEL solicita ao senhor prefeito do *campus* atenção especial à entrada da Unicamp,  
15 atrás da Faculdade de Ciências Médicas. Não lhe parece adequado que o gramado que ali  
16 existe seja utilizado como estacionamento. Entende que existe uma falta quase crônica de  
17 espaço, mas é preciso que isso seja analisado, pois a ser ver aquele local está sendo utilizado  
18 de maneira indevida. Em seguida, solicita a todos um momento de breve atenção e de alguma  
19 reflexão a respeito da aposentadoria complementar que se aplica aos novos docentes. Sua  
20 primeira preocupação é que a aposentadoria complementar, como definida em lei, através da  
21 SPPrev, não tem estabelecido um nível mínimo de retorno do fundo. E lhe parece que nos dias  
22 de hoje seria absolutamente essencial que qualquer fundo deixasse bastante claro que no  
23 mínimo a inflação ele deveria render. Acha que isso é algo importante que faz com que  
24 alguma salvaguarda exista em relação àqueles que aplicam, no caso os docentes e  
25 funcionários. O segundo ponto é que se existe uma parceria entre empregador e empregado  
26 para aquilo que deve ser pago à SPPrev, até o limite agora estabelecido pelo teto do INSS,  
27 também esse equilíbrio deveria se manter para aquilo que deve ser recebido de aposentadoria  
28 complementar. Não encontrou uma explicação concreta para isso, entretanto sua proposta é  
29 que o Estado de São Paulo entre com até 11%, mantida a paridade, em vez dos atuais 7,5%,  
30 para equilibrar aquilo que atinge o teto do INSS. Essa medida poderia inclusive voltar a tornar  
31 a Unicamp mais atrativa em termos de aposentadoria, como foi no passado. Sua segunda  
32 proposta diz respeito ao incentivo ao trabalho noturno para os docentes. É um tema que tem  
33 certeza de que constitui uma preocupação de todos, e que deve ser analisado com bastante  
34 cuidado dentro da perspectiva de que os docentes, de fato, são essenciais para que os cursos  
35 noturnos existam com a qualidade que possuem. Observa que existe um incentivo ao trabalho  
36 nos cursos noturnos pago aos funcionários, inclusive acredita que com valor bastante superior  
37 ao pago hoje, em virtude da lei, para os docentes que lecionam nos cursos noturnos. Não há, e  
38 acha que deve haver, um incentivo ao trabalho noturno nos termos que aqui coloca. Em linhas  
39 gerais, sua proposta é que isso ocorra através de um pagamento similar ao trabalho de oito  
40 horas do regime RTP. Coloca-se à disposição para eventuais esclarecimentos e solicita que a

1 Aeplan realize um estudo para definir a viabilidade orçamentária dessas propostas, e que a  
2 Procuradoria Geral analise o seu conteúdo e lastro jurídico. E acha que essas providências  
3 devem balizar uma discussão aberta sobre esses problemas, para que a Universidade se  
4 debruce sobre eles tentando resolvê-los no curto prazo. Reitera que está inteiramente à  
5 disposição de todos para maiores esclarecimentos. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES  
6 diz que irá discorrer sobre alguns assuntos que lhe causam preocupação. Já comentou sobre  
7 alguns deles em reuniões anteriores. Uma dessas preocupações, de caráter social, se reporta  
8 aos acontecimentos violentos no *campus* que geraram profunda tristeza no ano passado.  
9 Acredita que eles carecem de um esclarecimento das medidas tomadas *intracampus*. Então,  
10 solicita ao Magnífico Reitor que esclareça quais as providências tomadas, consequências etc.  
11 Outro acontecimento, que lhe causou um pouco de surpresa, e que foi também assunto de  
12 jornal, é a questão da Rádio Muda, que ainda é clandestina. Não vê muita razão para que  
13 assim seja, mesmo porque acredita que a existência de uma rádio na Unicamp ligada aos  
14 discentes de graduação e pós-graduação não incomode ninguém, nem as autoridades externas.  
15 Entretanto, existem aspectos com os quais qualquer rádio deve ser conforme, principalmente  
16 nesta região, que se encontra no entorno do segundo maior aeroporto de cargas do país e com  
17 um imenso e sempre crescente movimento de passageiros. Portanto, solicita ações no sentido  
18 de que todos os lados envolvidos ajam a fim de trazer essa rádio para a legalidade. Essa é uma  
19 questão que já existe há muitos anos e não compreende por que continua dessa forma. Do  
20 ponto de vista de organização da Universidade, o professor emérito da Unicamp Rogério  
21 Cerqueira Leite publicou, em janeiro, um artigo na *Folha de S.Paulo* sobre as universidades  
22 paulistas, em que ele se mostrava preocupado com a questão de como elas são analisadas e  
23 ranqueadas, mesmo em *rankings* que não abrangem todas as universidades do mundo. E ele  
24 tem um diagnóstico para isso, que compartilha com todos aqui, para análise, que é a questão  
25 da dificuldade de gestão universitária, no sentido amplo. E acha que todas as pessoas que têm  
26 ou já tiveram cargos diretivos concordam com essa observação. Ele mesmo está tentando  
27 construir uma cerca em um edifício, há mais ou menos seis meses, e ainda não conseguiu  
28 iniciar as obras, e não é por falta de empenho, mas porque o sistema é complicado, sem contar  
29 que o custo não é apenas de tempo. Reformas de banheiros em unidades de ensino e pesquisa  
30 custam, às vezes, uma Administração inteira, e também não é por falta de boa vontade  
31 administrativa. Falta alguma coisa no diagnóstico, no olhar da gestão universitária em todos  
32 os aspectos. Então, agradeceria se o senhor Reitor pudesse comentar as ações de  
33 aperfeiçoamento de gestão universitária que considera importantes. O próximo assunto é  
34 sobre o trânsito, e observa que já foi antecedido por dois ou três colegas que comentaram  
35 sobre essa questão, que chama de uma questão urbanística no *campus*. Já solicitou aqui  
36 estudos no sentido de fechar o anel mais interno, próximo ao Ciclo Básico, aos automóveis,  
37 que podem passar a estacionar, por exemplo, na região próxima à Biblioteca Central.  
38 Solicitou também o fechamento do acesso aos automóveis em um segundo trecho da Rua  
39 Josué de Castro, onde o Instituto de Química já realizou uma ação muito boa nesse sentido.  
40 Isso poderia ser feito também na região entre a FEM e a FEA. Também aqui próximo, entre a

1 DGA e a AFPU, existem automóveis estacionados. Automóvel, na falta de uma opção por  
2 transporte coletivo, como já foi falado aqui, é a principal opção de transporte, mas acha que é  
3 necessária uma série de ações para disciplinar a circulação de automóveis no *campus*. Há  
4 dificuldades para que isso ocorra, porque já solicitou há algum tempo certas providências que  
5 aparentemente não tiveram eco. E parece que há um condomínio em instalação, entre o  
6 Shopping Parque Dom Pedro e a Unicamp, e isso vai trazer mais trânsito para dentro do  
7 *campus*. Saúda uma ação que está sendo realizada nesse sentido, que é a criação de um grupo  
8 para estudar a questão urbanística do *campus*. Mas agradeceria se fosse possível trazer no  
9 próximo Consu alguma informação sobre esses planos. De qualquer forma, se nenhuma ação  
10 for tomada, irão piorar as condições de uso do *campus*, por isso solicita um estudo no sentido  
11 da criação de mais opções de transporte, internas e externas ao *campus*, ordenamento de  
12 trânsito interno, estudo de criação de ciclovias, ou de aproveitamento do anel interno para  
13 essa finalidade, pois a partir do momento em que ele é fechado para os automóveis, pode ser  
14 transformado em ciclovia e área de circulação de pedestres. E poderiam ser plantadas árvores  
15 também, com o intuito de tornar o *campus* mais agradável. O próximo assunto é a questão do  
16 vestibular, sobre a qual recebeu diversas perguntas de docentes. Acha que há pontos que  
17 precisam decidir. Podem caminhar em diversas direções e em cada direção em dois sentidos,  
18 mas algumas questões são básicas: se ainda querem um vestibular na Unicamp, pois podem  
19 decidir que não querem mais, que a Universidade simplesmente se agregará ao Enem. Não é  
20 favorável a isso, mas é uma pergunta que se coloca diante deles. Outra questão, que é  
21 fundamental, é se o vestibular é importante para a Unicamp e para a sociedade. E também se é  
22 importante e estratégico terem um vestibular nacional; se sim, a questão do custo tem de ser  
23 analisada com algum cuidado. Acredita nessa importância tendo em vista que a Feec possui  
24 excelentes alunos vindos de fora do Estado de São Paulo. Antigamente havia muitos alunos  
25 do Rio de Janeiro, de Salvador, e eles estão rareando; gostaria que atuassem no sentido de que  
26 isso não acontecesse. Talvez seja uma questão a ser trazida ao Consu, que não é uma instância  
27 de discussão de detalhes, mas, sim, de políticas gerais. Então, a discussão aqui deveria ser se  
28 querem ou não o vestibular Unicamp; se ele deve ou não ser nacional. Decidido isso, os  
29 outros fóruns implementam. Nesse contexto, saúda a instalação do fórum para discutir a  
30 questão da inclusão na Universidade. Não é adepto de cotas enquanto política, mas enquanto  
31 instrumento para um certo período de tempo. Porque as cotas podem ser utilizadas como meio  
32 de promoção política e isentaria os governos de investirem na educação básica. Ele, ao  
33 contrário, é favorável a que invistam fortemente no ensino, e com isso as cotas não mais serão  
34 necessárias, pois todos terão acesso à educação superior. Outro assunto que gostaria de  
35 comentar é a necessidade de que a Unicamp continue a ter salários atraentes para continuar a  
36 atrair e a manter seu capital humano. Caso contrário, estará fadada à perda de qualidade.  
37 Recentemente, houve um esforço grande de valorização dos salários dos servidores não  
38 docentes, o qual saúda, através da concessão de até quatro referências, promoção de vinte por  
39 cento dos servidores, além do reajuste referente à data-base, totalizando até 30% de aumento  
40 em 2013. Devem ser favoráveis a essas ações, pois a Universidade está abrindo possibilidade

1 para atrair e para manter seu capital humano não docente. Devem desenvolver ações  
2 equivalentes para os docentes, não em número, não está defendendo aqui aumento de 30%  
3 para os docentes, mas ações como, por exemplo, as propostas pelo professor Geromel na  
4 questão da aposentadoria, que passa a ser um problema de atratividade dos docentes. Já há  
5 diversos concursos com um número reduzido de pessoas inscritas; há concursos que não  
6 conseguem aprovar nenhum candidato; concursos em que o primeiro colocado é de  
7 universidade federal, que desiste de vir para a Unicamp – porque obviamente ele não vai  
8 querer ingressar em uma universidade em que o maior salário que poderá alcançar depende do  
9 salário do Governador. Precisam de ações políticas junto ao governo para discutir essa  
10 questão. Em complemento à preocupação do professor Geromel com relação ao fundo de  
11 pensão, solicitaria ao senhor Reitor que convidasse o representante das três universidades  
12 junto à SPPrev para vir conversar sobre política de investimento, para que entendam como a  
13 SPPrev está encarando essa questão, e para que ele saiba que estão interessados em seu  
14 trabalho junto a ela. Em seguida, diz que irá comentar alguns aspectos da questão financeira  
15 da Unicamp. Em janeiro de 2010, a Universidade tinha 70% de comprometimento com folha  
16 de pagamento; em 2011, 70,4%; em 2012, 82,6%, em 2013, 91,6%; e em 2014, tem 97,57%.  
17 A condição não é confortável. Em fevereiro em 2010, o comprometimento foi de 103%, mas  
18 em janeiro desse mesmo ano foi de 70%, em março foi 80%. Ou seja, números grandes,  
19 quando acontecem de forma não sistemática, não devem preocupar. Em fevereiro, em 2011  
20 foram 85%; em 2012, 88%; e em 2013, 96,97%. Acumulados: 2009, 85,8%; 2010, 82%,  
21 2011, 83%; 2012, 88%; 2013, 92%. Esses números indicam que devem ficar preocupados. O  
22 Conselho Universitário da USP definiu que, para o ano de 2014, no item dotação básica  
23 haverá um decréscimo de 31%. As unidades de ensino, institutos especializados, museus e  
24 prefeitura terão uma redução de 35% no custeio; para os hospitais, a dotação foi reduzida em  
25 10%; para os órgãos de apoio, a redução é de 28,5%. Ou seja, paridade com a USP não  
26 interessa, pois levaria a Unicamp a essa situação complicada. É preciso olhar a realidade da  
27 Universidade, suas prioridades, e estar atentos à realidade financeira de 2014, que vai ser  
28 ainda dificultada pelas eleições, em que governadores e presidentes tentarão, de certa forma,  
29 sobreviver e deixar a conta para 2015. Obviamente todas as pessoas gostam de ser  
30 valorizadas, precisam de um salário maior, mas a sobrevivência da Universidade é muito  
31 importante e precisam estar atentos a esse assunto. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO  
32 MENDONÇA DE SOUZA diz que tentará ser bastante objetivo nos pontos que tem a tratar.  
33 Deseja saber a situação das verbas contingenciadas das aposentadorias Esunicamp para  
34 contratação de funcionários. Em seguida, diz que já houve um processo de mudança de  
35 regime para os trabalhadores que ingressaram na Unicamp até 1988 e que, na verdade, foi um  
36 processo atrasado, porque ele possibilitou que nesse período um grande número de  
37 trabalhadores se aposentasse sem terem mudado de regime, sendo que alguns se aposentaram  
38 e continuaram trabalhando aqui. Se isso tivesse sido feito ao mesmo tempo em que os  
39 docentes da carreira especial passaram para o regime Esunicamp, esse problema praticamente  
40 não existiria agora. Nesse sentido, há uma demanda pela discussão da desaposentação, para

1 que esses trabalhadores que já se aposentaram tenham a possibilidade de optar pelo  
2 Esunicamp. E essa é uma discussão jurídica, técnica, polêmica, para a qual ainda não existe  
3 uma jurisprudência, mas é preciso delinear um caminho. Nesse sentido, fará aqui um  
4 reconhecimento, agradecendo ao senhor Reitor, que se dispôs a conversar com o INSS, com  
5 vistas a abrir uma perspectiva técnica e jurídica para possibilitar que essas pessoas que estão  
6 aposentadas pelo regime CLT possam renunciar à aposentadoria para optar pela nova  
7 aposentadoria. Trata-se de uma questão importante e há uma expectativa bastante grande de  
8 aproximadamente 350 funcionários que aguardam uma solução. Não que seja obrigatória a  
9 mudança de regime, mas isso cria a possibilidade de aposentadoria com os direitos dos  
10 estatutários. E, obviamente, também seria importante que a Universidade sinalizasse com um  
11 calendário para o outro segmento que aguarda a mudança de regime, que são os trabalhadores  
12 que ingressaram até 1998. Outro ponto a tratar aqui é que este ano a Cipa vai completar 30  
13 anos. A senhora Rosângela Martinhago, sua presidente este ano, está envolvida nas  
14 comemorações. Tem havido vários eventos importantes de formação e também um trabalho  
15 com a professora Magda Vulcano, no sentido de um processo de pesquisa com os cipeiros e  
16 com as direções de unidades, para apresentar um quadro da situação do ambiente do trabalho  
17 na Universidade. A Unicamp possui uma Cipa única que agrega professores e funcionários, e  
18 obviamente os professores têm problemas no ambiente de trabalho da mesma forma que os  
19 funcionários. Mas está dizendo isso porque é importante comemorar os 30 anos trazendo à  
20 tona o que já se acumulou, o que há de discussão em torno disso e valorizar o papel da Cipa  
21 enquanto um instrumento importante da defesa das condições de trabalho. Também, nessa  
22 mesma linha, a Cipa apoiará, junto a outros segmentos, a Semana do Meio Ambiente da  
23 Universidade, que vai se realizar de 02 a 06 de julho, cuja temática é “Construindo uma  
24 trajetória sustentável”. Por último, destaca que o senhor Joaquim e ele, da bancada dos  
25 técnico-administrativos, são membros do GT de inclusão e do subgrupo de cotas, e  
26 participaram dessa importante atividade do dia 20; agradecem o empenho e o apoio do  
27 professor Magna para que essas discussões aflorem no debate de cotas, mas elas precisam, de  
28 fato, ser ampliadas. É importante que discutam essa política de inclusão à luz de uma  
29 realidade objetiva. No Brasil, mais de 50% da população é negra ou parda, e a representação  
30 dessa população não somente na universidade, mas também nela, é pouco significativa. Há  
31 um exemplo que o incomoda muito, não sabe como está a situação hoje, mas para um país que  
32 possui 50% de sua população negra e parda, pelo menos até alguns poucos anos atrás, não  
33 havia nenhum embaixador negro. Acredita que isso não ocorra em lugar nenhum do mundo,  
34 pois mesmo em países com algum conflito de etnia são construídos acordos de  
35 representações. Mas no Brasil não havia nenhuma representação de embaixador negro. Essa é  
36 uma dura realidade, e é essa expressão também da universidade, sendo que as universidades  
37 públicas cumprem um papel fundamental nessa relação; é onde se formam os profissionais. Se  
38 desejam ter médicos negros, engenheiros negros, pesquisadores negros, químicos negros,  
39 físicos negros, pedagogos negros, eles vão sair da universidade pública. Então, se querem  
40 mudar a referência da sociedade, isso passa pela universidade, e é preciso assumir essa

1 responsabilidade. É preciso saber quantos profissionais negros irão formar, porque dessa  
2 forma se altera a relação com a sociedade. Esta semana, a Universidade de Brasília divulgou  
3 um documento, o qual recomenda, denominado “Análise do sistema de cotas para negros da  
4 Universidade de Brasília”, que faz uma análise da experiência de cotas do período de 2004 a  
5 2013. É uma experiência localizada, mas ao observar os dados do diagnóstico que a  
6 Universidade de Brasília faz, considera que o principal é que não existe diferença no índice de  
7 rendimento acadêmico; existe uma oscilação para mais ou para menos, mas não existe  
8 diferença. Dessa forma, o problema não está na capacidade, mas em outra questão muito mais  
9 profunda, que é a visão meritocrática excludente. É preciso discutir isso. Pensa que a  
10 universidade já assimilou a discussão da cota social, da conexão da universidade com a escola  
11 pública, mas ela precisa pensar também do ponto de vista racial. Em 2012, por provocação de  
12 segmentos da sociedade sobre o sistema de cotas da Universidade de Brasília, houve uma  
13 decisão do Supremo Tribunal Federal que entendeu que as cotas são legítimas. Aliás,  
14 considera que foi uma das decisões mais avassaladoras do STF: foram dez votos a zero. Ele  
15 entendeu que o sistema de cotas é legítimo, legal, e inclusive sinalizava com uma certa  
16 recomendação. Considera a lei de cotas nº 12.711/12 um retrocesso, porque ela não foi  
17 constituída a partir dessa visão do STF, se apegando simplesmente às cotas sociais, quando é  
18 necessário combinar os dois temas, algo fundamental para definir que tipo de sociedade  
19 haverá no futuro. Esse é um debate que a Universidade tem de fazer com mais profundidade.  
20 Na reunião que aconteceu aqui, que contou com a presença da professora Ângela Soligo e do  
21 acadêmico Maurício Gabriel dos Santos, da Frente Pró-Cotas da Unicamp, apareceu com  
22 bastante intensidade a necessidade de ampliação desse debate para que possam fazer toda a  
23 discussão técnica e política, superando a resistência de uma visão meritocrática que  
24 prevaleceu na Universidade ao longo dos anos. Fez uma pesquisa sobre a questão das cotas e  
25 no Brasil existe uma grande categoria de experiência nesse sentido; há cotas para escola  
26 pública, para indígenas, para negros, para pessoas com deficiência, para residentes da região,  
27 para estudantes de baixa renda, para quilombolas. A pergunta que deixa para reflexão é qual a  
28 experiência e o legado da Unicamp nesse sentido. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO  
29 diz que se inscreveu por dois motivos. O primeiro deles é para informar o andamento dos  
30 trabalhos do grupo que faz a revisão dos Estatutos. No decorrer dos meses de janeiro e  
31 fevereiro, se reuniram e desenvolveram uma série de atividades para revisão do texto, para  
32 definir pontos de atualização, de correção, de proposta de inserção e de exclusão. Na próxima  
33 quinta-feira, procurarão finalizar essa primeira etapa do cronograma, que é o acerto final, ou  
34 uma avaliação final do texto do trabalho realizado em fevereiro. E com isso o texto seguirá  
35 para a sua segunda etapa, que é a consulta, avaliação e possíveis proposições das unidades de  
36 ensino e demais órgãos da comunidade universitária. Então, esta é apenas uma informação  
37 sobre o cumprimento do cronograma inicial, que era tentar chegar ao final de março já com  
38 um texto consolidado, de propostas para os novos Estatutos da Universidade. O texto será  
39 agora encaminhado para avaliação dos vários órgãos da comunidade e, em seguida, terá  
40 sequência o processo consultivo proposto quando o grupo foi constituído. O segundo motivo

1 de sua inscrição é solicitar a palavra ao professor Jurandir, da Cocen. O Professor  
2 JURANDIR ZULLO JUNIOR diz que fará dois convites e três registros relacionados a  
3 algumas das atividades desenvolvidas pelos Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa.  
4 O primeiro convite que faz é para as apresentações da Orquestra Sinfônica da Unicamp, que  
5 acontecerão amanhã, dia 26 de março, às 20h, no Teatro Castro Mendes, e no dia 27, quinta-  
6 feira, na Casa do Lago, com entrada franca. A programação e também o nome dos músicos  
7 solistas estão à disposição na página inicial da Unicamp. O segundo convite é para o evento  
8 comemorativo dos 10 anos do Programa de Doutorado em Ambiente e Sociedade, que é uma  
9 parceria muito bem-sucedida entre o IFCH e o Nepam. Esse evento acontecerá nos próximos  
10 dias 09 e 10 de abril. No dia 09, no período da tarde, na Funcamp, haverá uma mesa-redonda  
11 com participação de vários especialistas em Ambiente e Sociedade e a palestra de um  
12 professor visitante da Universidade de Edimburgo; e no dia 10, o evento será durante todo o  
13 dia, no Auditório “Daniel Hogan”. Em seguida, passa aos três breves registros. O primeiro é  
14 uma notícia que foi publicada no *site* da Unicamp no dia 20 de março sobre a participação do  
15 Cepetro no novo centro de pesquisas da Petrobras chamado Centro Tecnológico da Baixada  
16 Santista – CTBS, voltado ao desenvolvimento de pesquisas para apoiar a exploração e a  
17 produção de petróleo e gás na área do pré-sal. A expectativa é que esse centro entre em  
18 operação em dois anos e será uma referência na área de gerência de operações. Participarão  
19 desse centro, além da Unicamp, através do Cepetro, a USP, a Unesp, universidades  
20 particulares da Baixada Santista, o Sesi e o Senai. A participação do Cepetro se dará através  
21 de sua experiência nas questões relacionadas à Engenharia de Petróleo. Um fator importante  
22 nessa participação é que será uma oportunidade para desenvolver novas pesquisas e formar  
23 estudantes com base em dados reais fornecidos pela Petrobras. Além disso, haverá também  
24 um vínculo mais estreito entre o Estado de São Paulo e a Petrobras. O segundo registro é  
25 sobre o evento que aconteceu na semana passada sobre Iniciação Científica Interdisciplinar, e  
26 que contou com duas palestras principais sobre a interdisciplinaridade na área Espacial,  
27 proferida pelo pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais –Inpe, doutor  
28 Diogenes Alves, e outra sobre as atividades interdisciplinares desenvolvidas em uma  
29 instituição privada, a PUC do Rio Grande do Sul. Além dessas duas palestras, houve  
30 apresentação de dez trabalhos de alunos que desenvolvem ou desenvolveram projetos de  
31 iniciação científica nos centros e núcleos. São trabalhos de alto nível que demonstram a  
32 importância de um modo moderno de formação dos alunos de graduação. E, finalmente,  
33 registra o lançamento do trabalho “Mitigando mudanças climáticas no setor agrícola – o  
34 estoque de carbono nos solos da Amazônia brasileira”, que está acontecendo neste momento  
35 na FGV, em São Paulo. Considera um bom exemplo da parceria da Unicamp, através, neste  
36 caso, do Cepagri com a Embrapa, que tem uma unidade aqui dentro do *campus*, e um assunto  
37 de grande relevância mundial, que é o das mudanças climáticas e os impactos no ambiente. O  
38 Conselheiro ROBERTO DE ALENCAR LOTUFO diz que irá se referir a dois pontos. O  
39 primeiro é em relação à decisão, no último Conselho Universitário, sobre a compra da  
40 Fazenda Argentina. Acha que vários aqui estão ansiosos para saber como está o desenrolar

1 das negociações e obter uma previsão de como está o processo de aquisição. O segundo ponto  
2 já foi comentado por várias pessoas que o antecederam, a respeito do vestibular da Unicamp.  
3 Soube recentemente que a Comvest está solicitando uma parceria com as prefeituras para  
4 poder realizar o vestibular em algumas capitais. Há um informe na página da Comvest cujo  
5 último trecho possui o seguinte teor: “As adesões serão feitas por convênio de parceria a ser  
6 estabelecido com a Unicamp, exclusivo para o Vestibular Unicamp 2015, na primeira e  
7 segunda fase. Os interessados deverão preencher alguns requisitos necessários referentes aos  
8 locais de aplicação de provas, garantias de sigilo e segurança, equipe de aplicação de provas,  
9 dentre outros. O Edital completo foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e  
10 pode ser acessado nesta página.” Colocando-se na posição de prefeito de uma cidade,  
11 imaginou como poderia receber uma proposta para gastar recursos de sua cidade para realizar  
12 um vestibular fora do âmbito de seu interesse; além do que, sendo passível de receber críticas  
13 da universidade local, já que normalmente todas as capitais possuem uma universidade  
14 federal, e no caso, o prefeito estaria ajudando a conduzir os cidadãos a estudarem na  
15 Unicamp. Além disso, a cidade não somente gastará dinheiro, como deve se responsabilizar  
16 pela aplicação de um vestibular que envolve a questão de segurança e sigilo. Então, considera  
17 descabida essa proposta. Inclusive, no Artigo 131 dos Estatutos, consta: “A Universidade  
18 poderá firmar convênio com outras instituições de ensino superior, para a realização de  
19 concurso vestibular unificado, de âmbito regional”, ou seja, ele não prevê que a Unicamp  
20 possa realizar um convênio com uma instituição que não seja de ensino superior. Outra  
21 questão é que entendeu que a Cepe não foi ouvida para aprovar essa decisão, Câmara esta que  
22 entende ser o órgão responsável por aprovar o plano de aplicação do vestibular. Não considera  
23 viável instituir um plano de aplicação de vestibular com várias decisões tomadas  
24 anteriormente, por exemplo, a respeito dos locais das provas. Acha que o processo está  
25 invertido, ou seja, a Cepe ou o Consu é que deveriam definir claramente quais seriam os  
26 locais. Trata-se de um tema tão relevante e importante que não caberia à Comvest resolver, já  
27 que ela constitui um órgão administrativo que deveria aplicar o que for decidido. Então, acha  
28 que a Cepe deve definir quais são as capitais ou cidades onde é importante que seja aplicado o  
29 vestibular. São de responsabilidade da Comvest verificar se serão necessários recursos e a  
30 preocupação com a segurança, que é uma questão importante, mas não estão entre as suas  
31 atribuições alterar a denominação, passando de vestibular nacional a apenas vestibular, ou  
32 fazer um edital de convênio o qual considera não estar de acordo com os Estatutos. Então,  
33 solicita a ajuda do Magnífico Reitor e do Procurador Chefe, doutor Octacílio, de como pedir  
34 uma liminar para cancelar esse edital com as prefeituras, e também como fazer para incluir o  
35 termo “nacional” no vestibular da Unicamp, que foi retirado. O Conselheiro PAULO  
36 SÉRGIO SARAN informa que no próximo dia 24 de abril o Colégio Técnico de Limeira e o  
37 Colégio Técnico de Campinas completam 47 anos. No dia 30 de abril, como parte das  
38 comemorações, haverá mais uma edição do Cotil Arte, que é o evento tradicional, artístico,  
39 cultural do Colégio que já se tornou um evento oficial da cidade de Limeira, porque faz parte  
40 do calendário da Secretaria Municipal de Cultura, por efeito de uma lei municipal. A

1 propósito da revisão dos Estatutos da Universidade, como foi citado pela professora Rachel,  
2 lembra que os colégios técnicos foram criados juntamente com a Universidade. A Lei  
3 Estadual nº 7.655, de 28 de dezembro de 1962, criou a Universidade Estadual de Campinas, e  
4 no seu Artigo 2º, Inciso III, que versa sobre as finalidades da Universidade, consta: “formar e  
5 treinar técnicos de nível médio e superior.” E no Artigo 3º: “Constituem a Universidade de  
6 Campinas:” Inciso IV: “Escolas Técnicas”, assim chamados os colégios técnicos na época da  
7 criação da então Universidade de Campinas. E no Artigo 14: “O Conselho Universitário,  
8 órgão deliberativo da Universidade de Campinas, será constituído:”, Inciso IV: “por dois  
9 representantes do corpo docente de cada Escola Técnica.” Então, lembra aqui uma antiga  
10 reivindicação dos dois colégios, uma luta antiga do Cotil e do Cotuca, para que tenham os  
11 diretores como membros natos do Conselho Universitário, até para respeitar essa lei de  
12 criação. Aproveita, então, a oportunidade para reivindicar isso, e também reivindicar mais  
13 uma vez a luta para que as carreiras especiais sejam inseridas nos Estatutos e no Regimento  
14 Geral da Universidade para que os professores dos colégios técnicos e das carreiras especiais  
15 sejam considerados docentes, já que hoje somente a carreira MS está contemplada como  
16 docente nos Estatutos e no Regimento. Em seguida, informa que a comunidade do Cotil foi  
17 contemplada com vários prêmios na Olimpíada Brasileira de Física das Escolas Públicas  
18 2013: 18 alunos receberam medalhas, sendo seis de ouro, cinco de prata e sete de bronze; e  
19 também os seguintes professores foram premiados: Gislaine Marcia Kairalla, David Elias da  
20 Silva e Jorge Assato. E na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas de 2013,  
21 25 alunos receberam certificados de menção honrosa. Não irá citar os nomes, mas deixará a  
22 relação à disposição da Secretaria Geral. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER  
23 MEDEIROS diz que fará um agradecimento público, mais uma vez, não somente pela  
24 eficiência e profissionalismo do pessoal do Hospital de Clínicas, mas pelo atendimento  
25 carinhoso e humano oferecido a cada paciente, em particular, neste caso, atendimento de  
26 emergência à sua mãe, pela equipe do Ecocard, ao doutor Tavuca, cujo nome desconhece, e  
27 também à doutora Daniela Camargo Oliveira, ao doutor Luiz Felipe Oliveira e aos  
28 funcionários Nelson e Ana Maria, da Superintendência. Solicita ao professor Manoel Bértolo  
29 que transmita seus agradecimentos e elogios a todo o pessoal do Hospital. Em segundo lugar,  
30 diz que se inscreveu para falar sobre vários assuntos, e como já foram mencionados vários  
31 deles, gostaria, então, de apoiar a pergunta do professor Lotufo sobre o estágio atual da  
32 compra da Fazenda Argentina; e também apoiar as propostas do professor Geromel com  
33 relação à preocupação com o futuro dos novos docentes, e de haver a isonomia dos docentes  
34 em relação ao período noturno. E, finalmente, parabeniza e apoia toda a discussão do  
35 professor Léo, que é um sentimento que todos aqui têm cada vez mais, que isonomia com a  
36 USP não significa ir à falência. Então, há uma grande preocupação entre vários docentes, que  
37 o professor Léo retratou muito bem, de como estão as finanças da Unicamp com relação à  
38 questão da isonomia, principalmente. O Conselheiro PAULO SÉRGIO FRANCO BARBOSA  
39 solicita ao senhor Reitor a permissão para distribuir um folheto relativo ao aniversário de 45  
40 anos da FEC, a que recebe anuência. Em seguida, convida todos para a cerimônia de

1 lançamento das atividades comemorativas da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e  
2 Urbanismo, que ocorrerá na quinta-feira, às 16h30min, no auditório da Faculdade. Ele contém  
3 uma breve reflexão sobre a evolução da FEC. Há neste ano, então, a comemoração dos 45  
4 anos do curso de Engenharia Civil e dos 15 anos do curso de Arquitetura e Urbanismo, e  
5 alguns destaques sobre esses dois cursos e sobre a Faculdade como um todo estão registrados  
6 no folheto que está sendo distribuído neste momento, que os senhores conselheiros poderão  
7 ler depois com calma, mas irá compartilhar algumas questões. O primeiro aspecto são os  
8 cursos de graduação que estão em um patamar de alta seletividade dos ingressantes, na  
9 liderança nacional dentre os similares. No vestibular de 2014, o curso de Arquitetura  
10 apresentou uma relação candidato/vaga de 104,5 candidatos por vaga e o de Engenharia Civil,  
11 50,8 candidatos por vaga. Então, ambos superam muito cursos tradicionais e centenários  
12 similares, como, por exemplo, o da Escola Politécnica da USP, cuja relação candidato/vaga é  
13 menos da metade disso, e o da FAU/USP, também centenária, é menos que um terço. E até na  
14 média da FEC se encontram em um patamar acima do tradicional, sendo a referência na  
15 tecnologia brasileira o curso do ITA, ou seja, essa seletividade é maior do que a do ITA.  
16 Obviamente teriam, em vez de orgulho, até constrangimento de citar números que mostram de  
17 um lado o sucesso da seleção, mas, de outro lado, o insucesso da exclusão. Muitas pessoas  
18 ficam fora. Nesse aspecto, destaca o muito bom efeito causado pela decisão tomada por este  
19 Conselho, no ano passado, dos mecanismos de inclusão. Então, por exemplo, o curso de  
20 Arquitetura, que no ano passado tinha uma representação de escolas públicas de apenas 3,3%,  
21 passou a 31% no vestibular de 2014; o curso de Engenharia Civil, que tinha 12% em 2013,  
22 passou a ter uma representação de 31,65%. Outro aspecto é a posição destacada na formação  
23 de doutores, situando a FEC entre os dois programas com maior número de defesas de  
24 doutorado, quando se considera o triênio anterior avaliado pela Capes: são 51 teses, no triênio,  
25 de um total de 266, entre todos os programas nacionais, o que significa que estão formando  
26 19% dos doutores do país. Outro aspecto se refere à publicação de artigos em periódicos  
27 qualificados que posiciona a FEC entre os três programas de maior número de artigos nos  
28 extratos elevados, ou seja, de A1 a B2, dentre os 99 programas das Engenharias I, ou seja,  
29 essa área da Unicamp está respondendo por 18% do total da produção de artigos em  
30 periódicos nessas categorias. Por fim, o último aspecto é a posição número 1 da FEC na  
31 avaliação do *QS World University Rankings* dentre as similares no país com idade inferior a  
32 50 anos. Existem apenas quatro programas brasileiros classificados nesse *ranking* e a FEC é a  
33 única que tem menos de 50 anos. Portanto, isso é razão de grande alegria, de contentamento e  
34 interpreta isso, além dos esforços locais, da Faculdade em si, em grande parte como resultado  
35 das políticas acadêmicas da Unicamp. Fazem parte de uma série de práticas acadêmicas bem  
36 construídas ao longo do tempo a ênfase no ensino articulado com a pesquisa e a expressiva  
37 presença de docentes em tempo integral – quase 98%. Acompanhou uma fase da Faculdade  
38 30 anos atrás, em que esses indicadores eram precários, com evasão muito grande, relação de  
39 procura no vestibular muito baixa, e para ele é muito bom ver esses resultados agora, que  
40 pode interpretar, em grande parte, como sendo um fruto das boas práticas institucionais da

1 Unicamp em diversas gestões. Usando uma analogia com a área de construção, de arquitetura,  
2 essa construção social que é a FEC está assentada em um solo muito sólido, que é o solo da  
3 Unicamp. E desejam dividir esse sucesso da FEC, que é o próprio sucesso da Unicamp,  
4 através de uma série de comemorações este ano, em particular nesta quinta-feira, às  
5 16h30min, e esperam contar com todos os conselheiros. O Conselheiro MANOEL BARROS  
6 BÉRTOLO agradece as palavras da professora Claudia. Todos os profissionais do HC sempre  
7 procuram ao máximo fazer o atendimento adequado. Muitas vezes não conseguem esse  
8 atendimento devido à sobrecarga do Hospital, porque a região é muito carente em número de  
9 leitos. E o melhor exemplo disso é o pronto-socorro do HC que, muitas vezes, fica abarrotado,  
10 porque quando o paciente chega à emergência deve ser definido o que é necessário fazer, o  
11 que investigar e o procedimento a ser realizado, mas, em seguida, se ele tem de ser internado  
12 ou encaminhado para algum local para internação, infelizmente não existem na região outros  
13 hospitais que possam receber esses pacientes, que acabam ficando no pronto-socorro dois,  
14 três, cinco dias. Na última greve do Hospital Municipal Mário Gatti, que ficou 48 horas sem  
15 atendimento, houve uma fila muito grande no pronto-socorro, chegando a ter 75 pacientes em  
16 macas aguardando o encaminhamento para internação, o que sobrecarrega toda a equipe,  
17 acaba trazendo transtornos e, muitas vezes, um tratamento inadequado para os pacientes. Mas,  
18 mesmo assim, todos os profissionais trabalham da melhor maneira possível para minimizar  
19 esse prejuízo. Mas havia se inscrito para comentar uma matéria publicada no jornal *Metro*  
20 *Campinas*. No ano passado, foi realizada uma reforma da entrada do HC, na chamada rampa,  
21 por onde os pacientes e todos passam, e para a reforma foram realizados todos os  
22 procedimentos legais, licitação, acompanhamento da Engenharia, e a reforma não ficou  
23 adequada. Seguindo orientação da Procuradoria Geral, não aceitaram a entrega da obra, ela foi  
24 refeita, mas, infelizmente, não ficou boa, está descolando todo o piso, e como ele vinha  
25 trazendo risco aos pacientes que caminhavam, alguns até caíram, foi preciso tomar uma  
26 decisão imediata de retirada do piso. Seguindo orientação, foi feito um depósito em juízo e a  
27 Procuradoria Geral vem acompanhando o caso e aguardando uma definição do juiz.  
28 Infelizmente, no jornal *Metro Campinas*, apesar de todas as explicações, foi publicada uma  
29 matéria hoje, com o seguinte título: “Obra malfeita no HC joga dinheiro no ralo. Descaso com  
30 o público. Piso emborrachado na entrada do hospital que recebe cinco mil pessoas por dia  
31 durou apenas seis meses. Custo foi de R\$84 mil”. Contudo, no texto da matéria há toda a  
32 explicação, ela está muito bem-feita. Então, a quem recebeu o jornal, pede que leia o texto  
33 para verificar todas as providências tomadas pelo Hospital para evitar mais prejuízos para os  
34 pacientes. Retiraram o piso porque é melhor ficar com cimento do que com o piso  
35 emborrachado com as bordas elevadas, cheio de bolhas. E estão seguindo, novamente, todas  
36 as regras do serviço público, providenciando a licitação para que possam realizar novamente a  
37 obra. Infelizmente, essas coisas acontecem no serviço público, procuram o máximo possível,  
38 dentro das regras, impedir que aconteça, mas acredita que todos aqui que são gestores já  
39 passaram por algo semelhante. Infelizmente, saiu na primeira página do jornal de maneira  
40 inadequada, mas trouxe aqui a matéria para esclarecer a todos o ocorrido. Agradece à PG, em

1 nome do doutor Octacílio, que vem oferecendo todo o respaldo para o Hospital resolver essa  
2 situação. O MAGNÍFICO REITOR, concluídas as inscrições, passa à manifestação dos  
3 membros da Mesa. O Conselheiro LUIS ALBERTO MAGNA diz ter trazido uma relação de  
4 assuntos para informar ao Conselho Universitário. Irá tratar inicialmente da questão do  
5 chamado vestibular nacional. Alguns fatos devem ser lembrados para que os conselheiros  
6 possam acompanhar a evolução da questão do oferecimento do vestibular em abrangência que  
7 ultrapassa as fronteiras do Estado de São Paulo. O fato é que esse vestibular chamado  
8 nacional, na verdade, nunca foi nacional. O país contém 27 estados e o Distrito Federal, e  
9 excluindo São Paulo sobram 26 mais o Distrito Federal. O vestibular da Unicamp era  
10 realizado a expensas únicas da Universidade em Porto Alegre, Curitiba, Rio de Janeiro, Belo  
11 Horizonte, Brasília, Goiânia, Fortaleza e Salvador, oito capitais. A gestão anterior houve por  
12 bem começar a desativar gradativamente o oferecimento do vestibular da Unicamp em cada  
13 uma dessas cidades. Não lembra exatamente a ordem, mas, a partir de 2009, foram retiradas  
14 Porto Alegre, Curitiba, Rio de Janeiro e Goiânia. E é preciso ter em mente que o vestibular  
15 trabalha com prazos, os editais de locais de exame já devem estar disponibilizados no  
16 primeiro semestre do ano. E isso tem de ser tratado antes que os editais sejam abertos, porque  
17 é necessário que haja o provimento de local e de pessoal para aplicação das provas. Assim é  
18 que a atual gestão arcou com o ônus de ver desativadas as provas do vestibular de Salvador e  
19 Fortaleza. Esses são os fatos que é preciso ter em mente. Nacional nunca foi, então, manter o  
20 nome de vestibular nacional é mera retórica. Houve acaloradas discussões, das quais nunca se  
21 furtaram e, participando dessas discussões no âmbito de toda Universidade, chegaram à  
22 conclusão de que, de fato, havia interesse em ampliar, ou seja, retomarem o que já existia  
23 antes, a aplicação do vestibular em locais que ultrapassam as fronteiras do Estado. Mas isso  
24 custa não somente recursos financeiros que são, em parte, arcados pela própria Universidade,  
25 mas, principalmente, custa o cuidado do sigilo e segurança, o que significa que a  
26 Universidade não tem condições, objetivamente falando, de, de fato, implantar um vestibular  
27 de alcance nacional. Dezoito outros estados não foram mencionados na relação anterior. É  
28 louvável que haja preocupações de que os recursos de pequena monta possam vir a ser  
29 despendidos pelos administradores dos locais onde se propõem a fazer as provas do  
30 vestibular. Seria esperado que esse cuidado e essa preocupação também ocorressem em  
31 relação aos recursos do contribuinte paulista, que vão sustentar a ida aos demais locais de  
32 prova. Então, não há nenhuma razão, a seu ver, de estranhamento quando propõem parceria,  
33 porque estão exatamente buscando aquilo que a comunidade claramente definiu e que já era  
34 uma decisão anterior de oferecer maior abrangência possível ao vestibular, entre outros  
35 fatores, para, primeiro, promover inclusão, já que o Estado de São Paulo, obviamente, faz  
36 parte da Federação brasileira. Segundo, para possibilitar, como foi aqui mencionado pelo  
37 professor Léo Pini, mas em outras oportunidades também pelo professor Geromel, que alunos  
38 brilhantes nas diferentes áreas do conhecimento que estão dispersos pelo território nacional  
39 possam ter facilidade de acesso às provas do vestibular. A possibilidade de fazer parcerias  
40 implicava, evidentemente, algum dispêndio, que irá aqui relatar. Corre por conta da Unicamp

1 toda a remuneração da equipe local de aplicação da prova, a realização da prova em si e a  
2 correção. Já os governos estaduais – como está claramente exposto no edital –, e não as  
3 prefeituras, que não possuem capacidade e agilidade administrativa para firmar esse tipo de  
4 parceria, arcariam com a disponibilização dos locais de prova, algo simples, pois todos os  
5 estados possuem estabelecimentos de ensino médio público; com a segurança, já que o Estado  
6 tem aparato policial para a escolta necessária e guarda das provas; e com as despesas de  
7 deslocamento do coordenador da Unicamp para a aplicação local das provas. Todo o  
8 treinamento do pessoal da equipe local é feito a expensas da Universidade. E como estão  
9 buscando oferecer a disponibilidade de acesso aos exames de ingresso na Unicamp, que é, a  
10 exemplo das outras duas universidades paulistas, reconhecidamente, das mais importantes do  
11 Brasil e do mundo, entendem que esse ato seja altamente vantajoso não apenas para a  
12 Universidade, pelas razões que aqui expôs, mas também para os locais onde os exames  
13 poderão ser realizados. Tiveram o cuidado de fazer uma sondagem inicial de alguns locais  
14 mais críticos, haja vista a visita que o professor Edmundo Capelas, coordenador da Comvest,  
15 fez à Casa Civil do Governo do Estado da Bahia, que manifestou interesse em realizar a prova  
16 por esse mecanismo de parceria, assim como a Casa Civil do Governo do Estado de Minas  
17 Gerais, que já solicitou detalhes de como essa parceria pode ser feita para manutenção da  
18 realização do exame na cidade de Belo Horizonte, e a visita de sexta-feira passada, no Distrito  
19 Federal, onde praticamente houve a adesão no ato. Mas o instrumento adequado é o termo de  
20 convênio, que, aliás, foi muito bem estudado e discutido com a Procuradoria Geral da  
21 Universidade, que se manifestou acerca da conformidade do mecanismo proposto e, portanto,  
22 independentemente de quaisquer outros entendimentos, constatou que não há nenhum conflito  
23 do ponto de vista regimental com esse tipo de atuação. A resposta que o professor Edmundo  
24 ouviu nos dois estados visitados foi que o montante de recursos a serem dispendidos para a  
25 realização das provas é ínfimo não impacta em nada o orçamento dos estados, inclusive  
26 considerando o benefício que essa medida trará para os seus cidadãos. Evidentemente que o  
27 interesse da Unicamp reside no fato de estabelecer um mecanismo que permita ter  
28 confiabilidade e perenidade na realização do vestibular, e que ele possa, realmente, ter alcance  
29 nacional, atingindo todos os outros estados da Federação mais o Distrito Federal. Então, essa  
30 é a questão que envolve o edital do vestibular nacional, que inclusive vem ao encontro da  
31 manifestação dos representantes discentes de que na gestão anterior foram desativadas todas  
32 as cidades, exceto duas, Belo Horizonte e Brasília. Na última reunião da Câmara Deliberativa  
33 da Comvest, que presidiu durante parte do tempo, ficou decidido que está mantida até ulterior  
34 manifestação dos estados, especialmente Minas Gerais e Distrito Federal, a realização do  
35 vestibular em suas capitais. Portanto, estão buscando uma equidade entre o dispêndio de  
36 recursos do contribuinte, em parceria com os estados, e, acima de tudo, procuram os melhores  
37 alunos, ao mesmo tempo promovendo inclusão, porque a prova ficará mais acessível a  
38 pessoas que teriam enorme dificuldade de se deslocarem a outros locais. A Câmara  
39 Deliberativa da Comvest possui delegação para tomar essas decisões. Existem algumas  
40 propostas de modificação da aplicação da prova do vestibular que estão sendo amplamente

1 discutidas com todas as unidades, as quais estão se manifestando formalmente em relação a  
2 essa questão. Não haverá, portanto, nenhum atropelo para que assuntos relevantes e questões  
3 de ordem conceitual sejam discutidos e acordados consensualmente para a formatação de um  
4 vestibular que se renova em relação à sua contemporaneidade e, ao mesmo tempo, possa  
5 caminhar no sentido de promover maior inclusão. Aliás, chama a atenção para um fato  
6 relevante. Propuseram, e a Câmara Deliberativa já se manifestou favoravelmente, a inclusão  
7 da representação discente nessa Câmara, e esperam que os alunos participem ativamente das  
8 discussões que envolvem não apenas o vestibular, como outras questões que constam da sua  
9 relação e aparecem na carta aberta denominada “Contra as mudanças no vestibular, em defesa  
10 do ingresso de estudantes”. Então, deseja se manifestar simultaneamente a esse documento,  
11 porque ele tem a ver com outros esclarecimentos que trouxe para apresentar a este Conselho  
12 Universitário. O Conselheiro ROBERTO DE ALENCAR LOTUFO diz que não fazia parte do  
13 Conselho Universitário anteriormente, quando outras capitais foram excluídas do vestibular.  
14 Não é contrário ao convênio com os governos locais, mas é contrário que a Unicamp apenas  
15 realize o vestibular naqueles locais onde conseguir firmá-lo. Sua preocupação é que seja  
16 garantido o maior número de locais de prova, independentemente de gestão. Acredita que o  
17 interesse maior seja buscar os melhores candidatos pelo Brasil, o que com a questão das cotas  
18 passa a ser ainda mais importante. Esta não é uma crítica à atual Reitoria, mas à Comvest. Se  
19 fosse membro do Conselho Universitário anteriormente, também levantaria essa crítica  
20 quando foi retirada alguma capital do processo. Se a Universidade conseguir parceria com os  
21 governos dos Estados, será excelente, mas gostaria que as provas fossem realizadas mesmo  
22 onde os convênios não possam ser firmados. O Conselheiro LUIS ALBERTO MAGNA diz  
23 que a fala do professor Lotufo foi agora um pouco diferente, no seu entendimento, da fala  
24 anterior, e vai no sentido de avalizar o esforço que tem sido feito por meio do instrumento do  
25 edital de chamamento para fixação dessas parcerias. Porque uma vez isso estabelecido,  
26 certamente haverá a garantia de perenidade na execução das provas nesses locais. O edital  
27 continua aberto, e além das visitas a que se referiu, está sendo realizado um trabalho ativo de  
28 contato por outros mecanismos, inclusive telefônico, com as Casas Civas dos governos  
29 estaduais, e a expectativa é que haja uma adesão, senão de todos os estados mais o Distrito  
30 Federal, pelo menos de grande parte deles. Agradece a manifestação do professor Lotufo,  
31 porque através dela pôde modificar o entendimento da sua fala anterior e perceber que estão  
32 caminhando exatamente no mesmo sentido. O Conselheiro JOSÉ CLAUDIO GEROMEL  
33 observa que se manifestou na última reunião da Cepe, quando essa iniciativa da PRG foi  
34 anunciada. Parabenizou o senhor pró-reitor pela providência, que lhe parece muito boa, pois  
35 considera importante encontrar parceiros para a Universidade, sobretudo em termos nacionais.  
36 Também se manifestou na Cepe na direção do que mencionou o professor Lotufo, tendo em  
37 vista que é louvável estabelecer os convênios, mas se eles não existirem, a Universidade,  
38 através de seus estudos próprios, se entender que é importante e estratégico que o vestibular  
39 seja realizado em um determinado local, deve realizá-lo. Gostaria que o senhor Reitor  
40 confirmasse isso. O Conselheiro LUIS ALBERTO MAGNA reafirma o que colocou em

1 resposta à intervenção do professor Geromel na reunião da Cepe, e como acabou de declarar  
2 aqui, por influência de sua participação na última reunião da Câmara Deliberativa, está  
3 mantida esta diretriz, mas continuarão os esforços porque entendem que o caminho de  
4 garantia permanente e tranquilo reside exatamente nessas parcerias. Enquanto isso não  
5 acontece, sempre existe, evidentemente, uma situação de transitoriedade, durante a qual se  
6 empenharão para que o vestibular da Unicamp ganhe abrangência que ultrapasse os limites da  
7 fronteira do Estado de São Paulo. Tanto é que já constava da pauta da reunião da Câmara  
8 Deliberativa a retirada da realização da prova a expensas da Universidade nas cidades de Belo  
9 Horizonte e Brasília, e isso, devido à sua intervenção, não ocorreu. Portanto, essas cidades  
10 continuam mantidas no calendário do próximo vestibular; entretanto, como já afirmou, esses  
11 dois estados foram visitados e muito provavelmente participarão através desse novo  
12 mecanismo do edital de chamamento. É isso o que esperam. Outra questão importante é  
13 acerca do apoio pedagógico em relação à permanência estudantil, sobre o qual a representação  
14 discente se manifestou. Medidas que garantam a permanência dos alunos têm sido uma  
15 grande preocupação de sua gestão frente à Pró-Reitoria de Graduação, contando com a  
16 sustentação e o acompanhamento direto do senhor Reitor. Os conselheiros devem se recordar  
17 de que houve uma reunião com acaloradas discussões por conta do desligamento de um  
18 contingente muito grande de alunos em decorrência de seu coeficiente de progressão estar  
19 abaixo do esperado para aquele momento do curso. E informou ao Conselho Universitário que  
20 foi constatado que esse mecanismo de desligamento havia caído em desuso, porque bastava  
21 um pedido de reconsideração – embora não houvesse a previsão legal para que essa  
22 reconsideração fosse levada em conta – para que os alunos fossem religados. Então, causava  
23 um trauma desnecessário e transitório, que envolvia inclusive todo o sistema de matrícula da  
24 DAC. Por essa razão, a PRG passou a estudar qual seria a melhor medida a ser adotada. E  
25 então surgiu a ideia de, em vez de utilizar o CP como um dos mecanismos de exclusão de  
26 alunos dos cursos regulares, como era previsto no Artigo 49, Inciso IV, do Regimento Geral  
27 de Graduação, transformá-lo em um eficiente mecanismo de avaliação para inclusão do aluno  
28 com dificuldades de acompanhamento das disciplinas, através de um programa de apoio que  
29 permitisse a ele se rearticular e passar a acompanhar o curso. Então, o CP, ao invés de se  
30 tornar um mecanismo de punição, passa a ser um mecanismo de auxílio. Para isso, é  
31 necessário criar um programa de apoio acadêmico. Houve consenso no Conselho  
32 Universitário que essa medida é necessária e útil no que concerne à manutenção dos alunos  
33 para que possam concluir os seus cursos de graduação. Por isso na última reunião da CCG,  
34 ocorrida na quinta-feira passada, foi votada uma proposta de Deliberação Consu que visa  
35 alterar o Regimento Geral de Graduação, derogando o Inciso IV do Artigo 49 e introduzindo  
36 o Artigo 49-A, que trata do novo papel do CP, o de identificar os alunos em dificuldade e  
37 incluí-los no programa de apoio acadêmico. Este será desenvolvido por medidas  
38 administrativas específicas e particulares, realizadas pela PRG com as coordenações dos  
39 cursos de graduação. Adianta que não cabe citar no Regimento Geral de Graduação o  
40 mecanismo detalhado pelo qual funcionará o programa de apoio acadêmico. Isso deverá ser

1 remetido, por conta das especificidades e até para garantia de maior agilidade, a atos  
2 administrativos decorrentes de resoluções e portarias que possam ser emitidas regulando essa  
3 ação de apoio acadêmico de acordo com as necessidades de cada coordenação de graduação.  
4 Em nome da CCG, na qual essa proposta de deliberação foi aprovada por unanimidade, espera  
5 que o Conselho Universitário a acompanhe, pois ela visará, de fato, solucionar um dos  
6 problemas de evasão dos estudantes. Informa que os índices de evasão, que giram em torno de  
7 12%, englobam também as seguintes situações: os alunos de primeiro semestre que são  
8 aprovados em outras instituições de ensino superior e deixam o curso no qual já estavam  
9 matriculados; e os alunos que estão frequentando determinado curso e mudam para outro,  
10 após prestar novo vestibular. Entretanto, na realidade, isso não constitui evasão, mas uma  
11 reacomodação natural dos alunos. O que a PRG está considerando propriamente como evasão  
12 se refere aos 3% que decorrem de acompanhamento e rendimento acadêmico inadequados.  
13 Por isso estão apostando muito nesse novo mecanismo. Outro fator que envolve a manutenção  
14 estudantil é a questão da moradia, que não é a única ação social da Universidade visando à  
15 permanência dos alunos. Recorda-se que na sua primeira manifestação no Conselho  
16 Universitário, em maio do ano passado, se dirigiu à representação discente reivindicando uma  
17 participação mais intensa e contínua na administração dos interesses que envolvem  
18 diretamente as questões do corpo discente. O Conselho Universitário não lhe parece o local  
19 adequado para essa discussão refinada, que deve ser construída ao longo do tempo. Existem  
20 muitas circunstâncias que são acordes entre as intenções e os esforços que a atual gestão está  
21 realizando e aqueles pontos manifestados pelos estudantes. É muito comum a PRG receber  
22 alunos das empresas juniores, das atividades extracurriculares, alunos que se envolvem em  
23 atividades sazonais, como o Trote da Cidadania, mas o DCE lá compareceu uma única vez, no  
24 ano passado, para tratar de apoio logístico e financeiro para realização de um congresso na  
25 Universidade. Portanto, sente falta de uma proximidade maior da representação discente na  
26 discussão e no aprofundamento dos pontos que são aqui colocados nesta carta. Por exemplo,  
27 em relação aos dados da Moradia Estudantil, há 226 casas, cada uma delas projetada para  
28 quatro moradores, totalizando 904 vagas. No momento, está ocorrendo uma reforma, com 15  
29 casas do bloco B interditadas porque houve movimentação de terreno, mas isso já foi sanado e  
30 não há risco de qualquer desabamento, portanto esses imóveis poderão vir a ser ocupados até  
31 o início do segundo semestre. Mesmo excluindo essas sessenta vagas, a Moradia conta com  
32 844 vagas. Existem critérios, que não estão em discussão neste momento, que estabelecem a  
33 situação socioeconômica pela qual um aluno ingressante na Universidade faz jus a uma vaga  
34 na Moradia. E não tem percebido um aumento do número de alunos da Universidade porque o  
35 contingente que ingressa a cada ano pelo vestibular é exatamente o mesmo, já que o número  
36 de vagas não se elevou nos últimos anos. Então, a situação atual, pelos critérios adotados pelo  
37 SAE, que realiza estudo socioeconômico detalhado, é de 740 vagas ocupadas. Há mais 41  
38 alunos que poderão obter vagas, em fase de definição. Portanto há 63 vagas na Moradia, fora  
39 as sessenta que serão disponibilizadas no início do próximo semestre. Então, não há  
40 deficiência. Ainda existe uma quantidade de vagas suficiente para atender os estudantes que

1 necessitem de moradia. Há 27 estúdios para famílias, dos quais cinco, neste momento, estão  
2 desocupados, aguardando o encaminhamento das famílias pelo SAE. Então, não é verdade  
3 que existe uma carência crônica de locais de moradia própria para atender os alunos. Aliás,  
4 convida os conselheiros a visitar a Moradia, que tem suas áreas comuns e de manutenção  
5 predial das casas muito bem cuidadas pela Prefeitura do *campus* e pela Vice-Reitoria de  
6 Administração, o que a torna um local bastante aprazível. Se os conselheiros se interessarem  
7 em visitá-la, a PRG pode programar viagens com a *van* do serviço de transporte, que tem  
8 capacidade para até 17 passageiros. Mas se referiu às condições aprazíveis da Moradia para  
9 tratar de outro assunto, a dengue. A Prefeitura de Campinas e a Secretaria Municipal de Saúde  
10 tiveram uma informação incorreta, da qual não sabe a origem, de que a Moradia era um foco  
11 de criação de *Aedes aegypti*. Todas as caixas d'água das unidades habitacionais, que são  
12 acondicionadas no forro do segundo pavimento, são tampadas e vistoriadas regularmente. As  
13 áreas comuns externas, principalmente os vasos de plantas, também são vistoriados a cada três  
14 meses pelo Cecom e Vigilância Sanitária. Mesmo com essas informações, a Secretaria de  
15 Saúde, acredita que assustada pelo grande número de casos de dengue que vêm ocorrendo no  
16 município de Campinas, especialmente no distrito de Barão Geraldo, enviou uma força-tarefa  
17 da qual fez parte a Sucen, a Vigilância Sanitária e um caminhão para fazer a fumigação para  
18 matar as larvas. Fizeram uma vistoria completa na Moradia, incluindo as caixas d'água, por  
19 amostragem, e comunica que ela foi aprovada tanto pela Sucen quanto pela Vigilância  
20 Sanitária no que diz respeito ao controle de dengue, o que corrobora aquilo a que já se referiu:  
21 o local, de fato, é muito bem cuidado. O próximo assunto é a questão da inclusão. O GT  
22 instituído em maio do ano passado deve concluir os trabalhos de forma que apresente no  
23 prazo o relatório ao Consu. Foram constituídos três subgrupos: o de ação afirmativa; o do  
24 Pimesp, que deverá ainda se reunir, tendo como relator o professor Marcelo Knobel, que foi o  
25 pró-reitor de graduação anterior e participou das discussões do Cruesp relativas ao Programa  
26 junto à Assembleia Legislativa; e o de cotas, que se reuniu no último dia 20 para iniciar a  
27 discussão a que se referiu o conselheiro João Raimundo. Estão trabalhando, portanto,  
28 arduamente, e pretendem trazer propostas concretas ao Conselho Universitário. Informa ainda  
29 que solicitaram ao professor Tadeu, que é atualmente o presidente do Cruesp, a ativação do  
30 fórum de graduação do Cruesp, porque a inclusão é uma questão comum às três universidades  
31 paulistas e à sociedade brasileira como um todo. Inclusão é um dever do Estado para com a  
32 sociedade e tem ligação também com a qualidade do ensino médio, e se isso evoluir de  
33 maneira adequada, certamente a inclusão se fará necessariamente. Mas, de qualquer maneira,  
34 esse fórum de graduação do Cruesp permitirá discutir com os pró-reitores da USP e da Unesp  
35 questões e estratégias comuns. Com a ascensão à Reitoria da USP do professor Marco  
36 Antonio Zago, assumiu a Pró-Reitoria de Graduação o professor Antonio Carlos Hernandez,  
37 professor do Instituto de Física do *campus* de São Carlos, que visitou a Unicamp na última  
38 sexta-feira. Houve uma afinidade muito grande entre as ações discutidas, em linha gerais,  
39 envolvendo as duas universidades, além de ter havido, felizmente, assim como já há com o  
40 pró-reitor da Unesp, uma empatia pessoal muito grande, de tal forma que, pelos próximos três

1 anos, imagina que venham a ter atuações conjuntas importantes, decisivas e produtivas  
2 envolvendo as três universidades paulistas. O Conselheiro JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO  
3 cumprimenta a Administração pelas ações de retomada do vestibular em outras cidades.  
4 Considera lamentável que essas cidades tenham sido retiradas do processo sem que o  
5 Conselho Universitário tenha sido, ao menos, informado. Para ele, que é membro do Conselho  
6 há muito tempo, foi uma surpresa. Em relação à carta lida pela representação discente, não foi  
7 muito destacada a questão de que alunos que mereceriam ingressar pelo sistema de  
8 bonificação já teriam sido eliminados na primeira fase. Na verdade, quando houve a  
9 discussão, ano passado, manifestou essa preocupação, inclusive sua ideia era que fosse  
10 proposto também um sistema de bônus para a primeira fase. Acredita que seria simples para a  
11 Comvest analisar quantas vagas que teriam direito à bonificação deixaram de ser preenchidas  
12 por falta de candidatos que passaram na primeira fase. Se não houve, não existe esse  
13 problema. Se houve, acha que isso mereceria a proposta de um sistema de bônus na primeira  
14 fase que garantisse que isso não acontecesse. O Conselheiro LUIS ALBERTO MAGNA diz  
15 que a manifestação do professor Ripper é muito oportuna e lembra que ele faz parte do  
16 subgrupo de ações afirmativas, que participará, no próximo dia 27, na Comvest, de um  
17 trabalho que envolve essas questões a que se referiu. A Conselheira GLÁUCIA MARIA  
18 PASTORE registra sua satisfação com a realização do *Workshop Nature* Unicamp, uma  
19 iniciativa da PRP e da CGU, que foi avaliado pelos participantes como de extrema  
20 importância e que certamente auxiliará os pesquisadores e docentes a aumentar ainda mais a  
21 visibilidade da ciência de ótima qualidade que já se pratica aqui. Agradece aos diretores que  
22 auxiliaram na divulgação. Houve 140 inscrições para esse evento, que comportava cem vagas,  
23 portanto, foi feita uma acomodação dentre os inscritos. O resultado no longo prazo ainda será  
24 medido, mas o resultado imediato foi bastante satisfatório, por isso acredita que estejam  
25 cumprindo o papel de proporcionar condições para a excelência. Lembra que foi amplamente  
26 divulgada, há 15 dias, a disponibilidade da plataforma Somos Unicamp para todos os docentes  
27 e pesquisadores, que contém um apanhado geral do Currículo *Lattes* de cada um. Ela ajuda a  
28 conhecer o que está acontecendo nas unidades, nos departamentos, para que olhem para si  
29 próprios e aperfeiçoem a forma como se colocam perante o *Lattes*. Considera que esse é um  
30 importante aprendizado para todos os docentes e pesquisadores. Lembra ainda que as  
31 inscrições para as bolsas Pibic de 2014 ocorrerão de 1º a 14 de abril; já o Pibic Ensino Médio  
32 terá submissão dos projetos de 1º a 11 de abril. Tiveram o encerramento das atividades do  
33 PIC-Jr. no dia 28 de fevereiro, no auditório da FCM, com uma presença massiva de  
34 professores de ensino médio e de dirigentes de escolas públicas das diversas regiões de  
35 Campinas. Esse interesse da comunidade em participar representa uma avaliação muito  
36 importante. Por isso acredita que essa seja uma ação que merece ser ampliada. Como foi  
37 citado pelo professor Jurandir, no dia 14 de março foi assinado, na cidade de Santos, o termo  
38 de compromisso celebrado entre a Prefeitura de Santos, a Petrobras, a USP, Unicamp, Unesp  
39 e a Fundação Parque Tecnológico de Santos para implementação do Centro Tecnológico da  
40 Baixada Santista. Por delegação do senhor Reitor, esteve presente à ocasião, e destaca que

1 esse trabalho foi resultado da discussão feita no âmbito do Cruesp, no fórum dos pró-reitores  
2 de pesquisa. Então, graças à participação efetiva dos técnicos da Petrobras isso foi gerenciado,  
3 mais de um ano e meio atrás, e resultou agora nesse acordo. O professor Trevisan, diretor do  
4 Cepetro, coordenará as atividades da Unicamp perante esse novo centro, que será construído  
5 pela Petrobras. É preciso ter atenção e cuidado porque todas as instituições envolvidas estão  
6 muito dedicadas e atentas ao desenvolvimento desse centro. Então, a Unicamp, que sempre  
7 foi pioneira na questão do estudo do petróleo, tem de estar muito próxima e participante, com  
8 toda atenção, nesse centro. Informa também que há dois novos editais abertos: o primeiro é o  
9 Edital de Projetos na Linha de Extensão, dentro do Faepex, com prazo de 24 de março a 23 de  
10 abril, que terá valor total de R\$200 mil e projetos de até R\$10 mil. O segundo é o Edital de  
11 Eventos nos *Campi* da Universidade, que oferecerá auxílio à realização de eventos científicos,  
12 esportivos e artísticos dentro da Universidade para os grupos que estão criando áreas novas,  
13 que possuem novos laboratórios e gostariam de discutir isso. O valor é de R\$20 mil por  
14 projeto e serão apoiados até 15 projetos, sendo o período de inscrição de 15 de março a 15 de  
15 maio. Esse edital se destina aos eventos que acontecerão até 30 de setembro; para os demais,  
16 haverá um novo edital. Agradece a senhora Rosângela Martinhago, da Cipa, que a convidou  
17 para falar sobre “A importância da mulher trabalhadora na Universidade”, no dia 27 de  
18 março, às 14h, no auditório da DGA. Outro motivo de satisfação foi o fato de o *Prêmio Jovem*  
19 *Cientista 2014*, concedido pelo CNPq, ter como tema a segurança alimentar e nutricional.  
20 Todas as sugestões feitas pela Universidade foram incorporadas pela agência, e o edital estará  
21 aberto de 04 de agosto a 19 de dezembro. Lembra que a Unicamp tem vários locais  
22 importantes nessa área, como a FEA, com suas pesquisas, o setor de nutrição do HC, a FCA,  
23 portanto haverá aqui ótimas pesquisas que poderão concorrer a esse prêmio. E, finalmente,  
24 parabeniza o professor Paulo Barbosa por todos os indicativos da FEC, e há mais um que  
25 gostaria de lembrar que é a forte participação do Pibic na Faculdade, não apenas através da  
26 apresentação dos projetos, mas também da presença dos professores no dia do congresso do  
27 Pibic, o que foi muito interessante. Solicita que transmita os cumprimentos aos docentes e  
28 alunos. O Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER diz que irá se  
29 manifestar tendo em vista a carta lida pela conselheira Diana, que se referiu ao trabalho da  
30 Preac com a palavra “negligência”. É verdade que a pró-reitoria não faz tudo o que gostaria,  
31 mas resumirá aqui algumas das ações que ela realiza. A Preac vem sustentando alguns  
32 projetos múltiplos, como o Espaço Móvel, que é de um grupo ligado ao curso de Arquitetura  
33 e que visita locais carentes orientando os moradores quanto às necessidades arquitetônicas e  
34 urbanísticas de suas microrregiões. Ela também toca a Incubadora Tecnológica de  
35 Cooperativas Populares – ITCP. Por exemplo, em Jandira, um pesquisador da FEC ensinou  
36 aos moradores de uma determinada região a fazer tijolos com material de demolição. Esse  
37 projeto, com auxílio da Prefeitura, foi bem-sucedido, inclusive venceu a concorrência para  
38 fornecer tijolos para as reformas das escolas da região; os moradores disseram para a ITCP  
39 que ela poderia passar a ajudar outro grupo, porque já eram capazes de seguir sozinhos. A  
40 incubadora também ajuda sistematicamente o acampamento Vergel, em Mogi Mirim, um

1 assentamento rural que integra a Rede de Agroecologia e que às sextas-feiras vende seus  
2 produtos na Estação Guanabara. Também trabalham com projetos de catadores de lixo  
3 reciclável no bairro de Bom Sucesso e em mais um bairro do qual não se recorda o nome. O  
4 ITCP também possui grupos de estudos de racismo, de outros preconceitos e estudos de  
5 gêneros. Além disso, a Preac tem participado ativamente do Edital Proext do MEC, que aliás  
6 está aberto e recebendo as propostas para que a Unicamp seja contemplada, o que não  
7 aconteceu no ano passado. E possui também o edital interno PEC, cujo cronograma já foi  
8 apresentado ao Conselho de Extensão, com todas as datas para que grupos, sejam eles  
9 formados apenas por alunos, por alunos e funcionários, por alunos e professores, por  
10 professores e funcionários, possam solicitar bolsas até o limite de R\$11 mil. O valor era R\$10  
11 mil, mas houve um reajuste. A Preac também tem um projeto de cooperação com o Trote da  
12 Cidadania. Em relação especificamente à Coordenadoria de Assuntos Comunitários, destaca a  
13 Feira de Economia Solidária, realizada na Rua dos Flamboyants, entre o Restaurante  
14 Administrativo e o prédio da Engenharia Básica. Ela conta com a colaboração do Nepam,  
15 sobretudo para o acesso aos sanitários, e tem sido um sucesso. A pró-reitoria trabalha  
16 ainda com alguns grupos, como o Arca, que realiza atividades variadas envolvendo esporte,  
17 informação, atividades lúdicas, em cooperação com a Prefeitura Municipal de Campinas, que  
18 fornece os aparelhos de ginástica para as crianças. Também trabalha em alguns bairros, como  
19 Padre Anchieta, Vila Esperança, Eldorado de Carajás, São Marcos, Centro, Santa Genebra,  
20 Vila Régio, Vila União e aqui em Barão Geraldo, onde através de associações comunitárias e  
21 com a ajuda da Prefeitura conseguiram um espaço para realizar o curso pré-vestibulinho para  
22 os alunos que querem ingressar no Cotil, no Cotuca e no Etecap. Há também o curso Exato,  
23 um projeto da Preac na CAC, coordenado por quatro docentes: Christiane Campos, do IC;  
24 Gabriela Castellano, do IFGW; Raquel Fiad, do IEL; e Paulo Miranda, do IQ. Havia um outro  
25 projeto de curso pré-vestibulinho, a ser iniciado na Estação Guanabara, mas que acabou não  
26 se concretizando. A pró-reitoria tem ainda alguns grupos de trabalho, que são de DST-Aids,  
27 integração cultural afro-brasileira, que tem a satisfação de dizer que é o primeiro a incluir os  
28 países árabes, porque todos os esforços até hoje de integração afro-brasileira eram apenas para  
29 o sul do Sahel, mas desta vez estão trabalhando também com as etnias árabes. E tem mais um  
30 grupo grande, que é o do lixo e de cidadania, em que alunos fornecem orientação aos grupos  
31 de catadores de lixo. No CIS-Guanabara, hospedam o SOS Ação Mulher e Família, o que foi  
32 possível através do esforço de pessoas como o professor Jorge Megid, e que tem como  
33 objetivo envolver pesquisadores e alunos no atendimento a mulheres em situação de violência  
34 familiar antes de se dirigirem à Delegacia da Mulher. Também hospedam a Orquestra  
35 Filarmônica de Viola Caipira de Campinas, que para sua alegria ensaia na cozinha, porque  
36 não há outro espaço. No saguão, um grupo de artes cênicas ensaia uma peça, e no espaço com  
37 pedrisco são realizadas atividades circenses, com malabares e uma tenda que de vez em  
38 quando é montada para as atividades teatrais. Lembra que a pré-estreia, no Estado de São  
39 Paulo, da peça produzida pela atriz Camila Pitanga, antes de ir para São Paulo, foi  
40 apresentada na Estação Guanabara. Há também oficinas de capoeira e de atividades

1 gastronômicas. Contam também com a professora Keyla Lopes, ex-orientada do professor  
2 Paulo Ferreira de Araújo, que trabalha com a dança com pessoas com deficiência, inclusive  
3 visual. Há também um curso para mães. A professora Marina Ilha, diretora associada da FEC,  
4 desenvolve lá um projeto de aproveitamento de água, com apoio financeiro parcial da Fapesp  
5 e do Gabinete do Reitor, e que engloba atividades de ensino, pesquisa e extensão, pois leva os  
6 participantes da Rede de Agroecologia e Agricultura Familiar para conhecerem técnicas de  
7 armazenamento de água. Também são ministrados cursos e minicursos informativos aos  
8 integrantes da Rede. Há também as feiras, os festivais, e a Rede de Agroecologia e  
9 Agricultura Familiar, que se tornou uma referência no bairro. A CDC continua cuidando do  
10 Ginásio Multidisciplinar, incluindo a reforma do piso, das tribunas, dos banheiros e do Centro  
11 de Convenções. Também a CDC é responsável, porque é o órgão executivo, pela nova  
12 existência do Conselho de Desenvolvimento Cultural – Condec, e teve o prazer de descobrir  
13 que o professor Esdras vai participar. Muitos grupos participam do Condec, como o coral  
14 Zíper na Boca, a Orquestra Sinfônica da Unicamp e a Orquestra Comunitária da Unicamp.  
15 Estatutariamente não tem direito a voto, mas tem sido possível, até agora, resolver tudo  
16 apenas com direito a voz. Além disso, a CDC tem os seus espaços de arte, realizando  
17 simultaneamente exposições no Centro de Convenções, nas paredes do Cecom, nas paredes da  
18 Ascom, nas paredes da AFPU e no saguão do restaurante da FCA. E estão fechando um  
19 acordo com a Câmara Municipal de Campinas para também lá cuidarem das exposições de  
20 arte. Os artistas convidados são artistas regionais, alguns de renome, alguns em início de  
21 trabalho. Além disso, as exposições sempre são abertas com a Moldura Musical, projeto  
22 apoiado pelo GGBS que oferece bolsas para alunos do curso de Música contribuírem para o  
23 momento cerimonial da abertura da exposição. A Unicamp também é responsável pela  
24 organização do primeiro minicorredor cultural. O corredor cultural nacional é um esforço do  
25 MEC, e a Unicamp propôs que se fizessem minicorredores financiados por cada universidade  
26 em microrregiões. Esses minicorredores não são destinados a atividades culturais dentro da  
27 Unicamp, mas nas universidades e prefeituras, como foi o caso dos alunos do Instituto de  
28 Artes, que financiados parcialmente pelo próprio Instituto e pela Preac participaram do  
29 Festival Itajubense de Cultura e Arte, no município de Itajubá, Minas Gerais, com  
30 apresentações realizadas em toda a cidade. Tem havido um trabalho intenso também com o  
31 grupo que está coordenando a construção do Programa *Campus* Tranquilo no aspecto das  
32 atividades culturais. A ótica da Preac tem sido sempre baseada no Plano Nacional de Cultura,  
33 que abrange a cultura sob a ótica simbólica, de direitos humanos e de uma economia  
34 sustentável, e não como entretenimento. Na semana passada, foi realizada a primeira atividade  
35 do Projeto Conexão Cultural Unicamp, em que se apresentaram os artistas Andréia Preta e  
36 Edinho Tio Beijo, com a presença de mais de cem pessoas ao longo do programa, que  
37 começou às 17h e acabou às 19h. Não choveu e foi uma festa. As apresentações ocorreram na  
38 Praça Central do Ciclo Básico, onde foi montado o palco e receberam espectadores de vários  
39 cursos, sendo que os alunos de Artes Cênicas dançaram muito ao som do forró. Já a  
40 Extecamp, além de cuidar diretamente da parte técnica da ITCP, ofereceu 1.399 cursos no ano

1 passado, alguns pagos e outros gratuitos, e essa é uma discussão que sempre vem sendo feita.  
2 Foram 7.580 alunos matriculados, com um total de 31.601 matrículas, já que os alunos podem  
3 se matricular em mais de um curso. É interessante que o número de matrículas é quase  
4 equivalente ao número de matrículas da Unicamp na graduação e na pós-graduação. E em  
5 cooperação muito estreita com a PRDU, na pessoa da professora Teresa Atvars, tem sido feito  
6 um trabalho para incluir as atividades de extensão no reconhecimento das atividades de  
7 alunos, funcionários e professores, esclarecendo sobre as atividades, se há bolsa,  
8 financiamento, e para que possam solicitar a realização de projetos e cursos, algo que hoje,  
9 estatutariamente, não pode ser feito. Por fim, a Preac trabalha de maneira muito intensa com a  
10 indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e tem ao máximo recusado fazer  
11 extensão do tipo assistencial. Cita alguns exemplos: quando os alunos da FCM, da FEnf, da  
12 FOP, da FEF e os alunos da FE que realizam estágio vão para o trabalho de campo, estão  
13 fazendo extensão universitária de maneira indissociável com ensino e com pesquisa. Recebeu  
14 com muita satisfação um grupo de seis estudantes que trabalham em uma ONG do centro da  
15 cidade orientando jovens e adolescentes em medida socioeducativa, em prestação de serviços  
16 à comunidade ou em liberdade assistida. A cooperação da Preac com o SAE tem sido muito  
17 forte no que se refere a essas bolsas de trabalho. Então, acredita que a Unicamp poderia fazer  
18 muito mais, mas acha que a Preac não merece o título de negligente. O Conselheiro JOSÉ  
19 ELLIS RIPPER FILHO diz que não sabe se estaria na competência da Preac, mas  
20 aproveitando os contatos que ela tem com a Prefeitura, relata que tem uma insatisfação há  
21 quarenta anos com a Prefeitura Municipal pelo fato de ela disponibilizar a compra de entradas  
22 para apresentações culturais, como, por exemplo, para a Orquestra Sinfônica Municipal de  
23 Campinas, apenas no próprio dia do espetáculo, no teatro, durante a tarde. E agora, com a  
24 reinauguração do Teatro Castro Mendes, ficou extremamente difícil. Ano passado, uma amiga  
25 sua que é compositora veio a Campinas, porque a Orquestra ia tocar uma peça dela, e ele teve  
26 grande dificuldade de conseguir as entradas, pois trabalha em Paulínia e teve de se deslocar  
27 durante a tarde para comprá-las no Castro Mendes. O resultado disso foi que o concerto, com  
28 uma peça excelente, estava absurdamente vazio, com um público que não chegava a cinquenta  
29 pessoas. Então, acha que a Unicamp deveria tentar fazer um convênio com a Prefeitura para  
30 que fosse um local de venda, tendo em vista que possui um público natural para a Orquestra e  
31 para outros espetáculos. O Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO  
32 MEYER agradece a sugestão do professor Ripper e observa que possuem um trânsito muito  
33 bom com a Secretaria da Cultura, dirigida pelo professor Claudiney Carrasco, do Instituto de  
34 Artes, e espera conseguir boas notícias nesse sentido para a próxima reunião do Consu. A  
35 Conselheira ÍTALA MARIA LOFFREDO D'OTTAVIANO inicia ratificando a fala do  
36 professor Caio e cumprimentando o Imecc. Além dos mestrados e doutorados *standard*, o  
37 Imecc mantém o mestrado profissional, que é nacionalmente muito importante, mas o Profmat  
38 é um dos programas mais relevantes existentes no país para formação de professores. O Imecc  
39 sempre foi inovador e criativo na proposição e manutenção de cursos e programas para  
40 formação de professores de Matemática para o Estado. Outro assunto foi trazido pela

1 representante discente Gabriela, referente a uma pesquisa realizada com os estudantes de pós-  
2 graduação. De fato, todos eles tiveram acesso ao formulário, um formulário muito bem feito,  
3 muito bem preparado, que a PRPG permitiu que fosse enviado pela lista da DAC. E  
4 receberam alguns resultados esperados e outros bastante surpreendentes. A acadêmica  
5 Gabriela mencionou uma sugestão da Capes de que fossem evitadas propostas de eventos a se  
6 realizarem durante o período da Copa do Mundo. Entendeu que a preocupação da Capes era  
7 com relação aos valores, pois todos sabem que passagens e estadias estarão bem mais caras no  
8 período. Possui algumas informações importantes para transmitir às unidades relativas à pós-  
9 graduação. A primeira é que foi liberada pela Capes a verba aprovada para a Unicamp no  
10 Programa Pró-Equipamentos 2013, de pouco mais de R\$3,3 milhões. O edital para o  
11 Programa referente a 2014 já foi divulgado; todas as unidades foram informadas e os  
12 coordenadores de pós-graduação estão preparando suas propostas, que deverão ser aprovadas  
13 pela CCPG e encaminhadas pela PRPG. Também, antecedendo às expectativas, a Capes  
14 liberou o primeiro terço da verba Proap relativa ao ano de 2014. A primeira cota que veio para  
15 a CCPG, correspondente a R\$1,2 milhão, deve ser distribuída entre as unidades e a própria  
16 pró-reitoria. O programa de convênios Siconv, que preocupou muito as coordenações de pós-  
17 graduação, já está em vigor desde o final do ano passado. Dois funcionários da PRPG da área  
18 correspondente foram encaminhados para um curso de formação em Brasília, junto à Capes. E  
19 também foi oferecido um primeiro curso de formação aqui, organizado pela AFPU, do qual  
20 participaram todos os secretários de pós-graduação das unidades e órgãos, e já está sendo  
21 programado um segundo curso. No próximo dia 27, ocorrerá na Capes o lançamento da  
22 Plataforma Sucupira. Participará pessoalmente, assim como alguns coordenadores de  
23 programas, de comissões de pós-graduação das unidades e o professor José Raimundo de  
24 Oliveira, superintendente do CCUEC. As unidades e seus programas estão muito preocupados  
25 com essa plataforma, mas acredita que em alguns meses já estarão em condições de utilizá-la  
26 com certa naturalidade. Anuncia que já foram ministradas as aulas inaugurais de três novos  
27 cursos de pós-graduação aprovados pela Capes e que estão sendo implantados pela  
28 Universidade este ano: o curso de mestrado interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais  
29 da FCA, o doutorado em Tecnologia da FT e o doutorado interinstitucional em Bioenergia,  
30 que se iniciou em março e que tem toda sua parte técnica sediada na Unicamp. As aulas desse  
31 programa serão ministradas em inglês, utilizando o recurso de videoconferências em uma sala  
32 da Faculdade de Educação, que foi considerada a mais adequada para as aulas, dentre as três  
33 universidades. Cumprimenta também o Cotil e o Cotuca pelos 47 anos e a FEC pelos 45 anos.  
34 Informa que em breve será publicada uma alteração da Resolução GR-053/2000 que  
35 normatiza o pagamento de passagens aéreas e ajuda de custo. O assunto foi bastante discutido  
36 na CCPG e a alteração foi aprovada por unanimidade; essa Resolução está vigente há mais de  
37 dez anos, e a partir de agora as unidades de ensino e pesquisa, através de seus programas de  
38 pós-graduação, poderão arcar com as despesas dos participantes externos convidados para as  
39 bancas de exame de qualificação. Outro item que gostaria de esclarecer diz respeito à proposta  
40 que foi aprovada, por unanimidade, na última reunião da CCPG, relativa a alterações da

1 Resolução GR-031/2010, que institui o Programa de Estágio Docente. A questão foi discutida  
2 ao longo de três reuniões da Comissão; nas duas primeiras, foram discussões em Expediente  
3 onde se buscou estabelecer os conceitos que, do ponto de vista filosófico, deveriam balizar a  
4 proposta de alteração e, a partir desses conceitos, quais princípios seriam adotados e quais  
5 alterações seriam propostas. Foi constituída, por intermédio da CCPG, uma comissão para  
6 analisar os pontos discutidos e apresentar uma proposta para alteração das normas em vigor.  
7 Isso foi encaminhado a todos os membros da CCPG, inclusive aos representantes discentes,  
8 que não participaram da reunião. A proposta foi longamente discutida na Ordem do Dia da  
9 reunião da CCPG e aprovada por unanimidade, já com o parecer favorável da Procuradoria  
10 Geral. Em seguida, foram adequados os artigos da proposta de acordo com sugestões  
11 apresentadas e aprovadas; na sequência, foi reencaminhada a todos os coordenadores de pós-  
12 graduação, e assim que tiverem um retorno, ela será encaminhada ao Gabinete do Reitor para  
13 análise e deliberação. Além de alterações de termos e de formas na resolução em vigor, duas  
14 questões fundamentais foram repensadas. Hoje a Universidade conta com 1.045 estudantes  
15 PED, dos quais 756 possuem bolsas, que são mantidas pelo Orçamento da Unicamp. A partir  
16 de agora, os bolsistas C – lembrando que atualmente há bolsistas B e C, não mais bolsistas A  
17 – poderão assumir no máximo 25% da carga didática das disciplinas, e essa atividade deverá  
18 ser supervisionada pelos docentes responsáveis, predominantemente de forma presencial.  
19 Bolsistas B hoje poderiam assumir 100% das cargas didáticas das disciplinas, e levantaram  
20 que em algumas unidades há casos em que isso ocorre sem a supervisão presencial dos  
21 docentes. O que foi aprovado é que os bolsistas B poderão assumir de 25 a 80% da carga  
22 didática, sempre supervisionados pelo docente responsável, preferencialmente de forma  
23 presencial. Outra alteração, que contempla a pergunta feita pela acadêmica Mariana, se refere  
24 ao limite máximo de semestres que o aluno poderá atuar como PED. Esses estudantes são  
25 inicialmente selecionados para que possam, em sua maioria, receber bolsas, mas há também  
26 um percentual de voluntários que atuam de forma equivalente aos outros, porém sem bolsa. O  
27 que foi estabelecido pela CCPG foi que os estudantes de mestrado, que são necessariamente  
28 PED-C, poderão exercer até dois semestres de atividades didáticas. Isso porque o tempo que  
29 se normatiza para conclusão do mestrado é de quatro semestres, e a CCPG considera que o  
30 PED é um programa de formação para que os estudantes de mestrado e doutorado possam  
31 melhor se capacitar para suas futuras atividades docentes. O objetivo do estudante de  
32 mestrado não deve ser ministrar disciplinas; considerou-se, portanto, que o limite adequado é  
33 de dois semestres para o estudante de mestrado e três semestres para o de doutorado. Dessa  
34 forma, os pós-graduandos se capacitam para o exercício da docência, porém sem que essa  
35 formação prejudique seu tempo de dedicação aos programas de mestrado e doutorado. Então,  
36 apesar de outras modificações na forma da deliberação, o que há de fundamental na proposta  
37 aprovada é esse limite de tempo de participação e o limite da responsabilidade do estudante na  
38 parte didática das disciplinas. Mas há aqui também uma deliberação sobre outras atividades  
39 do estudante PED além das questões já colocadas. A Conselheira MARIANA ZUANETI  
40 MARTINS pergunta se existia norma da Capes que regulamentava esse limite de três

1 semestres de participação para os alunos de doutorado e de ano seria, porque a partir de 2010  
2 a Capes teria, inclusive, liberado o acúmulo de bolsa e trabalho, e parece estranho que ela  
3 limite o estágio docente. A Conselheira ÍTALA MARIA LOFFREDO D'OTTAVIANO  
4 responde que essa norma limita a relação entre bolsa PED e trabalho. A Capes permite  
5 inclusive o acúmulo com bolsa de mestrado e doutorado, mas o objetivo da Universidade,  
6 como formadora de docentes, cientistas e cidadãos, é que o Programa contribua para a  
7 capacitação dos estudantes para o exercício da docência e para a formação e informação do  
8 estudante sob a supervisão de um professor responsável e de acordo com seu orientador. O  
9 que pretendem garantir com esta nova normatização é que o Programa seja um benefício tanto  
10 para a formação do estudante quanto para a Unicamp, desde que ele não prejudique a  
11 formação científica e o resultado do aluno no mestrado e doutorado. Portanto, a intenção da  
12 CCPG é que o estudante também seja, de certa forma, protegido nesse seu estágio. A  
13 Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS transmitirá algumas informações sobre  
14 atividades nas quais a PRDU está envolvida, a maioria delas em cooperação com outros  
15 órgãos ou pró-reitorias. A primeira se refere a uma proposta apresentada pelo professor Léo  
16 Pini ao Conselho Universitário relacionada com a FCA, a FT e o Cofil. A sugestão é que se  
17 estude uma forma de ampliar as atividades no âmbito do ensino médio para cooperar com a  
18 qualificação desse nível de ensino e também reorganizar a área dos dois *campi* de Limeira, de  
19 tal maneira que seja viabilizada sua ampliação. Foi realizada uma primeira reunião dessa  
20 comissão, que tem a seguinte composição: ela na presidência, professor Magna, professor Léo  
21 e os diretores das unidades envolvidas – professores Peter, José Geraldo e Saran. Nessa  
22 primeira discussão, buscaram o entendimento da proposta e fizeram uma espécie de  
23 *brainstorming* sobre os vários assuntos e as suas implicações. Abordaram a transferência da  
24 FT para o *campus* II, onde está localizada a FCA, e o aumento do número de vagas, tendo em  
25 vista que há vários cursos aprovados pelo Conselho Universitário a serem implantados no  
26 *campus* II. Como é uma discussão sobre os dois *campi* de Limeira, essa questão dos cursos  
27 também deve ser tratada. A conversa ainda está bastante preliminar, será preciso fazer várias  
28 discussões até chegarem a uma proposta, mas entendem que esta deva ser apresentada ao  
29 Consu até novembro de 2014, de tal maneira que ações para 2015 e anos subsequentes  
30 possam ser analisadas e, eventualmente, implantadas. Nas próximas reuniões do Consu, trará  
31 outras informações sobre a evolução das discussões. Informa também que está em andamento  
32 o processo de avaliação institucional das unidades de ensino e pesquisa; foram realizados  
33 *workshops* com todas as comissões internas designadas pelas unidades, e a metodologia  
34 apresentada procurou inovar, criando um vínculo entre avaliação institucional e planejamento  
35 estratégico já dentro do próprio processo de avaliação. Os dados utilizados nesse sistema de  
36 avaliação institucional são os dados oficiais da Unicamp referentes ao período 2009-2013, e  
37 estão disponíveis no sistema S-Integra. Agradece a colaboração de vários órgãos da Unicamp  
38 e, em particular, ao professor José Raimundo, do CCUEC, que está ajudando enormemente na  
39 reestruturação do Sipex como o banco de dados da produção acadêmica da Universidade. A  
40 Copei decidiu, também com base na proposta orçamentária aprovada pelo Consu, implantar o

1 edital do Planes 2014, com o intuito de destinar os R\$10 milhões aprovados para o Orçamento  
2 deste ano. Foram recebidas 17 propostas, que serão analisadas preliminarmente por uma  
3 comissão da Copei, que definirá quais delas possuem aderência ao edital. Após essa fase de  
4 análise preliminar, a Copei criará uma comissão para estudar o mérito das propostas, de tal  
5 maneira que até meados de abril haja uma decisão sobre os projetos aprovados para receber os  
6 recursos. Finalmente, agradece ao professor João Frederico pela aula de extensão universitária  
7 que ministrou há pouco. O Conselheiro ALVARO PENTEADO CRÓSTA diz que fará um  
8 relato sobre o andamento da construção do Programa *Campus* Tranquilo, tentando responder  
9 algumas questões colocadas pelos conselheiros Icaro e Léo Pini. Esse Programa está sendo  
10 construído em torno de três eixos principais: prevenção, informação e convívio, e há uma  
11 série de ações que já estão sendo adotadas. A primeira é o estabelecimento de um serviço  
12 interno de atendimento à urgência; a ideia é que contem com uma viatura do Samu e com  
13 equipes para fazer o atendimento interno. Isso está sendo desenvolvido pelo Cecom, com  
14 apoio do HC e da FCM, para que seja efetivado em um prazo relativamente curto. Há  
15 negociações em andamento para instalação no *campus* de uma base do Corpo de Bombeiros, o  
16 que auxiliará muito na questão de prevenção. Também está programado um processo de  
17 revisão e melhoria do sistema de iluminação do *campus*, do sistema de câmeras de  
18 monitoramento e de procedimentos para poda técnica de vegetação, inclusive para possibilitar  
19 a iluminação e atuação das câmaras de monitoramento de forma mais efetiva. Ações de  
20 treinamento e reciclagem dos profissionais de vigilância já estão ocorrendo; ontem foi  
21 ministrado o primeiro curso, abordando primeiros socorros. Há também um projeto em estudo  
22 para instalação de totens de emergência espalhados em áreas estratégicas do *campus*. Esses  
23 totens são utilizados em universidades de outros países, e funcionam da seguinte forma:  
24 qualquer pessoa que se sinta em situação de risco vai até o totem e aperta um botão que  
25 automaticamente aciona a Vigilância. Também conta com alarme, comunicação direta com a  
26 pessoa e outros recursos. Também está sendo estudada a melhoria da cobertura da rede *Wi-Fi*  
27 pelo *campus*, tendo em vista que há ainda vários pontos não cobertos pela rede, e como o  
28 Programa integra a informação, prevenção e o convívio, é muito importante que exista uma  
29 cobertura mais eficaz, inclusive pelo grande uso, hoje em dia, de dispositivos móveis.  
30 Também está previsto o desenvolvimento de novas funções para o aplicativo que já existe, o  
31 Unicamp Serviços para dispositivos móveis, que está disponível atualmente para duas  
32 plataformas, Android e iOS, e tem milhares de *downloads*. Também está em andamento,  
33 nesse aplicativo, uma função para comunicação de urgência e emergência que, acionada pelo  
34 usuário no dispositivo móvel, o localiza por geoposicionamento, ou seja, a Vigilância vai  
35 identificar automaticamente onde ele se encontra no *campus*. Observa que a gestão para  
36 melhoria da cobertura do sinal de celulares é uma ação que não depende apenas da  
37 Universidade, por isso ela está empreendendo uma conversa com as operadoras e  
38 concessionárias para a melhoria desse serviço. Da mesma forma que a rede, existem pontos  
39 não cobertos de sinal de celular no *campus*, principalmente dentro de edifícios, devido a  
40 estruturas de concreto e aço que o bloqueiam; há soluções técnicas para isso que estão sendo

1 levantadas. A parte de informação e comunicação está sob responsabilidade da Coordenadoria  
2 de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC e do CCUEC, e a parte de prevenção  
3 está a cargo da Prefeitura, com ação também do Cecom. O conjunto de ações na área  
4 sociocultural e esportiva está sob a incumbência da CDC/Preac, e elas já estão tendo espaço,  
5 como citou o professor João Frederico quando se referiu ao evento ocorrido no dia 19 de  
6 março, na Praça do Ciclo Básico. Esteve lá, assim como o professor João Frederico e alguns  
7 conselheiros, e todos puderam desfrutar de boa música em um belíssimo final de tarde,  
8 apreciando tanto os grupos musicais quanto os alunos, que eram a maioria do público presente  
9 e que passaram o tempo todo do *show* dançando ao som da música. E há pelo menos mais três  
10 eventos programados, que deverão ocorrer mensalmente. Conforme já havia sido informado à  
11 comunidade, estão sendo feitas reuniões para divulgação dessas ações e para colher sugestões  
12 e críticas, ideias de outras ações, no sentido de melhorar o dia a dia no *campus*. Será  
13 divulgado um calendário na página da CGU com as reuniões, no ícone “*Campus Tranquilo*”.  
14 Já foram realizadas reuniões em quatro unidades, FEM, Imecc, FEQ e IB, nos dias 10, 17, 21  
15 e 24 de março, respectivamente, e agradece aos diretores e à comunidade. Lembra que as  
16 reuniões estão sendo estabelecidas a critério da direção das unidades, mas solicita que sejam  
17 marcadas preferencialmente em horários que permitam maior participação de docentes,  
18 funcionários e alunos. A divulgação também é feita pelas unidades, através de listas internas  
19 de *e-mail* e cartazes. Houve uma participação bastante expressiva dos docentes, funcionários e  
20 alunos nas quatro reuniões já realizadas, e espera que nas seguintes também. As próximas  
21 reuniões estão agendadas no IG, no dia 26 de março; na FEF, no dia 27; na Feec, no dia 31;  
22 no IQ, no dia 02 de abril; no IEL, no dia 03; no IC, no dia 16; na FE, no dia 23; no IFGW, no  
23 dia 24; e na Feagri, no dia 30 de abril. As demais unidades ainda não agendaram, e reitera  
24 aqui a solicitação aos diretores que ainda não tiveram oportunidade de fazer o agendamento,  
25 para que o façam. Em um estágio seguinte, pretendem fazer reuniões também nos órgãos  
26 administrativos, mas ainda será definida uma estratégia porque são muitos, então  
27 provavelmente serão agrupados e, por fim, haverá uma reunião geral para concluir o processo  
28 de debate com a comunidade, que deve ser realizado no CDC, com ampla divulgação e aberta  
29 a todos. Uma segunda informação é referente ao ofício da coordenação do Cecom sobre a  
30 questão da dengue no *campus*, e lhe foi solicitado que destacasse aqui alguns aspectos. É  
31 importante que todos leiam com atenção, porque a situação realmente está bastante séria no  
32 município; há uma previsão de 12 mil casos da doença para este ano. No ano passado, por  
33 exemplo, foram cerca de seis mil, e o mais grave é que o tipo de vírus atual tem maior poder  
34 de transmissão do que o vírus que circulou em 2013. Em Barão Geraldo já são 65 casos  
35 confirmados e 169 suspeitos, e o Cecom já notificou 94 casos suspeitos e confirmou vinte. A  
36 prevenção é um aspecto muito importante e que depende, obviamente, de cada um dos  
37 membros da comunidade, porque embora nas áreas comuns a responsabilidade pela prevenção  
38 seja da Prefeitura e nas áreas das unidades, das direções, é o tipo de ação que somente  
39 funciona se todos estiverem muito engajados. A Cipa também é responsável por esse trabalho  
40 de prevenção nas unidades, mas, obviamente, se pode recorrer também à Prefeitura e ao

1 Cecom, em caso de necessidade. A Conselheira DIANA NASCIMENTO MORAES  
2 NOVAES diz que o seminário sobre segurança teve como base o acordo de desocupação do  
3 prédio da Reitoria, assinado pelos representantes da Reitoria, e nele havia a questão, que  
4 inclusive foi comentada pelo acadêmico Icaro, de que os estudantes, os funcionários e  
5 professores também seriam, a partir das suas entidades, convocados para pensar a realização  
6 das atividades. Todos os pontos mencionados pelo professor Álvaro colocam o projeto e as  
7 propostas já em andamento, sem a participação da comunidade nem a contemplação das  
8 discussões previstas na carta de negociação. Desejam saber quando esses debates serão  
9 realizados. O Conselheiro ALVARO PENTEADO CRÓSTA responde que o Programa está  
10 em construção; nada do que apresentou aqui está fechado. As ações que estão em andamento  
11 são de comum acordo e não receberam qualquer crítica até o momento, aliás, têm recebido  
12 muitos elogios, como no caso, por exemplo, da proposta de disponibilizar uma ambulância do  
13 Samu para atendimento interno. Como é um programa em construção, ele está ocorrendo nos  
14 debates com os docentes, funcionários e alunos, no entanto, por uma questão inclusive de  
15 organização, esses debates estão sendo realizados nas unidades de ensino e pesquisa. Em  
16 todos eles, como disse, há a participação dos três segmentos; o próprio conselheiro Icaro  
17 relatou que esteve presente na reunião realizada na FEM. A Conselheira DIANA  
18 NASCIMENTO MORAES NOVAES observa que os alunos presentes eram apenas ele e mais  
19 dois que descobriram na véspera que haveria o debate. O Conselheiro ALVARO PENTEADO  
20 CRÓSTA diz que ouviu essa colocação deles no dia da reunião, entretanto a direção da FEM  
21 divulgou internamente a reunião de forma ampla. As demais unidades também procederam da  
22 mesma maneira; no Imecc, por exemplo, foram afixados cartazes em vários locais. Acredita  
23 que existam mais alunos participando, mas se essa participação não está acontecendo de  
24 maneira ideal, não é por falha da Reitoria nem da direção das unidades, já que as reuniões  
25 estão sendo divulgadas e são completamente abertas. Gostaria que houvesse maior  
26 participação, portanto convida todos a ajudarem a divulgar as próximas reuniões para que isso  
27 possa se concretizar. Críticas e principalmente sugestões são bem-vindas. O MAGNÍFICO  
28 REITOR informa que daqui a pouco haverá uma apresentação sobre o V Simtec. Enquanto ela  
29 está sendo preparada, fará algumas observações sobre as manifestações dos conselheiros.  
30 Primeiramente, cumprimenta o professor Caio e o Imecc pela iniciativa na formação de  
31 professores de Matemática. Agradece o conselheiro Alberto pela referência à homenagem ao  
32 Cesit feita pelo TRT, comunicada na CAD e Cepe passadas; já foram enviados ao Instituto de  
33 Economia os votos de congratulações por esse reconhecimento por parte do Poder Judiciário.  
34 Propõe também votos de congratulações a todos os alunos do Cofil que receberam medalhas  
35 nas olimpíadas de Física e Matemática. E acrescenta votos de congratulações aos professores  
36 Fernando Galembeck, Ronaldo Aloise Pilli e Watson Loh, do Instituto de Química, que foram  
37 admitidos como *Fellows* da Royal Society of Chemistry, a partir de dezembro de 2013.  
38 Também à pesquisadora Paula Bernasconi, que conquistou, em março, com a sua monografia,  
39 o terceiro lugar no *I Prêmio Serviço Florestal Brasileiro em Estudos de Economia e Mercado*  
40 *Florestal*, da Escola de Administração Fazendária – Esaf, na categoria Profissionais. O

1 trabalho foi orientado pelo professor Ademar Ribeiro Romeiro, do Instituto de Economia. E  
2 aos professores João Francisco Marques Neto e Cármino Antônio de Souza, da FCM, que  
3 foram contemplados, no dia 20 de março, com o *Prêmio Paes Leme*. Portanto, não havendo  
4 objeções dos conselheiros, serão encaminhados votos de congratulações a todos os  
5 contemplados com prêmios. Em seguida, informa que o servidor Orlando Furlan, ATU do  
6 Instituto de Economia e membro da comissão organizadora do V Simtec, procederá à  
7 apresentação sobre o evento. O senhor ORLANDO CARLOS FURLAN diz que falará  
8 rapidamente sobre o V Simpósio dos Profissionais da Unicamp – Simtec, que será realizado  
9 entre os dias 16 e 18 de setembro, no Centro de Convenções. O Simpósio visa proporcionar  
10 aos profissionais da Unicamp um espaço específico para apresentação de trabalhos  
11 relacionados a ensino, pesquisa e extensão, algo que até há algum tempo não possuíam, além  
12 de capacitação profissional através de palestras e minicursos e atividades de integração e  
13 cultura. Esse espaço institucional já está consolidado, e o evento ocorre de dois em dois anos,  
14 possibilitando a divulgação do potencial dos profissionais da Universidade, o intercâmbio de  
15 conhecimento, a valorização do conhecimento técnico-científico desses profissionais e  
16 atualização dos conhecimentos. O evento terá cinco grandes eixos: Administração; Ensino e  
17 Pesquisa; Projetos Institucionais; Gestão Ambiental e Recursos Humanos. Todos os  
18 profissionais da Unicamp podem apresentar trabalhos e frequentar os minicursos, palestras,  
19 ações de cidadania e atividades culturais. A seguir, demonstra um gráfico das últimas  
20 inscrições e trabalhos apresentados no Simtec. Lembra ainda que o Simpósio, que é  
21 organizado por uma equipe instituída pelo senhor Reitor, integra ações da AFPU, DGRH,  
22 GGBS e Cecom que visam ao crescimento dos funcionários. Solicita a colaboração de todos  
23 os diretores de unidades no sentido de incentivar a participação dos funcionários e colaborar  
24 com sua liberação. O MAGNÍFICO REITOR reforça o pedido de divulgação e estímulo aos  
25 servidores porque, seguramente, o Simtec é uma oportunidade muito interessante de  
26 qualificação e intercâmbio de informações. Em seguida, cumprimenta o professor Paulo  
27 Barbosa pela programação estabelecida na comemoração dos 45 anos da Faculdade de  
28 Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. Em relação à carta dos cursinhos populares  
29 apresentada pela conselheira Diana, acredita que ela é legítima e pertinente, o que não  
30 significa dizer que concorda completamente com seu teor. O professor João Frederico já  
31 apresentou algumas considerações focadas na questão da extensão e o professor Magna  
32 também teceu considerações sobre alguns aspectos. Abordará mais alguns pontos da carta que  
33 acha que merecem destaque, além daqueles que já foram colocados. O primeiro é uma  
34 manifestação de concordância com a afirmação feita no primeiro parágrafo de que o índice de  
35 38% de alunos oriundos de escola pública está muito aquém do que se almeja. Essa também é  
36 a opinião do Conselho Universitário, que quando aprovou o sistema de bonificação traçou a  
37 meta de 50%, portanto esse número está 12% aquém do que foi reconhecido como uma  
38 situação desejável. As mudanças produzidas pelo sistema de bônus fizeram crescer de 31%  
39 para 38%, um crescimento muito expressivo, acima de 20%, de um ano para outro. Isso  
40 demonstra que o Paais é um método extremamente eficiente para efetuar a inclusão de

1 pessoas com os parâmetros que o Paais defende: provenientes de escola pública e  
2 autodeclarados pretos, pardos ou indígenas. Os PPIs, por sua vez, anteriormente eram 12% e  
3 passaram para cerca de 18%, portanto um crescimento bastante expressivo. E como o Paais é  
4 um sistema flexível, poderão acompanhar ao longo do tempo a ascensão desse número em  
5 direção à meta estabelecida até 2017. Acredita que não haja um caminho único, uma única  
6 forma de fazer inclusão. Há várias maneiras de se atingir esse objetivo, e foi esse debate que  
7 pautou as considerações do Conselho Universitário. Na deliberação que tiveram aqui,  
8 discutiram todas as alternativas de inclusão, como Paais, ProFIS e Pimesp. Algumas lograrão  
9 um avanço mais significativo, outras talvez menos, outras talvez a Unicamp não queira  
10 implantar, mas mesmo a questão das cotas faz parte do rol de discussão, inclusive já tendo  
11 sido realizados eventos nesse sentido. A segunda observação diz respeito à menção feita sobre  
12 a permanência estudantil. O reconhecimento de que é preciso avançar no programa de  
13 permanência estudantil também tem comprovação prática. Todos se recordam de que o  
14 Orçamento aprovado em dezembro trouxe um aumento bastante significativo, acima de 30%,  
15 nas bolsas de permanência. Então, essa é uma sinalização de que o programa que a  
16 Universidade adota precisa ser melhorado, especialmente pela previsão de que com o  
17 crescimento do número de alunos oriundos de escola pública e autodeclarados PPIs a  
18 Universidade receberá mais pessoas com condição social que necessitará de apoio. Essa  
19 previsão, feita na Proposta Orçamentária, se confirmou, mas a Unicamp está atenta a isso e  
20 está fazendo com que o seu programa de permanência cresça para conseguir atender a essa  
21 demanda. O terceiro ponto importante diz respeito à taxa de inscrição. Já foi solicitado à  
22 Comvest que estude a possibilidade de isentar automaticamente da taxa de inscrição todos os  
23 candidatos que forem utilizar o Paais. No entanto, o que a prática tem demonstrado até hoje é  
24 que a quantidade de isenções disponibilizadas é superior à demanda. De qualquer forma, a  
25 Comvest já está fazendo esse estudo, e se houver essa alteração, provavelmente será para o  
26 Vestibular 2016, como mais uma medida de estímulo à inscrição de estudantes de escola  
27 pública. Outra observação é sobre a referência de que os estudantes sequer sabem da  
28 existência do programa de isenção das taxas. A Unicamp fez um acordo com a Secretaria da  
29 Educação do Estado de São Paulo de distribuição de um *folder* sobre o Vestibular 2015 a  
30 todos os estudantes do terceiro ano do ensino médio. A Secretaria Geral distribuirá esse  
31 material a todos os conselheiros. Nas reuniões que o professor Edmundo tem feito nos  
32 estados, ele tem oferecido esse material de divulgação, que certamente permitirá um alcance  
33 maior das informações sobre o Paais e sobre a isenção da taxa de inscrição. O conselheiro  
34 Iuriatan se referiu a dois pontos que, na verdade, são bastante tranquilos para esta  
35 Administração, porque os dois estão expressamente colocados no programa de gestão e serão  
36 cumpridos integralmente. Foi designado um GT, presidido pelo conselheiro Adilton, onde  
37 todos os órgãos na área da Saúde estavam representados, que analisou o que seria necessário  
38 para viabilizar a jornada de 30 horas. O relatório evidentemente não é secreto, mas, por  
39 enquanto, ele orienta as ações de planejamento que estão sendo realizadas sobre o tema. No  
40 momento oportuno, o conteúdo e o cronograma serão amplamente divulgados. Em relação aos

1 ônibus fretados, o STU solicitou cópia de todos os contratos com as empresas. A Reitoria  
2 liberou o material em setembro, mas o Sindicato retirou o CD com os dados apenas muitos  
3 meses depois. E, de fato, é preciso tratar essa questão para realizar o que o programa de  
4 gestão coloca, que é o vínculo do transporte fretado com uma possível diminuição na  
5 circulação de automóveis no *campus*. Da forma como os fretados estão sendo tarifados pela  
6 Universidade, o estímulo é contrário, é um estímulo à utilização dos veículos próprios, porque  
7 fica mais barato para as pessoas virem de carro do que de fretado. É necessário inverter essa  
8 tendência, no entanto, há muitas linhas de fretado e a previsão do impacto que cada uma delas  
9 terá em termos de aumento de demanda não é algo simples de calcular. Mas há um projeto em  
10 elaboração para que o objetivo de estimular a utilização de fretado em detrimento dos carros  
11 se concretize. O professor Geromel comentou as duas propostas que foram formalmente  
12 encaminhadas, que constaram do Expediente para ciência, e que seguem agora a tramitação  
13 natural, buscando as informações, análise jurídica, estimativa de custo e outros procedimentos  
14 realizados antes da submissão ao Conselho Universitário. O professor Léo Pini também fez  
15 várias observações, algumas já foram comentadas e irá se referir a outras. Primeiramente,  
16 tranquiliza tanto o professor Léo Pini quanto a professora Claudia, que reiterou as  
17 observações do professor Léo, pois a Unicamp não vai falir, e se arrisca a dizer que a USP  
18 também não. É natural essa discussão e acha que a preocupação é pertinente, mas há uma  
19 série histórica. O professor Léo leu vários dados, mas certamente o comprometimento em  
20 março já começará a cair e em abril cairá ainda mais; maio é um pouco diferente porque é o  
21 mês da data-base, então, provavelmente o comprometimento não cairá, mas continua achando,  
22 diferentemente do professor Léo, que não há nenhuma situação terrível se aproximando. De  
23 todo modo, haverá um acompanhamento ao longo do ano para que possam se balizar quanto  
24 aos investimentos que poderão ser aplicados nos programas que precisam ser implantados.  
25 Mas ressalta que não será cometida nenhuma imprudência, do ponto de vista financeiro, que  
26 possa comprometer as condições de funcionamento da Universidade. Em relação às  
27 observações do professor Léo sobre trânsito e suas sugestões sobre fechamento de ruas,  
28 informa que elas estão sendo estudadas pela Prefeitura e necessitam de uma análise muito  
29 cuidadosa. Há algumas semanas houve a necessidade de interromper o trânsito em uma  
30 determinada quadra e isso gerou o recebimento de uma grande quantidade de *e-mails* pela  
31 Prefeitura e por ele, com pessoas indignadas com o fato de seu caminho ter sido alongado,  
32 inclusive demonstrando através de gráfico o caminho que faziam antes em vermelho e o que  
33 passaram a fazer por conta da alteração. Era uma questão temporária e gerou um problema  
34 enorme, por isso algo definitivo precisa ser estudado com muito cuidado. Em relação à  
35 questão levantada pelo professor Léo sobre gestão universitária, solicita que conversem  
36 pessoalmente depois, pois não compreendeu bem os pontos levantados. Sobre as colocações  
37 feitas pelo conselheiro João Raimundo, esclarece que a verba de aposentadoria Esunicamp  
38 não fica alocada, e o contingenciamento ocorre quando há verba alocada mas ela não pode ser  
39 utilizada. O momento de tratar desse assunto é a Revisão Orçamentária, quando verificarão se  
40 a Unicamp terá possibilidade financeira para liberar os recursos. Quanto à desaposentação,

1 estará amanhã em Brasília em uma reunião com o presidente do INSS para tratar da questão.  
2 Levará o material que lhe foi entregue pelos conselheiros João Raimundo e Cláudio, com o  
3 intuito de buscar uma saída para essa questão e verificar como o INSS pode auxiliar. A última  
4 questão a tratar se refere à aquisição da Fazenda Argentina. Desde que o Conselho ratificou a  
5 compra, em dezembro de 2013, procuraram fazer os encaminhamentos mais definitivos dessa  
6 questão. E ressalta que não é uma questão que a Unicamp decide sozinha. A Procuradoria  
7 Geral do Estado, até pelo decreto do Governador, está diretamente envolvida e havia  
8 necessidade de que ela, que inclusive assina o termo juntamente com a Unicamp e os  
9 vendedores, estivesse totalmente segura para que a transação se verificasse conforme  
10 estabeleceu o decreto de desapropriação amigável e os entendimentos entre as partes. No  
11 avanço da negociação, a PGE ficou com uma dúvida e solicitou à Unicamp que acionasse  
12 novamente a Caixa Econômica Federal para que atualizasse o laudo que havia emitido alguns  
13 meses depois da decisão do Conselho Universitário. A PGE se referiu a esse laudo porque ele  
14 tinha um valor, naquele momento, menor do que os R\$150 milhões aprovados pelo Consu.  
15 Então, com a ratificação da decisão do Consu em dezembro, a PGE exigiu um novo laudo da  
16 Caixa. Contaram com a ajuda do professor Fernando Sarti nos contatos com a Caixa, para que  
17 fosse possível agilizar ao máximo essa questão, até que no final de fevereiro ela atualizou o  
18 laudo, e a nova avaliação para a área passou a ser de R\$182,780 milhões. E, conforme decisão  
19 tomada pelo Consu em dezembro, após análise da proposta dos proprietários de R\$162  
20 milhões, que era o valor financeiro atualizado, contra os R\$150 milhões, o valor original, foi  
21 delegada ao Reitor total autonomia para negociar com os proprietários. Outra informação  
22 importante diz respeito ao valor atualizado do fundo que daria sustentação à compra da  
23 Fazenda, que era de R\$178,600 milhões. Então, aqueles R\$150 milhões da primeira decisão  
24 de comprar se transformaram, fruto dos resultados de aplicação, em R\$178,600 milhões. E  
25 com esses dados foi tratar da questão mais definitiva, cumprindo a decisão do Conselho, o que  
26 jamais deixaria de fazer, ainda mais se tratando de uma decisão inquestionável, aprovada pela  
27 ampla maioria dos conselheiros. A intenção era fazer o melhor negócio possível para a  
28 Universidade; e informa aos conselheiros que a compra da Fazenda Argentina foi fechada por  
29 R\$157 milhões. (Aplausos). Está de posse da escritura, portanto, desde ontem a Fazenda  
30 Argentina é de propriedade da Unicamp. Em sua avaliação, acredita que foi feito o melhor  
31 negócio para a Universidade, especialmente avaliando os recursos aplicados e a questão  
32 temporal envolvida. Houve uma diferença de R\$21,600 milhões entre o valor aplicado e o  
33 valor utilizado na compra. E anuncia que está sendo criado hoje um programa de manutenção  
34 predial exatamente no valor dessa diferença. Será feito um edital exclusivo para manutenção,  
35 que não permitirá a ampliação de áreas, e ficarão sob responsabilidade da Copei as definições  
36 e prioridades. A manutenção é um grande déficit da Universidade; certamente esse valor não  
37 chegará perto de resolver completamente a questão, mas acredita que este seja um primeiro e  
38 considerável passo para seu equacionamento. Com isso, esse fundo de recursos, no total de  
39 R\$178,600 milhões, fica todo empregado em patrimônio da Unicamp – a gleba adquirida mais  
40 a manutenção das estruturas físicas, o que certamente irá melhorar as condições de ensino,

1 pesquisa e extensão na Universidade. Posteriormente serão divulgados detalhes do edital.  
2 Interrompe a Sessão para uma pausa para o almoço. Reiniciando a Sessão, informa há quatro  
3 itens do Expediente que tratam de indicações de representantes que necessitam de aprovação  
4 do Consu. O item 2 – Proc. nº 01-P-03972/99 – trata da indicação de dois representantes dos  
5 servidores técnico-administrativos, em substituição aos senhores Jessé Targino da Silva, como  
6 membro titular, e Américo Garcia Filho, como membro suplente, para compor a CVND, nos  
7 termos do Artigo 8º da Deliberação Consu-A-18/13, para cumprimento de mandato de 01 ano,  
8 a partir de 31.03.14. As indicações feitas pela bancada são: Titular: conselheira Laurione  
9 Candido de Oliveira, Suplente: conselheiro Cláudio José Servato. O item 4 – Proc. nº 01-P-  
10 25640/01 – trata da indicação de membros, conforme Deliberação Consu-A-15/01, alterada  
11 pela Deliberação Consu-A-20/13, para a Comissão de Planejamento Estratégico Institucional  
12 – Copei. A indicação é da professora doutora Estela Maria Garcia Pinto da Cunha (Nepo),  
13 como suplente, representando os Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa; dois  
14 representantes discentes, um como membro titular e um como suplente. As indicações da  
15 bancada são: Titular: acadêmico Tiago Novaes Angelo, e Suplente: acadêmica Mariana  
16 Zuaneti Martins. O item 6 – Proc. nº 01-P-09046/87 – trata da indicação de um representante  
17 dos diretores, como membro suplente, em substituição ao professor Esdras Rodrigues Silva,  
18 para compor a Comissão de Atividades Interdisciplinares – CAI/Consu, conforme o inciso IV  
19 do Artigo 2º da Deliberação Consu-A-04/01, alterada pela Deliberação Consu-A-07/06. A  
20 indicação é do professor Roberto Perez Xavier, do Instituto de Geociências. O item 7 – Proc.  
21 nº 01-P-20619/03 – trata da indicação de um docente, representante do Conselho  
22 Universitário, para compor o Conselho Superior do Hospital de Clínicas, nos termos do  
23 Artigo 4º da Deliberação Consu-A-10/06. A indicação é do professor José Claudio Geromel.  
24 Consulta se a votação pode ser feita em bloco ou se há destaque para alguma dessas questões.  
25 Pergunta também se há outros candidatos. Não havendo, submete à votação em bloco os itens  
26 2, 4, 6 e 7, que são aprovados por unanimidade. Em seguida, coloca para ciência os demais  
27 itens do Expediente da Ordem do Dia dos seguintes assuntos: C – COMISSÃO DE VAGAS  
28 DOCENTES – CVD – Indicação de membros, conforme disposto no artigo 4º da Deliberação  
29 CONSU-A-18/13 - 03) PROC. Nº 01-P-03969/99 – CVD - Indicação do Prof. Dr. Ricardo da  
30 Silva Torres, como representante titular, em substituição ao Prof. Dr. Rodnei Bertazzoli; e do  
31 Prof. Dr. José Antenor Pomilio, como representante suplente da área de Tecnológicas, para  
32 compor a CVD – Inf. CVD-45/14 – E – COMISSÃO CENTRAL DE PESQUISA – CCP –  
33 Substituição de Membros - 05) PROC. Nº 01-P-20276/03 – CCP – Indicação do Prof. Dr.  
34 Sergio Tonini Button (FEM), como membro titular, em substituição ao Prof. Dr. Paulo  
35 Roberto Mei e do Prof. Dr. Renato da Rocha Lopes (FEEC), como membro suplente, em  
36 substituição ao Prof. Dr. Eleri Cardozo, para compor a CCP, com mandato até julho de 2014 –  
37 Of. PRP-58/14 e 65/14 - H - RELATÓRIO DE ATIVIDADES – Para Ciência - 08) PROC. Nº  
38 22-P-00637/07 – em nome do Instituto de Geociências - Relatório Final de Atividades -  
39 Partes: FUNCAMP e FINEP - Executores: Sergio Luiz Monteiro Salles Filho e Maria Batriz  
40 Machado Bonacelli - Período: 22.02.07 a 21.10.07 - Resumo do Objeto: transferência de

1 recursos financeiros, pela concedente à conveniente, para execução do projeto intitulado:  
2 “Avaliação dos projetos do Funttel” - Parecer: CAACC. Nada mais havendo a tratar no  
3 Expediente, o MAGNÍFICO REITOR passa à Ordem do Dia, que contém 190 itens, e à  
4 Ordem do Dia Suplementar, que contém 02 itens, informando que estão destacados, da Ordem  
5 do Dia, os itens 1 – Proc. nº 01-P-32442/13 –, em nome de Elza Salvatori Berquó, do Nepo; 2  
6 – Proc. nº 29-P-33268/13 –, em nome de Hermano de Medeiros Ferreira Tavares, da Feec; 3 –  
7 Proc. nº 01-P-02464/69 –, em nome de Maria Luiza Silveira Mello, do IB; 4 – Proc. nº 09-P-  
8 02160/13 –, em nome de Marco Aurélio de Almeida Garcia, do IFCH; 5 – Proc. nº 09-P-  
9 02159/13 –, em nome de Michael McDonald Hall, do IFCH; 6 – Proc. nº 01-P-12433/01 –,  
10 que trata da proposta de criação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas; 11 – 01-P-19926/13  
11 –, que trata da eleição de representantes discentes da graduação junto ao CONSU e CCG; 12 –  
12 Proc. nº 01-P-04124/87 –, em nome da Comissão de Orçamento e Patrimônio; e 13 – Proc. nº  
13 01-P-04125/87 –, em nome da Comissão de Legislação e Normas. Consulta se há outros  
14 destaques. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS destaca os itens 9 –  
15 Proc. nº 01-P-01947/14 –, que trata de Minuta de Deliberação Consu; e 10 – Proc. nº 01-P-  
16 05319/07 –, que trata de proposta apresentada pelo DCE de alteração da Deliberação Consu-  
17 A-07/07. O Conselheiro ICARO DIAGONEL TURCI destaca o item 26 – Proc. nº 01-P-  
18 27818/13 –, em nome de Rodrigo Ruy Lovato, do IFCH. O Conselheiro MARIO JOSÉ  
19 ABDALLA SAAD destaca o item 15 – Proc. nº 01-P-29344/12 –, que trata da Orçamento  
20 2013 - Terceira Revisão. Não havendo outros destaques, submete à votação todos os itens não  
21 destacados da Ordem do Dia e da Ordem do Dia Suplementar, sendo aprovados por  
22 unanimidade os assuntos dos seguintes processos: C - MINUTAS DE DELIBERAÇÕES –  
23 Pareceres da Procuradoria Geral e Comissão de Legislação e Normas - 07) Minuta de  
24 Deliberação CONSU que delega às Congregações das Unidades competência para deliberar  
25 sobre requisitos e procedimentos internos para a realização dos concursos para provimento de  
26 cargo de Professor Doutor – Inf.CGU-05/14; 08) PROC. Nº 01-P-27608/02 - Proposta de  
27 Alteração da Deliberação CONSU-A-30/13, que estabelece normas gerais a serem observadas  
28 nos concursos para provimento de cargo de Professor Doutor – Inf.CGU-05/14 - F - CPDI –  
29 COMISSÃO PERMANENTE DE DEDICAÇÃO INTEGRAL À DOCÊNCIA E À  
30 PESQUISA - Indicação de membro, nos termos do artigo 190 do Regimento Geral; 14)  
31 PROC. Nº 01-P-00605/68 - Indicação de 01 representante titular, em substituição a Profa.  
32 Dra. Jacinta Enzweiler, da área de Exatas, para compor a CPDI até 02.10.14 – Ofício SG-  
33 50/14 - H - REGIMENTOS INTERNOS – Alterações – Pareceres exarados pela Procuradoria  
34 Geral e Comissão de Legislação e Normas; 16) PROC. Nº 01-P-15699/95 – em nome do  
35 Centro de Biologia Molecular e Engenharia Genética – Proposta de alteração da Deliberação  
36 CONSU-A-20/01 que dispõe sobre o Regimento Interno do Centro de Biologia Molecular e  
37 Engenharia Genética – Aprovada pela CAI/CONSU em 19.11.13 – Parecer PG-399/14 e  
38 CLN-07/14; 17) PROC. Nº 01-P-04516/02 – em nome do Centro Multidisciplinar para  
39 Investigação Biológica na Área da Ciência em Animais de Laboratório – Proposta de  
40 alteração da Deliberação CONSU-A-14/12 que dispõe sobre o Regimento Interno do Centro

1 Multidisciplinar para Investigação Biológica na Área da Ciência de Animais de Laboratório –  
2 Aprovada pela CAI/CONSU em 19.11.13 – Pareceres PG-385/14 e 501/14 e CLN-08/14; 18)  
3 PROC. N° 01-P-03174/92 – em nome do Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas  
4 Aplicadas à Agricultura - Proposta de alteração da Deliberação CONSU-A-08/02 que dispõe  
5 sobre o Regimento Interno do Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à  
6 Agricultura – Aprovada pela CAI/CONSU em 22.04.08 – Parecer PG-2225/12 e CLN-09/14;  
7 19) PROC. N° 01-P-18858/01 – em nome do Centro de Integração, Documentação e Difusão  
8 Cultural – Proposta de alteração da Deliberação CONSU-A-19/01 que dispõe sobre o  
9 Regimento Interno do Centro de Integração, Documentação e Difusão Cultural – Aprovada  
10 pela CAI/CONSU em 19.06.12 – Pareceres PG-558/13, 1915/13 e 253/14 e CLN-05/14; 20)  
11 PROC. N° 01-P-01924/95 – em nome da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e  
12 Urbanismo – Proposta de alteração da Deliberação CONSU-A-05/96 que dispõe sobre o  
13 Regimento Interno da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – Aprovada  
14 pela Congregação em 24.10.13 – Pareceres PG-601/14 e CLN-10/14 - I - PROPOSTA DE  
15 FUSÃO DE DEPARTAMENTOS - 21) PROC. N° 01-P-03843/74 – em nome do Instituto de  
16 Biologia – Proposta de fusão dos Departamentos de Bioquímica e Histologia e Embriologia,  
17 que passarão a constituir o Departamento de Bioquímica e Biologia Tecidual, com base na  
18 Deliberação CONSU-A-029/12 - Parecer Cepe-81/14 - J - CARREIRA DO MAGISTÉRIO  
19 SUPERIOR (MS) - a) Perfil Acadêmico, conforme Deliberação CONSU-A-003/2011 –  
20 Pareceres exarados pela CIDD - 22) PROC. N° 01-P-09489/87 – em nome da Faculdade de  
21 Educação Física – a) Proposta de Deliberação que dispõe sobre o Perfil Acadêmico de  
22 Professor Associado I (MS-5.1) em substituição à Deliberação CONSU-06/05; b) Proposta de  
23 Deliberação que dispõe sobre o Perfil de Professor Titular (MS-6), em substituição à  
24 Deliberação CONSU-A-26/08 – Pareceres Congregação-67/13, CIDD-113/14 e CCRH-  
25 128/14; 23) PROC. N° 01-P-01823/86 – em nome do Instituto de Biologia – Proposta de  
26 Deliberação que dispõe sobre o Perfil Acadêmico de Professor Doutor II (MS-3.2), Professor  
27 Associado I (MS-5.1), Professor Associado II (MS-5.2), Professor Associado III (MS-5.3) e  
28 Professor Titular (MS-6) da Carreira do Magistério Superior (MS) e critério de mobilidade  
29 funcional, em substituição a Deliberação CONSU-A-19/11 – Pareceres: Congregação-360/13,  
30 CIDD-114/14 e CCRH-129/14 – K - CENTROS E NÚCLEOS INTERDISCIPLINARES DE  
31 PESQUISA – Processo de avaliação do quinquênio 2009-2013; 24) PROC. N° 01-P-09046/87  
32 - Proposta de cronograma e de procedimentos para o desenvolvimento do processo de  
33 avaliação institucional das atividades dos Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa da  
34 UNICAMP – Período: 2009-2013 – Aprovado pela CAI/CONSU em 25.02.14 – L - PÓS-  
35 GRADUAÇÃO – Deliberação da Comissão Central de Pós-Graduação - 25) PROC. N° 01-P-  
36 02810/91 – em nome da Faculdade de Ciências Médicas – Proposta de alterações nas linhas  
37 de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Tocoginecologia, como segue: Excluir:  
38 Aspectos Clínicos, Diagnósticos, Terapias Cirúrgicas e Fisioterápicas das Incontinências e  
39 Patologias Urinárias da Mulher; e Histeroscopia na Avaliação e Tratamento de Alterações  
40 Endometriais; Incluir: Avaliação e Tratamento de Alterações Endometriais, incluindo a

1 Histeroscopia - Aprovada pela Congregação em 25.10.13 e CCPG em 04.12.13 – Parecer  
2 Cepe-01/14 - N - CONGREGAÇÕES – Pareceres exarados pela Procuradoria Geral - 27)  
3 PROC. Nº 05-P-15146/99 - em nome da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e  
4 Urbanismo – Ata de Eleições de representantes dos Servidores Técnicos-Administrativos e  
5 Docentes, realizadas em 25.11 a 29.11.13 – Homologada pela Congregação em 05.12.13 –  
6 Parecer PG-228/14 – 28) PROC. Nº 23-P-15899/95 – em nome da Faculdade de Engenharia  
7 Física – Ata de Eleição de representantes Discentes, realizada nos dias 26 e 27.11.13 –  
8 Homologada pela Congregação em 11.12.13 – Parecer PG-83/14; 29) PROC. Nº 03-P-  
9 21160/97 – em nome da Faculdade de Engenharia Mecânica – Ata de Eleição de  
10 representantes Discentes, realizadas nos dias 27 e 28.11.13 – Homologada pela Congregação  
11 em 16.12.13 – Parecer PG-232/14; 30) PROC. Nº 34-P-13555/96 – em nome do Instituto de  
12 Computação – Ata de Eleição (complementar) de representantes Docentes, realizada nos dias  
13 12 e 13.11.13 – Homologada pela Congregação em 04.12.13 – Parecer PG-80/14; 31) PROC.  
14 Nº 21-P-21736/05 – em nome do Instituto de Estudos da Linguagem – Ata de Eleição de  
15 representantes Discentes, realizada nos dias 12 e 13.11.13 – Homologada pela Congregação  
16 em 28.11.13 – Parecer PG-82/14; 32) PROC. Nº 10-P-18792/01 – em nome do Instituto de  
17 Matemática, Estatística e Computação Científica – Atas de Eleições de representantes  
18 Docentes, Servidores Técnicos-Administrativos e Discentes, realizadas nos dias 11 e 12.11.13  
19 - Homologada pela Congregação em 23.11.14 – Parecer PG-677/14 - O - ÁREAS DE  
20 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Abertura – Pareceres exarados pela Unidade, Procuradoria  
21 Geral e CONEX - 33) PROC. Nº 07-P-28847/13 – em nome do Instituto de Biologia – Área  
22 de Prestação de Serviços de pequena monta intitulada: “Biologia Celular, Bioquímica e  
23 Morfologia”, cujo objetivo é consultoria e realização de testes/experimentos através de  
24 métodos analíticos e ferramentas diversas em Biologia Celular, Bioquímica e Morfologia para  
25 avaliar o potencial de substâncias puras e produtos químicos sintéticos e/ou material biológico  
26 – Aprovada pela Congregação em 14.11.13. P - CONVÊNIOS, CONTRATOS E TERMOS  
27 ADITIVOS – a) Em Vigência - 34) PROC. Nº 27-P-00336/12 – em nome do Hospital da  
28 Mulher “Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti” - 1) Contrato - Partes: UNICAMP e Ministério da  
29 Saúde/Caixa Econômica Federal - Executores: Oswaldo da Rocha Grassiotto/CAISM, Angela  
30 Maria Bacha/CAISM e Carla Regina Ferreira de Almeida/CAISM - Data da Assinatura:  
31 30.12.11 - Vigência: até 30.06.14 - Recursos: R\$268.000,00 - Resumo do Objeto:  
32 transferência de recursos financeiros da União para a execução de Construção da Casa da  
33 Gestante, Bebê e Puérpera do CAISM/UNICAMP em espaço contíguo ao Hospital; 2) Termo  
34 de Distrato - Data da Assinatura: 26.08.13 - Resumo do Objeto: distratar o Contrato  
35 supracitado, dando plena quitação das obrigações assumidas, não restando nada a exigir com  
36 alusão ao referido Contrato - Parecer: CAD-02/14; 35) PROC. Nº 20-P-00503/13 – em nome  
37 do Centro de Computação - Acordo de Cooperação - Partes: UNICAMP e Rede Nacional de  
38 Ensino e Pesquisa – RNP - Executores: José Raimundo de Oliveira/CCUEC e Gustavo de  
39 Oliveira Carvalho/CCUEC - Data de Assinatura: 30.12.13 - Vigência: 05 anos - Resumo do  
40 Objeto: estabelecer parceria entre as Partes para implantação e operação de um Ponto de

1 Agregação da RNP dentro das instalações da Unicamp, designada como Telecommunications  
2 Closet 09 - Parecer: Cepe-106/14; 36) PROC. N° 01-P-01033/13 – em nome do Centro de  
3 Engenharia Biomédica – Convênio - Partes: UNICAMP/FUNCAMP, FINEP, UFSCar,  
4 CNPEM e UFSJ - Executores: José Wilson Magalhães Bassani/CEB e Pedro Xavier de  
5 Oliveira/CEB - Data de Assinatura: 16.08.13 - Vigência: 36 meses - Recursos:  
6 R\$6.300.000,00 - Resumo do Objeto: transferência de recursos financeiros, pela Concedente  
7 ao Conveniente, para a execução do Projeto intitulado “Laboratório Nacional para Estudo do  
8 Cálculo Celular – LabNECC”, conforme descrito no plano de trabalho - Parecer: Cepe-03/14;  
9 37) PROC. N° 01-P-18690/13 – em nome do Centro de Engenharia Biomédica - Contrato de  
10 Licenciamento - Partes: UNICAMP e Hospital Municipal Doutor Mario Gatti - Executores:  
11 Milton Mori/INOVA e José Wilson Magalhães Bassani/CEB - Data de Assinatura: 09.12.13 -  
12 Vigência: 10 anos - Resumo do Objeto: licenciamento não exclusivo, e gratuito da licenciante  
13 para o licenciado da tecnologia Programa de computador e sistema intitulado: “GETS -  
14 Gerenciamento de Tecnologia para Saúde”, depositado perante o Instituto Nacional de  
15 Propriedade Industrial - INPI em 18/09/2012, protocolado sob número 018120034773, com  
16 número de registro 13705-3, em 05/03/2013, para fins de uso e aplicações internas do  
17 licenciado - Parecer: Cepe-04/14; 38) PROC. N° 25-P-17102/09 – em nome do Centro  
18 Multidisciplinar para Investigação Biológica na Área da Ciência de Animais de Laboratório -  
19 Termo Aditivo N° 02 - Partes: UNICAMP e Instituto Pasteur de Montevideo – (Uruguai) -  
20 Executores: Rovilson Gilioli/CEMIB e Delma Pegolo Alves/ CEMIB - Data de Assinatura:  
21 03.09.13 - Vigência: até 05.10.17 - Resumo do Objeto: alterar a Cláusula Quinta do Acordo  
22 de Cooperação, prorrogando sua vigência até 05.10.2017 - Parecer: Cepe-05/14; 39) PROC.  
23 N° 01-P-31028/12 – em nome do Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas  
24 à Agricultura – Convênio - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e World Resources Institute –  
25 WRI - Executores: Hilton Silveira Pinto/CEPAGRI e Jurandir Zullo Junior/CEPAGRI - Data  
26 de Assinatura: 26.04.13 - Vigência: 1º.04.13 a 28.02.14 - Recursos: em reais o equivalente a  
27 US\$100.000 - Resumo do Objeto: Desenvolver metodologias de mensuração e relatório de  
28 emissões corporativas de gases de efeito estufa (GEE) para a gestão eficaz de emissões  
29 agrícolas de GEE no Brasil, bem como capacitar para o uso dessas metodologias. Essas  
30 “Ferramentas de Mensuração” compreendem um conjunto de fatores de emissão para fontes  
31 agrícolas no Brasil e um protocolo de contabilidade de emissões corporativas de GEE -  
32 Parecer: Cepe-82/14; 40) PROC. N° 01-P-24610/06 – em nome do Centro de Estudos de  
33 Petróleo - Aditivo 03 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS - Executores: Paulo  
34 Roberto Ribeiro/CEPETRO e Denis J. Schiozer/CEPETRO - Data de Assinatura: 12.12.13 -  
35 Resumo do Objeto: dilatar o prazo por mais 365 dias do Termo de Cooperação que visa  
36 estabelecer a participação da PETROBRAS na implantação do laboratório PVT nas  
37 dependências do departamento de Engenharia de Petróleo da Faculdade de Engenharia  
38 Mecânica da UNICAMP e na capacitação da UNICAMP, visando a estudos e realização de  
39 ensaios para obtenção de propriedades termodinâmicas de misturas, contemplando interação  
40 do gás da formação e fluidos de perfuração em condições de pressão e temperaturas elevadas -

1 Parecer: Cepe-06/14; 41) PROC. Nº 01-P-06483/10 – em nome do Centro de Estudos de  
2 Petróleo - Aditivo 03 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS - Executores: Osvaldo  
3 Vidal Trevisan/CEPETRO e Alexandre C. Vidal/CEPETRO - Data de Assinatura: 09.12.13 -  
4 Resumo do Objeto: dilatar o prazo por mais 180 dias do Termo de Cooperação que objetivou  
5 a união de esforços dos Partícipes para o desenvolvimento do Projeto de P&D intitulado  
6 “Injeção de CO2 em reservatórios carbonáticos” - Parecer: Cepe-07/14; 42) PROC. Nº 01-P-  
7 17880/10 – em nome do Centro de Estudos de Petróleo - Aditivo 02 - Partes:  
8 UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS - Executores: Edvaldo Sabadini/IQ e Nelson  
9 Henrique Morgon/IQ - Data de Assinatura: 18.11.13 - Resumo do Objeto: prorrogar por mais  
10 365 dias o prazo de vigência do Termo de Cooperação que objetivou o desenvolvimento do  
11 Projeto de P&D intitulado “Estudos sobre Fluidos para Perfuração e Completação de Poços de  
12 Petróleo baseados em Soluções Poliméricas e de Micelas Gigantes” - Parecer: Cepe-08/14;  
13 43) PROC. Nº 01-P-16847/11 – em nome do Centro de Estudos de Petróleo - Termo Aditivo  
14 Nº 01 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Cameron do Brasil Ltda. - Executores: Celso K.  
15 Morooka/CEPETRO, Sérgio Nascimento Bordalo/CEPETRO e Renato Pavanelo/CEPETRO -  
16 Data de Assinatura: 02.12.13 - Recursos: R\$250.000,00 - Resumo do Objeto: estabelecer um  
17 novo planejamento de atividade conforme Cláusula Primeira do Convênio que objetivou a  
18 realização do projeto de pesquisa e desenvolvimento intitulado “Estudo numérico e  
19 experimental de um supressor PTMD em modelo reduzido de jumper submerso” - Parecer:  
20 Cepe-09/14; 44) PROC. Nº 01-P-21146/11 – em nome do Centro de Estudos de Petróleo - 1)  
21 Aditivo 01 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS - Executores: Rubens Maciel  
22 Filho/FEQ e Maria Regina Wolf Maciel/FEQ - Data de Assinatura: 25.09.13 - Resumo do  
23 Objeto: prorrogar por mais 365 dias o prazo de vigência do Termo de Cooperação que  
24 objetivou o desenvolvimento do projeto de unidade protótipo para tratamento de água por  
25 destilação de múltiplos efeitos (MED) do tipo filme descendente; 2) Aditivo 02 - Data de  
26 Assinatura: 18.11.13 - Resumo do Objeto: alteração do plano de trabalho do Termo de  
27 Cooperação Supracitado - Parecer: Cepe-10/14; 45) PROC. Nº 01-P-29952/12 – em nome do  
28 Centro de Estudos de Petróleo - Termo de Cooperação - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e  
29 PETROBRAS - Executores: Rubens Maciel Filho/FEQ e Maria Regina Wolf Maciel/FEQ -  
30 Data de Assinatura: 24.07.13 - Vigência: 730 dias - Recursos: R\$5.539.421,83 - Resumo do  
31 Objeto: estabelecer as condições para a execução do Projeto “Sinterização direta de metais  
32 por laser: desenvolvimento de microreatores para valoração (upgrade) de petróleo  
33 extrapesado” - Parecer: Cepe-11/14; 46) PROC. Nº 01-P-06976/13 – em nome do Centro de  
34 Estudos de Petróleo - Espécie: Acordo de Cooperação - Partes: UNICAMP e Halliburton  
35 Serviços Ltda. - Executores: Osvaldo Vidal Trevisan/CEPETRO e Martin Tygel/CEPETRO -  
36 Data de Assinatura: 11.11.13 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: estabelecer um  
37 programa de cooperação e intercâmbio científico e tecnológico a ser realizado entre a  
38 UNICAMP e a Halliburton - Parecer: Cepe-12/14; 47) PROC. Nº 01-P-01005/13 – em nome  
39 da Coordenadoria Geral da Universidade - Acordo de Cooperação Acadêmica - Partes:  
40 UNICAMP e Lanzhou Jiaotong University, Lanzhou – China - Executores: Luís Augusto

1 Barbosa Cortez/VRERI e José Pissolato Filho/VRERI - Data de Assinatura: 16.05.13 -  
2 Vigência: indeterminada - Resumo do Objeto: fomentar a cooperação acadêmica por meio de  
3 projetos de pesquisa em comuns e/ou o intercâmbio de professores docentes/pesquisadores,  
4 estudantes de pós-graduação e graduação (com o reconhecimento mútuo dos cursos realizados  
5 na universidade parceira) e membros técnico-administrativos de cada instituição - Parecer:  
6 Cepe-13/14; 48) PROC. Nº 31-P-00563/13 – em nome do Centro Pluridisciplinar de  
7 Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas - Convênio de Cooperação - Partes: UNICAMP e  
8 Prefeitura Municipal de Paulínia - Executores: Ivo Milton Raimundo Junior/CPQBA e  
9 Gabriela Alves Macedo/CPQBA - Data de Assinatura: 07.02.14 - Vigência: 05 anos - Resumo  
10 do Objeto: ampla cooperação entre as partícipes, com a finalidade de projetos de ensino,  
11 pesquisa e extensão - Parecer: Cepe-107/14; 49) PROC. Nº 31-P-00566/13 – em nome do  
12 Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas - Termo Aditivo Nº 01  
13 - Partes: UNICAMP e Prefeitura Municipal de Paulínia - Executores: Ivo Milton Raimundo  
14 Junior/CPQBA e Gabriela Alves Macedo/CPQBA - Data de Assinatura: 07.02.14 - Vigência:  
15 02 anos - Resumo do Objeto: proporcionar o estágio curricular a alunos da Escola Técnica de  
16 Paulínia – ETEP, cuja seleção e atividades serão realizadas de acordo com o Convênio  
17 estabelecido entre a Unicamp e a Prefeitura de Paulínia. As atividades dos estagiários, de  
18 características curriculares, serão supervisionadas pelos pesquisadores do CPQBA, nos seus  
19 laboratórios - Parecer: Cepe-108/14; 50) PROC. Nº 31-P-00567/13 – em nome do Centro  
20 Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas - Termo Aditivo Nº 02 -  
21 Partes: UNICAMP e Prefeitura Municipal de Paulínia - Executores: Adilson  
22 Sartoratto/CPQBA e Marili Villa Nova Rodrigues/CPQBA - Data de Assinatura: 07.02.14 -  
23 Vigência: 02 anos - Resumo do Objeto: proporcionar treinamento em Cromatografia Líquida  
24 a alunos da Escola Técnica de Paulínia – ETEP - Parecer: Cepe-109/14; 51) PROC. Nº 31-P-  
25 10425/13 – em nome do Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e  
26 Agrícolas - Termo Aditivo Nº 03 - Partes: UNICAMP e Prefeitura Municipal de Paulínia -  
27 Executores: Ivo Milton Raimundo Junior/CPQBA e Ricardo da Silva/CPQBA - Data de  
28 Assinatura: 07.02.14 - Vigência: 02 anos - Resumo do Objeto: proporcionar o estágio  
29 curricular a alunos do Centro Municipal de Ensino Profissionalizante Prof. Osmar Passareli  
30 Silveira – CEMEP, cuja seleção e atividades serão realizadas de acordo com o Convênio  
31 estabelecido entre a Unicamp e a Prefeitura de Paulínia. As atividades dos estagiários, de  
32 características curriculares, serão supervisionadas pelo administrador de rede de informática  
33 do CPQBA, nas dependências do CPQBA - Parecer: Cepe-110/14; 52) PROC. Nº 31-P-  
34 12985/10S – em nome do Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e  
35 Agrícolas - Aditivo 07 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS - Executores:  
36 Valéria Maia Merzel/CPQBA e Ivo Milton Raimundo Júnior/CPQBA - Data de Assinatura:  
37 24.09.13 - Resumo do Objeto: dilatar o prazo, por mais 365 dias do Termo de Cooperação  
38 0050.0058082.10.9 que objetivou a união de esforços dos partícipes para o desenvolvimento  
39 do projeto de P&D intitulado “Abordagem Metagenômica no Estudo de Comunidades  
40 Microbianas Associadas ao Tratamento de Efluentes e Reuso de Água na Indústria de

1 Petróleo” - Parecer: Cepe-14/14; 53) PROC. Nº 31-P-32089/13 – em nome do Centro  
2 Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas – Convênio - Partes:  
3 UNICAMP e Universidade de Taubaté - Executores: Glyn Mara Figueira/CPQBA e Benício  
4 Pereira/CPQBA - Data de Assinatura: 24.01.14 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto:  
5 ampla cooperação entre as partícipes, com a finalidade de desenvolver ensino, pesquisa e  
6 extensão em colaboração - Parecer: Cepe-83/14; 54) PROC. Nº 31-P-32090/13 – em nome do  
7 Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas - Termo Aditivo Nº 01  
8 - Partes: UNICAMP e Universidade de Taubaté - Executores: Glyn Mara Figueira/CPQBA e  
9 Benício Pereira/CPQBA - Data de Assinatura: 24.01.14 - Vigência: 02 anos - Resumo do  
10 Objeto: execução do Plano de Trabalho intitulado “Resgate de informações sobre plantas úteis  
11 de comunidades tradicionais do litoral norte de São Paulo: cultivando saúde e cidadania” -  
12 Parecer: Cepe-84/14; 55) PROC. Nº 36-P-03995/11 – em nome da Faculdade de Ciências  
13 Aplicadas – Convênio - Partes: UNICAMP e Associação Limeirense de Basquete – ALB -  
14 Executores: Luciano Allegretti Mercadante/FCA e Milton Shoiti Misuta/FCA - Vigência: 05  
15 anos - Resumo do Objeto: Ampla cooperação entre as partícipes, com a finalidade de realizar  
16 registro dos jogos e treinamentos da equipe principal masculina da Winner Limeira, por  
17 filmagem e observação direta, para fins de análises e pesquisas, bem como fornecer  
18 treinamento a alunos da FCA envolvidos no projeto, nas áreas afins - Parecer: Cepe-85/14;  
19 56) PROC. Nº 02-P-28143/12 – em nome da Faculdade de Ciências Médicas – Convênio -  
20 Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Biolab Sanus Farmacêutica Ltda. - Executores: Orlando  
21 Petrucci Junior/FCM e Pedro Paulo Martins de Oliveira/FCM - Data de Assinatura: 18.09.13 -  
22 Vigência: 18 meses - Recursos: R\$70.610,26 - Resumo do Objeto: execução do projeto de  
23 pesquisa intitulado “Redução da disfunção miocárdica com o uso da L-carnitina e do piracetam  
24 associada com uma solução de aspartato e glutamato em modelo de isquemia/reperfusão  
25 miocárdica, doravante denominado Piracar III, na forma prevista no Plano de Trabalho” -  
26 Parecer: Cepe-15/14; 57) PROC. Nº 02-P-28750/13 – em nome da Faculdade de Ciências  
27 Médicas – Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Bayer S. A. - Executores: Márcio  
28 Jansen de Oliveira Figueiredo/FCM e Otávio Rizzi Coelho/FCM - Data de Assinatura:  
29 28.11.13 - Vigência: 12 meses - Recursos: R\$7.507,50 por curso - Resumo do Objeto:  
30 patrocinar 05 cursos – Curso “Anticoagulação na Clínica Atual”, a ser realizado pela  
31 Disciplina de Cardiologia/FCM/UNICAMP sendo o primeiro em 23.11.13 e o restante a ser  
32 definido no ano de 2014, doravante denominado evento, mediante a remuneração a ser paga  
33 pela Patrocinadora e contraprestações a serem prestadas pela patrocinada - Parecer: Cepe-  
34 16/14; 58) PROC. Nº 19-P-09401/13 – em nome da Faculdade de Educação - Convênio de  
35 Cooperação - Partes: UNICAMP e Universidade Federal da Grande Dourados - Executores:  
36 Wenceslao Machado de Oliveira Junior/FE e Adilson Nascimento de Jesus/FE - Data de  
37 Assinatura: 10.07.13 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: cooperação e colaboração entre  
38 as partes para a execução do projeto “Imagens, Geografias e Educação” - Parecer: Cepe-  
39 17/14; 59) PROC. Nº 19-P-15066/13 – em nome da Faculdade de Educação – Convênio -  
40 Partes: UNICAMP e Museu de Astronomia e Ciências Afins/MCTI - Executores: Ana Maria

1 Fonseca de Almeida/FE e Águeda Bernardete Bittencourt/FE - Data de Assinatura: 12.12.13 -  
2 Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: estabelecer compromisso em cooperar e colaborar  
3 entre si na execução do projeto “História social da ciência e da formação científica no Brasil  
4 (1951-2011): um estudo prosopográfico” - Parecer: Cepe-18/14; 60) PROC. Nº 04-P-  
5 01635/13 – em nome da Faculdade de Engenharia de Alimentos – Contrato - Partes:  
6 UNICAMP/FUNCAMP e Ajinomoto do Brasil Industria e Comércio de Alimentos Ltda. -  
7 Executores: Felix Guillermo Reyes Reyes/FEA e Yoon Kil Chang/FEA - Data de Assinatura:  
8 26.07.13 - Vigência: 12 meses - Recursos: R\$33.056,40 - Resumo do Objeto: prestação de  
9 serviços especializados de consultoria na área de Segurança de Alimentos, a serem executados  
10 pela Contratada em favor da Contratante - Parecer: Cepe-19/14; 61) PROC. Nº 04-P-31866/13  
11 – em nome da Faculdade de Engenharia de Alimentos - Contrato para a Prestação de Serviços  
12 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Brasil Kirin Industria de Bebidas S.A. - Executores:  
13 Helena Maria André Bolini/FEA e Vivaldo Silveira Junior/FEA - Data de Assinatura:  
14 02.12.13 - Vigência: 1º.01.14 a 31.12.14 - Recursos: R\$288.000,00 - Resumo do Objeto:  
15 Análise sensorial de produtos, testes de sabor com consumidores e análise através de painel de  
16 degustadores altamente treinados para produtos alcóolicos e não-alcóolicos - Parecer: Cepe-  
17 20-14; 62) PROC. Nº 29-P-24910/13 – em nome da Faculdade de Engenharia Elétrica e de  
18 Computação - Acordo de Cooperação Acadêmica - Partes: UNICAMP e Universidade de  
19 Málaga - UM – Espanha - Executores: Carlos Alberto de Castro Júnior/FEEC e Madson  
20 Cortes de Almeida/FEEC - Data de Assinatura: 22.11.13 - Vigência: indeterminada - Resumo  
21 do Objeto: fomentar a cooperação acadêmica por meio de projetos de pesquisa em comuns  
22 e/ou o intercâmbio de professores docentes/pesquisadores, estudantes de pós-graduação e  
23 graduação (com o reconhecimento mútuo dos cursos realizados na universidade parceira) e  
24 membros técnico-administrativos de cada instituição - Parecer: Cepe-21/14; 63) PROC. Nº  
25 03-P-29016/08 – em nome da Faculdade de Engenharia Mecânica - 1) Aditivo 02 - Partes:  
26 UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS - Executores: Caio Glauco Sánchez/FEM e Waldir  
27 Antonio Bizzo/FEM - Data de Assinatura: 19.03.13 - Resumo do Objeto: dilatar o prazo de  
28 vigência do Termo de Cooperação CENPES-0050.0046125.08.9, por mais 730 dias, visando  
29 dar continuidade a participação da PETROBRAS na implantação da infraestrutura  
30 laboratorial, nas instalações da UNICAMP, visando à capacitação da UNIVERSIDADE para  
31 realização de pesquisas/testes/ estudos; 2) Aditivo 03 - Data de Assinatura: 17.09.13 -  
32 Resumo do Objeto: alterar o escopo do projeto de “Implantação da Infraestrutura do  
33 Laboratório de Processos Térmicos Industriais da FEM/UNICAMP”, remanejando as verbas  
34 na forma prevista no item 1.1 - Parecer: Cepe-22/14; 64) PROC. Nº 18-P-27047/11 – em  
35 nome da Faculdade de Engenharia Química - Aditivo 02 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e  
36 PETROBRAS - Executores: Milton Mori/FEQ e Gustavo Paim Valença/FEQ - Data de  
37 Assinatura: 29.10.13 - Resumo do Objeto: Alteração do plano de trabalho do Termo de  
38 Cooperação que objetivou o desenvolvimento do Projeto de P&D intitulado “Estudo em CFD  
39 do escoamento gás-líquido aplicado em leitos de lama” - Parecer: Cepe-23/14; 65) PROC. Nº  
40 18-P-27333/11 – em nome da Faculdade de Engenharia Química - Aditivo 01 - Partes:

1 UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS - Executores: Milton Mori/FEQ e Gustavo Paim  
2 Valença/FEQ - Data de Assinatura: 29.10.13 - Resumo do Objeto: Alteração do plano de  
3 trabalho do Termo de Cooperação que objetivou o desenvolvimento do Projeto de P&D  
4 intitulado “Estudo em CFD do escoamento gás-sólido aplicado ao Refino de Petróleo” -  
5 Parecer: Cepe-24/14; 66) PROC. Nº 18-P-15224/12 – em nome da Faculdade de Engenharia  
6 Química - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Braskem  
7 S.A. - Executores: Gustavo Paim Valença/FEQ e Telma Teixeira Franco/FEQ - Data de  
8 Assinatura: 25.11.13 - Resumo do Objeto: Alterar a forma de pagamento e o valor de  
9 299.958,00 para R\$316.550,50 do Contrato que objetivou a prestação de serviços técnicos que  
10 compreendem análises de caracterização de catalisadores ativos e desativados, testes de  
11 seletividade visando à transformação de etanol em olefinas leves, empregando catalisadores  
12 tanto silicoaluminofosfatos chabazíticos, tipo SAPO-34, como aluminossilicatos com  
13 estrutura MFI, tipo ZSM-5 - Parecer: Cepe-25/14; 67) PROC. Nº 06-P-16765/11 – em nome  
14 da Faculdade de Odontologia de Piracicaba - Acordo de Cooperação - Partes: UNICAMP e  
15 School of Clinical Dentistry, University of Shffield (Reino Unido) - Executores: Jacks Jorge  
16 Júnior/FOP e Alexandre Augusto Zaia/FOP - Data de Assinatura: 30.07.12 - Vigência: 05  
17 anos - Resumo do Objeto: promover a cooperação entre ambas as instituições, em áreas de  
18 mútuo interesse, através de 1.Intercâmbio de docentes e pesquisadores; 2. Implementação de  
19 projetos conjuntos de pesquisa; 3. Promoção de eventos científicos e culturais; 4. Intercâmbio  
20 de informações e publicações acadêmicas; e 5. Intercâmbio de estudantes de Graduação e  
21 Pós-Graduação - Parecer: Cepe-86/14; 68) PROC. Nº 06-P-20435/12 – em nome da  
22 Faculdade de Odontologia de Piracicaba - Termo Aditivo Nº 02 - Partes:  
23 UNICAMP/FUNCAMP e Prefeitura do Município de Piracicaba, através da Secretaria  
24 Municipal de Saúde - Executores: Antonio Carlos Pereira/FOP e Marcelo de Castro  
25 Meneghim/FOP - Data de Assinatura: 03.05.13 - Vigência: até 24.03.16 - Recursos:  
26 R\$456.000,00 - Resumo do Objeto: Financiamento complementar para a formação de  
27 profissionais da área de saúde junto ao Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva -  
28 Mestrado Profissional da Faculdade de Odontologia de Piracicaba, sendo assegurada a  
29 gratuidade do curso ao aluno selecionado - Parecer: Cepe-26/14; 69) PROC. Nº 15-P-  
30 29432/12 – em nome do Hospital de Clínicas - 1) Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e  
31 Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A. - Executores: Manoel Barros Bertolo/FCM e  
32 Lilian Tereza Lavras Costallat/FCM - Data de Assinatura: 24.04.13 - Vigência: até 30.04.17 -  
33 Recursos: R\$175.840,00 - Resumo do Objeto: “ML28091 - Estudo multicêntrico aberto,  
34 grupo único, de extensão, para descrever a segurança do tratamento com Tocilizumabe em  
35 pacientes brasileiros com artrite reumatoide refratária a DMARDs que completaram os  
36 estudos ML21530 e MA21488 e que apresentam indicação de manutenção de tratamento com  
37 Tocilizumabe”; 2) Termo Aditivo ao Contrato - Data de Assinatura: 22.11.13 - Resumo do  
38 Objeto: alteração da periodicidade dos pagamentos - Parecer: Cepe-27/14; 70) PROC. Nº 15-  
39 P-01877/12 – em nome do Hospital de Clínicas - Termo de Reti-Ratificação - Partes:  
40 UNICAMP e Secretaria de Estado da Saúde - Executores: Manoel de Barros Bértolo/HC,

1 João Batista de Miranda/HC e Antonia Teresinha Tresoldi/HC - Vigência: 09.03.12 a  
2 27.12.12 - Resumo do Objeto: retificar a Cláusula Primeira – Do Objeto, do Termo Aditivo  
3 supracitado, que passa a vigorar com a seguinte redação: “transferência de recursos  
4 financeiros, do Convênio SUS/SP, à Conveniada, visando à execução de atividades  
5 concernentes ao SUS/SP, para ocorrer despesas com Custeio – Farmácia” - Parecer: CAD-  
6 03/14; 71) PROC. Nº 15-P-03055/13 – em nome do Hospital de Clínicas - 1) Contrato -  
7 Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Gilead Sciences, Inc. - Executores: Rogério de Jesus  
8 Pedro/FCM e Marcelo de Carvalho Ramos/FCM - Data de Assinatura: 27.03.13 - Vigência:  
9 05 anos - Recursos: em reais o equivalente até US\$ 34,454.35 - Resumo do Objeto: “Estudo  
10 Fase 3, Randomizado, Duplo-Cego, Multicêntrico sobre Tratamento de Pacientes Portadores  
11 de HIV-1 sem Tratamento Prévio com Anti-Retrovirais, Comparando Fumarato de Tenofovir  
12 Disoproxil Administrado em Combinação com Lamivudina e Efavirenz Versus Estavudina,  
13 Lamivudina e Efavirenz” - Protocolo GS-99-903; 2) Emenda Nº 01 - Data de Assinatura:  
14 25.09.13 - Recursos: em reais o equivalente a US\$ 46,385.30 - Resumo do Objeto: alterar o  
15 Contrato de Extensão supracitado para dilatar o estudo por 48 semanas adicionais, bem como  
16 alterar: 1) a seção 1.1. do ajuste; 2) o apêndice 1 do Anexo A, que fica substituído pelo  
17 Apêndice 1 da Emenda - Parecer: Cepe-28/14; 72) PROC. Nº 32-P-20599/09 – em nome do  
18 Centro de Hematologia e Hemoterapia - Terceiro Termo Aditivo - Partes:  
19 UNICAMP/FUNCAMP e NOVARTIS Biociências S.A. - Executores: Sara Teresinha Olalla  
20 Saad/HEMOCENTRO e Joyce Maria Annichino Bizzacchi/HEMOCENTRO - Data de  
21 Assinatura: 16.12.13 - Resumo do Objeto: alterar para 05 anos a vigência do Contrato para  
22 realização de pesquisa científica com o medicamento AMN/Nilotinib de fabricação da  
23 NOVARTIS, a ser conduzida pelo Investigador no CAMN107A2404 – “Estudo fase III  
24 randomizado de otimização da dose de imatinibe comparado com Nilotinibe em pacientes  
25 com Leucemia Mieloide Crônica com resposta sub-ótima à dose padrão de Imatinibe” -  
26 Parecer: Cepe-87/14; 73) PROC. Nº 32-P-14750/13 – em nome do Centro de Hematologia e  
27 Hemoterapia - Contrato de Estudo Clínico - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Novo Nordisk  
28 Farmacêutica do Brasil Ltda. - Executores: Sara Teresinha Olalla Saad/HEMOCENTRO e  
29 Joyce Maria Annichino Bizzacchi/HEMOCENTRO - Data de Assinatura: 1º.11.13 - Vigência:  
30 05 anos - Recursos: R\$5.540,00 por cada paciente inserido - Resumo do Objeto: Realização  
31 no Brasil do Estudo Clínico denominado “Segurança e Eficácia do NNC 0155-0000-0004 na  
32 prevenção e tratamento de sangramentos em pacientes pediátricos com Hemofilia A sem  
33 tratamento prévio” - Parecer: Cepe-29/14; 74) PROC. Nº 32-P-27049/13 – em nome do  
34 Centro de Hematologia e Hemoterapia – Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e  
35 Novartis Biociências S.A. - Executores: Sara Teresinha Olalla Saad/HEMOCENTRO e Joyce  
36 Maria Annichino Bizzacchi/HEMOCENTRO - Data de Assinatura: 19.11.13 - Vigência: até  
37 30.07.16 - Recursos: R\$49.950,00 - Resumo do Objeto: Realização de pesquisa científica com  
38 o medicamento AMN107, a ser realizada por meio de Ensaio Clínico, protocolo nº  
39 CAMN107A2408 ENESTop – “Estudo de fase II, aberto, de braço único, de remissão livre de  
40 tratamento após ter alcançado RM4.5 sustentada com nilotinibe” - Parecer: Cepe-30/14; 75)

1 PROC. Nº 32-P-07861/13 – em nome do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de  
2 Prestação de Serviços - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Labclínicas Laboratório de Análises  
3 Clínicas Melo Ltda. - Executores: Sara Teresinha Olalla Saad/HEMOCENTRO e Joyce Maria  
4 Annichinno Bizzacchi/HEMOCENTRO - Data de Assinatura: 09.09.13 - Vigência: 05 anos -  
5 Recursos: conforme Cláusula Quarta - Resumo do Objeto: realização de Exames  
6 Laboratoriais de pacientes - Parecer: CAD-18/14; 76) PROC. Nº 32-P-27652/11 – em nome  
7 do Centro de Hematologia e Hemoterapia - 1) Contrato de Prestação de Serviços - Partes:  
8 UNICAMP/FUNCAMP e Hospital de Clínicas de São Sebastião - Executores: Sara Teresinha  
9 Olalla Saad/HEMOCENTRO e Joyce Maria Annichinno Bizzacchi/HEMOCENTRO - Data  
10 de Assinatura: 04.06.13 - Vigência: 05 anos - Recursos: conforme Cláusula Quarta - Resumo  
11 do Objeto: fornecer hemocomponentes em caráter regular e realizar procedimentos que visem  
12 adequá-los às necessidades específicas do paciente, mediante solicitação e após avaliação do  
13 médico hemoterapeuta autorizado pelo HEMOCENTRO/UNICAMP; 2) Termo Aditivo nº 1 -  
14 Data de Assinatura: 22.08.13 - Resumo do Objeto: alterar o representante legal da Contratante  
15 no Contrato supracitado - Parecer: CAD-19/14; 77) PROC. Nº 32-P-08051/13 – em nome do  
16 Centro de Hematologia e Hemoterapia - Espécie: Contrato de Prestação de Serviços - Partes:  
17 UNICAMP/FUNCAMP e Associação Santa Maria de Saúde - Executores: Sara Teresinha  
18 Olalla Saad/HEMOCENTRO e Joyce Maria Annichinno Bizzacchi/HEMOCENTRO - Data  
19 de Assinatura: 30.09.13 - Vigência: 05 anos - Recursos: conforme Cláusula Quarta - Resumo  
20 do Objeto: fornecimento de hemocomponentes em caráter regular e a realização de  
21 procedimentos que visem adequá-los às necessidades específicas do paciente, mediante  
22 solicitação e após avaliação do médico hemoterapeuta autorizado pelo  
23 HEMOCENTRO/UNICAMP - Parecer: CAD-20/14; 78) PROC. Nº 32-P-13723/13 – em  
24 nome do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de Prestação de Serviços - Partes:  
25 UNICAMP/FUNCAMP e Laboratório de Análises Clínicas Confiance Ltda. - Executores:  
26 Sara Teresinha Olalla Saad/HEMOCENTRO e Joyce Maria Annichinno  
27 Bizzacchi/HEMOCENTRO - Data de Assinatura: 09.09.13 - Vigência: 05 anos - Recursos:  
28 conforme Cláusula Quarta - Resumo do Objeto: realização de exames Laboratoriais de  
29 pacientes - Parecer: CAD-21/14; 79) PROC. Nº 32-P-07859/13 – em nome do Centro de  
30 Hematologia e Hemoterapia - Contrato de Prestação de Serviços - Partes:  
31 UNICAMP/FUNCAMP e Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itatiba - Executores:  
32 Sara Teresinha Olalla Saad/HEMOCENTRO e Joyce Maria Annichinno  
33 Bizzacchi/HEMOCENTRO - Data de Assinatura: 08.10.13 - Vigência: 05 anos - Recursos:  
34 conforme Cláusula Quarta - Resumo do Objeto: fornecimento de hemocomponentes em  
35 caráter regular e a realização de procedimentos que visem adequá-los às necessidades  
36 específicas do paciente, mediante solicitação e após avaliação do médico hemoterapeuta  
37 autorizado pelo HEMOCENTRO/UNICAMP - Parecer: CAD-22/14; 80) PROC. Nº 32-P-  
38 08843/13 – em nome do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de Prestação de  
39 Serviços - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de  
40 Mogi Guaçu - Executores: Sara Teresinha Olalla Saad/HEMOCENTRO e Joyce Maria

1 Annichinno Bizzacchi/HEMOCENTRO - Data de Assinatura: 30.09.13 - Vigência: 05 anos -  
2 Recursos: conforme Cláusula Quarta - Resumo do Objeto: fornecimento de  
3 hemocomponentes em caráter regular e a realização de procedimentos que visem adequá-los  
4 às necessidades específicas do paciente, mediante solicitação e após avaliação do médico  
5 hemoterapeuta autorizado pelo HEMOCENTRO/UNICAMP - Parecer: CAD-23/14; 81)  
6 PROC. Nº 32-P-23191/13 – em nome do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de  
7 Prestação de Serviços - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Sociedade Operária Humanitária -  
8 Executores: Sara Teresinha Olalla Saad/HEMOCENTRO e Joyce Maria Annichinno  
9 Bizzacchi/HEMOCENTRO - Data de Assinatura: 30.09.13 - Vigência: 05 anos - Recursos:  
10 conforme Cláusula Quarta - Resumo do Objeto: fornecimento de hemocomponentes em  
11 caráter regular e a realização de procedimentos que visem adequá-los às necessidades  
12 específicas do paciente, mediante solicitação e após avaliação do médico hemoterapeuta  
13 autorizado pelo HEMOCENTRO/UNICAMP - Parecer: CAD-24/14; 82) PROC. Nº 32-P-  
14 22806/13 – em nome do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de Prestação de  
15 Serviços - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Unidade de Terapia Renal Ltda. - Executores:  
16 Sara Teresinha Olalla Saad/HEMOCENTRO e Joyce Maria Annichinno  
17 Bizzacchi/HEMOCENTRO - Data de Assinatura: 30.09.13 - Vigência: 05 anos - Recursos:  
18 conforme Cláusula Quarta - Resumo do Objeto: realizar atendimento transfusional à distância  
19 e procedimentos que visem adequar os hemocomponentes às necessidades específicas de  
20 determinados pacientes, mediante solicitação e após avaliação do médico hemoterapeuta  
21 autorizado pelo HEMOCENTRO/UNICAMP - Parecer: CAD-25/14; 83) PROC. Nº 32-P-  
22 22801/13 – em nome do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de Prestação de  
23 Serviços - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Instituto de Nefrologia de Campinas Ltda. -  
24 Executores: Sara Teresinha Olalla Saad/HEMOCENTRO e Joyce Maria Annichinno  
25 Bizzacchi/HEMOCENTRO - Data de Assinatura: 25.09.13 - Vigência: 05 anos - Recursos:  
26 conforme Cláusula Quarta - Resumo do Objeto: realizar atendimento transfusional à distância  
27 e procedimentos que visem adequar os hemocomponentes às necessidades específicas de  
28 determinados pacientes, mediante solicitação e após avaliação do médico hemoterapeuta  
29 autorizado pelo HEMOCENTRO/UNICAMP - Parecer: CAD-26/14; 84) PROC. Nº 32-P-  
30 22805/13 – em nome do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de Prestação de  
31 Serviços - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Dialisa Serviços Médicos Ltda. - Executores:  
32 Sara Teresinha Olalla Saad/HEMOCENTRO e Joyce Maria Annichinno  
33 Bizzacchi/HEMOCENTRO - Data de Assinatura: 25.09.13 - Vigência: 05 anos - Recursos:  
34 conforme Cláusula Quarta - Resumo do Objeto: realizar atendimento transfusional à distância  
35 e procedimentos que visem adequar os hemocomponentes às necessidades específicas de  
36 determinados pacientes, mediante solicitação e após avaliação do médico hemoterapeuta  
37 autorizado pelo HEMOCENTRO/UNICAMP - Parecer: CAD-27/14; 85) PROC. Nº 32-P-  
38 23408/13 – em nome do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de Prestação de  
39 Serviços - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Santa Casa de Misericórdia da Irmandade do  
40 Senhor dos Passos de Ubatuba - Executores: Sara Teresinha Olalla Saad/HEMOCENTRO e

1 Joyce Maria Annichinno Bizzacchi/HEMOCENTRO - Data de Assinatura: 25.11.13 -  
2 Vigência: 05 anos - Recursos: conforme Cláusula Quarta - Resumo do Objeto: fornecimento  
3 de hemocomponentes em caráter regular e a realização de procedimentos que visem adequá-  
4 los às necessidades específicas do paciente, mediante solicitação e após avaliação do médico  
5 hemoterapeuta autorizado pelo HEMOCENTRO/UNICAMP - Parecer: CAD-28/14; 86)  
6 PROC. Nº 32-P-25113/11 – em nome do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de  
7 Prestação de Serviços - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Santa Casa de Misericórdia Hospital  
8 São Vicente - Executores: Sara Teresinha Olalla Saad/HEMOCENTRO e Joyce Maria  
9 Annichinno Bizzacchi/HEMOCENTRO - Data de Assinatura: 09.09.13 - Vigência: 05 anos -  
10 Recursos: conforme Cláusula Quarta - Resumo do Objeto: realizar testes laboratoriais de  
11 triagem para doenças transmissíveis por transfusão sanguínea nas amostras de doadores de  
12 sangue, definidas por legislação específica, coletadas pela Contratante e entregues no  
13 Laboratório de Sorologia/NAT do HEMOCENTRO/UNICAMP - Parecer: CAD-29/14; 87)  
14 PROC. Nº 32-P-28685/11 – em nome do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de  
15 Prestação de Serviços - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Instituto das Pequenas Missionárias  
16 de Maria Imaculada (IPMMI) - Casa de Saúde Stella Maris - Executores: Sara Teresinha  
17 Olalla Saad/HEMOCENTRO e Joyce Maria Annichinno Bizzacchi/HEMOCENTRO - Data  
18 de Assinatura: 11.07.13 - Vigência: 05 anos - Recursos: conforme Cláusula Quarta - Resumo  
19 do Objeto: fornecimento de hemocomponentes em caráter regular e a realização de  
20 procedimentos que visem adequá-los às necessidades específicas do paciente, mediante  
21 solicitação e após avaliação do médico hemoterapeuta autorizado pelo  
22 HEMOCENTRO/UNICAMP - Parecer: CAD-30/14; 88) PROC. Nº 32-P-07862/13 – em  
23 nome do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de Prestação de Serviços - Partes:  
24 UNICAMP/FUNCAMP e Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Tambaú - Executores:  
25 Sara Teresinha Olalla Saad/HEMOCENTRO e Joyce Maria Annichinno  
26 Bizzacchi/HEMOCENTRO - Data de Assinatura: 09.09.13 - Vigência: 05 anos - Recursos:  
27 conforme Cláusula Quarta - Resumo do Objeto: fornecimento de hemocomponentes em  
28 caráter regular e a realização de procedimentos que visem adequá-los às necessidades  
29 específicas do paciente, mediante solicitação e após avaliação do médico hemoterapeuta  
30 autorizado pelo HEMOCENTRO/UNICAMP - Parecer: CAD-31/14; 89) PROC. Nº 32-P-  
31 07858/13 – em nome do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de Prestação de  
32 Serviços - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Consórcio de Desenvolvimento da Região de  
33 Governo - São João da Boa Vista - Executores: Sara Teresinha Olalla Saad/HEMOCENTRO  
34 e Joyce Maria Annichinno Bizzacchi/HEMOCENTRO - Data de Assinatura: 09.09.13 -  
35 Vigência: 05 anos - Recursos: conforme Cláusula Quarta - Resumo do Objeto: fornecimento  
36 de hemocomponentes em caráter regular e a realização de procedimentos que visem adequá-  
37 los às necessidades específicas do paciente, mediante solicitação e após avaliação do médico  
38 hemoterapeuta autorizado pelo HEMOCENTRO/UNICAMP - Parecer: CAD-32/14; 90)  
39 PROC. Nº 32-P-06663/12 – em nome do Centro de Hematologia e Hemoterapia - 1) Contrato  
40 de Prestação de Serviços - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Prefeitura Municipal da Estância

1 Turística de Tremembé – Pronto Atendimento “Paulo Barbosa Rangel” - Executores: Sara  
2 Teresinha Olalla Saad/HEMOCENTRO e Joyce Maria A. Bizzachi/HEMOCENTRO - Data  
3 de Assinatura: 04.06.2013 - Vigência: 05 anos - Recursos: os valores mencionados neste  
4 contrato são exclusivamente para ressarcimento dos custos de processamento dos  
5 hemocomponentes, provas pré transfusionais, honorários médicos e eventuais testes do  
6 atendimento exclusivamente a pacientes de convênio e particulares, os quais estão descritos  
7 na tabela (Anexo II) - Resumo do Objeto: realizar atendimento transfusional a distância e  
8 procedimentos que visem adequar os hemocomponentes às necessidades específicas de  
9 determinados pacientes, mediante solicitação após avaliação do médico hemoterapeuta  
10 autorizado pelo Hemocentro/UNICAMP - Parecer: CAD-65/13; 2) Termo Aditivo nº 1 ao  
11 Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Prefeitura Municipal da Estância Turística de  
12 Tremembé – Pronto Atendimento “Paulo Barbosa Rangel” - Executores: Sara Teresinha  
13 Olalla Saad/HEMOCENTRO e Joyce Maria Annichinno Bizzachi/HEMOCENTRO - Data de  
14 Assinatura: 22.08.13 - Resumo do Objeto: alterar o representante legal da Contratante no  
15 Contrato - Parecer: CAD-33/14; 91) PROC. Nº 32-P-25102/11 – em nome do Centro de  
16 Hematologia e Hemoterapia - 1) Contrato de Prestação de Serviços - Partes:  
17 UNICAMP/FUNCAMP e Hospital Vera Cruz S/A - Executores: Sara Teresinha Olalla  
18 Saad/Hemocentro e Joyce Maria Annichinno Bizzacchi/Hemocentro - Data de Assinatura:  
19 01.04.2013 - Vigência: 05 anos - Recursos: os valores mencionados neste contrato são  
20 exclusivamente para ressarcimento do custo dos exames relacionados, os quais estão descritos  
21 na tabela de Exames Laboratoriais (Anexo II) - Resumo do Objeto: realizar Exames  
22 Laboratoriais de pacientes - Parecer: CAD-40/13; 2) Termo Aditivo nº 1 ao Contrato - Partes:  
23 UNICAMP/FUNCAMP e Hospital Vera Cruz S/A - Executores: Sara Teresinha Olalla  
24 Saad/Hemocentro e Joyce Maria Annichinno Bizzacchi/Hemocentro - Data de Assinatura:  
25 22.08.13 - Resumo do Objeto: alterar o representante legal da Contratante - Parecer: CAD-  
26 34/14; 92) PROC. Nº 17-P-15256/13 – em nome do Instituto de Artes - Acordo de  
27 Cooperação - Partes: UNICAMP e Fontys Academy for Creative Industries, Tilburg  
28 (Holanda) - Executores: Paulo Cesar da Silva Teles/IA e Gilberto Alexandre Sobrinho/IA -  
29 Data de Assinatura: 1º.11.13 - Vigência: indeterminada - Resumo do Objeto: fomentar a  
30 cooperação acadêmica por meio de projetos de pesquisa em comuns e/ou intercâmbio de  
31 professores docentes/pesquisadores, estudantes de graduação de cada instituição - Parecer:  
32 Cepe-31/14; 93) PROC. Nº 07-P-11001/07 – em nome do Instituto de Biologia - Acordo de  
33 Cooperação - Partes: UNICAMP e Groningen University (Holanda) - Executores: Carmen  
34 Veríssima Ferreira/IB e Eduardo Galembeck/IB - Data de Assinatura: 14.03.08 - Vigência:  
35 indeterminada - Resumo do Objeto: promover a cooperação entre ambas as instituições, em  
36 áreas de mútuo interesse, através de intercâmbio de docentes e pesquisadores, implementação  
37 de projetos conjuntos de pesquisa, promoção de eventos científicos e culturais, intercâmbio de  
38 informações e publicações acadêmicas e intercâmbio de estudantes - Parecer: Cepe-32/14; 94)  
39 PROC. Nº 07-P-10881/11 – em nome do Instituto de Biologia - Termo Aditivo I - Partes:  
40 UNICAMP e University of Hamburg (Alemanha) - Executores: Maria do Carmo Estanislau

1 do Amaral/IB e André Olmos Simões/IB - Data de Assinatura: 22.12.11 - Vigência: 05 anos -  
2 Resumo do Objeto: intercâmbio de estudantes e docentes entre as duas Universidades -  
3 Parecer: Cepe-33/14; 95) PROC. N° 34-P-19147/13 – em nome do Instituto de Computação -  
4 Contrato N° 4440 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Fundação CPqD - Executores: Ricardo  
5 Dahab/IC e Julio Cesar López Hernández/IC - Data de Assinatura: 04.11.13 - Vigência: 18  
6 meses - Recursos: R\$84.672,00 - Resumo do Objeto: prestação de serviços de consultoria  
7 para especificação e implementação eficiente de biblioteca criptográfica para Android -  
8 Parecer: Cepe-34/14; 96) PROC. N° 34-P-22960/13 – em nome do Instituto de Computação –  
9 Convênio - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. -  
10 SEDA-C - Executores: Anderson de Rezende Rocha/IC e Siome Klein Goldstein/IC - Data de  
11 Assinatura: 1º.11.13 - Vigência: 02 anos - Recursos: R\$1.196.027,57 - Resumo do Objeto:  
12 realização de pesquisa, desenvolvimento, aperfeiçoamento e melhoria da qualidade de novos  
13 materiais, dispositivos, produtos, assim como a implementação de novos sistemas ou  
14 processos inovadores, em áreas de interesse comum e ligadas à área da Tecnologia da  
15 Informação - Parecer: Cepe-35/14; 97) PROC. N° 21-P-19102/12 – em nome do Instituto de  
16 Estudos da Linguagem - Convênio de Cooperação - Partes: UNICAMP e L’Ecole Normale  
17 Supérieure de Lyon (França) - Executores: Eduardo Roberto Junqueira Guimarães/IEL e  
18 Mônica Graciela Zoppi Fontana/IEL - Data de Assinatura: 19.08.13 - Vigência: 05 anos -  
19 Resumo do Objeto: ampla colaboração entre as partes na realização de projetos de pesquisa,  
20 intercâmbios de docentes, alunos e pessoal técnico-administrativo, desenvolvimento de co-  
21 tutelas etc. - Parecer: Cepe-36/14; 98) PROC. N° 21-P-19113/12 – em nome do Instituto de  
22 Estudos da Linguagem - Primeiro Termo Aditivo - Partes: UNICAMP e L’Ecole Normale  
23 Supérieure de Lyon (França) - Executores: Eduardo Roberto Junqueira Guimarães/IEL e  
24 Mônica Graciela Zoppi Fontana/IEL - Data de Assinatura: 19.08.13 - Vigência: 05 anos -  
25 Resumo do Objeto: favorecer a recepção de estudantes da instituição parceira enquanto  
26 leitores de língua estrangeira (de agora em diante denominados “leitores”), para um período  
27 de um ano universitário - Parecer: Cepe-37/14; 99) PROC. N° 09-P-30150/12 – em nome do  
28 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Convênio - Partes: UNICAMP e Ikhon  
29 Tecnologia - Executores: Álvaro Gabriel Bianchi Mendez/IFCH e Humberto Celeste  
30 Innarelli/IFCH - Data de Assinatura: 06.11.13 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto:  
31 desenvolvimento e uso do Sistema Informatizado de Gestão Documental em Arquivos e  
32 Centros de Documentação, denominado neste termo como SIGDOC - Parecer: Cepe-38/14;  
33 100) PROC. N° 08-P-05629/13 – em nome do Instituto de Física “Gleb Wataghin” - Acordo  
34 de Cooperação - Partes: UNICAMP e United States Air Force Office of Scientific Research  
35 (Agência de Pesquisa Científica da Força Aérea Americana - AFOSR) - Executores: Iakov V.  
36 Kopelevitch/IFGW e Douglas Soares Galvão/IFGW - Data de Assinatura: 26.11.12 -  
37 Vigência: prorrogada até 14.07.14 - Recursos: US\$ 35.000,00 - Resumo do Objeto:  
38 desenvolver o projeto de pesquisa intitulado “Supercondutividade em interfaces de  
39 heteroestruturas baseadas em grafite e CuCl” - Parecer: Cepe-39/14; 101) PROC. N° 01-P-  
40 17684/11 – em nome da Agência de Inovação da UNICAMP - Segundo Aditivo ao Convênio

1 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Cameron do Brasil Ltda. - Executores: Milton  
2 Mori/INOVA e Patricia Franco Leal Gestic/INOVA - Data de Assinatura: 16.09.13 - Resumo  
3 do Objeto: alterar a redação do Convênio celebrado pelas partes em 23.08.2011, apenas nos  
4 seguintes itens: 4.7, 4.7.1, 5.1, 10.2 e 10.3 - Parecer: CAD-06/14; 102) PROC. Nº 01-P-  
5 34214/13 – em nome da Agência de Inovação da UNICAMP - Acordo de Confidencialidade -  
6 Partes: UNICAMP e Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM -  
7 Executores: Milton Mori/INOVA e João Marcos Travassos Romano/INOVA - Data de  
8 Assinatura: 27.01.14 - Vigência: 10 anos - Resumo do Objeto: estabelecimento de condições a  
9 serem observadas pelas partes para a troca de “Informações Confidenciais”, manter sigilo de  
10 toda e qualquer informação obtida em decorrência das discussões, apresentações e  
11 explicações referentes à tecnologia “Bioquerosene e processo de obtenção do mesmo”,  
12 reveladas pelas partes - Parecer: Cepe-111/14; 103) PROC. Nº 01-P-02979/12 – em nome da  
13 Agência de Inovação da UNICAMP - 1) Termo Aditivo Nº 01 - Partes: UNICAMP e ACEN  
14 Microeletrônica Ltda. - Executores: Roberto de Alencar Lotufo/INOVA e Patrícia Tavares  
15 Magalhães de Toledo/INOVA - Data de Assinatura: 30.04.13 - Vigência: até 31.05.14 -  
16 Recursos: R\$650,00 por mês, no primeiro ano e R\$750,00 por mês, no segundo ano, a título  
17 de participação parcial nos custos dos apoios e utilidades comuns colocados à disposição pela  
18 INCAMP - Resumo do Objeto: alterar a redação da Cláusula Quarta – Valores e Forma de  
19 Pagamento, item 4.1, e Cláusula Sétima – Vigência do Convênio que objetivou a  
20 regulamentação das relações entre a UNICAMP e a ACEN Microeletrônica estabelecendo,  
21 entre outros, as condições de permissão de uso, a título precário, de espaço físico nas  
22 dependências da INCAMP, necessárias à instalação, em caráter temporário, da sede da ACEN  
23 Microeletrônica - 2) Termo de Rescisão - Data de Assinatura: 16.01.14 - Resumo do Objeto:  
24 rescindir, a partir de 19.12.13 o Convênio supracitado, bem como seus termos aditivos,  
25 liberando-os das obrigações assumidas - Parecer: Cepe-88/14; 104) PROC. Nº 01-P-33330/13  
26 – em nome da Agência de Inovação da UNICAMP – Contrato - Partes: UNICAMP e Pirelli  
27 Pneus Ltda. - Executores: Milton Mori/INOVA e João Marcos Travassos Romano/INOVA -  
28 Data de Assinatura: 27.01.14 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: Estabelecer as  
29 condições de Propriedade Intelectual dos resultados gerados nos projetos desenvolvidos pelos  
30 alunos da Faculdade de Engenharia Mecânica da UNICAMP que receberão bolsas via SAE da  
31 PIRELLI - Parecer: Cepe-89/14; 105) PROC. Nº 01-P-28161/12 – em nome da Agência de  
32 Inovação da UNICAMP - 1) Convênio - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Associação pela  
33 Excelência do Software de Campinas – SOFTEX - Executores: Milton Mori/INOVA e João  
34 Marcos Travassos Romano/INOVA - Data de Assinatura: 16.04.13 - Vigência: 02 anos -  
35 Recursos: R\$10.107,04/mês - Resumo do Objeto: regulamentação das relações entre o  
36 INOVASOFT e o NÚCLEO SOFTEX CAMPINAS, estabelecendo as condições da parceria  
37 com a Universidade, bem como a permissão de uso, a título precário, de espaço físico nas  
38 dependências do INOVASOFT, necessário à instalação, em caráter temporário, das atividades  
39 institucionais que lhe são próprias, entre as quais sua incubadora de empresas (Projeto  
40 Alavanca) e o processo de apoio às empresas nascentes e pelo desenvolvimento de projetos

1 em parceria com a Unicamp; 2) Termo de Aditamento - Data de Assinatura: 25.11.13 -  
2 Recursos: R\$10.863,89/mês - Resumo do Objeto: alterar a área ocupada no prédio Invasoft,  
3 valores e forma de pagamento - Parecer: CAD-09/14; 106) PROC. Nº 01-P-24563/13 – em  
4 nome da Agência de Inovação da UNICAMP – Convênio - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e  
5 Ignis Tecnologia da Informação e Comunicação Ltda. - Executores: Milton Mori/INOVA e  
6 João Marcos Travassos Romano/INOVA - Data de Assinatura: 13.12.13 - Vigência: 36 meses  
7 - Recursos: R\$100,00 mensais, no primeiro ano; R\$120,00 mensais, no segundo ano; e  
8 R\$140,00 mensais, no terceiro ano - Resumo do Objeto: regulamentação das relações entre a  
9 UNICAMP e a Empresa Associada estabelecendo, as condições de participação nas atividades  
10 que a INCAMP propiciará no âmbito das empresas associadas - Parecer: CAD-10/14; 107)  
11 PROC. Nº 01-P-19306/13 – em nome da Agência de Inovação da UNICAMP – Convênio -  
12 Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Griuale Biometrics Ltda. - Executores: Milton  
13 Mori/INOVA e João Marcos Travassos Romano/INOVA - Data de Assinatura: 11.10.13 -  
14 Vigência: 36 meses - Recursos: R\$50,00 mensais, no primeiro ano; R\$60,00 mensais, no  
15 segundo ano; e R\$70,00 mensais, no terceiro ano - Resumo do Objeto: regulamentação das  
16 relações entre a UNICAMP e a Empresa Associada estabelecendo, as condições de  
17 participação nas atividades que a INCAMP propiciará no âmbito das empresas associadas -  
18 Parecer: CAD-11/14; 08) PROC. Nº 01-P-29748/12 – em nome da Agência de Inovação da  
19 UNICAMP – Contrato - Partes: UNICAMP e Universidade Federal do ABC - Executores:  
20 Milton Mori/INOVA e João Marcos Travassos Romano/INOVA - Data de Assinatura:  
21 03.09.13 - Vigência: 20 anos - Resumo do Objeto: estabelecer as condições de Propriedade  
22 Intelectual entre a UNICAMP e a UFABC na invenção intitulada: “Dispositivo controlador de  
23 potência por modos deslizantes”, depositada junto ao INPI em 11.06.12, sob o protocolo  
24 018120020654 – PI - Parecer: CAD-12/14; 109) PROC. Nº 01-P-05156/13 – em nome da  
25 Agência de Inovação da UNICAMP - Contrato para Ajuste de Propriedade Intelectual -  
26 Partes: UNICAMP e Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Executores:  
27 Milton Mori/INOVA e João Marcos Travassos Romano/ INOVA - Data de Assinatura:  
28 19.11.2013 - Vigência: até 21.12.2032 - Resumo do Objeto: estabelecer as condições de  
29 Propriedade Intelectual entre a UNICAMP e a UNIOESTE no pedido de patente “Método  
30 para geração de chaves baseado em algoritmos genéticos” - Parecer: CAD-13/14; 110) PROC.  
31 Nº 01-P-24400/13 – em nome da Agência de Inovação da UNICAMP – Contrato - Partes:  
32 UNICAMP e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG - Executores: Milton  
33 Mori/INOVA e João Marcos Travassos Romano/INOVA - Data de Assinatura: 17.12.13 -  
34 Vigência: período de vigência da patente - Resumo do Objeto: estabelecer as condições de  
35 Propriedade Intelectual entre a UNICAMP e a UFMG na invenção intitulada “Disposição  
36 construtiva de uma estrutura semimonocoque confeccionada em material composto  
37 polimérico para aplicação na fabricação de postes” a ser depositada junto ao INPI - Parecer:  
38 CAD-14/14; 111) PROC. Nº 01-P-14129/13 – em nome da Agência de Inovação da  
39 UNICAMP - Contrato de Licenciamento - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e ERIOS  
40 Equipamentos Técnicos e Científicos Ltda. – EPP - Executores: Milton Mori/INOVA e José

1 Roberto Lovadino/INOVA - Data de Assinatura: 16.12.13 - Vigência: 20 anos - Recursos:  
2 conforme Cláusula Quarta - Resumo do Objeto: formalização do Licenciamento não  
3 exclusivo, da Licenciante para a licenciada da tecnologia "Dispositivo de controle de fumaça  
4 e uso do referido dispositivo" - Parecer: CAD-15/14; 112) PROC. Nº 01-P-10231/13 – em  
5 nome da Agência de Inovação da UNICAMP – Contrato - Partes: UNICAMP e Rede  
6 Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP - Executores: Milton Mori/INOVA e João Marcos  
7 Travassos Romano/INOVA - Data de Assinatura: 02.01.14 - Vigência: durante o período de  
8 vigência da patente - Resumo do Objeto: regularização da titularidade e do reconhecimento  
9 mútuo dos direitos e obrigações sobre a propriedade intelectual do respectivo pedido de  
10 patente "Método e ferramenta para coleta de sinais, estatística de acesso, auxílio à predição de  
11 cobertura de sinal digital terrestre e diagnóstico para instalações de TV Digital" - Parecer:  
12 CAD-16/14; 113) PROC. Nº 01-P-03390/13 – em nome da Agência de Inovação da  
13 UNICAMP – Contrato - Partes: UNICAMP e Centro Nacional de Pesquisa em Energia e  
14 Materiais – CNPEM - Executores: Milton Mori/INOVA e João Marcos Travassos Romano/  
15 INOVA - Data de Assinatura: 04.11.13 - Vigência: durante o período de vigência da patente -  
16 Resumo do Objeto: estabelecer as condições de Propriedade Intelectual entre a UNICAMP e o  
17 CNPEM no pedido de patente "Sistema e processo para monitoramento de processos de  
18 fermentação" - Parecer: CAD-17/14; 114) PROC. Nº 01-P-20061/11 – em nome da Agência  
19 de Inovação da UNICAMP – Contrato - Partes: UNICAMP e Centro de Tecnologia da  
20 Informação Renato Archer – CTI - Executores: Milton Mori/INOVA e João Marcos  
21 Travassos Romano/INOVA - Data de Assinatura: 27.11.13 - Vigência: até 02.09.31 - Resumo  
22 do Objeto: regularização da titularidade, reconhecimento e compartilhamento dos direitos e  
23 obrigações sobre o pedido de patente da Tecnologia, depositada junto ao INPI em 02.09.2011,  
24 sob protocolo de nº 018110034204 ("patente"), na proporção de 50% (cinquenta por cento)  
25 para cada parte - Parecer: Cepe-40/14; 115) PROC. Nº 01-P-14606/12 – em nome da Agência  
26 de Inovação da UNICAMP - Memorando de Entendimento - Partes: UNICAMP e Fundação  
27 BE-Basic (Holanda) - Executores: Roberto de Alencar Lotufo/INOVA e Patrícia Tavares  
28 Magalhães de Toledo/INOVA - Data de Assinatura: 21.11.12 - Vigência: 04 anos - Resumo  
29 do Objeto: estabelecer uma cooperação entre as partes por meio de programas de pesquisa  
30 conjunta e com projetos específicos em áreas do conhecimento científico relacionado à  
31 pesquisa de tecnologia de etanos industrial, biorrefinarias, alcoolquímica e impactos  
32 socioeconômicos e sustentabilidade - Parecer: Cepe-41/14; 116) PROC. Nº 01-P-31169/12 –  
33 em nome da Agência de Inovação da UNICAMP – Contrato - Partes: UNICAMP e Instituto  
34 Nacional de Engenharia Biomédica (Portugal) - Executores: Milton Mori/INOVA e João  
35 Marcos Travassos Romano/INOVA - Data de Assinatura: maio/2013 - Vigência: 10 anos ou  
36 durante o período de vigência da patente - Resumo do Objeto: estabelecer as condições de  
37 Propriedade Intelectual entre a UNICAMP e o INEB no pedido de patente "Processo de  
38 obtenção de esponjas de hidroxiapatita e fosfato tricálcico, esponjas assim obtidas e uso das  
39 mesmas", a ser depositado junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial-INPI -  
40 Parecer: Cepe-42/14; 117) PROC. Nº 01-P-05160/13 – em nome da Agência de Inovação da

1 UNICAMP - Contrato para Ajuste de Propriedade Intelectual - Partes: UNICAMP e  
2 Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Executores: Milton Mori/INOVA  
3 e João Marcos Travassos Romano/INOVA - Data de Assinatura: 21.11.13 - Vigência: 20 anos  
4 - Resumo do Objeto: estabelecer as condições de Propriedade Intelectual entre a UNICAMP e  
5 a UNIOESTE no pedido de patente “Método em telemedicina para o acompanhamento  
6 remoto e em tempo real de procedimentos médicos” - Parecer: Cepe-43/14; 118) PROC. Nº  
7 01-P-18704/13 – em nome da Agência de Inovação da UNICAMP – Contrato - Partes:  
8 UNICAMP, Universidade Estadual do Maringá e Universidade Estadual de Londrina -  
9 Executores: Milton Mori/INOVA e João Marcos Travassos Romano/INOVA - Data de  
10 Assinatura: 26.06.13 - Vigência: 10 anos ou durante o período de vigência da patente -  
11 Resumo do Objeto: estabelecer as condições de Propriedade Intelectual entre a UNICAMP, a  
12 UEM e a UEL da invenção “Processo de obtenção da substância 5,7-Dihidroxi-6,4’-  
13 Dimetoxiflavona e desenvolvimento de produto com potencial citostático contra câncer de  
14 ovário humano”, depositada junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) em  
15 16/12/2012, sob protocolo número BR 10 2012 026426-9 - Parecer: Cepe-44/14; 119) PROC.  
16 Nº 01-P-22107/13 – em nome da Agência de Inovação da UNICAMP - Contrato de  
17 Licenciamento de Tecnologia - Partes: UNICAMP e Enterprisepets Desenvolvimento,  
18 Consultoria em TI e Gestão de Processos Ltda. – ME - Executores: Milton Mori/INOVA e  
19 Eduardo Galembeck/IB - Data de Assinatura: 03.12.13 - Vigência: 14 meses - Resumo do  
20 Objeto: licenciamento não exclusivo e gratuito, da licenciante para a licenciada, da tecnologia  
21 Programa de computador intitulado “3DCLASS” - Parecer: Cepe-45/14; 120) PROC. Nº 01-  
22 P-25626/13 – em nome da Agência de Inovação da UNICAMP - Acordo de  
23 Confidencialidade - Partes: UNICAMP e Robert Bosch Limitada - Executores: Milton  
24 Mori/INOVA e João Marcos Travassos Romano/INOVA - Data de Assinatura: 26.08.13 -  
25 Vigência: 10 anos - Resumo do Objeto: estabelecimento de condições a serem observadas  
26 pelas Partes para a troca de “Informações Confidenciais” relacionadas às Tecnologias  
27 referidas no Item I do presente Acordo, e que serão descritas detalhadamente em atas de  
28 reuniões - Parecer: Cepe-46/14; 121) PROC. Nº 01-P-25627/13 – em nome da Agência de  
29 Inovação da UNICAMP - Acordo de Confidencialidade - Partes: UNICAMP e Gino Taeshi  
30 Seito ME - Executores: Milton Mori/INOVA e João Marcos Travassos Romano/INOVA -  
31 Data de Assinatura: 28.08.13 - Vigência: 10 anos - Resumo do Objeto: estabelecimento de  
32 condições a serem observadas pelas Partes para a troca de “Informações Confidenciais”,  
33 manter sigilo de toda e qualquer informação obtida em decorrência das discussões,  
34 apresentações e explicações da tecnologia em questão, reveladas pelas Partes - Parecer: Cepe-  
35 47/14; 122) PROC. Nº 01-P-27465/13 – em nome da Agência de Inovação da UNICAMP -  
36 Termo para Ajuste de Propriedade Intelectual - Partes: UNICAMP e Universidade Federal do  
37 Rio de Janeiro – UFRJ - Executores: Milton Mori/INOVA e João Marcos Travassos  
38 Romano/INOVA - Vigência: 10 anos - Resumo do Objeto: reconhecimento mútuo dos  
39 direitos e obrigações sobre a Propriedade Intelectual, no Brasil e no Exterior, do depósito de  
40 patente intitulado “Processo de obtenção de atorvastatina cálcica utilizando novos

1 intermediários e atorvastatina assim obtida” protocolado junto ao Instituto Nacional de  
2 Propriedade Industrial – INPI sob número 18110015039 em 25/04/2011 - Parecer: Cepe-  
3 48/14; 123) PROC. N° 01-P-29013/13 – em nome da Agência de Inovação da UNICAMP -  
4 Memorando de Entendimento - Partes: UNICAMP e University of Texas at Austin (EUA) -  
5 Executores: Milton Mori/INOVA e João Marcos Travassos Romano/INOVA - Data de  
6 Assinatura: 29.10.13 - Vigência: 03 anos - Resumo do Objeto: promover programas de  
7 educação e pesquisa colaborativa de mútuo interesse, prevendo intercâmbio e colaboração  
8 entre pesquisadores, professores e funcionários - Parecer: Cepe-49/14; 124) PROC. N° 11-P-  
9 19031/11 – em nome do Instituto de Química - Acordo de Propriedade Intelectual - Partes:  
10 UNICAMP, VALE S.A., FAPESP, FAPEMIG, UFMG e CDTN - Executores: Anita Jocelyne  
11 Marsaioli/IQ e Francisco de Assis Machado Reis/IQ - Data de Assinatura: 04.11.13 -  
12 Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: definir no âmbito da PROPOSTA EM REDE DE  
13 PESQUISA, especificamente para os resultados oriundos da Pesquisa em Rede “Produtos  
14 Microbianos aplicados à Biotecnologia”, direitos de propriedade intelectual, exploração de  
15 resultados e confidencialidade - Parecer: Cepe-50/14; 125) PROC. N° 01-P-22457/12 – em  
16 nome do Laboratório de Estudos Urbanos/ Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade -  
17 Segundo Termo Aditivo - Partes: UNICAMP e L’Ecole Normale Supérieure de Lyon  
18 (França) - Executores: Eduardo Roberto Junqueira Guimarães/IEL e José Horta  
19 Nunes/NUDECRI - Data de Assinatura: 19.08.13 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto:  
20 cooperação entre o LABEURB/ NUDECRI e o Laboratório Triangle da ENS-Lyon, para  
21 desenvolver o projeto “Discurso, Política e Cidade: o Período das Descobertas e a  
22 Colonização no Brasil” - Parecer: Cepe-51/14; 126) PROC. N° 01-P-01872/11 – em nome do  
23 Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético - Aditivo 01 - Partes:  
24 UNICAMP/FUNCAMP e Rio Grande Energia - Executores: Ennio Peres da Silva/IFGW e  
25 Ernesto Ruppert Filho/FEEC - Data de Assinatura: 02.09.13 - Vigência: até 31.12.14 -  
26 Resumo do Objeto: estender o prazo de vigência do Contrato que objetivou a prestação de  
27 serviços, pela Contratada à RGE, para desenvolver o projeto de pesquisa e desenvolvimento  
28 intitulado “DE0042 Sistema Híbrido Solar-Eólica”, cujo objeto consiste em avaliar a inserção  
29 da geração distribuída em baixa tensão, com sistemas híbridos de geração fotovoltaico-eólica,  
30 com e sem armazenamento de energia - Parecer: Cepe-52/14; 127) PROC. N° 01-P-28468/13  
31 – em nome da Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais - Acordo de Cooperação  
32 Acadêmica - Partes: UNICAMP e Huazhong University of Science and Technology (China) -  
33 Executores: Luís Augusto Barbosa Cortez/VRERI e José Pissolato Filho/VRERI - Data de  
34 Assinatura: 24.01.14 - Vigência: indeterminada - Resumo do Objeto: fomentar a cooperação  
35 acadêmica por meio de projetos de pesquisa em comum e/ou o intercâmbio de estudantes de  
36 graduação, pós-graduação, professores, pesquisadores e pessoal técnico-administrativo -  
37 Parecer: Cepe-112/14; 128) PROC. N° 01-P-10460/13 – em nome da Vice-Reitoria Executiva  
38 de Relações Internacionais - Acordo de Cooperação - Partes: UNICAMP e Waterford Institute  
39 of Technology (Irlanda) - Executores: Luís Augusto Barbosa Cortez/VRERI e José Pissolato  
40 Filho/VRERI - Data de Assinatura: 12.09.13 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto:

1 fomentar a cooperação acadêmica por meio de projetos de pesquisa em comuns e/ou  
2 intercâmbio de professores docentes/pesquisadores, estudantes de pós graduação e graduação  
3 (com o reconhecimento mútuo dos cursos realizados na universidade parceira) e membros  
4 técnico-administrativos de cada instituição - Parecer: Cepe-90/14; 129) PROC. Nº 01-P-  
5 14033/13 – em nome da Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais – Convênio -  
6 Partes: UNICAMP, USP, UNESP e Fundação Memorial da América Latina - Executores:  
7 Luís Augusto Barbosa Cortez/VRERI e José Pissolato Filho/VRERI - Data de Assinatura:  
8 30.08.13 - Vigência: 03 anos - Resumo do Objeto: desenvolver a programação acadêmica  
9 voltada para a realização de cursos, seminários e congressos baseados em temas vinculados às  
10 relações culturais, históricas e políticas dos países da América Latina - Parecer: Cepe-91/14;  
11 30) PROC. Nº 01-P-23297/13 – em nome da Vice-Reitoria Executiva de Relações  
12 Internacionais - Acordo de Cooperação Acadêmica - Partes: UNICAMP e Hasselt University  
13 – Bélgica - Executores: Luís Augusto Barbosa Cortez/VRERI e José Pissolato Filho/VRERI -  
14 Data de Assinatura: 12.11.13 - Vigência: 03 anos - Resumo do Objeto: fomentar a cooperação  
15 acadêmica por meio de projetos de pesquisa em comuns e/ou o intercâmbio de professores  
16 docentes/pesquisadores, estudantes de pós-graduação e graduação (com o reconhecimento  
17 mútuo dos cursos realizados na universidade parceira) e membros técnico-administrativos de  
18 cada instituição - Parecer: Cepe-92/14; 131) PROC. Nº 01-P-23379/13 – em nome da Vice-  
19 Reitoria Executiva de Relações Internacionais - Acordo de Cooperação Acadêmica - Partes:  
20 UNICAMP e Katholieke Universiteit Leuven (KU Leuven) – Bélgica - Executores: Luís  
21 Augusto Barbosa Cortez/VRERI e José Pissolato Filho/VRERI - Data de Assinatura: 14.11.13  
22 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: oficializar o intercâmbio de estudantes de graduação  
23 no âmbito do programa “Ciências sem Fronteiras”; promover a cooperação acadêmica por  
24 meio de projetos de pesquisa em comuns e/ou o intercâmbio de professores  
25 docentes/pesquisadores, estudantes de pós-graduação e graduação e membros técnico-  
26 administrativos de cada instituição - Parecer: Cepe-93/14; 132) PROC. Nº 01-P-30401/12 –  
27 em nome da Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais - Acordo Acadêmico -  
28 Partes: UNICAMP e Beijing University of Chemical Technology (China) - Executores:  
29 Alberto Luiz Serpa/VRERI e José Pissolato Filho/VRERI - Data de Assinatura: 26.04.13 -  
30 Vigência: indeterminada - Resumo do Objeto: promover a cooperação acadêmica por meio de  
31 projetos comuns de pesquisa e/ou o intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes de  
32 pós-graduação, estudantes de graduação e membros da equipe técnico-administrativa de cada  
33 instituição - Parecer: Cepe-53/14; 133) PROC. Nº 01-P-08683/13 – em nome da Vice-Reitoria  
34 Executiva de Relações Internacionais - Acordo de Cooperação - Partes: UNICAMP e  
35 Universidad Nacional del Noroeste de la Provincia de Buenos Aires (Argentina) - Executores:  
36 Luís Augusto Barbosa Cortez/VRERI e José Pissolato Filho/VRERI - Data de Assinatura:  
37 12.09.13 - Vigência: indeterminada - Resumo do Objeto: fomentar a cooperação acadêmica  
38 por meio de projetos de pesquisa em comuns e/ou intercâmbio de professores  
39 docentes/pesquisadores, estudantes de pós-graduação e graduação (com o reconhecimento  
40 mútuo dos cursos realizados na universidade parceira) e membros técnico-administrativos de

1 cada instituição - Parecer: Cepe-54/14; 134) PROC. Nº 01-P-09485/13 – em nome da Vice-  
2 Reitoria Executiva de Relações Internacionais - Acordo de Cooperação - Partes: UNICAMP e  
3 Universidad de Santander-UNDES (Colômbia) - Executores: Luís Augusto Barbosa  
4 Cortez/VRERI e José Pissolato Filho/VRERI - Data de Assinatura: 20.08.13 - Vigência:  
5 indeterminada - Resumo do Objeto: fomentar a cooperação acadêmica por meio de projetos  
6 de pesquisa em comuns e/ou intercâmbio de professores docentes/pesquisadores, estudantes  
7 de pós-graduação e graduação (com o reconhecimento mútuo dos cursos realizados na  
8 universidade parceira) e membros técnico-administrativos de cada instituição - Parecer: Cepe-  
9 55/14; 135) PROC. Nº 01-P-10458/13 – em nome da Vice-Reitoria Executiva de Relações  
10 Internacionais - Acordo de Cooperação - Partes: UNICAMP e Universidad de Nariño  
11 (Colombia) - Executores: Luís Augusto Barbosa Cortez/VRERI e José Pissolato Filho/VRERI  
12 - Data de Assinatura: 21.08.13 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: fomentar a  
13 cooperação acadêmica por meio de projetos de pesquisa em comuns e/ou intercâmbio de  
14 professores docentes/pesquisadores, estudantes de pós-graduação e graduação (com o  
15 reconhecimento mútuo dos cursos realizados na universidade parceira) e membros técnico-  
16 administrativos de cada instituição - Parecer: Cepe-56/14; 136) PROC. Nº 01-P-14894/13 –  
17 em nome da Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais - Protocolo de Cooperação -  
18 Partes: UNICAMP e Instituto Politécnico de Leiria (Portugal) - Executores: Luís Augusto  
19 Barbosa Cortez/VRERI e José Pissolato Filho/VRERI - Data de Assinatura: 25.09.13 -  
20 Vigência: indeterminada - Resumo do Objeto: cooperação nas modalidades que forem  
21 consideradas mais adequadas para o desenvolvimento de parcerias nos domínios previstos,  
22 para a concretização de ações que visem: a) o intercâmbio de bibliografia técnica, científica e  
23 pedagógica; b) a mobilidade de estudantes e docentes; c) a organização conjunta de cursos; d)  
24 a concretização de projetos de investigação; e) a atualização de pessoal docente, técnico e  
25 administrativo; f) a realização de eventos; g) a prestação de serviços; e h) outras atividades  
26 enquadráveis neste protocolo - Parecer: Cepe-57/14; 137) PROC. Nº 01-P-22008/13 – em  
27 nome da Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais – Convênio - Partes: UNICAMP  
28 e Università Degli Studi de Milano-Bicocca (Italia) - Executores: Luís Augusto Barbosa  
29 Cortez/VRERI e José Pissolato Filho/VRERI - Data de Assinatura: 04.11.13 - Vigência: 05  
30 anos - Resumo do Objeto: promover e fortalecer uma cooperação científica e acadêmica como  
31 meio de intercâmbio de professores, pesquisadores, estudantes e pessoal administrativo; e  
32 fortalecer sua relação em diferentes áreas temáticas de pesquisa e empreender atividades de  
33 pesquisa conjunta assim como divulgação do resultado das mesmas, organizando conferências  
34 e simpósios sobre tópicos de interesse comum - Parecer: Cepe-58/14; 138) PROC. Nº 01-P-  
35 23386/13 – em nome da Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais - Acordo de  
36 Cooperação - Partes: UNICAMP e University of Dumlupınar, Kütahya (Turquia) -  
37 Executores: Luís Augusto Barbosa Cortez/VRERI e José Pissolato Filho/VRERI - Data de  
38 Assinatura: 25.09.13 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: fomentar a cooperação  
39 acadêmica por meio de projetos de pesquisa em comuns e/ou intercâmbio de professores  
40 docentes/pesquisadores, estudantes de pós-graduação e graduação e membros técnico-

1 administrativos de cada instituição - Parecer: Cepe-59/14; 139) PROC. Nº 01-P-24989/13 –  
2 em nome da Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais - Acordo de Cooperação -  
3 Partes: UNICAMP e Yildirim Beyazit University (Turquia) - Executores: Luís Augusto  
4 Barbosa Cortez/VRERI e José Pissolato Filho/VRERI - Data de Assinatura: 1º.11.13 -  
5 Vigência: indeterminada - Resumo do Objeto: fomentar a cooperação acadêmica por meio de  
6 projetos de pesquisa em comuns e/ou intercâmbio de professores docentes/pesquisadores,  
7 estudantes de pós-graduação e graduação e membros técnico-administrativos de cada  
8 instituição - Parecer: Cepe-60/14; 140) PROC. Nº 01-P-28466/13 – em nome da Vice-Reitoria  
9 Executiva de Relações Internacionais - Memorando de Entendimento - Partes: UNICAMP e  
10 Escola de Engenharia e Ciências Aplicadas, University of Pennsylvania - Executores: Luís  
11 Augusto Barbosa Cortez/VRERI e José Pissolato Filho/VRERI - Data de Assinatura: 1º.11.13  
12 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: estabelecer um programa de intercâmbio e  
13 colaboração - Parecer: Cepe-61/14; 141) PROC. Nº 01-P-31237/13 – em nome da Vice-  
14 Reitoria Executiva de Relações Internacionais - Acordo de Cooperação - Partes: UNICAMP e  
15 Universidade Católica Portuguesa – UCP – Portugal - Executores: Luís Augusto Barbosa  
16 Cortez/VRERI e José Pissolato Filho/VRERI - Data de Assinatura: 18.12.13 - Vigência:  
17 indeterminada - Resumo do Objeto: fomentar a cooperação acadêmica por meio de projetos  
18 de pesquisa em comuns e/ou o intercâmbio de professores docentes/pesquisadores, estudantes  
19 de pós-graduação e graduação (com o reconhecimento mútuo dos cursos realizados na  
20 universidade parceira) e membros técnico-administrativos de cada instituição - Parecer: Cepe-  
21 62/14 – Homologados: b) Encerrados - 142) PROC. Nº 27-P-01210/01 – em nome do  
22 Hospital da Mulher “Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti” - Convênio Nº 2746/2000 - Partes:  
23 UNICAMP e União Federal, através do Ministério da Saúde - Executores: Mary Angela  
24 Parpinelli/CAISM, Renato Passini Junior/ CAISM e Luis Augusto Michelin da Silva/CAISM  
25 - Data de Assinatura: 30.12.00 - Vigência: 01.03.06 - Recursos: R\$499.000,00 - Resumo do  
26 Objeto: apoio financeiro para Implantação e Ampliação de Unidade de Saúde do SUS na  
27 Universidade Estadual de Campinas - Parecer: CAD-37/14; 143) PROC. Nº 31-P-03118/07 –  
28 em nome do Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas - Aditivo  
29 04 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS - Executores: Carmen Lucia  
30 Queiroga/CPQBA e Pedro Melillo de Magalhães/CPQBA - Data de Assinatura: 15.06.12 -  
31 Resumo do Objeto: alterar o Plano de Trabalho do Convênio Específico Nº 01 que objetivou  
32 desenvolver o Projeto intitulado “Avaliação de emprego de Tensoativos Naturais na Indústria  
33 Petrolífera” - Parecer: Cepe-63/14; 144) PROC. Nº 36-P-03997/11 – em nome da Faculdade  
34 de Ciências Aplicadas - Termo Aditivo Nº 01 ao Convênio - Partes: UNICAMP e Associação  
35 Limeirense de Basquete – ALB - Executores: Luciano Allegretti Mercadante/FCA e Milton  
36 Shoití Misuta/FCA - Vigência: 24 meses - Resumo do Objeto: Registro de jogos e  
37 treinamentos da equipe Winner Limeira de basquetebol, e desenvolvimento de ferramentas de  
38 análises, durante a temporada do Novo Basquete Brasil 2010/2011 e de 2011/2012 - Parecer:  
39 Cepe-94/14; 145) PROC. Nº 19-P-10654/07 – em nome da Faculdade de Educação –  
40 Convênio - Partes: UNICAMP e Prefeitura Municipal de Americana - Executores: Jorge

1 Megid Neto/FE e Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira/FE - Data de Assinatura: 17.09.07 -  
2 Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: estabelecer ampla cooperação entre os partícipes para  
3 desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão de interesse dos partícipes -  
4 Parecer: Cepe-95/14; 146) PROC. Nº 19-P-10655/07 – em nome da Faculdade de Educação -  
5 Termo Aditivo Nº 01 - Partes: UNICAMP e Prefeitura Municipal de Americana - Executores:  
6 Jorge Megid Neto/FE e Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira/FE - Data de Assinatura:  
7 17.09.07 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: dar continuidade ao Programa Especial  
8 para a Formação de Professores em Exercício – PROESF na Região Metropolitana de  
9 Campinas, para a formação da quarta turma, bem como à docência no curso desenvolvido  
10 pelos Assistentes Pedagógicos (Aps) - Parecer: Cepe-96/14; 147) PROC. Nº 19-P-17551/10 –  
11 em nome da Faculdade de Educação – Contrato - Partes: UNICAMP e Fundação de Apoio à  
12 Universidade de São Paulo - Executores: Carlos Eduardo Albuquerque de Miranda/FE e Jorge  
13 Megid Neto/FE - Data de Assinatura: 10.06.10 - Vigência: até 20.02.11 - Recursos:  
14 R\$19.395,00 - Resumo do Objeto: cooperação entre as partes para a realização do projeto de  
15 extensão intitulado “Construção de imagens com a população ribeirinha da Amazônia –  
16 Nazaré – Grupo Minhas Raízes” - Parecer: Cepe-64/14; 148) PROC. Nº 04-P-16285/06 – em  
17 nome da Faculdade de Engenharia de Alimentos - Segundo Termo Aditivo - Partes:  
18 UNICAMP/FUNCAMP e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI –  
19 Departamento Regional do Ceará - Executores: Yoon Kil Chang/FEA e Gláucia Maria  
20 Pastore/FEA - Data de Assinatura: 27.07.08 - Resumo do Objeto: realização do Curso de  
21 Especialização “Gestão da Qualidade e Segurança dos Alimentos – Modalidade Extensão  
22 Universitária – FEA-200”, onde o SENAI/UNICA.br atuará como Entidade Hospedeira -  
23 Parecer: Cepe-65/14; 149) PROC. Nº 04-P-13797/09 – em nome da Faculdade de Engenharia  
24 de Alimentos – Convênio - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Serviço Nacional de  
25 Aprendizagem Industrial – SENAI – Departamento Regional do Ceará - Executores: Yoon  
26 Kil Chang/FEA e Gláucia Maria Pastore/FEA - Data de Assinatura: 26.03.10 - Vigência: 02  
27 anos - Resumo do Objeto: cooperação operacional acadêmica, científica e cultural na área de  
28 Extensão Universitária constando atividades de ensino e consultoria, abrangendo programas  
29 de Cursos de Especialização e Cursos de Extensão - Parecer: Cepe-66/14; 150) PROC. Nº 04-  
30 P-13806/09 – em nome da Faculdade de Engenharia de Alimentos - 1) Termo Aditivo Nº 1 -  
31 Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI –  
32 Departamento Regional do Ceará - Executores: Yoon Kil Chang/FEA e Gláucia Maria  
33 Pastore/FEA - Data de Assinatura: 26.03.10 - Vigência: 02 anos - Recursos: R\$54.000,00 -  
34 Resumo do Objeto: realização do Curso de Especialização “Gestão da Qualidade e Segurança  
35 dos Alimentos – Modalidade Extensão Universitária – FEA-200”; 2) Termo Aditivo Nº 1 ao  
36 Termo Aditivo Nº 1 - Recursos: R\$47.500,00 - Resumo do Objeto: alterar o valor total do  
37 Termo Aditivo supracitado - Parecer: Cepe-67/14; 151) PROC. Nº 28-P-25892/06 – em nome  
38 da Faculdade de Engenharia Agrícola - 1) Contrato de Licenciamento - Partes:  
39 UNICAMP/FUNCAMP e BIOCAMP – Indústria e Comércio Importação e Exportação de  
40 Biodiesel Ltda. - Executores: Antonio José da Silva Maciel/FEAGRI e Inácio Maria Dal

1 Fabbro/FEAGRI - Data da Assinatura: 16.04.07 - Vigência: 15 anos - Recursos: conforme  
2 Cláusula Quarta - Resumo do Objeto: formalização do Licenciamento não Exclusivo, da  
3 licenciante para a licenciada da tecnologia denominada “Método de transesterificação de  
4 óleos vegetais e gorduras animais, catalisada por base forte modificada para produção de  
5 biodiesel”; 2) Termo de Rescisão - Data da Assinatura: 25.11.13 - Resumo do Objeto:  
6 rescindir o Contrato supracitado onde as partes outorgam plena quitação por qualquer  
7 obrigação existente ou futura, de qualquer natureza - Parecer: CAD-35/14; 152) PROC. Nº  
8 29-P-23468/06 – em nome da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação -  
9 Instrumento Particular de Distrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e SDC - Engenharia,  
10 Sistemas, Eletrônica, Importação e Exportação Ltda. - Executor: Roberto de Alencar  
11 Lotufo/FEEC - Data de Assinatura: 10.04.13 - Resumo do Objeto: Distrato ao Contrato de  
12 Licenciamento de Tecnologia, que objetivou a formalização do licenciamento não exclusivo,  
13 da licenciante para a licenciada da tecnologia denominada "Sistema de Reconhecimento",  
14 visando a seu uso e exploração comercial, admitida a aplicação nos segmentos de  
15 estacionamentos seletivos de veículos, praças de pedágio, barreiras, fronteiras, radares e  
16 outros mecanismos de controle de trânsito em todo território nacional - Parecer: Cepe-97/14;  
17 153) PROC. Nº 29-P-24744/10 – em nome da Faculdade de Engenharia Elétrica e de  
18 Computação - Termo Aditivo 022/2013 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Prefeitura  
19 Municipal de São João da Barra - Executores: Leonardo de Souza Mendes/FEEC e Paulo  
20 Cardieri/FEEC - Data de Assinatura: 28.06.13 - Vigência: 1º.07.13 a 31.12.13 - Resumo do  
21 Objeto: prorrogar a vigência do Convênio 044/2010 e do Termo Aditivo 045/2010 que  
22 objetivaram a execução, pela UNICAMP, de projetos de desenvolvimento e inovação  
23 tecnológica visando ao desenvolvimento de uma Arquitetura Integrada para Cadastros e  
24 Sistemas de Gestão - Parecer: Cepe-68/14; 154) PROC. Nº 06-P-24085/10 – em nome da  
25 Faculdade de Odontologia de Piracicaba – Convênio - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e  
26 Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro - Executores: Márcio de Moraes/FOP  
27 e Roger William Fernandes Moreira/FOP - Data de Assinatura: 18.04.11 - Vigência: 05 anos -  
28 Resumo do Objeto: Cooperação entre a Unicamp, através da Faculdade de Odontologia de  
29 Piracicaba, e a Santa Casa de Rio Claro, no campo do ensino e da assistência odontológica,  
30 em especial na área de cirurgia buco-maxilo-facial - Parecer: Cepe-98/14; 155) PROC. Nº 15-  
31 P-00248/09 – em nome do Hospital de Clínicas - 1) 4º Termo Aditivo ao Contrato - Partes:  
32 UNICAMP e União Federal/Ministério da Saúde/Caixa Econômica Federal - Executores:  
33 Manoel Barros Bértolo/HC, João Batista de Miranda/HC e Antonia Teresinha Tresoldi/HC -  
34 Data de Assinatura: 26.01.12 - Resumo do Objeto: prorrogar a vigência do Contrato até  
35 24.07.13, que objetivou a transferência de recursos financeiros da União para a execução de  
36 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde, no Município de Campinas -  
37 Pareceres: PG-782/12 e CAACC; 2) Termo de Distrato - Data da Assinatura: 28.06.13 -  
38 Resumo do Objeto: rescindir o Contrato supracitado onde as partes dão plena quitação das  
39 obrigações assumidas, nada restando a exigir - Parecer: CAD-38/14; 156) PROC. Nº 15-P-  
40 15416/06 – em nome do Hospital de Clínicas - Convênio - Partes: UNICAMP e NUVOHC –

1 Núcleo de Voluntários do Hospital de Clínicas - Executores: Luiz Carlos Zeferino/HC e  
2 Sandra Regina de Angelis Monteiro Terra/HC - Data de Assinatura: 05.09.07 - Vigência: 05  
3 anos - Resumo do Objeto: ampla cooperação entre os partícipes com a finalidade de  
4 estabelecer programas de ações nas áreas social e assistencial, conforme projetos analisados e  
5 aprovados - Parecer: CAD-39/14; 157) PROC. Nº 15-P-25681/06 – em nome do Hospital de  
6 Clínicas - Termo Aditivo Nº 01 ao Convênio - Partes: UNICAMP e NUVOHC – Núcleo de  
7 Voluntários do Hospital de Clínicas - Executores: Luiz Carlos Zeferino/HC e Sandra Regina  
8 de Angelis Monteiro Terra/HC - Data de Assinatura: 05.09.07 - Vigência: 05 anos - Resumo  
9 do Objeto: permissão de uso de espaço físico, em caráter discricionário, precário e gratuito,  
10 localizado no 2º pavimento externo do Hospital de Clínicas, medindo 45,70 m2, onde será  
11 instalado o Centro de Vivência aos Usuários da Área de Saúde da UNICAMP - Parecer:  
12 CAD-40/14; 158) PROC. Nº 15-P-25682/06 – em nome do Hospital de Clínicas - Termo  
13 Aditivo Nº 02 ao Convênio - Partes: UNICAMP e NUVOHC – Núcleo de Voluntários do  
14 Hospital de Clínicas - Executores: Luiz Carlos Zeferino/FCM e Sandra Regina de Angelis  
15 Monteiro Terra/FCM - Data de Assinatura: 05.09.07 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto:  
16 execução de Plano de Trabalho, intitulado “Participação da Comunidade Universitária da  
17 UNICAMP nas ações do NUVOHC” - Parecer: CAD-41/14; 159) PROC. Nº 15-P-25683/06 –  
18 em nome do Hospital de Clínicas - Termo Aditivo Nº 03 ao Convênio - Partes: UNICAMP e  
19 NUVOHC – Núcleo de Voluntários do Hospital de Clínicas - Executores: Luiz Carlos  
20 Zeferino/HC e Sandra Regina de Angelis Monteiro Terra/HC - Data de Assinatura: 05.09.07 -  
21 Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: execução de Plano de Trabalho, intitulado  
22 “Participação do NUVOHC em eventos realizados na UNICAMP” - Parecer: CAD-42/14;  
23 160) PROC. Nº 15-P-26168/11 – em nome do Hospital de Clínicas - Termo de Encerramento  
24 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e GlaxoSmithKline Brasil Ltda. - Executores: Ubirajara  
25 Ferreira/FCM e Wagner Eduardo Matheus/FCM - Data de Assinatura: 18.11.13 - Resumo do  
26 Objeto: Rescindir a partir de 23.04.13 o Contrato e o Primeiro Aditamento do Estudo Clínico  
27 que objetivou a realização do “Estudo de fase III, randomizado, duplo-cego, controlado por  
28 placebo para avaliar a eficácia e segurança de pazopanibe como terapia adjuvante para  
29 indivíduos com Carcinoma de células renais (RCC) localizado ou localmente avançado após  
30 nefrectomia” – protocolo VEG113387 - Parecer: Cepe-99/14; 161) PROC. Nº 15-P-18537/12  
31 – em nome do Hospital de Clínicas – Convênio - Partes: UNICAMP e Ministério da Saúde -  
32 Executores: Manoel de Barros Bértolo/HC, João Batista de Miranda/HC e Antonia Teresinha  
33 Tresoldi/HC - Data da Assinatura: 31.12.12 - Vigência: até 26.12.13 - Recursos:  
34 R\$2.246.000,00 - Resumo do Objeto: dar apoio técnico e financeiro para “Aquisição de  
35 Equipamento e Material Permanente para Unidade de Atenção Especializada em Saúde”,  
36 visando ao fortalecimento do SUS - Parecer: CAD-04/14; 162) PROC. Nº 32-P-14621/08 –  
37 em nome do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de Prestação de Serviços -  
38 Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Irmandade do Hospital e Maternidade Coronel Juca Ferreira  
39 - Executores: Cármino Antonio de Souza/Hemocentro e Irene Gyongyver Heidemarie  
40 Lorand-Metze/Hemocentro - Data de Assinatura: 20.08.08 - Vigência: 05 anos - Recursos:

1 conforme Cláusula Quarta - Resumo do Objeto: fornecimento de hemocomponentes em  
2 caráter regular e a realização de procedimentos que visem adequá-los às necessidades  
3 específicas do paciente, mediante solicitação e após avaliação do médico hemoterapeuta  
4 autorizado pelo Hemocentro/UNICAMP - Parecer: CAD-43/14; 163) PROC. Nº 32-P-  
5 31310/13 – em nome do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de Prestação de  
6 Serviços - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de  
7 Leme - Executores: Sara Teresinha Olalla Saad/Hemocentro e Joyce Maria Annichinno  
8 Bizzacchi/Hemocentro - Data de Assinatura: 16.01.14 - Vigência: 05 anos - Recursos:  
9 conforme Cláusula Quarta - Resumo do Objeto: fornecimento de hemocomponentes em  
10 caráter regular e a realização de procedimentos que visem adequá-los às necessidades  
11 específicas do paciente, mediante solicitação e após avaliação do médico hemoterapeuta  
12 autorizado pelo Hemocentro/UNICAMP - Parecer: CAD-44/14; 164) PROC. Nº 32-P-  
13 29919/13 – em nome do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de Prestação de  
14 Serviços - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Irmandade do Hospital e Maternidade Coronel  
15 Juca Ferreira - Executores: Sara Teresinha Olalla Saad/Hemocentro e Joyce Maria  
16 Annichinno Bizzacchi/Hemocentro - Data de Assinatura: 16.01.14 - Vigência: 05 anos -  
17 Recursos: conforme Cláusula Quarta - Resumo do Objeto: fornecimento de  
18 hemocomponentes em caráter regular e a realização de procedimentos que visem adequá-los  
19 às necessidades específicas do paciente, mediante solicitação e após avaliação do médico  
20 hemoterapeuta autorizado pelo Hemocentro/UNICAMP - Parecer: CAD-45/14; 165) PROC.  
21 Nº 32-P-26005/13 – em nome do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Espécie: Contrato  
22 de Prestação de Serviços - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Irmandade da Santa Casa de  
23 Misericórdia de Mogi Mirim - Executores: Sara Teresinha Olalla Saad/Hemocentro e Joyce  
24 Maria Annichinno Bizzacchi/Hemocentro - Data de Assinatura: 16.01.14 - Vigência: 05 anos  
25 - Recursos: conforme Cláusula Quarta - Resumo do Objeto: fornecimento de  
26 hemocomponentes em caráter regular e a realização de procedimentos que visem adequá-los  
27 às necessidades específicas do paciente, mediante solicitação e após avaliação do médico  
28 hemoterapeuta autorizado pelo Hemocentro/UNICAMP - Parecer: CAD-46/14; 166) PROC.  
29 Nº 32-P-26954/13 – em nome do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de  
30 Prestação de Serviços - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e DLR Serviços Médicos LTDA –  
31 EPP - Executores: Sara Teresinha Olalla Saad/Hemocentro e Joyce Maria Annichinno  
32 Bizzacchi/Hemocentro - Data de Assinatura: 16.01.14 - Vigência: 05 anos - Recursos:  
33 conforme Cláusula Quarta - Resumo do Objeto: realização de exames laboratoriais de  
34 pacientes - Parecer: CAD-47/14; 167) PROC. Nº 07-P-28371/09 – em nome do Instituto de  
35 Biologia - Termo Aditivo nº 13 - Partes: UNICAMP e Associação Brasileira de Tecnologia de  
36 Luz Síncrotron – ABTLuS - Executores: Gonçalo Amarante Guimarães Pereira/IB e Ana  
37 Maria Lima de Azeredo Espin/IB - Data de Assinatura: 14.05.10 - Vigência: 26 meses -  
38 Recursos: R\$78.000,00 - Resumo do Objeto: desenvolvimento do projeto “Implantação de  
39 uma estrutura de Bioinformática no CeBiME” - Parecer: Cepe-242/10; 168) PROC. Nº 08-P-  
40 27542/11 – em nome do Instituto de Física “Gleb Wataghin” - Termo Aditivo Nº 05 - Partes:

1 UNICAMP e Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron – ABTLuS - Executor:  
2 Eduardo Granado Monteiro da Silva/IFGW - Data de Assinatura: 16.02.12 - Vigência: 12  
3 meses - Recursos: R\$33.408,00 - Resumo do Objeto: desenvolvimento do projeto “Linha  
4 XDS (Espectroscopia de Difração de Raios-X)” - Parecer: Cepe-100/14; 169) PROC. Nº 08-  
5 P-16957/99 – em nome do Instituto de Física “Gleb Wataghin” - 1) Termo Aditivo - Partes:  
6 UNICAMP/FUNCAMP e Corning do Brasil Indústria e Comércio Ltda. - Executores: Hugo  
7 Luiz Fragnito/IFGW e Carlos Lenz César/IFGW - Vigência: 02 anos - Resumo do Objeto:  
8 estabelecer uma cooperação técnico científica na área de Comunicações Ópticas destinado a  
9 viabilizar atividades de colaboração entre a UNICAMP e a Empresa e a instituir uma bolsa de  
10 estudos para alunos de pós-graduação que realizem trabalhos de tese, de caráter fundamental  
11 ou aplicado, na área de Comunicações por Fibra Óptica, doravante denominada Bolsa  
12 Corning para Comunicações Ópticas; 2) Termo Aditivo Nº 02 - Partes: UNICAMP e Corning  
13 do Brasil Indústria e Comércio Ltda. - Data de Assinatura: 04.05.00 - Vigência: 02 anos -  
14 Resumo do Objeto: excluir a FUNCAMP como interveniente administrativa e fixar o prazo de  
15 vigência do Termo Aditivo supracitado - Parecer: Cepe-69/14; 170) PROC. Nº 08-P-27538/11  
16 – em nome do Instituto de Física “Gleb Wataghin” - Termo Aditivo Nº 04 - Partes:  
17 UNICAMP e Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron – ABTLuS -  
18 Executores: Arnaldo Naves de Brito/IFGW e Mônica Alonso Cotta - Data de Assinatura:  
19 16.02.12 - Vigência: 12 meses - Recursos: R\$33.408,00 - Resumo do Objeto: desenvolver o  
20 projeto “Linha PGM (Planar Grating Monochromator)” - Parecer: Cepe-70/14; 171) PROC.  
21 Nº 08-P-27543/11 – em nome do Instituto de Física “Gleb Wataghin” - Termo Aditivo Nº 03 -  
22 Partes: UNICAMP e Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron – ABTLuS -  
23 Executores: Abner de Siervo/IFGW e Richard Landers/IFGW - Data de Assinatura: 16.02.12  
24 - Vigência: 12 meses - Recursos: R\$33.408,00 - Resumo do Objeto: desenvolvimento do  
25 projeto “Linha SXS (Espectroscopia de Absorção de Raios X Moles)” - Parecer: Cepe-71/14;  
26 172) PROC. Nº 22-P-22482/04 – em nome do Instituto de Geociências – Contrato - Partes:  
27 UNICAMP/FUNCAMP e Fundação CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em  
28 Telecomunicações - Executores: Sergio Luiz Monteiro Salles Filho/IG e Sonia Maria Tilkian  
29 de Carvalho/IG - Data de Assinatura: 02.12.04 - Vigência: 06 meses - Recursos:  
30 R\$158.994,00 - Resumo do Objeto: realizar estudo prospectivo para identificar trajetórias  
31 tecnológicas e oportunidades de investimento e de capacitação nos diversos segmentos de TIC  
32 para o Brasil, tendo como referência um horizonte temporal de dez anos, bem como a  
33 definição de um roteiro ou metodologia de implementação para os estudos temáticos, que  
34 serão objeto do Projeto Cenários Tecnológicos de Telecomunicações no CPqD - Parecer:  
35 Cepe-101/14; 173) PROC. Nº 22-P-22496/09 – em nome do Instituto de Geociências -  
36 Convênio - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e IDRC - Centro de Pesquisas em  
37 Desenvolvimento Internacional (Canadá) - Executores: Renato Peixoto Dagnino/IG e Adriana  
38 Garutti Teixeira/IG - Data de Assinatura: 14.10.09 - Vigência: 36 meses - Recursos:  
39 R\$386.674,00 - Resumo do Objeto: desenvolvimento, em colaboração com a Universidade  
40 Nacional de Quilmes, do projeto de pesquisa intitulado “Technologies for Social Inclusion

1 and Public Policies in Latin America” - Parecer: Cepe-102/14; 174) PROC. Nº 22-P-17355/05  
2 – em nome do Instituto de Geociências - 1) Aditamento nº 1 ao Memorando das Condições de  
3 Doação - Partes: UNICAMP e International Development Research Centre-IDRC (Canada) -  
4 Executores: Léa Maria Leme Strini Velho/IG e Maria Conceição da Costa/IG - Data de  
5 Assinatura: 12.03.07 - Resumo do Objeto: acrescer o valor de doação à Unicamp para  
6 190,830 Dólares Canadenses e prorrogar a vigência para mais 24 meses - Pareceres: PG-  
7 325/2007 e CONEX; 2) Aditamento nº 2 ao Memorando das Condições de Doação - Data de  
8 Assinatura: 22.10.07 - Resumo do Objeto: prorrogar o prazo de vigência até 31.12.2007 -  
9 Pareceres: PG-2475/07 e CAACC; 3) Aditamento nº 3 ao Memorando das Condições de  
10 Doação - Data de Assinatura: 20.11.08 - Resumo do Objeto: prorrogar o prazo de vigência até  
11 31.12.2008 - Parecer: Cepe-72/14; 175) PROC. Nº 01-P-03115/06 – em nome da Incubadora  
12 de Empresas de Base Tecnológica da Unicamp - Relatório Final de Atividades do Convênio -  
13 Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Electropack Pesquisa e Desenvolvimento de Sistemas  
14 Elétricos Ltda. - Executores: Davi Inocêncio de Sales/INOVA e Roberto de Alencar  
15 Lotufo/INOVA - Período: abril/2005 a março/2008 - Resumo do Objeto: regulamentação das  
16 relações entre a INCAMP e a Electropack estabelecendo, entre outros, as condições de  
17 permissão de uso, a título precário, de espaço físico nas dependências da INCAMP,  
18 necessárias à instalação, em caráter temporário, da sede da Electropack - Parecer: CAD-  
19 05/14; 176) PROC. Nº 01-P-20895/12 – em nome da Incubadora de Empresas de Base  
20 Tecnológica da Unicamp - Termo de Rescisão - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Henrique  
21 Augusto Motta Ordones - Executores: Milton Mori/INOVA e João Marcos Travassos  
22 Romano/ INOVA - Data da Assinatura: 04.11.13 - Resumo do Objeto: rescindir a partir de  
23 26.09.13 o Convênio que objetivou a regulamentação das relações entre a UNICAMP e o Pré-  
24 Incubado estabelecendo, entre outros, as condições de permissão de uso, a título precário, de  
25 espaço físico nas dependências da INCAMP, necessários ao desenvolvimento, em caráter  
26 temporário, do projeto do Pré-Incubado - Parecer: CAD-50/14; 177) PROC. Nº 01-P-  
27 27762/11 – em nome da Agência de Inovação da Unicamp - Termo de Rescisão - Executores:  
28 Roberto de Alencar Lotufo/INOVA e Patrícia Tavares Magalhães de Toledo/INOVA - Partes:  
29 UNICAMP/FUNCAMP e Sparky Mobile Soluções em Software Ltda. - Data de Assinatura:  
30 30.11.13 - Resumo do Objeto: rescindir o convênio que objetivou a regulamentação das  
31 relações entre a INCAMP e a Sparky Mobile estabelecendo, entre outros, as condições para  
32 integração à INCAMP na qualidade de Empresa Incubada Não Residente, bem como seus  
33 termos aditivos, liberando as partes das obrigações assumidas - Parecer: CAD-48/14; 178)  
34 PROC. Nº 01-P-14478/12 – em nome da Agência de Inovação da Unicamp - Termo Aditivo  
35 nº 01 ao Convênio - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Easy Print Box Ltda. - Executores:  
36 Milton Mori/INOVA e João Marcos Travassos Romano/ INOVA - Data de Assinatura:  
37 01.11.13 - Resumo do Objeto: alterar para 01.11.15 a vigência do Convênio que objetivou a  
38 regulamentação das relações entre a UNICAMP e a Easy Print Box Ltda. estabelecendo, entre  
39 outros, as condições de permissão de uso, a título precário, de espaço físico nas dependências  
40 da INCAMP, necessárias à instalação, em caráter temporário, da sede da Easy Print Box Ltda.

1 - Parecer: CAD-49/14; 179) PROC. N° 01-P-11486/07 – em nome da Agência de Inovação da  
2 Unicamp - 1) Contrato de Licenciamento - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e KOLPLAST CI  
3 LTDA. - Executores: Alfio José Tincani/FCM e Roberto de A. Lotufo/FEEC - Data de  
4 Assinatura: 17.07.08 - Vigência: 15 anos - Resumo do Objeto: formalização do licenciamento  
5 exclusivo, para atuação no mercado brasileiro, da licenciante para a licenciada da tecnologia  
6 "Dispositivo para drenagem de fluidos pleurais e sistema para drenagem utilizando o mesmo",  
7 para fins de produção e comercialização do dispositivo, cuja finalidade é a drenagem do  
8 espaço pleural em pacientes que tenham pneumotórax, hidrotórax ou a combinação dos dois  
9 eventos, de qualquer etiologia, em atendimento extra hospitalar; 2) Termo de Rescisão - Data  
10 de Assinatura: 19.12.12 - Resumo do Objeto: rescindir o Contrato de Licenciamento  
11 supracitado - Parecer: Cepe-103/14; 180) PROC. N° 01-P-14677/07 – em nome da Agência  
12 de Inovação da Unicamp - Termo de Encerramento - Partes: UNICAMP e NineSigma Inc. -  
13 Executores: Rosana Ceron Di Giorgio/INOVA e Roberto de Alencar Lotufo/INOVA - Data  
14 de Assinatura: 08.10.13 - Resumo do Objeto: Termo de Encerramento ao Convênio que  
15 objetivou enviar à afiliada uma solicitação para proposta (denominada “RFP”), através de  
16 Boletim Informativo de Inovação da NineSigma com relação as quais a NineSigma acredita  
17 que a afiliada poderá ser capaz de identificar candidatos apropriados, e atuar como  
18 agente/corretor de prospecção de possíveis empresas interessadas nas tecnologias  
19 desenvolvidas nesta Universidade - Parecer: Cepe-104/14; 181) PROC. N° 01-P-00298/07 –  
20 em nome da Agência de Inovação da Unicamp – Contrato - Partes: UNICAMP e EMBRAPA  
21 - Executores: Roberto de Alencar Lotufo/INOVA e Davi Inocência de Sales/INOVA - Data  
22 da Assinatura: 28.12.06 - Vigência: até 28.12.11 - Resumo do Objeto: comodato de bem  
23 imóvel, através do qual a EMBRAPA cede à título gratuito a esta Universidade, uma área de  
24 100m<sup>2</sup>, do prédio anexo da sede da Embrapa Informática Agropecuária, para utilização da  
25 INOVA onde serão desenvolvidos trabalhos de pesquisas e experimentação agropecuária em  
26 conjunto - Parecer: CAD-07/14; 182) PROC. N° 01-P-29654/09 – em nome da Agência de  
27 Inovação da Unicamp - 1) Convênio - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Meta-Material  
28 Desenvolvimento de Novos Materiais Ltda. - Executores: Davi Inocência de Sales/INCAMP  
29 e Roberto de Alencar Lotufo/INOVA - Data de Assinatura: 13.04.10 - Vigência: até 31.07.10  
30 - Recursos: R\$550,00 mensais - Resumo do Objeto: regulamentação das relações entre a  
31 UNICAMP e a Meta-Material estabelecendo, entre outros, as condições de permissão de uso,  
32 a título precário, de espaço físico nas dependências da INCAMP, necessárias à instalação, em  
33 caráter temporário, da sede da Meta-Material; 2) Termo Aditivo N° 01 - Data da Assinatura:  
34 23.07.10 - Resumo do Objeto: alterar o valor mensal de contribuição da empresa à  
35 UNICAMP para R\$677,24 mensais; 3) Termo de Rescisão - Data da assinatura: 21.12.10 -  
36 Resumo do Objeto: rescindir o Convênio supracitado - Parecer: CAD-08/14; 183) PROC. N°  
37 01-P-22545/09 – em nome da Agência de Inovação da Unicamp - 1) Contrato - Partes:  
38 UNICAMP/FUNCAMP e CFLEX Computação Flexível Aplicada Ltda. - Executores:  
39 Roberto de Alencar Lotufo/INOVA e Marcelo Menossi Teixeira/INOVA; Daniel Barrera  
40 Arellano/FEA e Renato Grimaldi/FEA; Fernando Antonio Campos Gomide/FEEC e Rafael

1 Santos Mendes/FEEC - Data de Assinatura: 09.09.10 - Vigência: 20 anos - Recursos:  
2 conforme descrito na Cláusula Quarta - Preço e Forma de Pagamento - Resumo do Objeto:  
3 formalização do Licenciamento Não Exclusivo da Licenciante para a Licenciada do Software  
4 Mix para fins de uso e exploração do sistema informatizado para formulação de “blends” de  
5 gorduras para a indústria alimentícia e outras afins em área geográfica irrestrita; 2) Termo de  
6 Rescisão - Data de Assinatura: 30.12.11 - Resumo do Objeto: rescindir o Contrato de  
7 Licenciamento supracitado - Parecer: Cepe-73/14; 184) PROC. Nº 01-P-21929/11 – em nome  
8 da Agência de Inovação da Unicamp - 1) Contrato de Licenciamento de Tecnologia - Partes:  
9 UNICAMP/FUNCAMP e Tech Chrom Instrumentos Analíticos Ltda. - Executores: Roberto  
10 de Alencar Lotufo/INOVA e Jarbas José Rodrigues Rohwedder/IQ - Data de Assinatura:  
11 21.05.12 - Vigência: 15 anos - Recursos: conforme descrito na Cláusula Quarta - Preço e  
12 Forma de Pagamento - Resumo do Objeto: formalizar a Licença para Exploração de Patente  
13 em Caráter Exclusivo, da Licenciante para a Licenciada, da tecnologia intitulada “Dispositivo  
14 Espectrofotométrico, seu Sistema de Celas e Método para Monitorar a Qualidade de  
15 Combustíveis Automotivos”, protocolizado junto ao Instituto Nacional da Propriedade  
16 Industrial - INPI em 10.05.05, bem como os de direito de propriedade intelectual a ele  
17 diretamente relacionados, para fins de desenvolvimento, produção e comercialização de um  
18 dispositivo, seu sistema de células e método para monitorar a qualidade de combustíveis  
19 automotivos, em área geográfica irrestrita; 2) Termo de Rescisão - Data de Assinatura:  
20 29.07.13 - Resumo do Objeto: rescindir o Contrato de Licenciamento firmado entre as partes  
21 em 21 de maio de 2012 - Parecer: Cepe-74/14; 185) PROC. Nº 11-P-21995/07 – em nome do  
22 Instituto de Química – Convênio - Partes: UNICAMP e Produtos Químicos Guaçu Ind. e  
23 Com. Ltda. - Executores: Heloíse de Oliveira Pastore/IQ e Celso Ulysses Davanzo/IQ - Data  
24 de Assinatura: 21.12.07 - Vigência: 06 meses - Recursos: R\$38.400,00 - Resumo do Objeto:  
25 desenvolvimento de um processo de preparação do zeólito sintético com estrutura LTA, com  
26 razão molar Si:Al unitária, usando seus reagentes de partida - Parecer: Cepe-75/14; 186)  
27 PROC. Nº 01-P-25119/10 – em nome do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - Contrato -  
28 Partes: UNICAMP e Agência Metropolitana de Campinas - Executores: Paulo Eduardo  
29 Moreira Rodrigues da Silva/NEPP e Carmen Cecília de Campos Lavras/NEPP - Data de  
30 Assinatura: 13.06.11 - Vigência: 360 dias - Recursos: R\$742.688,60 - Resumo do Objeto:  
31 prestação pela contratada de serviços especializados visando ao desenvolvimento dos projetos  
32 do Plano de Educação Permanente da Atenção Básica à Saúde, Modelo de Referência para a  
33 Qualificação das Centrais de Regulação e definição de Plano de Implementação dos  
34 Protocolos Clínicos e Técnicos das Linhas de Cuidado na Rede Metropolitana de Atenção à  
35 Saúde - Parecer: Cepe-105/14; 187) PROC. Nº 01-P-01773/07 – em nome do Núcleo  
36 Interdisciplinar de Planejamento Energético - 1) Aditivo 04 - Partes: UNICAMP e  
37 PETROBRAS - Executores: Paulo Sérgio Franco Barbosa/FEC e Sérgio Valdir Bajay/FEM -  
38 Data de Assinatura: 30.07.10 - Vigência: até 04.03.11 - Resumo do Objeto: prorrogar a  
39 vigência do Convênio que objetivou o desenvolvimento do Projeto intitulado “Revisão do  
40 ambiente legal e regulatório do setor elétrico brasileiro, sua interação com o setor gás natural,

1 identificação de pontos de ineficiência, melhorias e evolução”; 2) Aditivo 05 - Data de  
2 Assinatura: 04.03.11 - Vigência: até 30.08.11 - Resumo do Objeto: prorrogar o prazo de  
3 vigência do Convênio Específico Nº 04 ao Termo de Cooperação CENPES-  
4 0050.0022727.06.4, por mais 360 dias, a partir de 04.03.11; 3) Aditivo 06 - Data de  
5 Assinatura: 25.08.11 - Vigência: até 26.02.12 - Resumo do Objeto: prorrogar o prazo de  
6 vigência do Convênio Específico Nº 04 ao Termo de Cooperação supracitado, por mais 180  
7 dias, a partir de 30.08.11; 4) Aditivo 07 - Data de Assinatura: 02.09.10 - Resumo do Objeto:  
8 alterar o Plano de Trabalho do Convênio Específico Nº 04 ao Termo de Cooperação  
9 supracitado - Parecer: Cepe-76/14; 188) PROC. Nº 01-P-17299/08 – em nome do Núcleo  
10 Interdisciplinar de Planejamento Energético - 1) Aditivo - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e  
11 Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF - Executores: Paulo de Barros  
12 Correia/FEM e Takaaki Ohishi/FEEC - Data de Assinatura: 29.01.10 - Vigência: até 28.07.10  
13 - Resumo do Objeto: prorrogar a vigência e o prazo de execução dos serviços do Contrato que  
14 objetivou a execução do Projeto CHESF de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico,  
15 denominado “Otimização da Programação Operacional de Unidades (OTIM-PDP)”); 2) Termo  
16 de Encerramento e Quitação - Data de Assinatura: 11.08.11 - Resumo do Objeto: receber a  
17 totalidade dos serviços contratados, dando, em consequência irrevogável quitação - Parecer:  
18 Cepe-77/14; 189) PROC. Nº 01-P-10416/09 – em nome do Núcleo Interdisciplinar de  
19 Planejamento Energético - 1º Aditivo - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e ELETROPAULO  
20 Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - Executores: Vivaldo Silveira Júnior/NIPE e  
21 Luís Augusto Barbosa Cortez/FEAGRI - Data de Assinatura: 25.04.11 - Vigência: 1º.04 a  
22 1º.11.11 - Recursos: R\$307.336,04 - Resumo do Objeto: prorrogar o prazo de vigência,  
23 originalmente de 24 meses, por mais 07 meses para o estudo, desenvolvimento e a execução,  
24 por parte da UNICAMP, de cada uma das etapas, atividades e ações descritas no Anexo I -  
25 Plano de Trabalho, que compõem o projeto intitulado “Desenvolvimento de sistema para  
26 utilização de calor gerado por transformadores subterrâneos como fonte alternativa de energia  
27 para aquecimento de água”, visando atender ao Programa Anual de Pesquisa e  
28 Desenvolvimento Tecnológico da ELETROPAULO cadastrado no Sistema de Gestão de  
29 Pesquisa e Desenvolvimento da ANEEL, para a obtenção dos produtos descritos no Anexo II  
30 - Parecer: Cepe-78/14; 190) PROC. Nº 01-P-23191/05 – em nome da Reitoria - 1º Termo de  
31 Aditamento - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Companhia Piratininga de Força e Luz -  
32 Executores: Euclides de Mesquita Neto e Marcelo Knobel - Data de Assinatura: 02.05.07 -  
33 Recursos: R\$63.500,00 - Resumo do Objeto: alterar as parcelas de recursos a serem  
34 repassados pela CPFL, bem como acrescer obrigações à FUNCAMP, descritas nos subitens  
35 4.3.2 a 4.3.8 da Cláusula Quarta do Convênio que objetivou a cooperação entre as partícipes,  
36 com a finalidade de permitir o acompanhamento e desenvolvimento de programas  
37 educacionais, visando propiciar aos funcionários da CPFL, inscritos no Programa de Inclusão  
38 Social, condições acadêmicas de obtenção do certificado do Ensino Médio, via programa de  
39 jovens e adultos do CEES, o qual se encontra sediado no campus da UNICAMP - Parecer:  
40 Cepe-79/14. ORDEM DO DIA SUPLEMENTAR - A - CONVÊNIOS, CONTRATOS E

1 TERMOS ADITIVOS - a) A serem celebrados - 01) PROC. Nº 29-P-34294/13 – em nome da  
2 Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação – Convênio - Partes:  
3 UNICAMP/FUNCAMP e ERICSSON TELECOMUNICAÇÕES S.A. - Executores: Christian  
4 Rodolfo Esteve Rothenberg/FEEC e Maurício Ferreira Magalhães/FEEC - Vigência: 05 anos -  
5 Resumo do Objeto: execução, por parte da UNICAMP e da ERICSSON, de um programa de  
6 cooperação técnico-científica envolvendo atividades de pesquisa, desenvolvimento, formação  
7 e capacitação profissional e serviço científico e tecnológico - Pareceres: PG-621/14, INOVA e  
8 CAACC; 02) PROC. Nº 29-P-34300/13 – em nome da Faculdade de Engenharia Elétrica e de  
9 Computação - Termo Aditivo Nº 01 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e ERICSSON  
10 TELECOMUNICAÇÕES S.A. - Executores: Christian Rodolfo Esteve Rothenberg/FEEC e  
11 Maurício Ferreira Magalhães/FEEC - Vigência: 25 meses - Recursos: R\$706.382,00 -  
12 Resumo do Objeto: execução por parte da UNICAMP a ERICSSON, de um projeto de  
13 cooperação técnico-científica, envolvendo atividades de pesquisa, desenvolvimento de novas  
14 arquiteturas de plano de controle de redes de comunicações com objetivo de otimizar a troca  
15 de dados e o acesso a conteúdo entre diferentes redes e domínios tendo como base a  
16 tecnologia de comutação de pacotes e protocolos de redes IP. Pareceres: PG-622/14, INOVA  
17 e CAACC. Em seguida, o MAGNÍFICO REITOR passa à discussão do item 1 – Proc. nº 01-  
18 P-32442/13 –, que trata da proposta de concessão do Título de Doutor “Honoris Causa”,  
19 apresentada pelo Núcleo de Estudos de População, à professora Elza Salvatori Berquó, nos  
20 termos dos Artigos 248 e 249 do Regimento Geral da Unicamp, e da homologação da  
21 designação da Comissão Especial, composta pelos professores Maria Coleta Albino de  
22 Oliveira (presidente), José Alberto Magno de Carvalho e José Marcos Pinto da Cunha. O  
23 Professor JURANDIR ZULLO JUNIOR diz que esta proposta foi feita pelo Nepo e aprovada  
24 na CAI, tendo em vista a relevante trajetória acadêmica da professora Elza. Ela tem uma  
25 atividade importante na área de Demografia, criou o Nepo, em 1982, e formou toda uma  
26 geração de pesquisadores. A Conselheira ÍTALA MARIA LOFFREDO D'OTTAVIANO  
27 encaminha positivamente esta proposta, lembrando a importância do papel desempenhado  
28 pela professora Elza Berquó no campo da Demografia, em especial, sua atuação como  
29 docente da USP, como uma das fundadoras do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento –  
30 Cebrap, e como criadora do Nepo, que é um órgão de referência nacional e internacional em  
31 estudos de população. A contribuição da professora Elza e de todos os estudantes e  
32 pesquisadores que ela tem formado para os estudos de Demografia no Brasil e na América  
33 Latina é muito importante, e ela é uma referência nacional e internacional, não apenas nas  
34 pesquisas em Demografia, mas também nos trabalhos relativos à sexualidade e questões de  
35 gênero. A professora Elza até hoje é o ícone do Nepo e continua trabalhando e dando exemplo  
36 de um rigor acadêmico incontestável. Então, vê com muita alegria esta proposta e considera  
37 que a Unicamp deve outorgar esse título à professora Elza Berquó. O Conselheiro LUIS  
38 ALBERTO MAGNA também se manifesta favoravelmente à indicação. Foi aluno da  
39 professora Elza, que teve um papel decisivo em sua formação; guarda com carinho um  
40 exemplar, que consulta até hoje, já que faz parte das atividades de sua especialidade, a

1 respeito de noções sobre teorias de probabilidades, de sua autoria. Expressa, portanto, seu  
2 reconhecimento aos relevantes serviços que a professora Elza Berquó exerceu como docente e  
3 exerce ao longo de toda a sua vida profissional, não apenas presencialmente como também  
4 pelas suas obras. O Conselheiro JOSÉ CLAUDIO GEROMEL diz que se manifestará  
5 brevemente a respeito dos três professores, Elza, Hermano e Maria Luiza, porque todos têm  
6 algo em comum: são pessoas que se dedicaram de maneira ímpar ao desenvolvimento da  
7 ciência no país. Sente-se extremamente satisfeito em poder votar favoravelmente à concessão  
8 de títulos a esses três grandes cientistas. E, além dos aspectos acadêmicos e técnicos da vida  
9 de cada um, que estão sobejamente delineados nos respectivos pareceres, destaca que a  
10 criação do Nepo certamente orgulha a professora Elza, mas orgulha também a todos os que  
11 trabalham na Unicamp e veem a grande referência e a grande contribuição que o Núcleo tem  
12 oferecido para a Universidade e para o país. Também evidencia aquilo que fez aqui o  
13 professor Hermano Tavares, responsável pelo desenvolvimento da área de Engenharia  
14 Elétrica, não apenas na Unicamp mas certamente no país, tendo trabalhado inúmeras vezes,  
15 no CNPq e na Capes, na avaliação dos cursos de pós-graduação através de ações  
16 principalmente na Capes. Salaria também que o professor Hermano contribuiu de forma  
17 singular com várias instituições, e lembra que uma de suas ações mais recentes foi ter sido um  
18 dos responsáveis pela criação da Universidade Federal do ABC. O professor Hermano foi seu  
19 professor na graduação e com ele teve o prazer de trabalhar como pró-reitor em sua gestão  
20 como reitor da Unicamp. Também destaca a atuação da professora Maria Luiza Silveira  
21 Mello, que é realmente uma pessoa singular naquilo que faz. Ela tem feito contribuições  
22 imensas à Biologia, como atesta o parecer da comissão. Em particular, ressalta sua atuação  
23 como bolsista 1-A do CNPq e as relevantes colaborações como membro do Conselho  
24 Universitário. Portanto, é com grande satisfação que votará favoravelmente à concessão dos  
25 títulos a esses três brilhantes colegas que merecem ser reconhecidos pela Universidade. O  
26 Professor JURANDIR ZULLO JUNIOR ressalta que a professora Elza é considerada pelo  
27 CNPq uma das pioneiras da ciência no Brasil. Não havendo outras observações, o  
28 MAGNÍFICO REITOR submete à votação a concessão do Título de Doutor “Honoris Causa”  
29 à professora Elza Salvatori Berquó, que é aprovada por unanimidade. Em seguida, passa ao  
30 item 2 – Proc. nº 29-P-33268/13 –, que trata da proposta de concessão do Título de Professor  
31 Emérito, apresentada pela congregação da Feec, ao professor Hermano de Medeiros Ferreira  
32 Tavares, nos termos dos Artigos 248 e 249 do Regimento Geral da Unicamp, e da  
33 homologação da designação da Comissão Especial, composta pelos professores Christiano  
34 Lyra Filho, José Mario Martinez Perez e Silvia Fernanda de Mendonça Figueirôa. O  
35 Conselheiro JOSÉ ANTENOR POMILIO diz que esta solicitação foi encaminhada à  
36 congregação da Feec pelo então Departamento de Engenharia de Sistemas, ao qual pertencia o  
37 professor Hermano Tavares. Esse é um dos departamentos recentemente reformulados pela  
38 Faculdade, e acredita que esta tenha sido sua última ação institucional. E foi com muita  
39 satisfação que a congregação recebeu a solicitação e a encaminhou à Administração Central.  
40 O professor Hermano foi um dos primeiros docentes da Feec, orientador da primeira tese de

1 doutorado realizada 41 anos atrás. Teve uma carreira, como citou o professor Geromel, de  
2 extrema importância para o desenvolvimento da Engenharia, não só na Unicamp, mas no  
3 Brasil como um todo. Foi um assessor imprescindível para a definição de critérios de  
4 qualidade que balizaram a formação de diversas escolas de Engenharia no país. Foi diretor da  
5 Feec, reitor da Universidade, e mesmo depois de aposentado continuou ativo na defesa da  
6 educação no Brasil. Foi reitor da Universidade Federal do ABC e permanece atuando na área  
7 da Educação. Então, o título de Professor Emérito constitui um reconhecimento justo; como  
8 diretor da Feec, se sente honrado em apresentar esta proposição. O MAGNÍFICO REITOR  
9 pergunta se o professor Christiano, que participou da comissão especial, gostaria de tecer  
10 alguma consideração. O Professor CHRISTIANO LYRA FILHO diz que teve o privilégio,  
11 como chefe de departamento, de participar deste que foi, de fato, como o professor Pomilio se  
12 referiu, o último ato do Departamento de Engenharia de Sistemas. O parecer elaborado com a  
13 contribuição dos professores Mario Martínez e Silvia Figueirôa ilustra, em grandes linhas, a  
14 contribuição do professor Hermano. Não entraram em detalhes da contribuição acadêmica, da  
15 quantidade de artigos, mas procuraram retratar a generosidade, a diversidade de pontos em  
16 que o professor Hermano trabalhou, a quantidade de professores da Unicamp que ele orientou,  
17 nas diversas unidades, como os professores Alcir Monticelli e Secundino Soares, da Feec, Rui  
18 de Albuquerque, do IG, Ana Friedlander e outros professores do Imecc, e muitos outros. Uma  
19 característica muito forte do professor Hermano é a união de uma vida acadêmica muito  
20 intensa com ações de cidadania muito profundas no processo de redemocratização da  
21 Universidade e do país. Então, foi uma grande satisfação atender ao pedido dos colegas do  
22 departamento, que fizeram a indicação, e à solicitação do senhor Reitor de coordenar a  
23 comissão que elaborou o parecer para o Conselho Universitário. Coloca-se à disposição para  
24 esclarecimentos. O Conselheiro ALVARO PENTEADO CRÓSTA diz que secunda  
25 integralmente as palavras do professor Geromel com relação aos três docentes que estão em  
26 pauta. Em particular, fará menção ao professor Hermano, em cuja equipe teve a honra de  
27 atuar, juntamente com o professor Geromel, professor Teixeira Mendes, professora Ítala e  
28 professor João Frederico, durante o período em que foi reitor da Unicamp. Acha que já foram  
29 mencionadas várias características importantes, mas destaca a personalidade generosa do  
30 professor Hermano, as suas posições muito respeitadas com relação a diferentes visões do  
31 mundo, da sociedade, uma pessoa com quem o diálogo sempre foi muito fácil, justamente por  
32 essa sua capacidade de ouvir e respeitar todo tipo de opinião, por mais diversas que fossem  
33 das suas. O seu papel como educador, como orientador aqui na Unicamp, no CNPq, na Capes  
34 e, mais recentemente, na constituição da Universidade Federal do ABC também merece  
35 menção. Recentemente teve a oportunidade de recebê-lo aqui, quando solicitou dados sobre  
36 evasão em cursos de Engenharia, porque está realizando um estudo em nível nacional com  
37 base nesses dados. Então, ele continua bastante ativo dentro dessa característica que o  
38 professor Christiano destacou. Parabeniza a Feec e a comissão que elaborou o parecer e  
39 registra que se sente muito honrado em fazer parte deste Conselho Universitário que vai votar  
40 esse título. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que também não poderia deixar de

1 se manifestar. Conhece o professor Hermano há muito tempo e, assim como o professor  
2 Geromel, foi seu aluno tanto na graduação quanto na pós-graduação. O professor Hermano,  
3 na época, também foi um dos dirigentes do convênio que a então Faculdade de Engenharia de  
4 Campinas teve, na década de 1970, com o Metrô de São Paulo, colaborando de forma  
5 importante para sua instalação. Esse convênio aportou recursos importantes para a pós-  
6 graduação, além de bolsas e projetos de pesquisa para a Universidade. A Faculdade construiu  
7 o simulador desse metrô, que tinha um largo espectro de abrangência. Posteriormente, o  
8 professor Hermano foi diretor da Faculdade, fez um trabalho muito importante, e depois disso  
9 a história é conhecida: foi reitor da Unicamp, da UFABC, sempre realizando um trabalho  
10 bastante importante, tanto para a Unicamp como para o ensino e a pesquisa no Brasil. Então,  
11 acha que já era tempo de a Unicamp configurar o seu reconhecimento ao trabalho do  
12 professor Hermano através de uma homenagem como esta. Não havendo mais observações, o  
13 MAGNÍFICO REITOR submete à votação a concessão do título de Professor Emérito ao  
14 professor Hermano de Medeiros Ferreira Tavares, que é aprovada com 6 abstenções. Em  
15 seguida, passa ao item 3 – Proc. nº 01-P-02464/69 –, que trata da proposta de concessão do  
16 Título de Professor Emérito, apresentada pela congregação do IB, à professora Maria Luiza  
17 Silveira Mello, nos termos dos Artigos 248 e 249 do Regimento Geral da Unicamp, e da  
18 homologação da designação da Comissão Especial, composta pelos professores Ronaldo  
19 Aloise Pilli, Helena Coutinho Franco de Oliveira e Fernando Cendes. A Conselheira  
20 SHIRLEI MARIA RECCO-PIMENTEL diz que é com satisfação que apresenta esta proposta  
21 do Instituto de Biologia. O Instituto foi criado oficialmente em 1967, e a professora Maria  
22 Luiza foi uma das primeiras docentes contratadas, em 1969. Portanto, dos 47 anos de  
23 existência do IB, ela contribui para a sua construção há 45. A professora colaborou de  
24 maneira decisiva para a implantação do Departamento de Biologia Celular, que se concretizou  
25 em 1975. Ela se tornou professora titular por mérito em 1981, e por concurso em 2004.  
26 Embora a maioria dos conselheiros conheça a professora Maria Luiza, fará um breve resumo,  
27 para ficar registrado, de alguns dados de sua vida acadêmica, pois seria impossível, nesta  
28 sessão, relatar tudo o que a professora Maria Luiza fez por esta Instituição. Atuando em  
29 pesquisa, nas áreas de Genética e de Biologia Celular, ela contribuiu com 240 artigos  
30 científicos até o momento e seis livros, além de organizar outros oito. Escreveu também 29  
31 capítulos de livros didáticos e científicos e tem centenas de trabalhos em congressos nacionais  
32 e internacionais, inúmeras contribuições também na organização e como palestrante  
33 conferencista em eventos nacionais e internacionais. É reconhecida por seus pares, é bolsista  
34 1-A de produtividade em pesquisa do CNPq desde 1990, e é membro titular da Academia de  
35 Ciências do Estado de São Paulo desde 1981. Coordenou mais de trinta projetos financiados e  
36 recebeu noventa outros tipos de auxílios e diversas modalidades de bolsas, de órgãos  
37 nacionais e internacionais. Recebeu ainda 17 prêmios, alguns de grande destaque, por sua  
38 contribuição à Unicamp e à ciência brasileira. Seu compromisso com a Universidade, sua  
39 dedicação, seu perfil profissional e ético são notórios em todas as suas ações. Embora tenha  
40 tido sempre uma intensa atividade em pesquisa, nunca se furtou em participar ativamente

1 ministrando e implantando várias disciplinas obrigatórias e eletivas no ensino de graduação.  
2 Na década de 1970, teve importante papel na implantação das disciplinas do Instituto recém-  
3 criado. Contribuiu também intensamente com formação de recursos humanos, orientando  
4 mais de cinquenta alunos de iniciação científica. Na pós-graduação, sua contribuição também  
5 impressiona; implantou o curso de pós-graduação em Biologia Celular, em 1980, e foi sua  
6 primeira coordenadora, exercendo papel fundamental no sucesso desse programa. Atuou  
7 ininterruptamente na pós-graduação ministrando inúmeras disciplinas e orientando alunos,  
8 tendo formado 28 mestres e 12 doutores que atuam em instituições de ensino e pesquisa por  
9 todo o país e lideram grupos de pesquisa bem-sucedidos, formando também recursos humanos  
10 de qualidade para o ensino superior. Seus ensinamentos, lições de planejamento, organização,  
11 eficiência, rigor científico, são exemplos a seguir por todos os seus orientados em suas vidas  
12 acadêmicas. A professora contribuiu também de maneira expressiva em atividades  
13 administrativas no âmbito do departamento, do Instituto, da Unicamp, tendo ocupado 77  
14 cargos e representações. Apenas para citar alguns, foi coordenadora de pós-graduação, chefe  
15 de departamento, vice-presidente da CCG, membro da CPDI, membro do Consu por vários  
16 anos e diretora do IB. No seu mandato de diretora, podem-se destacar ações importantes,  
17 como a criação da Comissão de Ética na Experimentação Animal, hoje denominada Comissão  
18 de Ética no Uso de Animais – Ceua, e a elaboração do primeiro plano diretor para o Instituto.  
19 Aposentada compulsoriamente, apenas no papel, continua ativa e produtiva como professora  
20 colaboradora. A congregação do IB considerou justo e merecido conceder esse título à  
21 professora Maria Luiza por toda sua trajetória de relevantes serviços prestados a esta  
22 Instituição em todos os níveis, pelo exemplo de dedicação e comprometimento profissional,  
23 por elevar o nome da Unicamp no país e no exterior. Então, defende aqui que seja concedido,  
24 com muita justiça, esse prêmio à professora Maria Luiza. A Conselheira MARIA SILVIA  
25 VICCARI GATTI diz que está feliz e orgulhosa por estar aqui hoje, porque a professora  
26 Maria Luiza, além de tudo o que aparece descrito no parecer, possui valores incontestáveis.  
27 Esta semana a viu no intervalo de uma aula, saindo de uma aula teórica e indo para uma aula  
28 prática. E ontem ela a chamou para expressar sua preocupação com alguns alunos do primeiro  
29 ano, principalmente do curso de Farmácia, que ela receia estarem com dificuldades de  
30 aprendizado, perguntando e comentando sobre o que poderia ser feito com eles. Então, esse  
31 cuidado que ela tem em relação à Universidade é impressionante. Ela não deixa passar nada,  
32 está sempre atenta, sempre presente, por isso acha que a Universidade está, realmente,  
33 fazendo a homenagem que ela merece. O respeito à professora Maria Luiza é uma constante  
34 no Instituto de Biologia, onde todos a têm como uma pessoa importante e que merece ser vista  
35 como exemplo. Então, considera que estão de parabéns pelo que estão fazendo. O Conselheiro  
36 LÉO PINI MAGALHÃES diz que também não poderia deixar de dizer algumas palavras  
37 sobre a professora Maria Luiza, com quem labutou por diversos anos neste Conselho  
38 Universitário. Como a professora Silvia já mencionou, a par de todo o mérito científico e  
39 acadêmico, contribuiu muito para todos os aspectos da Universidade. Portanto, congratula o  
40 Instituto de Biologia por ter apresentado esta proposta, que considera uma homenagem muito

1 justa. A Conselheira ÍTALA MARIA LOFFREDO D'OTTAVIANO diz que quando solicitou  
2 a palavra para fazer a elegia da indicação da professora Elza Berquó, também gostaria de ter  
3 falado sobre os três, como fez o professor Geromel, mas respeitou a pauta. Expressa também  
4 publicamente sua admiração pelo trabalho acadêmico, pela qualidade científica e pela forma  
5 como a professora Maria Luiza sempre contribuiu com o ensino, com a pesquisa, com todos  
6 os órgãos institucionais da Unicamp, sempre com comportamento tão elegante, tão firme, mas  
7 sempre tão amável. Então, sente-se bastante honrada e privilegiada por estar votando aqui  
8 para esses três colegas o Título de Professor Emérito da Unicamp. Não havendo mais  
9 observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a concessão do Título de Professor  
10 Emérito à professora Maria Luiza, que é aprovada por unanimidade. Em seguida, passa aos  
11 itens 4 – Proc. nº 09-P-02160/13 –, que trata da proposta de concessão do Título de Professor  
12 Emérito, apresentada pela congregação do IFCH, ao professor Marco Aurélio de Almeida  
13 Garcia, nos termos dos Artigos 248 e 249 do Regimento Geral da Unicamp; e 5 – Proc. nº 09-  
14 P-02159/13 –, que trata da proposta de concessão do Título de Professor Emérito, apresentada  
15 pela congregação do IFCH, ao professor Michael McDonald Hall, nos termos dos Artigos 248  
16 e 249 do Regimento Geral da Unicamp, que serão apreciados em bloco, porque foram  
17 retirados de pauta na última reunião por conta do surgimento de uma dúvida. O Título de  
18 Professor Emérito, segundo os Estatutos, é restrito aos professores titulares, e nem o professor  
19 Marco Aurélio nem o professor Michael o são. Então, eles não reúnem os pré-requisitos para  
20 que sequer possam votar essa concessão. Portanto, também obedecendo ao Regimento, o  
21 assunto voltou à pauta com o esclarecimento, mas o encaminhamento é de que a proposta de  
22 concessão nem seja votada por falta do pré-requisito. O Conselheiro JESUS JOSÉ RANIERI  
23 pergunta se nunca houve exceção. O MAGNÍFICO REITOR responde que não. Não havendo  
24 observações, submete à votação o encaminhamento proposto, que é aprovado por  
25 unanimidade. Em seguida, passa ao item 6 – Proc. nº 01-P-12433/01 –, que trata da proposta  
26 de criação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas. A proposta já havia sido acolhida em  
27 primeira instância pelo Conselho Universitário, em 2012, quando foi designada a comissão de  
28 especialistas, presidida pela professora Liliane. Solicita que ela faça as considerações iniciais.  
29 A Conselheira LILIANE MARIA FERRARESO LONA diz que fará um esclarecimento,  
30 porque a comissão também teve uma dificuldade inicial com o processo, que era extenso,  
31 formado por dois volumes. Seguirá em linhas gerais o que consta no parecer. O primeiro  
32 volume foi aberto em 2001, quando o então diretor do CPQBA sugeria a extinção do Centro e  
33 a criação do curso e da Faculdade de Farmácia. Nesse mesmo ano, a proposta foi acolhida  
34 pelo Consu, que nomeou uma comissão de especialistas. E a partir daí aparentemente os dois  
35 elementos caminharam separadamente: o curso e a faculdade. Em 2002, o Consu aprovou o  
36 curso de Farmácia, do qual participariam a FCM, o IB, o IQ e o CPQBA, e cuja coordenação  
37 ocorreria em sistema de rodízio: em princípio, um ano em cada unidade, depois passando a  
38 dois anos, como é até hoje. Nesse ponto, termina o primeiro volume e o segundo já se inicia  
39 com a proposta da criação da Faculdade de Farmácia. Essa proposta, de 2012, é bastante  
40 detalhada, são 137 páginas. A comissão fez uma primeira reunião para estudá-la e logo em

1 seguida a Secretaria Geral solicitou o processo para anexar um parecer relativo a outro GT,  
2 criado pela Portaria PRG-001/2011. A proposta estudada por esse GT não foi anexada ao  
3 processo, mas tiveram a impressão de que se tratava de uma proposta diferente, em função do  
4 teor do parecer. Na primeira proposta, mencionava-se a criação dessa faculdade, que ficaria  
5 nas instalações do CPQBA. E existe, inclusive, uma declaração de voto do professor Ivo  
6 Raimundo, diretor do Centro, com o seguinte teor: “Por voto favorável de três dos seus  
7 membros do GT, IB, IQ e FCM, recomenda-se que o CPQBA passe a integrar a Faculdade de  
8 Farmácia como órgão complementar. Entretanto, o diretor do CPQBA, o quarto membro do  
9 GT, entende que o CPQBA poderia ter uma relação com a Faculdade de Farmácia de uma  
10 outra forma, não necessariamente na condição de órgão complementar. Portanto, vota  
11 contrário.” Já a proposta de 2012 não mais se refere à criação do curso no CPQBA, mas, sim,  
12 em um prédio próprio, em uma região próxima à FCM. Então, no parecer da comissão de  
13 especialistas, primeiramente é apresentado um histórico, com conteúdo próximo do que  
14 acabou de relatar, e depois são elencados os principais pontos do projeto de criação da  
15 Faculdade de Ciências Farmacêuticas. Um dos aspectos principais colocados é o fato de que  
16 não existe uma identidade própria do curso de Farmácia, tendo em vista o rodízio das  
17 coordenações; com a criação da Faculdade, haveria maior autonomia institucional. E também  
18 um fortalecimento das atividades de ensino, criação de dez a vinte vagas no curso e outras  
19 vantagens. Na sequência, é descrito o que seria necessário para viabilizar a proposta –  
20 contratação de docentes, ATU, funcionários em geral, além das gratificações envolvidas,  
21 como a de diretor, diretor associado e ATU. No projeto, é estimado esse valor com pessoal,  
22 que fica em torno de R\$2,5 milhões por ano. Como é um valor considerável, a comissão  
23 perguntou aos diretores do IB, do IQ e da FCM se eles consideravam viável a possibilidade de  
24 criação de um Departamento de Farmácia, que ficaria alocado em uma das três unidades. A  
25 resposta dos diretores foi que não, pois consideram importante a criação da Faculdade de  
26 Farmácia. Nessa reunião, os diretores apontaram várias outras vantagens da criação da  
27 unidade, não apenas para a Unicamp mas também para Campinas e região. Nesse sentido, o  
28 GT encaminhou uma solicitação ao atual coordenador do curso de Farmácia solicitando  
29 justamente o apontamento dessas vantagens externas à Universidade. Esse documento foi  
30 elaborado e consta no Anexo 3 da proposta, às folhas 91 da pauta. A conclusão do GT é que a  
31 proposta tem mérito, entretanto acredita que a análise do âmbito financeiro deva ser feita por  
32 algum órgão competente da Universidade. O MAGNÍFICO REITOR diz que a proposta foi  
33 encaminhada pelas três unidades que estão envolvidas diretamente no curso de Farmácia,  
34 FCM, IB e IQ; consulta se os diretores dessas unidades gostariam de se manifestar, ao que  
35 respondem negativamente. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz  
36 que leu a documentação com bastante cuidado, mas tem dúvidas quanto a algumas questões.  
37 A primeira é sobre as contratações de docentes; não ficaram claras, para ela, quais as  
38 necessidades efetivas e se, ao aprovar a criação da unidade, implicitamente já acolhem o  
39 número de docentes que parece estar sendo solicitado. Outra questão se refere às  
40 gratificações, que, como já mencionou a professora Liliane, precisam ter sua viabilidade

1 financeira analisada. E também a questão do número de vagas que, por enquanto, parecem ser  
2 dez. Não sabe se com a criação dessa unidade já haveria a intenção de aumentar o número de  
3 vagas no curso. Também há uma proposta de regimento da unidade, que não sabe se é  
4 definitiva ou não. Gostaria de esclarecimentos sobre essas questões. Do ponto de vista do  
5 mérito acadêmico, parece não haver dúvidas. O Conselheiro LUIS ALBERTO MAGNA diz  
6 que gostaria de dar ciência ao Conselho Universitário de alguns aspectos interessantes e que,  
7 de certa forma, esclarecem as questões que foram há pouco colocadas. O curso de Farmácia é  
8 um dos mais importantes da Universidade quanto ao seu conceito perante a comunidade  
9 externa, e é classificado pelo *QS World University Rankings* em quinto lugar entre os cursos  
10 brasileiros. Tem o conceito cinco estrelas e o quinto lugar entre os cursos novos de Farmácia  
11 do Brasil no *Guia do Estudante 2013*, da Editora Abril, que é referência para os postulantes a  
12 vagas em cursos de graduação na Universidade. Lembra que é um curso que possui dez anos  
13 de existência. Ele é administrado atualmente por três unidades: o Instituto de Biologia e o  
14 Instituto de Química, que são responsáveis por parte das disciplinas consideradas básicas; e a  
15 Faculdade de Ciências Médicas, que é responsável pelo assim chamado ciclo  
16 profissionalizante. Os docentes contratados nessas três unidades, ao longo desse período, o  
17 foram com o compromisso de se dedicarem ao curso de Farmácia. E, muito embora isso não  
18 seja uma determinação escrita e, portanto, obrigatória, deste Conselho Universitário, existe a  
19 tácita recomendação e acordo entre as três unidades que algumas vagas docentes ali alocadas  
20 fazem parte do curso de Farmácia. Dessa forma há, hoje, nesse importante curso da  
21 Universidade, dez docentes distribuídos pelas três unidades, dos quais um deles é nível MS-6.  
22 E estando em andamento um concurso para professor nesse nível, e havendo três vagas já  
23 alocadas, uma em cada unidade, neste ano, faltam cinco docentes para concluir a grade  
24 curricular de disciplinas do curso, disciplinas essas do ciclo profissionalizante e que, portanto,  
25 estariam, em princípio, destinadas à contratação através da Faculdade de Ciências Médicas. A  
26 PRG também considera oportuna a aprovação, neste momento, da Faculdade de Farmácia,  
27 para que o curso tenha identidade e, com isso, essa unidade possa já contar com a sua  
28 congregação e assim proverem o previsto no Regimento Geral, que atribui às unidades de  
29 ensino e pesquisa a responsabilidade pelos cursos de graduação. Os coordenadores de  
30 graduação são auxiliares do diretor, portanto é de competência de cada unidade a gestão do  
31 curso, o que hoje é feito com o empenho das três unidades envolvidas na manutenção desse  
32 curso de excelência. No entanto, pode haver ainda mais avanço, já que o curso de Farmácia,  
33 pelos fatos que acaba de expor, reúne, no que diz respeito ao seu quadro docente, condições  
34 suficientes para se tornar faculdade, e com isso ter a sua própria congregação e exercer  
35 plenamente o controle e a gerência de maneira mais eficiente. A Conselheira SHIRLEI  
36 MARIA RECCO-PIMENTEL diz que pretendia justamente fazer o esclarecimento das vagas  
37 docentes que a professora Claudia mencionou, mas o professor Magna já informou que,  
38 quando o projeto foi apresentado, faltavam oito docentes para aquelas disciplinas  
39 profissionalizantes específicas da área e que existia um planejamento de seis anos feito pela  
40 comissão para que isso fosse realizado pela Universidade. Independente do projeto, o plano

1 continuará existindo, ou seja, os cinco docentes que ainda faltam, porque até o momento são  
2 14 vagas, como o professor Magna mencionou. Os cinco docentes serão solicitados de  
3 qualquer maneira, com a criação ou não da faculdade, porque eles são absolutamente  
4 necessários, tendo em vista que são da área profissionalizante, na qual faltam professores;  
5 algumas disciplinas possuem um único docente, hoje responsável por duas, três ou quatro  
6 disciplinas. Então, no projeto foi mencionada a necessidade de oito docentes ainda, naquele  
7 momento. Só que, no ano passado, receberam mais três vagas para o curso, então agora  
8 seriam necessárias mais cinco, independentemente da criação da faculdade. Essa era a  
9 necessidade mínima para atender às disciplinas obrigatórias da Faculdade de Farmácia, o que  
10 está dentro do planejamento feito pela comissão de ensino. Informa que a professora Elaine  
11 Minatel, coordenadora do curso de Farmácia, está presente para prestar algum esclarecimento  
12 mais específico que este Conselho eventualmente necessite. O MAGNÍFICO REITOR  
13 pergunta quantas turmas o curso de Farmácia já formou. A Conselheira SHIRLEI MARIA  
14 RECCO-PIMENTEL responde que já foram formadas cinco turmas nos dez anos de  
15 existência do curso, que tem duração de cinco anos. Os egressos têm sido muito bem  
16 absorvidos pelo mercado de trabalho, uma vez que recebem uma excelente formação. Então,  
17 em termos de montagem do currículo, o curso se encontra muito bem estabelecido, e destaca  
18 que as unidades fazem o máximo possível para resolver os problemas que surgem. Mas, como  
19 o professor Magna e a professora Liliane já mencionaram, existe a necessidade de fornecer  
20 identidade ao curso, para que essas pessoas estejam juntas, em uma faculdade, o que acredita  
21 que aumentaria ainda mais a importante contribuição do curso não apenas para a região mas  
22 também para o país, que precisa de profissionais bem formados. Em relação ao regimento do  
23 curso, mencionado pela professora Claudia, esclarece que ele foi proposto pelo primeiro  
24 grupo de trabalho, não tendo relação com o projeto que foi apresentado pela comissão de  
25 ensino de graduação, que é a proposta atual de criação da Faculdade de Ciências  
26 Farmacêuticas. Se esse primeiro regimento sugerido será ou não aproveitado, acha que é uma  
27 questão a ser verificada posteriormente. O MAGNÍFICO REITOR observa que é  
28 impressionante constatar que cinco turmas se formaram com déficit de oito professores.  
29 Quanto à questão do regimento, esclarece que o regimento de uma faculdade é proposto pela  
30 sua congregação, portanto, não estão examinando qualquer regimento da Faculdade de  
31 Farmácia, que só ganhará forma por ocasião da constituição da congregação da unidade, após  
32 sua implantação. A Conselheira DIANA NASCIMENTO MORAES NOVAES registra que a  
33 posição dos estudantes do curso é favorável à criação da faculdade, porque seu funcionamento  
34 de maneira espalhada entre três unidades gera uma série de dificuldades, não apenas para o  
35 andamento da vida acadêmica mas para o próprio cotidiano dos estudantes, como se juntarem  
36 para montar um grupo de estudo ou para uma reunião do centro acadêmico. Mas, analisando o  
37 relatório, surgiram dúvidas, algumas já sanadas pelas colocações anteriores. Pergunta sobre a  
38 possibilidade mencionada no relatório da criação da faculdade em Paulínia; sua dúvida é se  
39 essa possibilidade está descartada, pois estão discutindo a construção do prédio aqui no  
40 *campus* de Barão Geraldo. Acredita que isso geraria outras discussões, porque se a questão da

1 importância de o curso ter uma identidade está sendo tão ressaltada, é importante também  
2 haver um diálogo e uma vivência com as outras áreas, seja para vivência dos estudantes, seja  
3 para a utilização das bibliotecas ou de toda a estrutura existente no *campus* de Barão Geraldo.  
4 Alguns membros do Centro Acadêmico de Farmácia com quem conversou mencionaram o  
5 projeto para construção do prédio da faculdade, atrás da FCM. O relatório inclusive cita a  
6 existência de uma verba destinada para a construção desse prédio, que deveria ter sido  
7 entregue no início do ano passado. Entretanto, a placa de construção do prédio foi retirada e o  
8 espaço está sendo utilizado como estacionamento. Pergunta se a Universidade desistiu de  
9 construir esse prédio e em que foi investida a verba; e, afinal, onde a Universidade está  
10 planejando a implantação da faculdade. Outra questão que considera importante, sempre  
11 pontuada nas discussões sobre a criação da faculdade, é com relação à participação dos  
12 estudantes e à democracia interna nas suas congregações, departamentos etc. Acredita que,  
13 mesmo com o projeto de que ela seja criada sem departamentos, os estudantes terão uma  
14 representação muito reduzida. Então, acha que seria importante pensar um espaço maior para  
15 a participação dos estudantes. Um outro fator, já que estão falando também de uma ampliação  
16 de vagas e a possibilidade da criação de um curso noturno, é que há toda uma discussão  
17 referente à criação dos cursos noturnos para aumentar o acesso dos estudantes. E se, como a  
18 professora Shirlei comentou, já havia antes um déficit de professores, uma eventual ampliação  
19 do número de vagas requer também uma ampliação na contratação de docentes, porque, caso  
20 contrário, a tendência é que esse problema se agrave. O Conselheiro MARCELO KNOBEL  
21 diz que acompanhou de perto, até certo momento, os vários grupos de trabalho que realizaram  
22 esses estudos e propostas, e encaminha favoravelmente à criação da Faculdade de Farmácia. É  
23 um raro exemplo em que um curso já está implementado, e que já está no seu décimo ano,  
24 para cuja implantação as três unidades colaboraram e agora colaboram no desenvolvimento  
25 do curso, concordando integralmente que é necessário criar a Faculdade de Farmácia.  
26 Também acha que a identidade é um fator relevante para os estudantes, mas destaca que há  
27 também a questão da administração. Com a divisão entre três unidades, cada decisão tem de  
28 passar por três congregações, o que muitas vezes torna as questões muito burocratizadas,  
29 lentas e difíceis. Além disso, o sistema de rodízio de coordenadores se torna um pouco  
30 complicado. Mencionando a observação feita pelo senhor Reitor, acha que de fato devem  
31 destacar o papel dos docentes do curso, que têm se desdobrado para proporcionar essa  
32 formação adequada. Pelo que pôde acompanhar até certo momento, e que talvez o professor  
33 Magna possa confirmar, eles estão sobrecarregados, cumprindo uma carga horária muito  
34 acima da média das demais unidades, o que naturalmente penaliza as outras atividades que  
35 eventualmente tenham de realizar no âmbito da Universidade. Acredita que a necessidade de  
36 aumento no número de docentes do curso precisa ser considerada, independentemente do fato  
37 de se criar a Faculdade de Farmácia ou não. Todos sabem que a criação da Faculdade será um  
38 desafio enorme, porque não há ainda, como foi mencionado, um prédio, não existe a  
39 infraestrutura, os docentes que hoje estão em diferentes unidades terão de se deslocar para  
40 uma nova unidade que nascerá ainda sem infraestrutura necessária, mas conversando com

1 todos os envolvidos, sejam eles os docentes ou os atuais alunos, percebe que estão todos  
2 empenhados em enfrentar esse desafio e essas dificuldades iniciais. Considera que terá de ser  
3 feito um plano muito cuidadoso, muito detalhado da estruturação dessa faculdade, que não  
4 pode ser feito às pressas, mas certamente é uma tarefa a que todos os envolvidos estão  
5 dispostos a se dedicar. Então, declara que votará favoravelmente à criação da Faculdade de  
6 Farmácia. O Conselheiro LUIS ALBERTO MAGNA, complementando a informação em  
7 relação ao quadro docente, diz que faltam cinco docentes, mas eles não precisam ser  
8 contratados às pressas. Já existe um escalonamento, até 2016, sendo dois previstos para este  
9 ano, um para 2015 e dois para 2016. Então, não é algo que vai onerar imediatamente o  
10 Orçamento, mesmo porque essas vagas já estão previstas nas unidades de origem, segundo  
11 aquele acordo tácito a que se referiu antes. A Conselheira SHIRLEI MARIA RECCO-  
12 PIMENTEL diz que, esclarecendo alguns aspectos que a acadêmica Diana questionou, a  
13 proposta apresentada é de criação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas aqui no *campus* de  
14 Barão Geraldo. Aquele estudo do primeiro grupo de trabalho faz parte do histórico que está  
15 no processo e foi anexado pelo grupo de trabalho atual, mas a proposta é de criar aqui mesmo  
16 no *campus*. Com relação ao prédio, lembra que os recursos para sua construção foram  
17 aprovados, se não está enganada, no Orçamento de 2010. Foi realizada a licitação, e pelo que  
18 parece houve um problema logo no início da obra com a empresa contratada. Talvez o senhor  
19 Marcos Zanatta, coordenador da DGA, possa confirmar isso, mas a informação que possui é  
20 que a Unicamp cancelou o contrato porque a empresa não tinha as condições necessárias para  
21 construir o modelo de prédio que foi licitado. E, em seguida, abriu nova licitação, que parece  
22 já estar em curso. Entretanto, o recurso foi alocado há alguns anos e o prédio talvez já  
23 estivesse pronto, mas com as dificuldades que todos conhecem em relação a construções, ele  
24 teve de passar por uma nova licitação. O professor Marcelo também mencionou, mas ressalta  
25 que as cinco turmas já formadas de Farmácia tiveram as disciplinas que estão com falta de  
26 docentes cobertas pelos professores contratados especificamente para o curso. Então hoje, por  
27 exemplo, a disciplina de Bromatologia está sendo ministrada por um desses docentes, o  
28 professor Rodrigo Catharino, que além desta cobre outras disciplinas, como Controle de  
29 Qualidade II, que é mais voltada para a área de Química, juntamente com um professor  
30 contratado recentemente pela FCM, professor Paulo Rosa, que agora passou a auxiliar esse  
31 docente, que está extremamente sobrecarregado. A disciplina Integrações Farmacêuticas  
32 também é ministrada por uma docente daquele grupo; Farmacotécnica possui também apenas  
33 uma docente; e Toxicologia, que é ministrada por um pesquisador do Centro de Controle de  
34 Intoxicações. Então, são essas cinco disciplinas que estão com carência e que estão sendo  
35 cobertas por esses docentes. E o planejamento para as solicitações de vagas foi feito pela  
36 comissão do curso para seis anos. Não que o curso não necessitasse de todas as vagas seis  
37 anos atrás, mas todos acompanharam a disputa por vagas, foram cinquenta para o ano, e o  
38 curso de Farmácia certamente não conseguiria obter 10, 12, 15 vagas de uma vez. Então, cada  
39 diretor foi, anualmente, fazendo as solicitações, pelo IB, pela FCM, pelo IQ, para ir ganhando  
40 uma, duas, três vagas por ano, para aos poucos cobrir esse déficit. E foi isso o que aconteceu

1 ao longo dos anos, faltando agora cinco vagas, que pelo planejamento continuariam a ser  
2 solicitadas até 2016. Com a nova forma de preenchimento das vagas, isso terá de ser feito por  
3 demanda qualificada ao longo deste ano e do ano que vem, para que seja possível reduzir a  
4 carga desses jovens docentes. A Conselheira DIANA NASCIMENTO MORAES NOVAES  
5 pergunta se, estando a licitação para a construção do prédio em processo, até que o prédio  
6 fique pronto, o plano é que o curso continue funcionando nas unidades. A Conselheira  
7 SHIRLEI MARIA RECCO-PIMENTEL responde que as unidades continuarão a oferecer  
8 todo o apoio e infraestrutura até que o prédio seja construído. E solicita ao senhor Marcos  
9 Zanatta que a DGA acelere esse processo de licitação. O Conselheiro LUIS ALBERTO  
10 MAGNA complementa que as disciplinas básicas oferecidas no IB e IQ, a exemplo do que  
11 ocorre, por exemplo, no curso de Medicina, continuarão sendo oferecidas mesmo com o  
12 prédio futuro e a Faculdade de Farmácia instalada. Então, as unidades atuais continuarão  
13 participando, fisicamente inclusive, com professores também do curso de Farmácia. A  
14 Conselheira SHIRLEI MARIA RECCO-PIMENTEL concorda e diz que as unidades  
15 ministrarão essas disciplinas de serviço e também oferecerão sua infraestrutura de laboratório,  
16 de aulas práticas. Na verdade, e a professora Elaine pode explicar melhor do que ela, ainda há  
17 necessidade de montagem de dois laboratórios específicos, ainda não houve condições, se não  
18 se engana seria algo mais relacionado com a área da Saúde, para contemplar plenamente as  
19 necessidades de aulas práticas do curso. Além disso, há também um programa de pós-  
20 graduação já implantado, vinculado à CPG do Instituto de Biologia, com participação de  
21 docentes das unidades envolvidas. A congregação do Instituto inclusive já aprovou por meio  
22 de um documento oficial que esse programa, assim que for criada a Faculdade de Ciências  
23 Farmacêuticas, seja de corresponsabilidade dessa Faculdade, porque ele é da área de  
24 Farmácia. Portanto, a Faculdade se iniciaria com um programa de pós-graduação que já está  
25 em curso e que está indo muito bem. O Conselheiro PAULO SÉRGIO FRANCO BARBOSA  
26 parabeniza a comissão pela proposta. Acha que realmente é uma oportunidade de essa área  
27 crescer e se fortalecer na Universidade, ganhar autonomia, fazer articulação entre ensino,  
28 pesquisa e extensão, como as demais unidades já fazem. A única dúvida que possui é com  
29 relação ao perfil do quadro docente. Há uma tabela mais antiga que prevê 19 docentes, dos  
30 quais 13 em RDIDP, quatro em RTC, mais dois em RTP. Essa proporção foge um pouco do  
31 padrão esperado na Unicamp, que é uma presença maior em RDIDP. Não sabe se a tabela está  
32 desatualizada, mas solicita um esclarecimento em relação a isso. E um segundo ponto, que é  
33 mencionado às folhas 86 da pauta, é sobre a presença no corpo docente de profissionais  
34 graduados em Farmácia, que parecem ser apenas cinco. Relata que no curso de Arquitetura,  
35 como em tantos outros na Universidade, houve o máximo aproveitamento da capacitação  
36 existente, e isso criou nos alunos uma expectativa maior com relação à presença de arquitetos  
37 no curso. Ou seja, não basta para os alunos ter, por exemplo, um físico que pesquisa conforto  
38 térmico das construções, como existe no curso. Aproveitaram muito essa  
39 interdisciplinaridade, que para pesquisa é absolutamente essencial, no entanto, na perspectiva  
40 de identidade profissional dos alunos gera muita frustração. Eles querem ver os profissionais

1 formados na mesma graduação que eles terão. Então, pergunta se existe um plano, nessa  
2 expansão, de contratar mais graduados em Farmácia. O Conselheiro LÉO PINI  
3 MAGALHÃES diz que infelizmente sairá da linha das últimas manifestações, pois considera  
4 a proposta precoce. Havendo a criação dessa unidade, ela contará com cerca de vinte  
5 docentes; na Feec, por exemplo, há muitos departamentos com um número bem superior de  
6 docentes. Ficou muito satisfeito quando a Faculdade de Engenharia Civil defendeu a criação  
7 de um curso de Arquitetura, e certamente ela poderia ter proposto a criação de uma Faculdade  
8 de Arquitetura e Urbanismo, como existe na USP. Acha que é uma decisão relacionada à  
9 gestão da Universidade, ou seja, será agregada uma grande estrutura administrativa –  
10 incluindo diretor e diretor associado – a um pequeno corpo docente, quando poderiam  
11 considerar que talvez fosse melhor ter uma estrutura departamental, como, aliás, foi a fase por  
12 que passou a Faculdade de Enfermagem, que inicialmente se constituiu como um  
13 departamento da Faculdade de Ciências Médicas. Muitas das manifestações dos conselheiros  
14 focaram no curso de Farmácia, que concorda que é um curso reconhecido, muito bem  
15 avaliado, mas não acha que isso demande a criação de uma Faculdade de Farmácia. Não está  
16 convencido de que deva existir esse aporte financeiro para que o curso ganhe maior  
17 visibilidade, pois um departamento também pode ter grande visibilidade. Mesmo a criação de  
18 um programa de pós-graduação, de uma farmácia-escola ou a consolidação de projetos podem  
19 ocorrer sem que seja necessário criar a Faculdade. Percebe que o grande problema da  
20 identidade hoje é que os docentes e alunos estão espalhados, o que configura a falta de uma  
21 instalação, não a falta de uma faculdade. Propõe a retirada de pauta, pois não gostaria de ter  
22 de votar contrariamente. Ela seria uma faculdade muito pequena, e mesmo com toda a  
23 infraestrutura continuariam com o mesmo problema, que é a falta de um prédio. Acha que o  
24 esforço aqui é para terem uma instalação, em algum local, para que os docentes e alunos  
25 possam se congregar, para que existam os laboratórios necessários na fase profissional, e não  
26 para que se junte a toda essa necessidade ainda a necessidade de gerenciar uma faculdade.  
27 Entende, pelos dados apresentados, pelo parecer cuidadoso da segunda comissão, que a seu  
28 ver não quis dizer não, mas também disse sim com pouca ênfase, que essa criação não é  
29 prioritária. E uma dúvida que tem é se os pesquisadores do CPQBA continuarão atuando  
30 nesse curso, pois no seu entendimento pesquisadores não são docentes. Isso é algo que sempre  
31 diz; quem é docente pertence à carreira MS, então esse é um desvio de função que não deveria  
32 ser permitido. E isso não tem nada a ver com capacidade docente, tem a ver com carreira.  
33 Sempre foi contrário a isso, pois a Universidade possui inúmeros pesquisadores – não é o caso  
34 desses, aparentemente – que são docentes em outras universidades, em vez de ministrarem  
35 aula na Unicamp. Ou se altera a regra, e pesquisadores passam a ser docentes, e passam a ser  
36 remunerados como tal, ou pesquisadores continuam não sendo docentes. Isso se relaciona à  
37 participação do CPQBA nesse curso, que ressalta que não tem a ver com capacidade, pois  
38 provavelmente eles são os mais capazes de ministrar as disciplinas que oferecem. Voltando ao  
39 ponto principal, diz que não está convencido pela proposta de que seja prioritário, no  
40 momento, aprovar a Faculdade. Prioritário, no momento, é definir um lugar para que essas

1 pessoas possam trabalhar e construir essa identidade. Se o senhor Reitor achar conveniente  
2 colocar em votação a retirada de pauta, pode propô-la formalmente, no entanto não deseja  
3 colocar um obstáculo. A Conselheira GLÁUCIA MARIA PASTORE diz que não considera a  
4 proposta precoce; em sua opinião, ela é tardia. No final de 2000, o CPQBA iniciou a  
5 discussão sobre a oportunidade da criação de um curso de Farmácia. Naquele momento, o  
6 conselho do CPQBA, do qual fazia parte como diretora da FEA, juntamente com o diretor da  
7 FEQ e vários outros, alguns deles talvez até estejam aqui presentes, pensava sobre o porquê  
8 da criação do curso de Farmácia. Convidaram, então, o professor Sérgio Ferreira para fazer  
9 uma explanação de como ele via o curso de Farmácia no Brasil naquele momento, em 2001.  
10 Foi uma verdadeira aula, e ficaram extremamente impressionados de ver qual o papel e a  
11 importância que um curso de Farmácia tem, inclusive como sedimentação de várias outras  
12 áreas existentes na Universidade. Aquelas conversas evoluíram, mas depois, infelizmente,  
13 houve um período em que isso não foi mais discutido, e agora o assunto voltou à tona, sendo  
14 hoje um momento muito propício para esta discussão no país. Inclusive há um programa  
15 federal que está sendo planejado, em algumas áreas já até implantado, que é o Biofármaco,  
16 ligado à biodiversidade brasileira. E precisam de pessoas que estudem e produzam isso. A  
17 Fapesp também tem um programa primoroso na área, o Biota, que está atualmente em sua  
18 terceira fase, que investiga qual a funcionalidade das moléculas que foram estudadas na  
19 biodiversidade. Portanto, todo esse conjunto de saberes fará com que o Brasil tenha um outro  
20 papel nessa área, principalmente em relação aos fármacos. Acredita que a criação da  
21 Faculdade de Farmácia seja um ponto fundamental, porque a identidade que será  
22 proporcionada e as discussões que serão geradas nesse âmbito fornecerão uma dimensão do  
23 papel e da importância do farmacêutico formado aqui. Se analisarem os cursos de Farmácia  
24 no Brasil, verão que cada região tem um foco, e acredita que a Unicamp pode ser bastante  
25 inovadora, aproveitando toda a experiência dos docentes e também do CPQBA. Destaca a  
26 impressionante capacidade desse Centro em termos de equipamentos, de conhecimento  
27 gerado, de patentes lá geradas. Tudo isso tem de ser aproveitado. O professor Léo deve  
28 conhecer os *clusters*, tendo em vista que já esteve na Alemanha e na França, dois países que  
29 primam pela prática, que consiste em aproveitar tudo o que existe na região, tudo o que está  
30 próximo, para crescer. Os *clusters* adotam o pragmatismo científico, que muitas vezes é  
31 necessário. E a Unicamp, que possui muitos recursos disponíveis aqui, precisa aproveitá-los; e  
32 diante do que o país necessita, acha que devem considerar a importância e o papel da  
33 Unicamp, o seu protagonismo na pesquisa e no ensino em relação a esse tema. O Conselheiro  
34 LÉO PINI MAGALHÃES diz que concorda com tudo o que a professora Gláucia mencionou,  
35 apenas não acha que seja necessário o formato de faculdade. Acredita que o formato de  
36 departamento comportaria tudo isso. O Conselheiro MARIO JOSÉ ABDALLA SAAD diz  
37 que, como a FCM participa do curso de Farmácia, faz questão de se manifestar. Acha que a  
38 professora Gláucia relembrou muito bem essa palestra do professor Sérgio; era diretor da  
39 FCM na época e acompanhou essa discussão. Foram liderados pelo professor Fernando  
40 Galembeck, que era um entusiasta do curso, e, depois, acompanhou a implantação do curso

1 como conselheiro no Conselho Universitário e, agora, voltou à diretoria da FCM e continuou  
2 acompanhando. Considera que esta discussão é pertinente, e não acha que alguém tenha  
3 razão. O que acha é que existem pontos que devem ou não ser abordados. Seguindo o  
4 exemplo citado pelo professor Léo, se a Unicamp não tivesse as Engenharias e tivesse uma  
5 Politécnica, acredita que talvez não seria a mesma coisa, pois o destaque que a Unicamp  
6 possui nas áreas de Engenharia pode se dever ao fato de que tem cursos separados de  
7 Engenharia, ao contrário da USP, que os concentra na Politécnica. Essa é sua impressão, que  
8 talvez as pessoas da área possam confirmar. O fato é que a Unicamp cria institutos e  
9 faculdades de maneira independente, e quase nunca cria cursos unificados. Um exemplo  
10 oposto é Limeira, e acompanharão como isso evoluirá. Na FCM, o primeiro curso foi o de  
11 Medicina, depois de alguns anos foi criado o de Enfermagem, que agora se transformou em  
12 Faculdade, e recentemente foram agregados os cursos de Fonoaudiologia e Farmácia. A FCM,  
13 portanto, tem esse papel de incubadora de cursos, o que considera razoável e saudável, até que  
14 eles adquiram força suficiente para terem autonomia. Chega um momento em que para o  
15 curso crescer e se desenvolver, ele precisa ter expressão política, porque reconhece que o  
16 curso de Enfermagem era massacrado dentro da FCM, por exemplo quando havia discussão  
17 de vagas docentes; eram 15 departamentos contra um. O que perceberam, ao longo do tempo,  
18 foi o encolhimento do curso de Enfermagem. Se colocarem o curso de Farmácia como  
19 departamento de alguma unidade, ele corre o risco de sofrer o mesmo processo. Então, acha  
20 que esse curso tem méritos para ter autonomia; considera que é o momento certo, a despesa  
21 não é tão alta e devem seguir a cultura da Unicamp, de trabalhar com faculdades e institutos  
22 independentes. Se forem discutir reforma de ensino, ministrar um curso básico comum a  
23 todos, acabarão juntando toda a área da Saúde em uma única faculdade, todas as Engenharias  
24 em um mesmo curso, e então entrarão em outras questões. Acha que essa discussão não parte  
25 do âmbito administrativo, mas do acadêmico, e o que podem é oferecer força administrativa  
26 para que o curso caminhe por si próprio. Acha que da forma como está hoje, sem local e  
27 coordenação fixos, causa confusão para os alunos. Considera, então, que este é o momento, e  
28 não acredita que sua despesa comprometerá o Orçamento. O Conselheiro JOSÉ CLAUDIO  
29 GEROMEL diz que, em relação ao comentário feito pelo professor Mario, acha que não vale  
30 a pena discutir agora como são as Engenharias na Unicamp, compará-las com as Engenharias  
31 da USP etc. A Unicamp construiu a sua história, que caminhou de maneira extremamente  
32 exitosa, e é isso o que precisam proteger e levar à frente. Acha que é necessário considerar  
33 algumas perspectivas quando se propõe a criação de uma faculdade. A primeira delas,  
34 discordando novamente do professor Mario, não é expressão política, mas expressão  
35 acadêmica e científica, é aquilo que ela pode oferecer ao país como algo estratégico.  
36 Considera que a área de Farmácia é estratégica e gostaria de colocar a questão dentro desse  
37 contexto. Acha que o professor Léo tem certa razão, ela seria uma unidade muito pequena,  
38 mas se será estratégica e importante para a Universidade, precisam sinalizar a essa unidade  
39 que ela deve crescer. Ela deve se preparar, por exemplo, para receber mais alunos, para ter  
40 outro curso de pós-graduação, e assim contribuirá muito mais do que hoje. Entende as

1 preocupações colocadas pelo professor Léo, mas votará favoravelmente à criação da  
2 Faculdade, tendo em vista que ela será estratégica e muito importante para a Unicamp e para o  
3 país. Acha que deve ser cobrado dessa nova unidade que ela tenha uma inserção maior ainda  
4 na graduação, além de crescer também em pesquisa e na pós-graduação. E, finalmente, quanto  
5 às contratações e despesas envolvidas, a comissão parece ter feito um alerta. Mas, no caso dos  
6 docentes, terão as avaliações a partir de demandas qualificadas na Comissão de Vagas  
7 Docentes, que espera que ofereça uma definição do que será essa unidade no futuro. Salienta  
8 que, ao que parece, a inovação está deixando de ser tão estratégica; outras questões começam  
9 a ganhar relevância, como energia, informação e a produção e qualificação de medicamentos.  
10 Por tudo isso acha que devem acolher a proposta. O Conselheiro MARIO JOSÉ ABDALLA  
11 SAAD diz que gostaria de se manifestar novamente, pois foi citado pelo professor Geromel.  
12 Quando se referiu à expressão política, foi no sentido da comparação pragmática entre uma  
13 faculdade e um departamento. Mas acha que não estão discutindo aqui a competência do  
14 curso de Farmácia, ela já está provada, inclusive a discussão foi aberta com a sinalização de  
15 sua importância na graduação e na pós-graduação. Se assim não fosse, não poderiam sequer  
16 discutir a criação da Faculdade. Nada sobrepuja a importância acadêmica em uma  
17 universidade, não tem dúvidas, mas acha que não poderiam sufocar o curso de Farmácia em  
18 um departamento. Espera que, com a criação da Faculdade, o curso de Farmácia tenha um  
19 crescimento, inclusive com o aumento de vagas, e acredita que as chances seriam menores se  
20 fosse criado apenas um departamento. O Conselheiro JOSÉ CLAUDIO GEROMEL diz que  
21 jamais colocará em questão aquilo que os colegas aqui, sobretudo da área médica e a  
22 professora Shirlei, do IB, acabam de dizer sobre as conquistas do curso de Farmácia na última  
23 década, sobretudo. Ao contrário. O que deseja, a partir disso, é potencializar o seu futuro. O  
24 Conselheiro ICARO DIAGONEL TURCI solicita a palavra à acadêmica Alessandra Faria,  
25 que pertence ao Centro Acadêmico da Farmácia – Cafarma. A Acadêmica ALESSANDRA  
26 FARIA diz que é aluna do quarto ano do curso de Farmácia. Como a professora Elaine pode  
27 comprovar, a representação discente no curso de Farmácia é muito atuante e os estudantes têm  
28 capacidade para saber o que querem para o futuro. É um desejo dos alunos que a Faculdade  
29 seja criada, principalmente pela burocracia que enfrentam, seja para conseguir dinheiro de  
30 repasse, seja em qualquer assunto acadêmico, seja uma contratação de professor, porque as  
31 decisões têm de passar por três congregações. Os estudantes agradecem às unidades que os  
32 acolheram – IQ, FCM e IB – e ao CPQBA, que tem participado bastante, mas acha que está  
33 na hora de a Farmácia assumir a sua posição como faculdade e conseguir defender seus  
34 interesses com diretor e congregação próprios, algo que vai gerar autonomia, como já  
35 mencionou o professor Mario. O curso precisa de uma identidade e os estudantes desejam  
36 uma vivência estudantil de qualidade, elementos que somente serão obtidos com essa união.  
37 Salienta que a Faculdade não pode também ser apenas virtual, ela tem de ser concreta, com  
38 um diretor que defenda seus interesses, com uma boa infraestrutura, incluindo a construção de  
39 uma farmácia-escola e de laboratórios. O Conselheiro WATSON LOH diz que aguardou um  
40 pouco para se manifestar, lembrando que o IQ encaminhou a proposta juntamente com o IB e

1 a FCM. Durante a discussão, anotou algumas dúvidas que surgiram; algumas já foram  
2 respondidas, outras ainda não. Uma delas é a do professor Paulo Barbosa, sobre a questão da  
3 composição do corpo docente. Não tem números exatos, e talvez a professora Elaine tenha,  
4 mas mais da metade dos professores do curso é composta por farmacêuticos, incluindo os  
5 últimos contratados. Lembra que não podem restringir a contratação a farmacêuticos, mas  
6 aconteceu de as últimas contratações serem desses profissionais. Sobre a questão da  
7 dedicação, acha que a tabela mencionada foi encaminhada à PRG no início da discussão, e ela  
8 citava o mínimo necessário para atender à parte de ensino. E aí aparecem, então, as figuras de  
9 RTC e RTP, mas, na verdade, todas as solicitações são para RDIDP, e os 15 docentes que  
10 foram mencionados já são RDIDP, inclusive as três vagas que foram atribuídas recentemente.  
11 Considera a questão levantada pelo professor Léo bastante pertinente, e provavelmente outras  
12 pessoas também a cogitaram, então acha importante que seja esclarecida. O maior exemplo  
13 que tem surgido na discussão é a questão do Departamento de Enfermagem, que se  
14 transformou em Faculdade. Destaca que não faria sentido o curso de Farmácia ser  
15 incorporado ao IQ ou ao IB, que são institutos de Ciências Básicas. Ele apenas poderia ser  
16 incorporado a uma faculdade multidisciplinar, no caso a FCM, mas o professor Mario já  
17 relatou aqui como era a situação do Departamento de Enfermagem dentro da FCM, um dos  
18 pontos que levaram o Consu a aprovar a criação da Faculdade de Enfermagem. Esta foi criada  
19 com cerca de 25 docentes, o que não difere muito da atual situação do curso de Farmácia.  
20 Então, acredita que a proposta do professor Léo, embora faça sentido em termos de  
21 preocupação com o futuro, representaria um retrocesso, porque provavelmente daqui a cinco  
22 ou dez anos estariam discutindo a situação desse Departamento de Farmácia dentro da FCM,  
23 reconhecendo as dificuldades que ele teria. Outra constatação é que Farmácia não é uma área  
24 de pesquisa, é uma ciência, e como ciência ela é inclusive mais antiga que a Química. A  
25 Química e Farmácia surgiram junto com a Alquimia, mas Celsius, que é considerado um  
26 farmacêutico, é mais antigo que a Química. Não conhece nenhuma universidade de porte que  
27 não possua uma Faculdade de Farmácia. A USP, por exemplo, tem departamentos de Física e  
28 de Química dentro da Faculdade de Farmácia, mas não conhece o inverso. Então, essa  
29 proposta, ainda que se justifique em termos de cautela, imagina que até orçamentária, não lhe  
30 parece ter fundamentação acadêmica. E nesse sentido aproveita a manifestação do professor  
31 Geromel, que achou muito interessante, e chama a atenção para mais um ponto sobre a  
32 questão acadêmica. Mais de 50% dos docentes do curso, que reconhecidamente estão  
33 sobrecarregados atualmente, são bolsistas de pesquisa do CNPq. Então, embora seja um curso  
34 novo, cujo docente mais antigo tem cerca de oito anos de trabalho, que é a professora que  
35 ministra uma das disciplinas de serviço no IQ, são docentes que já conseguiram aprovar  
36 projetos de pesquisa, orientar teses, publicar regularmente, a ponto de serem reconhecidos  
37 como bolsistas de pesquisa do CNPq. A taxa de 50%, se não se engana, fica inclusive acima  
38 da média da Universidade. Um deles já é professor titular, existe uma segunda vaga nesse  
39 nível com concurso aberto, a ser realizado no mês de maio, com bons candidatos inscritos.  
40 Portanto, reconhecem que o corpo docente ainda é reduzido, mas ele já é muito qualificado, e

1 espera que ele possa se transformar em um grupo muito maior. Acha que todos aqui  
2 conhecem a dificuldade de contratar um docente com pouca qualificação. Então, acredita que  
3 o primeiro passo já foi dado, o de selecionar pessoas que já demonstraram uma capacidade de  
4 trabalho enorme aliada à qualificação acadêmica. Faz, portanto, um último apelo aos colegas;  
5 acha que as dúvidas são importantes, mas em algum momento precisam olhar para o futuro,  
6 fazer um certo salto quântico, e talvez este seja um dos momentos em que tenham de fazer  
7 uma aposta, mas lembra que a abstenção neste tipo de votação representa um voto contrário. É  
8 necessário dois terços dos votos e encaminha, então, a favor da proposta. O Professor  
9 JURANDIR ZULLO JUNIOR diz que, como o CPQBA foi mencionado na proposta e em  
10 várias manifestações, reforça a posição do Centro, através do parecer do professor Ivo, que é  
11 docente do IQ e já está no segundo mandato como diretor do CPQBA. Ele conhece bem a  
12 situação do Instituto e do Centro de Pesquisas, e também dos pesquisadores, que em 2011 se  
13 colocaram à disposição e a favor da criação, mas mantendo o CPQBA como centro de  
14 pesquisa interdisciplinar. Essa posição do professor Ivo consta às folhas 98 a 101 da pauta, e  
15 nela ele coloca que o CPQBA pode continuar contribuindo, contribuição esta que fica  
16 explícita no texto da comissão de graduação, que consta às folhas 85 da pauta, que menciona  
17 a participação de pesquisadores do Centro especialmente em disciplinas eletivas e no auxílio  
18 em disciplinas obrigatórias. A transformação do CPQBA em um órgão da Faculdade  
19 minimizaria a importância do Centro, até porque mais da metade de suas atividades não estão  
20 relacionadas à área de Farmácia. O CPQBA tem oito divisões, e em pelo menos três delas as  
21 atividades são mais amplas, englobando as áreas de Biotecnologia, Processos, Resíduos e toda  
22 a parte agrícola que já desenvolve, desde a sua fundação, há mais de 25 anos. A Conselheira  
23 SHIRLEI MARIA RECCO-PIMENTEL diz que iria responder sobre o quadro docente, mas o  
24 professor Watson já o fez. Reforça que todos os docentes do núcleo exclusivo da Farmácia  
25 foram contratados em RDIDP. Lembra que duas vagas cheias de professor titular foram  
26 também obtidas, uma já com concurso finalizado, tendo sido aprovado o pesquisador João  
27 Ernesto de Carvalho, do CPQBA. E outro concurso será realizado em maio, como já  
28 mencionou o professor Watson, no IB. Acredita que as justificativas para a criação da  
29 Faculdade já foram bastante exploradas, inclusive a importância de a Unicamp ter uma  
30 unidade nessa área, que é estratégica em um país que possui uma dependência absurda de  
31 medicamentos importados. Por isso é preciso haver maior investimento e melhor integração  
32 entre as áreas internamente e uma maior visibilidade externa, por ser uma área estratégica  
33 para a região e para o país. É claro que há interações dentro da Instituição, mas considera  
34 muito pouco pensar na área de Farmácia como um departamento, por sua relevância e pela  
35 necessidade de investirem na formação de recursos humanos e nas áreas de convênios,  
36 projetos, pesquisa, desenvolvimento, para diminuir essa dependência do Brasil. Como a  
37 Unicamp já forma bons profissionais, a busca tem de ser pelo crescimento cada vez maior, e  
38 não vê como isso pode ser feito sem a existência de uma faculdade. Inclusive externamente  
39 não é bem visto que a Unicamp ainda não possua uma Faculdade de Farmácia. Lembra  
40 também algo que consta na proposta que é a necessidade de que sejam reservados recursos

1 para a construção de mais um prédio, além do que já possui recursos alocados. Por último,  
2 solicita a palavra para a professora Elaine Minatel, coordenadora do curso de Farmácia. A  
3 Professora ELAINE MINATEL agradece a oportunidade de estar aqui defendendo a criação  
4 da Faculdade de Ciências Farmacêuticas. Alguns pontos que teria a colocar já foram  
5 esclarecidos, então reforça que dos oito docentes atuais, sete são farmacêuticos, na área  
6 profissionalizante. Somente um é biólogo, mas ele ministra duas disciplinas que não exigem  
7 propriamente a carreira farmacêutica, que são Biologia Molecular e Biotecnologia. Está na  
8 comissão do curso há cinco anos, e o curso completa 10 este ano. No primeiro ano, atuou  
9 como membro, representante do IB, depois dois anos como coordenadora associada e hoje é a  
10 atual coordenadora do curso. Não considera precoce a transformação do curso em faculdade;  
11 acha que ele é um curso maduro, que já tem essa capacidade de crescimento, e se tolherem  
12 essa possibilidade hoje, impedirão que o curso cresça, que se torne mais reconhecido  
13 nacionalmente e internacionalmente. Acredita que hoje o curso possui expressão acadêmica,  
14 que aqui foi mencionada, mas apenas dentro das unidades que o integram; fora delas,  
15 ninguém conhece o curso de Farmácia. Esteve recentemente em um congresso e foi  
16 questionada sobre o fato de o curso funcionar em três unidades, pois não existe algo  
17 semelhante em nível nacional. Reconhecem todo o esforço feito pelos três diretores, que  
18 apoiaram o curso e construíram suas bases, e são totalmente gratos, mas precisam crescer e se  
19 tornar visíveis nacionalmente. Os alunos e docentes anseiam por isso. Concorde que é um  
20 número reduzido de docentes, mas possuem plena capacidade de torná-la uma faculdade  
21 emergente, capaz de produzir e focar no que é necessário para o país. Por exemplo, o Brasil  
22 não produz insumos farmacêuticos, ele compra de fora; poderiam começar a trabalhar nisso, e  
23 como faculdade teriam mais autonomia para atuar nessa área. Portanto, solicita que os  
24 conselheiros sejam favoráveis à criação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas. A  
25 Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que o mérito é indiscutível;  
26 gostaria apenas de fazer mais duas perguntas a respeito do que será votado. Tem simpatia por  
27 esta proposta especialmente pela questão da identidade, porque lembra da história do Instituto  
28 de Computação, que comemora 45 anos este ano. Ele teve como um de seus impulsionadores  
29 o professor Rubens Murillo Marques, quando diretor do Imecc, e desde 1985, quando foi  
30 contratada, já se falava em transformá-lo em unidade, o que se concretizou apenas em 1996,  
31 já com dezenas de turmas formadas, e realmente isso fez diferença. No entanto, há um curso  
32 de Engenharia de Computação que funciona em conjunto com a Faculdade de Engenharia  
33 Elétrica, o que exige que todas as decisões passem por duas congregações, o que no início  
34 causou bastante confusão, mas, hoje em dia, transcorre sem problemas. O que não gostaria é  
35 que esse tipo de argumento fosse utilizado para dizer que essa dificuldade poderia impedir a  
36 integração de unidades em cursos multiunidades. O que a Unicamp teria de pensar, neste caso,  
37 seriam formas de simplificar essa tramitação multiunidades. Pergunta se a votação inclui  
38 automaticamente esse conjunto de cargos gratificados mencionados na proposta, que a  
39 preocupa enormemente. Voltando ao exemplo do IC, lembra que quando ele foi criado, não  
40 possuía nem metade desses cargos e desconfia que até hoje ainda não possui. Então, concorda

1 que existe o mérito, mas a preocupa um pouco a implementação, por isso deseja  
2 esclarecimento se votarão o mérito, mas não necessariamente a implementação, por exemplo,  
3 de todos esses cargos gratificados, ou de um organograma, ou de um regimento. O  
4 MAGNÍFICO REITOR diz que tentará esclarecer isso da maneira como entende a proposta e  
5 a decisão do Conselho, além de elucidar alguns pontos. A Faculdade de Engenharia Agrícola  
6 foi a primeira a ser criada dessa maneira, ou seja, se desvinculando de outra unidade, no caso,  
7 da Faculdade de Engenharia de Alimentos. E, certamente, esse fato foi responsável pelo  
8 desenvolvimento da Feagri e por tudo que ela conseguiu constituir depois disso. As  
9 Engenharias da Unicamp se diferenciam de todas as outras pela maneira como é feita a gestão  
10 das faculdades e dos cursos. O curso de Farmácia possui uma história diferente. A proposta do  
11 curso de Farmácia nasceu dentro do CPQBA, sendo que a proposta inicial era que ele próprio  
12 se transformasse em Faculdade de Farmácia. Com o desenrolar do debate sobre o assunto, não  
13 aconteceu dessa forma, e o curso foi criado depois, em 2004, com a sistemática que existe  
14 hoje, um *pool* das três unidades citadas. Foi uma experiência importante para a Universidade,  
15 mas é preciso reconhecer que essa forma de funcionamento gerou um problema sério em  
16 termos operacionais, de administrar o dia a dia. Irá esclarecer algumas das dúvidas que acha  
17 que não estão totalmente elucidadas, e depois fazer o encaminhamento. Primeiro, a questão do  
18 prédio. A professora Shirlei relatou corretamente que a licitação não deu certo e o contrato  
19 com a empresa precisou ser quebrado. Depois disso foi feito um novo processo e foi detectada  
20 uma falha no projeto de fundação da estrutura. Isso foi corrigido e está em fase final dos  
21 estudos da pasta técnica para fazer a nova licitação. Os recursos estão alocados e, portanto,  
22 agora é uma questão do processamento burocrático da licitação. Interpreta que a dúvida  
23 levantada pela conselheira Diana está resolvida; o CPQBA não quer a Faculdade de Farmácia  
24 lá, e esta não deseja se instalar no CPQBA. Portanto, acha que nem devem considerar essa  
25 hipótese, que seria altamente incompatível com qualquer processo pragmático. Estão  
26 considerando que a Faculdade começa a se constituir aqui no *campus*, com esse prédio que  
27 acabou de mencionar. Às folhas 81 e 82 da pauta estão mencionadas as necessidades de  
28 recursos humanos; onde constavam os oito docentes já foi explicado que três foram alocados  
29 na distribuição realizada no ano passado, então estão faltando cinco docentes e 22  
30 funcionários. Respondendo à pergunta do professor Paulo Barbosa, entre os funcionários não  
31 haverá contratação de nenhum farmacêutico. E às folhas 82 estão citadas as funções  
32 gratificadas, que são bastante tradicionais nas unidades de ensino e pesquisa. Essa questão  
33 deve fazer parte da deliberação, porque o projeto aponta que esse é o mínimo necessário, caso  
34 contrário estariam questionando o projeto. Entende que a decisão aqui tem como balizamento  
35 esses números, a contratação dos cinco docentes, como explicou a professora Shirlei, dividida  
36 em um cronograma ao longo dos próximos anos, mais os funcionários. Haverá uma fase de  
37 transição. Com certeza, é a primeira vez que um curso irá se transformar em faculdade. Todos  
38 os exemplos anteriores são de criação direta de unidade ou de um departamento que se  
39 transforma em unidade. Quando é um departamento, a fase de implantação é fácil; ele se  
40 constitui, em um primeiro momento, como faculdade, que toma as providências para que se

1 constitua a estrutura, a congregação, o regimento etc. Sendo um curso, acha que o passo  
2 seguinte será uma portaria ou uma resolução designando os professores já vinculados ao curso  
3 de Farmácia e, eventualmente, alguns diretores talvez que tenham experiência administrativa  
4 e possam ajudar no período de implantação. Mas isso será feito depois, há toda uma transição  
5 e, principalmente, o tempo da construção do prédio, para que a Faculdade efetivamente  
6 comece a tomar forma. Então, submeteria ao Conselho a proposta de criação nos termos do  
7 projeto constante da pauta, tendo como balizamento os cinco professores, os 22 funcionários,  
8 a estrutura de GRs aqui colocada, e o local sendo aquele que está determinado para esse  
9 prédio, que já tem providências tomadas para sua construção e essa portaria ou resolução  
10 designando o grupo de implantação. Antes de submeter à votação, pergunta ao professor Léo  
11 Pini se ele deseja que seja votada a retirada de pauta, ao que ele responde que não. Em  
12 seguida, submete a matéria à votação, sendo aprovada com 60 votos favoráveis e 1 contrário.  
13 Portanto, está aprovada a criação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Unicamp. O  
14 professor Léo Pini entregou declaração de voto à Secretaria Geral com o seguinte teor: “Votei  
15 contrariamente à aprovação, no momento, da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, por  
16 entender que um primeiro passo deveria contemplar a criação de um departamento para que o  
17 atual curso, já exitoso academicamente, se fortalecesse administrativamente para, então, se for  
18 o caso, passar a ter uma estrutura de faculdade. A estrutura departamental já possibilitaria dar  
19 uma maior unidade às ações atuais congregando alunos, docentes e laboratórios em uma  
20 estrutura física única. Os diversos argumentos favoráveis à criação imediata da Faculdade  
21 mostrou nossa dificuldade no item gestão universitária.” Em seguida, passa à discussão do  
22 item 9 – Proc. nº 01-P-01947/14 –, que trata de minuta de Deliberação Consu que dá nova  
23 redação ao inciso II do Artigo 1º e inclui inciso III ao mesmo Artigo da Deliberação Consu-A-  
24 12/03, destaque solicitado pela professora Claudia. A Conselheira CLAUDIA MARIA  
25 BAUZER MEDEIROS diz que a deliberação inteira se refere a bens móveis, e está sendo  
26 inserida uma cláusula, pelo que entendeu, que diz que cabe ao diretor de unidade assinar  
27 determinados documentos relativos a bens imóveis. Não sabe se essa cláusula cabe dentro  
28 desse artigo ou se não está entendendo a redação final. Solicita um esclarecimento. O  
29 MAGNÍFICO REITOR diz que a proposta consta às folhas 114 da pauta. Consulta o doutor  
30 Octacílio, até para que ele possa, em rápidas palavras, diferenciar bens móveis de bens  
31 imóveis. O doutor OCTACÍLIO MACHADO RIBEIRO esclarece que existem as  
32 competências delegadas ao Vice-Reitor Executivo de Administração, e já havia o  
33 entendimento da Procuradoria Geral que entre essas competências estava a assinatura de  
34 contratos de permissão de uso de bens imóveis – isso se refere a cantinas, sedes da  
35 Adunicamp e do STU etc. Esses contratos eram assinados pelo Pró-Reitor de  
36 Desenvolvimento Universitário, e com a criação da Vrea, essa competência deveria ser  
37 deslocada para o vice-reitor. O que consta deste item é uma solicitação de explicitação dessa  
38 competência. Então, no parecer da PG inclusive consta que não há problema algum, embora já  
39 houvesse um parecer anterior dando esse entendimento, mas dessa maneira ficará mais  
40 explícito. Essa norma faz com que a competência para assinatura de contratos de permissão de

1 uso de cantinas, pontos de copiadoras, todos os pontos comerciais que existem no *campus*,  
2 seja do Vice-Reitor Executivo de Administração. A Conselheira CLAUDIA MARIA  
3 BAUZER MEDEIROS diz que está entendendo que será inserido um parágrafo no Artigo 2º  
4 que delega a competência aos diretores. O MAGNÍFICO REITOR esclarece que o Artigo 2º  
5 inclui o inciso III no Artigo 1º. Os contratos dos bens imóveis não são competência dos  
6 diretores, são da Vrea. Não havendo outras observações, submete a matéria à votação, sendo  
7 aprovada por unanimidade. A seguir, passa ao próximo destaque, item 10 – Proc. nº 01-P-  
8 05319/07 –, proposta apresentada pelo DCE de alteração da Deliberação Consu-A-07/07 que  
9 regulamenta as eleições de representantes discentes da graduação junto ao Consu e CCG,  
10 solicitado pela professora Claudia. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS  
11 diz que pelo que entendeu da leitura, basicamente seriam duas modificações e é isso que  
12 gostaria de ter certeza. A primeira modificação diminuiria o quórum para 15% e a segunda  
13 eliminaria a exigência de que não deve haver mais do que um representante de uma mesma  
14 unidade. Ou seja, essa exigência, por exemplo, é feita para candidaturas docentes. O  
15 MAGNÍFICO REITOR esclarece que não. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER  
16 MEDEIROS diz que isso é exigido na bancada geral. Ninguém pode votar em mais de dois  
17 candidatos de uma unidade. O MAGNÍFICO REITOR esclarece que não se pode votar em  
18 mais de dois da mesma unidade, mas eles podem ser eleitos. A regra de votação é uma coisa,  
19 a regra de eleição é outra. Não há, na representação docente, nada que impeça que sejam  
20 eleitos vários professores de uma mesma unidade. Não se pode votar em mais de dois  
21 candidatos, mas, no resultado final, se conseguirem votos, eles podem compor a bancada. No  
22 caso da representação dos funcionários, há algo parecido; há um limite de número de votos,  
23 há uma garantia mínima por área, mas nada impede, por exemplo, que a área da Saúde tenha  
24 até maioria de eleitos entre os sete representantes. Então, segue mais ou menos a mesma  
25 lógica. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que, em relação à redução do quórum  
26 para 15%, compreendeu, mas a outra alteração não conseguiu entender. O MAGNÍFICO  
27 REITOR esclarece que o § 3º do Artigo 8º que deverá ser suprimido é o parágrafo que diz que  
28 não pode haver dois representantes da mesma unidade. Suprimindo esse parágrafo, não há  
29 impedimento. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que há uma diferença, pois na  
30 representação docente pode haver mais do que dois candidatos por trilhas diferentes,  
31 representação geral e representação por nível. O MAGNÍFICO REITOR diz que na eleição da  
32 representação docente a inscrição é individual. Pode haver dez representantes da mesma  
33 unidade, e se eles conseguirem votos para se eleger, se elegendem; a regra de votação limita a  
34 dois, uma pessoa não pode votar em três candidatos da mesma unidade. O Conselheiro LÉO  
35 PINI MAGALHÃES pergunta qual é a regra de votação neste caso. O Conselheiro ICARO  
36 DIAGONEL TURCI diz que irá esclarecer um pouco a proposta. No último Consu, houve  
37 uma discussão bem longa sobre a Deliberação Consu-A-07, de 2007, que delega ao Diretório  
38 Central dos Estudantes a organização das eleições para a representação discente no Consu e  
39 na CCG. O DCE chegou à conclusão, após ouvir os estudantes em vários congressos, de que a  
40 melhor forma de a representação discente se sintonizar com os outros estudantes –

1 representação que é bastante pequena, cinco membros discentes para mais de 17 mil  
2 estudantes – é fazer essa eleição junto com a eleição do órgão representativo, no caso o DCE.  
3 A primeira alteração proposta, que é alterar o quórum mínimo para 15%, se dá porque o  
4 quórum foi colocado pelos próprios estudantes, porque era o quórum, na época, da eleição do  
5 DCE. E esse quórum do DCE foi diminuído em 2011, durante o congresso dos estudantes da  
6 Unicamp, pela própria mudança na dinâmica de votação à época. Desse modo, trata-se de uma  
7 adequação para que o quórum seja igual ao da eleição da entidade. E a segunda proposta de  
8 alteração, que é a supressão do § 3º do Artigo 8º, que impede que haja mais do que um  
9 representante eleito da mesma unidade, se justifica porque a pluralidade política também se  
10 verifica dentro de uma unidade. A forma de eleição é por chapas, o que contempla essa  
11 pluralidade; já houve problemas em mais de uma eleição, com representantes eleitos da  
12 mesma unidade, mas que pertenciam a chapas diferentes. Considera bastante importante que o  
13 Conselho acate essa alteração, inclusive para garantir a independência, a auto-organização dos  
14 estudantes para eleger seus representantes. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que  
15 seria interessante ter representantes de diferentes unidades. O MAGNÍFICO REITOR diz que  
16 para os docentes e para os funcionários isso também seria importante. O Conselheiro LÉO  
17 PINI MAGALHÃES diz que uma coisa é a pessoa se candidatar individualmente, outra é  
18 formar uma chapa. É de conhecimento de todos que nas eleições docentes existem chapas  
19 informais, o que não se aplica a ele, ou seja, não poderia se candidatar, já que não pertence a  
20 nenhuma chapa. Com relação ao quórum mínimo de 15%, não vê nenhum problema, acha  
21 bastante razoável, porque os 30% de fato não são alcançados. Também não se posiciona  
22 contrariamente a essa outra questão, apenas gostaria de entender melhor, inclusive o que o  
23 conselheiro Icaro acabou de colocar agora, sobre ter diferentes visões dentro de uma mesma  
24 chapa. A Conselheira DIANA NASCIMENTO MORAES NOVAES diz que fará um  
25 esclarecimento com relação a isso. Nas eleições, tanto para a representação discente no  
26 Conselho Universitário como para a CCG, as pessoas podem se inscrever por chapas, sendo  
27 que para o Consu a chapa poderia ter até dez pessoas, contando cinco titulares e cinco  
28 suplentes, mas poderiam se inscrever individualmente também, pois não é preciso estar em  
29 uma chapa para concorrer. Já houve caso de estudantes que se inscreveram individualmente e  
30 foram eleitos para o Conselho Universitário. Este ano, inclusive, há na suplência uma chapa  
31 formada por duas pessoas. Então, não há impedimento para os estudantes se inscreverem.  
32 Acha importante até fazer um resgate histórico dos últimos anos da representação estudantil.  
33 Tem havido uma diversidade grande de unidades participantes, inclusive essa última eleição,  
34 pelo menos da história em que há registro, foi o maior processo eleitoral, com cerca de  
35 trezentas pessoas inscritas, para eleição tanto do DCE, como Consu e CCG. Trata-se de uma  
36 grande participação. As chapas precisam substituir as pessoas que iriam indicar, porque na  
37 ordem das chamadas uma chapa pode indicar um de uma unidade e a outra terá de se adequar,  
38 não podendo indicar seu representante. Estão discutindo isso agora porque já houve a  
39 indicação de dois estudantes da mesma unidade, entretanto, de chapas diferentes. Isso gera  
40 uma grande dificuldade para a representação. E acha importante ressaltar que não existe

1 nenhum impedimento para as pessoas se inscreverem individualmente, porque se trata de um  
2 processo bem amplo e aberto. É possível perceber, pelo relatório das comissões de  
3 acompanhamento dessa última eleição e das anteriores, que é um processo que não tem  
4 problemas, é muito organizado, tem uma legitimidade grande entre os estudantes. A ideia de  
5 suprimir esse parágrafo tem o intuito de fortalecer a representação e possibilitar uma maior  
6 participação dos estudantes. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que seu  
7 encaminhamento não será favorável nem contrário ao texto colocado, mas concorda com essa  
8 alteração com relação à representação das unidades porque já é assim com os docentes, e o  
9 fato de a organização dos alunos ser por chapa diz respeito a como eles se organizam, não  
10 sendo o caso de entrar como parte das normas aqui. Com relação à diminuição do quórum, há  
11 certa incongruência em algumas argumentações dos representantes estudantis sobre a  
12 ampliação da participação do número de discentes nesta Casa, ou mesmo quando se fez o  
13 comentário com relação ao seminário sobre segurança no *campus*, que contou com a  
14 participação de poucos alunos em alguns locais. Mas aqui, o que está acontecendo é a  
15 definição de diminuição da participação da representação política dos alunos. Em um universo  
16 de 17 mil alunos, acha que foi o acadêmico Icaro que lembrou esse número, não o tem de  
17 memória, baixou pela metade a regra de representatividade daquilo que se considera legítimo.  
18 Então, se isso facilita a operacionalização, tudo bem, mas é uma facilitação sem levar em  
19 conta o tamanho da perda da representatividade que isso irá ocasionar. Então, não está  
20 encaminhando contrariamente, mas acha que é muito incongruente que os argumentos de  
21 ampliação do número de discentes no Consu apareçam ao lado de um argumento que traz  
22 como solução a diminuição da representatividade. E tem outro comentário, que diz respeito ao  
23 texto que estão votando. Por sua experiência atual de análise dos Estatutos, entende que é  
24 sempre possível tornar as coisas mais simples. E gostaria de entender o que está escrito  
25 exatamente. O artigo que diminui o quórum é o 4º. O quórum mínimo para validação da  
26 eleição dos representantes de graduação, então, se aprovado, será de 15% do colégio eleitoral  
27 fixado. Caso não seja atingido o quórum mínimo, o número de vagas dessa categoria estará  
28 para o previsto no Artigo 2º, assim como o número de votantes estará para o quórum previsto  
29 no *caput*. Se ele está previsto no Artigo 2º, onde consta que a bancada é de cinco titulares e  
30 cinco suplentes, então tanto faz se chegar ao quórum mínimo, que haverá cinco titulares e  
31 cinco suplentes. Ou também está com dificuldade para entender esses textos. A Conselheira  
32 DIANA NASCIMENTO MORAES NOVAES diz que irá retomar o que o conselheiro Icaro  
33 havia colocado com relação ao quórum, pois acha que é importante resgatar. As eleições para  
34 a representação discente voltaram a ser organizadas pelos estudantes, a partir do ano de 2007.  
35 Antes disso eram organizadas pela Secretaria Geral e não tinham quórum, ou seja, havia uma  
36 participação muito reduzida dos estudantes, tendo chegando a um ano em que votaram menos  
37 de trezentos, e em outro ano votaram apenas 145 estudantes. A partir da mobilização e da  
38 organização estudantil, a categoria passou a organizar e, hoje, o universo de votantes na  
39 eleição do DCE é de quatro, cinco, até seis mil estudantes, variando um pouco a cada ano.  
40 Então, é incontestável a legitimidade dessas eleições e a participação dos estudantes nesse

1 processo. O quórum para a eleição da representação discente da graduação foi uma  
2 reivindicação do próprio movimento estudantil, incluindo a ideia de fazer de forma conjunta e  
3 a partir da mesma regulamentação as eleições da representação discente com a entidade  
4 estudantil, o DCE. No penúltimo congresso dos estudantes o quórum das eleições do DCE foi  
5 reduzido, tendo em vista o aumento do número de *campi*, gerando uma dificuldade de  
6 logística para a participação dos estudantes. Em outras universidades, na maior parte das  
7 eleições, seja de DCEs, seja de representação discente nos órgãos colegiados, não existe um  
8 quórum definido. Então, a proposta aqui de redução é para que continuem fazendo de forma  
9 conjunta e com a mesma regulamentação o processo eleitoral. Inclusive, acha importante  
10 ilustrar para os professores e para os representantes que a votação foi feita em uma mesma  
11 cédula, que é dividida em três partes. Em uma parte se vota para o DCE, na outra para o  
12 Conselho Universitário e na outra para a CCG. Então, para organizar três processos eleitorais  
13 utilizando uma mesma cédula, não seria possível com quórum diferente, com  
14 regulamentações diferentes, então a ideia da proposta é readequar para inclusive facilitar o  
15 andamento dos processos. O Conselheiro JOSÉ TEIXEIRA FILHO diz que a professora  
16 Rachel não foi esclarecida sobre sua dúvida. O que diz o texto é que se não for atingido o  
17 quórum, serão preenchidas vagas em números inteiros o que aquele quórum representa, e vai  
18 sobrar, eventualmente, uma vaga. Por exemplo, o quórum é de 15%, se atingir 7,5%, irão  
19 ocupar metade das vagas, que equivale a 2,5 vagas, então irão ocupar três vagas e vão sobrar  
20 duas, que serão ocupadas pela outra categoria discente, que é a pós-graduação. Isso ainda está  
21 contido. Antes eram 30%, com essa regra, agora são 15%, mas se mantém a regra de que se o  
22 quórum não for atingido haverá proporção, e se sobrar vaga, vai para a outra categoria. O  
23 Conselheiro FERNANDO SARTI diz que embora não esteja aqui em discussão, na verdade, o  
24 Artigo 4º atrela a votação dos alunos da graduação com os alunos da pós-graduação. Consta  
25 do inciso III que as vagas não preenchidas serão acrescidas às vagas da outra categoria  
26 discente. O que acontece é que na representação da pós-graduação não existe quórum fixado.  
27 Presidiu as últimas eleições da pós-graduação e houve a participação de 3% dos alunos; cinco  
28 unidades não tiveram nenhum voto. Pergunta-se se a redução do quórum é ou não uma forma  
29 de aumentar a representatividade. E parece claramente injusto que para a categoria dos  
30 graduandos exista um quórum, que é de 30% hoje, enquanto para os pós-graduandos não  
31 existe, ressaltando uma especificidade da Unicamp, a única universidade do país onde os  
32 alunos de pós-graduação são maioria em relação aos de graduação. Então, acha que há uma  
33 certa distorção na representação. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE  
34 SOUZA diz que a proposta dos estudantes de definição do quórum surgiu após uma avaliação  
35 feita por eles. Concorde que não teria muito sentido o quórum. Para as eleições da  
36 representação de funcionários e da representação docente ele não está estabelecido, porque  
37 possuem outro perfil. A eleição da representação estudantil é movida por outra conjuntura,  
38 através da qual é mais difícil mobilizar os estudantes; há conjuntura que é mais fácil, até  
39 depende do nível da disputa. A proposta de quórum é desproporcional ao que acontece com as  
40 outras categorias, dessa maneira se cria aqui uma exceção para os estudantes de graduação.

1 Acha que é algo a se pensar. A proposta é de que o quórum seja 15%, mas ela continua sendo  
2 uma exceção, porque nas outras categorias não existe isso. O Conselheiro ICARO  
3 DIAGONEL TURCI diz que para a representação estudantil leva-se em conta o que pensa o  
4 DCE, o que foi discutido em congresso, o acúmulo de experiência de vários grupos do  
5 movimento e a experiência individual. É importante fixar o quórum, porque entendem que a  
6 representação política no Consu é importante e é fundamental que haja legitimidade. A  
7 alteração do quórum foi feita para o regimento das eleições do DCE, que é organizado pelos  
8 estudantes, que se organizam em congressos que decidem as mudanças estatutárias das  
9 eleições do Diretório. A cada dois anos, em um ano ímpar, deve ser realizado o congresso.  
10 Em 2009, a FCA estava sendo implantada, e em 2011 foi alterado o quórum principalmente  
11 pela FCA, pela dificuldade de logística. Apesar de haver muitos votos na FCA, a dificuldade  
12 de logística fez com que o quórum de 30% não fosse atingido. Agora serão 15%, mas tem  
13 certeza de que é um quórum bastante alto para qualquer tipo de eleição estudantil. A eleição  
14 da pós-graduação, como já disse, atinge cerca de 3% do quórum, até porque não existe uma  
15 APG central, organizada, então a conjuntura é diferente. Como a graduação possui um DCE  
16 que é organizado, e que organiza as eleições, o quórum é importante, sendo que o de 15% é  
17 facilmente atingido. Então, é importante até para que não haja problemas, como houve no  
18 Consu passado e vai haver na próxima pauta para definir a representação discente. É  
19 importante contar com esses cinco representantes, inclusive acham que é muito pouco, mas  
20 querem que pelo menos esses cinco tenham a legitimidade de 15% dos estudantes. Não  
21 havendo outras observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a proposta que está  
22 na pauta, sendo aprovada com 4 votos contrários e 2 abstenções. Passa à discussão do  
23 próximo destaque, item 11 – Proc. nº 01-P-19926/13 –, eleição de representantes discentes da  
24 graduação junto ao Consu e CCG, realizada nos dias 11 e 14.11.13, para mandato de 01 ano, a  
25 partir de 01.01.14. O tema foi objeto de análise na reunião extraordinária do Consu de  
26 dezembro, que gerou a Deliberação constante às folhas 139 da pauta. Por conta de o quórum  
27 de 30% não ter sido atingido, o Conselho entendeu que deveriam ser quatro representantes e  
28 não cinco, e solicitou que o DCE encaminhasse a lista nos termos da Deliberação Consu-A-  
29 07/07. O DCE encaminhou a lista distribuída, que mantém os cinco representantes. A  
30 Conselheira DIANA NASCIMENTO MORAES NOVAES diz que o principal objeto de  
31 discussão da sessão anterior não foi nem tanto relativo ao quórum, mas por conta da indicação  
32 de dois estudantes da mesma unidade. Com relação a terem encaminhado novamente a lista  
33 com cinco representantes, é que para seguirem a deliberação que acabou de ser alterada e  
34 acabou de retirar essa norma, os representantes da graduação perderiam uma cadeira aqui no  
35 Conselho, que seria passada para os representantes da pós-graduação. Se for assim, haverá o  
36 mesmo problema para os representantes de pós-graduação assumirem, porque com a regra de  
37 que não podem assumir dois estudantes da mesma unidade, o próximo representante da pós-  
38 graduação é da FEF, da qual já há uma representante da pós-graduação que é titular. Então, a  
39 proposta, que foi inclusive encaminhada pela comissão eleitoral que organizou o processo, é  
40 de que a graduação possa assumir as cinco cadeiras, tendo em vista os argumentos que

1 acabaram de colocar: a grande participação dos estudantes e a existência do mesmo problema  
2 se passar para a pós-graduação. E, na prática, a representação discente, seja da graduação ou  
3 da pós-graduação, vai perder uma cadeira em um espaço de representação muito reduzido.  
4 Foram criadas novas unidades, novos diretores estão assumindo assento no Conselho e,  
5 proporcionalmente, vem diminuindo a representação discente. Então, seria importante  
6 empossar essas cadeiras tendo em vista que já foi alterada a deliberação que impossibilitava  
7 isso, e esse é o encaminhamento que está sendo proposto pelo DCE e pela representação  
8 discente. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS pergunta se devem se  
9 pronunciar quanto à indicação da representação discente utilizando as regras que foram  
10 usadas na eleição correspondente. O MAGNÍFICO REITOR responde que sim. O Consu  
11 deliberou, em dezembro, sob a ótica da deliberação anterior, sem as alterações realizadas hoje.  
12 Como sequência dessa decisão do Consu, houve a proposta de alteração que acabaram de  
13 examinar e aprovar e com os argumentos que apresentou a conselheira Diana de reindicação  
14 dos cinco representantes em vez dos quatro. O Conselheiro IURIATAN FELIPE MUNIZ diz  
15 que participou da comissão de acompanhamento da eleição discente. Na última sessão do  
16 Consu do ano passado, acha que eram cerca de 19h30min quando começaram a discutir esse  
17 item, uma discussão cansativa; considera que seria melhor reconhecerem aquilo que os  
18 estudantes estão reivindicando. É a terceira vez que a discussão entra em pauta, e não existe  
19 nesta pauta a opção de simplesmente seguir as regras. Chegou-se a um ponto em que a regra  
20 será desrespeitada de uma maneira ou de outra: seguir a regra que coloca que em razão de a  
21 eleição não ter atingido o quórum a graduação perde uma cadeira que passa para a pós-  
22 graduação implica ferir a regra que diz que não pode haver dois representantes de uma mesma  
23 unidade. Então, se decidirem aqui que os estudantes têm direito a quatro cadeiras somente  
24 porque desejam seguir a regra, terão de criar mais uma cadeira na pós-graduação. Devem  
25 escolher como adequar essa situação, inclusive com vistas às próximas eleições das  
26 representações. Nesse sentido, o único impedimento, que causou toda a discussão na última  
27 sessão do Consu de 2013, estava relacionado a esses parágrafos que acabaram de ser alterados  
28 na Deliberação Consu-A-07/07. Então, não há mais o obstáculo formal que impede os  
29 estudantes de ocuparem as cinco cadeiras da representação. Considera mais fácil  
30 reconhecerem que os poucos estudantes aqui foram eleitos legitimamente e poderão passar  
31 tranquilamente o ano de mandato. Considera isso bom para a representação política. A norma  
32 foi alterada nesta sessão, mas não se pode alegar que existe uma regra que impeça de  
33 reconhecer a legitimidade da eleição. Encaminha pela aprovação da representação com as  
34 cinco cadeiras. O Conselheiro JOSÉ CLAUDIO GEROMEL diz que naquele instante, quando  
35 foi realizada a eleição, o que vigorava era outra coisa. Não é possível que a representação  
36 discente não acolha esse fato. Até faria uma sugestão à Mesa. Há pouco, o senhor Reitor  
37 tomou uma decisão que lhe pareceu bastante apropriada, referente àquelas concessões de  
38 títulos de professor emérito. A matéria foi retirada de pauta em função de não haver amparo  
39 legal. E lhe parece que é exatamente a mesma situação deste item. A questão deve ser  
40 decidida em função do fato de que existia uma regra e que ela deve ser observada

1 democraticamente. O MAGNÍFICO REITOR diz que não é tão simples assim. A composição  
2 da bancada discente é de cinco estudantes da graduação e quatro estudantes da pós-graduação.  
3 Aplicando a regra que vigia no momento da eleição, os cinco representantes da graduação  
4 devem se transformar em quatro, e essa vaga que retirarem da graduação deve ir para a pós-  
5 graduação. Aplicando a regra, chamando o próximo eleito da pós-graduação, irão descumprir  
6 a outra regra, que está na mesma deliberação, em relação a ter dois representantes eleitos da  
7 mesma unidade. Então, a aplicação da regra reduz a bancada discente de nove para oito  
8 membros. A questão de fundo aqui é se consideram isso razoável ou não; se desejam diminuir  
9 a representação discente no Conselho ou, em caráter excepcional, ficar com cinco da  
10 graduação e quatro da pós-graduação, rompendo a regra do quórum. A opção é se devem  
11 romper a regra do quórum ou a regra de que não pode haver dois representantes da mesma  
12 unidade. A alternativa seria excepcionalizar e ter os cinco e os quatro, ignorando a questão do  
13 quórum. Não está entrando no mérito nem está defendendo nada, está tentando explicar qual é  
14 a situação que estão vivendo neste momento. O Conselheiro JOSÉ CLAUDIO GEROMEL  
15 pergunta se a regra vigente naquele momento é impossível de ser aplicada. O MAGNÍFICO  
16 REITOR diz que, aplicando a regra, descumprirão outra regra da mesma Deliberação. A  
17 Conselheira MARIANA ZUANETI MARTINS diz que acha que a questão não esbarra em  
18 legalidade, visto que a legalidade criou um nó que os deixou sem alternativa. Irão ferir o  
19 regimento da pós-graduação se empossarem um representante da pós-graduação, e ferir  
20 também a composição do Consu, que estabelece nove cadeiras de representação discente, se  
21 não empossarem os estudantes da graduação. Acredita que seja uma questão de bom senso, de  
22 reconhecerem a importância da representação discente na composição política deste espaço  
23 em grau de excepcionalidade e aprovar a representação completa dos estudantes de graduação  
24 para que os alunos tenham seu espaço para travar o diálogo, construir as deliberações e  
25 participar dos rumos da Universidade. Além do que, não se está falando de uma diferença de  
26 mil votos na composição da eleição para a posse da quinta cadeira; na verdade, trata-se de  
27 uma diferença bem pequena. Os conselheiros Icaro e Diana colocaram aqui uma questão  
28 muito importante; quando era estudante da graduação, existiam bem menos professores neste  
29 Conselho, e ele foi se expandindo e a representação discente não. São questões para pensar, se  
30 diante desse contexto devem negar a participação desses estudantes. O Conselheiro ICARO  
31 DIAGONEL TURCI diz que a questão é o que seria menos pior desrespeitar. Sem entrar no  
32 mérito das regras, irão desrespeitar uma de três normas: a Deliberação de 2007, a norma  
33 referente à pós-graduação, ou o Artigo 45 dos Estatutos, que dispõe que a bancada discente  
34 deve ter nove representantes. Acha que o mais sensato é acatar a decisão dos 3.783 estudantes  
35 que votaram na eleição, que é colocar os cinco da graduação, que já estão elencados,  
36 desrespeitando a regra do quórum. Ao menos a regra referente à unidade não será  
37 desrespeitada. O Conselheiro ADALBERTO BONO MAURIZIO SACCHI BASSI diz que,  
38 uma vez que é impossível agirem de acordo com alguma norma, tendo em vista a situação  
39 colocada, manifesta-se favoravelmente à proposta dos estudantes. O Conselheiro JOSÉ  
40 ANTENOR POMILIO diz que acabaram de aprovar uma alteração na legislação, que permite

1 mais de um membro discente de graduação da mesma unidade neste Conselho. O mais  
2 estranho nesta discussão é que isso tenha sido analisado exclusivamente para a graduação e  
3 não para a pós-graduação. Então, se acabaram de aprovar e estão buscando soluções  
4 possíveis, outra solução é estenderem essa extinção de proibição também à pós-graduação.  
5 Ficaria isonômico com o que acabaram de fazer e resolveria a questão chamando o próximo  
6 membro da lista da pós-graduação. O MAGNÍFICO REITOR diz que pela alteração feita há  
7 pouco, podem colocar o representante de graduação, porque o quórum de 15% foi obedecido,  
8 eles não perderiam a vaga. O Conselheiro JOSÉ ANTENOR POMILIO diz que, conforme o  
9 professor Geromel colocou, acha que devem trabalhar seguramente com a legislação do  
10 momento da eleição, não com as alterações seguintes. Entende que nove cadeiras é a  
11 quantidade possível, não a obrigatória. Tendo em vista a impossibilidade de ocupação desse  
12 espaço pelas regras vigentes, alguma vaga terá de ficar vazia; não sabe se é possível uma  
13 eleição complementar. Se não, qualquer outra solução parece que, do ponto de vista formal, é  
14 falha. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA diz achar que o  
15 Conselho Universitário não tem o direito de mexer em sua composição, pois parte do  
16 pressuposto que sua composição deve ser respeitada. Nesse sentido, concorda com a proposta  
17 dos estudantes. O Conselheiro JESUS JOSÉ RANIERI diz considerar que o mais racional é  
18 manter o princípio da proporcionalidade, ainda que fira a regra. A Conselheira ÍTALA  
19 MARIA LOFFREDO D'OTTAVIANO diz que estão com um problema que precisa de  
20 solução e propõe que escolham a forma mais simples e imediata, que é a aprovação da  
21 proposta apresentada pelos estudantes. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER  
22 MEDEIROS diz que não é a primeira vez que não se consegue completar a bancada discente  
23 pelo não cumprimento das regras antigas, portanto, desta vez não seria violação nem exceção.  
24 Uma hipótese seria chamar o sexto ou sétimo colocado de uma das duas bancadas. De todo  
25 modo, é favorável às regras, o que levaria, em última instância, ao preenchimento das nove  
26 cadeiras discentes se ninguém satisfaz as condições das regras vigentes à época da eleição. O  
27 MAGNÍFICO REITOR diz que uma maneira de encaminhar o assunto seria votando a  
28 proposta apresentada pelo DCE, contra a perda de uma vaga da representação. Se o Plenário  
29 rejeitar a proposta do DCE, o Consu contará com oito membros discentes e não nove; se a  
30 proposta do DCE for aprovada, haverá cinco representantes da graduação mais quatro da pós-  
31 graduação, pois não existirá a proposta de colocar o quinto da pós-graduação. O Conselheiro  
32 ICARO DIAGONEL TURCI solicita um esclarecimento. Nos Estatutos, consta que deve  
33 haver nove representantes, e deseja saber se é possível que haja apenas oito. O MAGNÍFICO  
34 REITOR esclarece que é possível. Por isso que quando tentou explicar o que estava  
35 acontecendo sua expressão foi “se desejam ter uma representação diminuída ou não.” A  
36 questão não é se é possível, mas se é o que o Consu deseja. O Conselheiro JOSÉ CLAUDIO  
37 GEROMEL diz ter entendido que seria impossível aplicar as regras, e na verdade não é;  
38 aplicando as regras, resulta que a composição não ficaria plena. O MAGNÍFICO REITOR diz  
39 que foi exatamente isso que colocou. O Conselheiro JOSÉ CLAUDIO GEROMEL diz que  
40 para ele o impossível seria entrar em contradição com aquilo que se pode dizer que seria a

1 bancada eleita ou não. E não é assim, é possível decidir com aquelas regras aqueles que  
2 tomarão posse, embora em número menor. O MAGNÍFICO REITOR esclarece que a palavra  
3 “impossível” não foi usada por ele. Sua observação foi de que seria preciso escolher qual  
4 regra da Deliberação iriam desrespeitar: a questão do quórum ou a questão de haver dois  
5 representantes da mesma unidade. E se optarem por aplicar a deliberação literalmente, como  
6 disse em sua manifestação, ficariam com um estudante a menos na bancada, e essa é a questão  
7 central, se querem que isso aconteça ou não. O Conselheiro JOSÉ CLAUDIO GEROMEL diz  
8 achar que a questão é um pouco diferente dessa que está sendo colocada. Na verdade, ter um  
9 número menor não só é possível como é resultado da aplicação da regra que estava  
10 estabelecida. Considera muito grave tomar uma decisão que fira regras vigentes no momento  
11 das eleições. Portanto, votará contra a proposta dos alunos. O MAGNÍFICO REITOR diz que  
12 não considera tão complicado quanto diminuir a representatividade no órgão maior da  
13 Universidade. Então, novamente estão escolhendo valores aqui. Questiona o que é pior, se é  
14 abrir uma exceção em uma deliberação ou ficar com uma representatividade diminuída de  
15 uma das categorias da Universidade. Em sua opinião, é mais grave diminuir a  
16 representatividade de uma categoria do que abrir uma exceção em uma regra que o próprio  
17 Consu instituiu. Mas é questão de opinião. O Conselheiro JOSÉ CLAUDIO GEROMEL diz  
18 que o Consu produziu a regra para aquele momento. De qualquer forma, divergem em termos  
19 de opinião, e não há problema algum. Acha que a questão aqui é aquela máxima que diz: no  
20 Brasil, inclusive o passado é incerto. É não quer contribuir com isso. O MAGNÍFICO  
21 REITOR diz que também acha que não há nenhum problema em divergir, sua única  
22 desvantagem é que não vota. O Conselheiro JOSÉ GERALDO PENA DE ANDRADE  
23 pergunta se essa regra que acabaram de votar pode retroagir. O MAGNÍFICO REITOR  
24 responde que não. A Conselheira ÍTALA MARIA LOFFREDO D'OTTAVIANO diz que há  
25 certos princípios com os quais não podem lidar, mas há no Brasil a chamada lógica  
26 paraconsistente – tendo sido um de seus criadores o matemático e lógico Newton da Costa –,  
27 segundo a qual existe a possibilidade de lidar com dados contraditórios. O Conselho  
28 Universitário é o órgão máximo da Universidade, ele pode deliberar que, neste caso, com base  
29 em dados contraditórios, é melhor para a Universidade evitar que o número de representantes  
30 discentes no Consu não seja nove. O órgão tem essa possibilidade, e ele raciocina não  
31 aristotelicamente no caso. Não havendo outras observações, o MAGNÍFICO REITOR  
32 submete à votação a proposta apresentada pelo DCE, sendo aprovada com 37 votos  
33 favoráveis, 10 contrários e 5 abstenções. Eleitos os seguintes representantes: Eleitos os  
34 seguintes representantes: Consu - Titulares: Cecília Santos Rodrigues, Lígia Carrasco Silva,  
35 Bruno Ferrari C. Costa, Juliana Silva Alves e Icaro Diagonel Turci; Suplentes: Deborah  
36 Ferraz Neiva Gontigo, Tatiane Martins Ribeiro, Evandro C. Cristofolletti, Nicolas Ferreira da  
37 Silva e Diana Nascimento Moraes Novaes; e CCG - Titulares: Ronald Alexandre Giraldele,  
38 Marcos Vinícius de Oliveira Simões, Michelle Cristina da S. Santos, João Pedro Mendonça,  
39 Nicanor Mateus Lopes, Daniel Lacerda Franco Marinho Bueno, João Yukio Nakacima A. de  
40 Oliveira, Mauro Thiago da Rocha Monteiro, Maíra Pilz Fidelis e Brunely da Silva Galvão;

1 Suplentes: Tiago Medici Serrano, Rebecca Lorenzetti Bezerra, Mariana Toledo Borges, Ana  
2 Carolina C. Mazolini, Sofia Caroline Moraes Signorelli, Ana Flávia Siqueira Santos, Stacy  
3 Lessa Coelho, Renata Fialho Rotenberg, Rafael Filipin Ruggiero e Maira Dombroski Neme.  
4 Em seguida, passa ao item 12 – Proc. nº 01-P-04124/87 –, que trata da composição da  
5 Comissão de Orçamento e Patrimônio, cuja presidente é a professora Teresa Dib Zambon  
6 Atvars, Pró-Reitora de Desenvolvimento Universitário. Consultadas as respectivas bancadas e  
7 áreas, chegaram à seguinte proposta constante da pauta: Diretores: Área de Ciências Exatas:  
8 Titular: Caio José Colletti Negreiros, Suplente: Watson Loh; Área de Ciências Biológicas:  
9 Titular: Jacks Jorge Junior, Suplente: Paulo Ferreira de Araújo; Área de Ciências Humanas e  
10 Artes: Titular: Fernando Sarti; Suplente: Esdras Rodrigues Silva; Área de Ciências  
11 Tecnológicas: Titular: José Teixeira Filho, Suplente: José Antenor Pomilio; Representação  
12 Docente: Titulares: Francisco Hideo Aoki e Euclides de Mesquita Neto; Suplentes: Léo Pini  
13 Magalhães e André Leon Sampaio Gradvohl; Representação dos Servidores Técnicos e  
14 Administrativos: Titular: Américo Garcia Filho, Suplente: Jessé Targino da Silva;  
15 Representação Discente: Titular: Denise Vazquez Manfio. Solicita que a representação  
16 discente indique um membro para a suplência. O Conselheiro IURIATAN FELIPE MUNIZ  
17 diz que solicitou a palavra porque não esperava a indicação conforme consta da pauta. Houve  
18 uma confusão, por *e-mails*, a respeito do acordo da bancada. A proposta inicial da bancada  
19 dos técnico-administrativos, quando o senhor Joaquim foi o titular e ele o suplente, vigeu na  
20 composição anterior. Este ano ele deveria assumir a posição de titular da COP, conforme o  
21 acordo encaminhado pela bancada. Houve troca de *e-mails* entre eles, quando foi solicitado  
22 encaminhamento dessa representação que mencionou há pouco, mas logo depois foi dito que  
23 estava cancelada. Aproveita este espaço para facilitar a troca de informações, porque, na  
24 verdade, conforme o acordo, neste ano a posição de titular na COP seria dele. Inclusive  
25 participou da primeira reunião da Comissão deste ano, cuja pauta era o Fechamento do  
26 Orçamento de 2013. Gostaria de saber o que aconteceu aqui, que alguém o informe quem  
27 definiu essa proposta. O MAGNÍFICO REITOR pergunta se alguém consegue informar isso.  
28 A Conselheira DENISE VAZQUEZ MANFIO diz que através dos *e-mails* trocados com a  
29 Reitoria a bancada discente já havia indicado o representante Tiago Novaes Angelo para  
30 suplente, mas de qualquer forma, reforçam a indicação. O MAGNÍFICO REITOR diz que,  
31 dessa forma, a proposta para a suplência da bancada discente na COP é o acadêmico Tiago  
32 Novaes. O Conselheiro JESSÉ TARGINO DA SILVA esclarece que fizeram uma reunião  
33 com o grupo dos servidores e não estava presente toda a bancada, mas consideraram como  
34 maioria, ocasião em que foi indicado o nome do senhor Américo para titular e o seu para  
35 suplente. Foi esse o encaminhamento. O MAGNÍFICO REITOR pergunta ao conselheiro  
36 Iuriatan se ele deseja que destaque a bancada dos funcionários na votação, ao que ele anui.  
37 Em seguida, submete à votação os nomes conforme mencionou anteriormente, excetuando-se  
38 a representação dos servidores técnico-administrativos, sendo aprovados por unanimidade.  
39 Deverão votar em separado essa polêmica: a representação dos servidores técnico-  
40 administrativos, com a indicação que foi encaminhada, senhores Américo e Jessé, e a

1 observação do conselheiro Iuriatan, de que ele deveria ser o titular. O Conselheiro  
2 IURIATAN FELIPE MUNIZ diz que na verdade não esperava isso, não prepararam essa  
3 votação. Somente verificou a proposta agora. Como houve a troca de *e-mails*, inclusive  
4 pedindo desculpas e falando que valia o acordo que mencionou, entendeu que estava nomeado  
5 na COP como titular. Dessa forma, fará a defesa de sua proposta aqui, já que a reunião não o  
6 incluiu e o que vale é a posição da maioria do Plenário, solicitando que o Conselho  
7 Universitário vote nele, em prol do acordo que foi estabelecido entre a bancada no início da  
8 atual gestão. No primeiro ano, foi membro suplente da COP e a sua reivindicação era que  
9 fosse titular no segundo ano, porque era o ano de discussão da isonomia, e isso lhe foi negado.  
10 A falta de explicação do conselheiro Jessé agora é algo a se considerar, porque isso é um  
11 golpe político. Reuniram a maioria da bancada e passaram por cima da opinião da minoria.  
12 Isso acontece, é preciso aguentar e vai passar por essa votação, mas ainda assim, quem votar  
13 nele estará votando no processo feito com diálogo, com respeito à posição das minorias e na  
14 democracia. O MAGNÍFICO REITOR, diante das observações feitas pelo conselheiro  
15 Iuriatan, diz que o Conselho poderia delegar aos representantes da bancada dos funcionários  
16 que encaminhassem a definição de quem serão os dois representantes por escrito, e esse  
17 constrangimento de ter de votar uma questão que parece interna da representação seria evitado  
18 aqui. Então, não definiriam os nomes aqui, mas estabeleceriam que a proposta que vier  
19 assinada pelos 13 representantes seria aceita como uma indicação e imediatamente valeria  
20 como composição da COP. O Conselheiro JESSÉ TARGINO DA SILVA diz que concorda  
21 com a proposta do senhor Reitor. Acreditavam que deveriam respeitar o prazo, por isso  
22 passaram a informação rapidamente, mas, de fato, considera mais justo que retomem o  
23 diálogo, se for concedido um tempo maior, e então encaminham uma nova proposta após  
24 nova reunião com todo o grupo. O MAGNÍFICO REITOR estabelece, então, o prazo de dez  
25 dias para a bancada encaminhar os nomes e o Conselho aprova que o encaminhamento que  
26 vier assinado pelos 13 será aceito. O Conselheiro JESSÉ TARGINO DA SILVA agradece à  
27 Mesa por conceder esse prazo a mais. O MAGNÍFICO REITOR submete à apreciação do  
28 Conselho essa proposta, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, passa à discussão do  
29 item 13 – Proc. nº 01-P-04125/87 –, constituição da Comissão de Legislação e Normas, cuja  
30 indicação é a seguinte: titulares: Prof. Dr. João Frederico da Costa Azevedo Meyer, Prof. Dr.  
31 Luiz Carlos de Freitas, Prof. Dr. Roberto de Alencar Lotufo; suplentes: Prof. Dr. Jorge Megid  
32 Neto, Profa. Dra. Maria Silvia Viccari Gatti, Servidora: Hosana de Barros. Não havendo  
33 observações, submete à votação a proposta, sendo aprovada por unanimidade. Passa, a seguir,  
34 ao item 15 – Proc. nº 01-P-29344/12 –, Orçamento 2013, Terceira Revisão, Fechamento, com  
35 Demonstrativo de Receitas e Despesas. Destaque solicitado pelo professor Mario. O  
36 Conselheiro MARIO JOSÉ ABDALLA SAAD diz que não discorda da Revisão, apenas fará  
37 alguns comentários e levantará uma preocupação para o Conselho. Acredita que todos leram  
38 nos jornais do mês de fevereiro, está com uma coletânea deles aqui. “Com orçamento  
39 estourado, USP faz cortes em obras e contratações”, “Sanear a USP”, “USP reduz em 30%  
40 gastos com custeio e investimento” etc. Inclusive há um que veicula: “Unesp e Unicamp

1 economizam para evitar colapso financeiro igual ao da USP”. Então, sua preocupação é  
2 realmente com o Orçamento da Unicamp. Acha que no momento a Unicamp não tem  
3 problemas, mas é preciso tomar certo cuidado para que não fique igual à USP. Diria que por  
4 dever de ofício, por trabalhar na área da Saúde, ter de lidar com recursos financeiros e com a  
5 coordenação de grande montante que chega à área, precisou entender melhor de orçamento. E  
6 solicitou ao pessoal da Comissão Assessora para Assuntos Assistenciais da Área de Saúde –  
7 CAAAAS que levantasse os dados para entender o que aconteceu, porque o que mais o  
8 assustou foi uma última reportagem “USP gasta mais do que recebe há três anos”. Parece que  
9 o Conselho Universitário da USP não estava sabendo que ela estava gastando mais do que  
10 recebia. Ou seja, não existiu o alerta. E ao verificar o Orçamento de 2009 é possível perceber  
11 que as três universidades estaduais paulistas comprometiam com folha de pagamento com  
12 algo em torno de 80%; variava de 79 a 82%. Em 2010, isso continuou assim, e em 2011,  
13 começou a mudar. Na USP, de 2011 para 2012, o comprometimento subiu de 82 para 96%.  
14 Ou seja, em um ano houve um salto magistral e ninguém atentou para isso. Então, devem ficar  
15 atentos porque isso pode acontecer com a Unicamp; espera que não, mas está passando sua  
16 preocupação aos colegas da COP, porque no Consu a revisão passa a cada duas reuniões,  
17 aparentemente, e não terão chance de discutir nesse meio tempo. Nesse sentido, solicitaria aos  
18 colegas da COP muita atenção nas revisões orçamentárias e que tragam informações mensais  
19 à CAD e à Cepe. Essa preocupação se dá porque a USP agora está com problema, possui  
20 99,88% de comprometimento, conforme dados constantes do *site* de sua Vice-Reitoria  
21 Executiva de Administração. E a Unicamp deveria ter iniciado o ano com 88,93%, que é o  
22 que constava da Proposta Orçamentária, e já está com 92,29%. E existe um fato que os  
23 economistas chamam de acréscimo de despesa, para falar em termos gerais, que é renovação  
24 de contrato, aumento de contrato e uma série de outras questões, que podem fazer com que o  
25 comprometimento orçamentário suba de uma maneira não esperada. Então, a Universidade  
26 está com 92,29%, aparentemente, pode haver algum equívoco nesses números, talvez eles não  
27 sejam precisos principalmente depois da vírgula, mas grosseiramente não há grandes erros  
28 aqui. Para cumprir a proposta que foi aprovada em dezembro, seria preciso voltar para  
29 89,56%. E talvez a comissão mais importante em funcionamento na Universidade neste ano  
30 de 2014 seja a COP. A USP não esteve atenta à situação e ficou como está hoje, mas a  
31 Unicamp tem tempo de evitar uma situação grave; a avaliação conjunta do Consu ajudará  
32 nesse sentido. E pergunta à Reitoria quais são os planos para enfrentar essa situação e evitar  
33 um desastre. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARIS, respondendo ao professor  
34 Mario, diz ter recebido o recado. Preside a COP, portanto, deve dizer que a Comissão tem  
35 feito discussões bastante intensas, qualificadas e com muitas reflexões sobre os passos a  
36 tomar. Não há dúvida de que a preocupação é constante, e neste quase um ano na presidência  
37 da COP, também não há dúvida de que existe um compromisso absolutamente ferrenho, quer  
38 por parte da presidência, quer por parte dos membros, de não colocar a Universidade em  
39 qualquer tipo de risco. Não são poucas as demandas que chegam para despesa, mas, sem  
40 dúvida nenhuma, são muito poucas as demandas que chegam para auxiliar a organizar a

1 Universidade de modo a produzir economias. As economias podem ser em alguns itens  
2 pequenos, mas a somatória não é pequena. Por exemplo, se analisarem as horas-extras durante  
3 o ano de 2013, considerando que esta gestão assumiu em maio, poderão constatar que  
4 conseguiram, com pequenas mudanças administrativas nesses seis meses, uma redução em  
5 mais do que 20% no número de horas-extras praticadas, sem que nenhuma atividade-fim  
6 tenha sido prejudicada. Em janeiro e fevereiro deste ano, conseguiram uma economia de 6% a  
7 mais em relação a 2013. E junto à Vice-Reitoria de Administração, estão sendo realizados  
8 vários estudos para reduzir muito mais no âmbito dos órgãos da Administração. Devem  
9 trabalhar intensamente para reduzir as despesas de custeio, em particular custeio de pessoal.  
10 No processo de certificação, estão sendo tomadas várias medidas para que não aconteça o  
11 estouro de orçamento que aconteceu na certificação das unidades de ensino e pesquisa: um  
12 crescimento imenso de funções gratificadas, sem que tivesse sido feita uma reflexão sobre  
13 melhoria de processos administrativos que poderiam resultar na diminuição de funções  
14 administrativas por retrabalho, por uma série de outras questões. Esse é um assunto complexo,  
15 que possui um conjunto enorme de facetas; pode garantir ao Conselho Universitário que a  
16 preocupação não é pequena. Acata, sem dúvida, a sugestão feita de que, tendo em vista que as  
17 reuniões do Consu são mais espaçadas no tempo, a COP se reporte, com mais frequência, à  
18 CAD, que é o órgão adequado para se fazer o debate. E todas as ações no plano da  
19 certificação e no plano de ações administrativas no âmbito da PRDU serão feitas tendo  
20 sempre como foco a melhor gestão possível dos recursos e a maior transparência na  
21 apresentação dos dados. Farão isso no âmbito da CAD e, como presidente da COP, trabalhará  
22 junto aos colegas membros na direção que foi colocada: de zelar de modo diuturno pela  
23 gestão qualificada do Orçamento, sem colocar em risco a Universidade. E os resultados disso  
24 serão apresentados no âmbito da CAD com mais frequência do que no âmbito do Conselho  
25 Universitário. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES observa que está deixando a COP  
26 agora como membro titular. Não pôde também participar da última reunião porque estava em  
27 viagem no exterior, mas é testemunha da preocupação com que a COP se reuniu neste ano em  
28 que lá esteve. Gostaria de lembrar ao senhor Reitor de sua sugestão de que assuntos que  
29 exijam um comprometimento financeiro futuro possam ser também apreciados pela COP, em  
30 termos de emissão de um parecer. Ou seja, alterando um pouco a sistemática, que a COP  
31 esteja mais envolvida no tipo de matéria que envolva reclassificação geral, aumentos fora do  
32 período, data-base. Sabe que é difícil, mas acha que seria uma forma de o Conselho  
33 Universitário participar dessas decisões e abrandar o peso exclusivo do Reitor em relação a  
34 essas decisões. É uma sugestão que já colocou e que deixa aqui renovada. A Conselheira  
35 GLÁUCIA MARIA PASTORE diz que há algumas revistas não científicas que possuem uma  
36 seção chamada “pontos a ponderar”. Irá fazer certa ponderação com relação à questão da  
37 USP, porque está sendo muito repetida a ideia de que a USP vai acabar, vai falir, e a Unicamp  
38 irá pelo mesmo caminho se não se cuidar. Vale a pena lembrar algumas questões que  
39 considera muito importantes. Quatro anos atrás, na gestão passada da USP e da Unicamp, se  
40 via a nítida diferença no que acontecia com a gestão do Orçamento. Enquanto lá havia, por

1 exemplo, planos da pró-reitoria de pesquisa que financiavam projetos de R\$2 milhões com  
2 recursos financeiros da própria USP, aqui tinham R\$2 milhões para o Planes inteiro. Enquanto  
3 lá contratavam docentes, havia reforma de áreas e outras questões que não puderam  
4 acompanhar, aqui vivenciavam uma grande dificuldade de conseguir o mínimo de melhorias.  
5 O professor Mário questiona se talvez o Conselho Universitário da USP não tenha percebido  
6 o que estava sendo gasto. Mas conhecendo um pouco, ouvindo um pouco agora, através do  
7 fórum do Cruesp, entende que a USP fez uma opção. Naquele momento, ela preferiu gastar  
8 sua reserva para implantar coisas para o futuro, e deve administrar seu Orçamento para  
9 corrigir adiante. Não sabe se é de conhecimento de todos, mas ela construiu dois *data centers*  
10 de porte imbatível na América Latina. Um deles é absolutamente automatizado, ou seja, não  
11 necessita da presença humana. Isso significa que eles agora possuem a tecnologia de  
12 computação em nuvem, que atende às necessidades da USP hoje e por mais 10 ou 20 anos,  
13 talvez. A Universidade de São Paulo se preparou através de projetos de pesquisa, fez um  
14 molde cujos projetos de R\$2 milhões possuíam uma configuração parecida com a dos Centros  
15 de Pesquisa, Inovação e Difusão – Cepids. Quando foi implantado o Cepid/Fapesp ela já  
16 estava preparada, tanto que teve 11 projetos Cepids aprovados: 11 projetos vezes R\$4  
17 milhões, vezes quatro anos. Ou seja, na verdade, ela vai recolher de volta quase R\$500  
18 milhões. Comparando, a Unicamp obteve três Cepids. Então, quer dizer com isso que não é  
19 por conta do que aconteceu com a USP que a Unicamp deve economizar de forma extremada.  
20 Acha que é necessário ponderar todas as questões. É óbvio que é bom serem prudentes, mas é  
21 preciso pensar qual investimento estão fazendo hoje para a Unicamp daqui a 20 anos. Então,  
22 como todos sabem, há enredos, principalmente em processos eleitorais; é preciso pensar com  
23 muita calma. Considera justas as colocações de que é preciso acompanhar o Orçamento, mas  
24 a Universidade possui gargalos bem graves que ainda não foram reparados. As contratações  
25 docentes que estão sendo feitas minimamente atingem o necessário. A questão da equiparação  
26 salarial dos funcionários era desrespeitosa, não considerando apenas a USP, mas também a  
27 Unesp. Então, quer dizer com isso que precisam viver conforme o Orçamento, mas é preciso  
28 pensar em que momento devem, de fato, fazer um esforço de investimento para não sofrer  
29 problemas muito mais graves que econômicos daqui algum tempo, daqui uma década, por  
30 exemplo. A Reitoria conversa muito com a USP e com a Unesp; neste último ano, pode dizer  
31 que pelo menos quinzenalmente se falam. O pró-reitor de pesquisa que assumiu recentemente,  
32 professor José Eduardo Krieger, lhe disse: “em seis meses vamos estar em uma situação muito  
33 melhor”. E é óbvio que vão estar, é possível perceber. Então, é preciso serem cuidadosos,  
34 restritivos, não jogar dinheiro público fora, ninguém pode fazer isso, obviamente, mas devem  
35 pensar também qual é o grau de investimento que precisam fazer para que a Universidade seja  
36 cada vez mais operante e exitosa. O Conselheiro MARIO JOSÉ ABDALLA SAAD diz que a  
37 resposta da professora Teresa o tranquilizou. Acredita que a COP está bem dirigida, e pode  
38 contar com seu apoio para o que for necessário. Confia na seriedade da professora, em sua  
39 competência, e ficou muito tranquilo com sua resposta. O MAGNÍFICO REITOR irá  
40 adicionar algumas considerações importantes. Frequentou este Conselho durante metade de

1 sua vida na Unicamp, e durante todos esses anos a questão do Orçamento sempre foi um  
2 ponto de grande atenção. Este Consu sempre representou um fórum que tenta antecipar as  
3 questões, em especial depois do processo de autonomia, em 1989, em relação ao equilíbrio  
4 dos gastos da Universidade. Passaram por algumas dificuldades muito sérias, boa parte delas  
5 resolvidas pela SPPrev. Durante muitos anos tiveram a preocupação do crescimento da folha  
6 de aposentados, com a Universidade bancando na íntegra as aposentadorias. No momento da  
7 autonomia a Unicamp comprometia 2,5% do Orçamento com folha, chegou a comprometer  
8 26%. Essa questão foi resolvida de maneira bastante satisfatória pela SPPrev, com a criação  
9 do fundo público de previdência complementar. Passaram por crises econômicas muito  
10 complicadas e o Conselho sempre soube, junto com a Reitoria, lidar com as questões com  
11 muita tranquilidade em todas essas ocasiões, sempre promovendo as necessidades sem  
12 comprometer nunca o funcionamento da Universidade. Ouviu uma frase em uma conferência  
13 do economista Mário Simonsen que se verifica plenamente: “os economistas são muito bons,  
14 das últimas quatro crises econômicas que nós tivemos, eles previram todas as 12.” Ou seja,  
15 trabalhar com o futuro é sempre algo complicado. Nos jornais de hoje, foi veiculado que o  
16 Brasil foi rebaixado na avaliação de bons lugares para se fazer investimento; isso já gera uma  
17 expectativa de que a crise econômica pode se acentuar. Já viu análises econômicas prevendo  
18 que a Copa irá produzir grande impacto positivo sobre a arrecadação de ICMS, assim como  
19 análises dizendo exatamente o contrário, que a Copa terá um impacto negativo sobre a  
20 arrecadação. Cada um acredita no que melhor lhe convier. E quando se analisa a série  
21 histórica, desde o processo de autonomia – com exceção de um ano, e por muito pouco –, não  
22 encontram nenhum ano em que o Orçamento tenha sido menor em termos reais do que o do  
23 ano anterior. Mesmo assim, alguém pode achar que 2014 será exatamente o ano em que será  
24 menor. Diante disso, talvez a única frase um pouco mais tranquilizadora que pode dizer agora  
25 é que durante todos esses anos participando da gestão da Universidade, vai ser muito difícil  
26 alguém dizer que em algum momento ele tenha sido irresponsável com a questão  
27 orçamentária. Acha importantíssimo acompanhar a questão e ouvir as opiniões. A Aeplan  
28 acompanha a arrecadação mês a mês, por isso sabem exatamente como as coisas estão  
29 evoluindo. Ou seja, será possível saber em junho ou julho se tinha razão quem disse que a  
30 Copa impactaria positivamente ou negativamente o ICMS. A única questão que parece certa é  
31 que como haverá eleição o impacto será positivo, pois em ano de eleição tem ocorrido dessa  
32 forma. Não há unanimidade, mas maior concordância com relação a esse fato. A série  
33 histórica também demonstra que o comprometimento em janeiro e fevereiro sempre é o maior  
34 do ano, e que em bons anos a Unicamp fecha com o comprometimento em dezembro com  
35 aproximadamente 10% a menos do que abriu em janeiro e fevereiro; em anos ruins, menos;  
36 em anos excepcionais, talvez até mais do que isso. Então, podem trabalhar com esses números  
37 e, como disse a professora Teresa, esse acompanhamento é quase diário. Considera bastante  
38 importante o Conselho colocar atenção na questão orçamentária. Ao observar a tabela  
39 distribuída pela Aeplan, constante às folhas 156 da pauta, se verifica três colunas importantes.  
40 Na coluna A, consta o que será arrecadado mês a mês de acordo com a proposta que gerou os

1 números da Proposta Orçamentária; na coluna B, consta a previsão da Secretaria da Fazenda  
2 do Governo do Estado do que será arrecadado. Nesse ponto, chama a atenção dos  
3 conselheiros para observarem essas duas colunas. A previsão da Secretaria da Fazenda é  
4 sempre maior do que os números que geraram o Orçamento da Unicamp. Depois, na coluna  
5 C, consta o que foi efetivamente arrecadado e, salvo raríssimas exceções, o valor se situa  
6 entre as duas colunas anteriores. E essa é uma boa maneira de trabalhar com Orçamento,  
7 porque há razões e argumentos que sinalizam por que a arrecadação está maior ou menor.  
8 Tomando como referência o que gerou o Orçamento, a arrecadação está maior, e tomando  
9 como referência a previsão da Secretaria da Fazenda, ela está menor, ou seja, neste momento  
10 a arrecadação real é menor do que previa a Secretaria da Fazenda, mas é maior do que aquele  
11 número colocado pela Unicamp para elaborar a proposta orçamentária de 2014. Acha que esse  
12 exercício é importante, e concorda com o apelo do professor Mario, porque é papel do  
13 Conselho analisar essas questões. E, assim sendo, certamente os cuidados serão devidamente  
14 tomados. Então, se perceberem que haverá uma dificuldade maior, certamente será necessário  
15 fazer contenção. Uma última observação diz respeito à questão da USP. A professora Gláucia  
16 citou os investimentos daquela universidade em várias áreas, e talvez o mais expressivo deles  
17 tenha sido em informática, em computação, acredita que foi da ordem de R\$300 milhões; foi  
18 uma aposta da USP. Não acredita que os membros do Conselho Universitário da USP não  
19 tenham percebido os gastos. Eles aceitaram a justificativa de que eles seriam importantes para  
20 colocar a USP em um lugar de mais destaque do que ela já tem. E mudança de gestão sempre  
21 traz mudança de visão, de conceito, então é natural que haja uma reorganização como está  
22 ocorrendo lá. Acha que é preocupante, e se há problemas com a USP devem olhar para o que  
23 está acontecendo e o que já aconteceu lá, como a questão evolui, e compararem com a  
24 Unicamp. Mas acha que a comparação com quaisquer das duas outras universidades estaduais  
25 paulistas é complicada. O Conselheiro JOSÉ CLAUDIO GEROMEL diz que essa discussão é  
26 importante e oportuna. Mencionou há pouco a frase do economista Pedro Malan “no Brasil,  
27 até o passado é incerto”, a qual complementaria com “imagine o futuro”. Encontram-se diante  
28 de uma época meio preocupante. Para lidar com incertezas é preciso ter em mente que o  
29 tempo joga contra, o futuro aumenta a incerteza, portanto, é preciso intervir sobre o processo  
30 cada vez mais rapidamente. Acha que é nesse sentido que o fato de a COP trazer as  
31 informações de maneira mais amíúde é importante. Possui uma hipótese sobre a USP, acha  
32 que ela desejou que a economia se expandisse, mas esta se expandiu muito menos do que a  
33 USP podia prever. Agora ela está com um comprometimento de praticamente 100% do seu  
34 Orçamento com pessoal. Oxalá essa visão aqui, otimista, de fato se concretize, o que depende  
35 também de que a economia se desenvolva este ano de maneira bastante boa e dentro de um  
36 patamar mais expressivo do que ocorreu no ano passado. Esse rebaixamento da nota do Brasil  
37 não vai nesse sentido; era essa a sua preocupação, para concordar com tudo aquilo que foi dito  
38 aqui em relação ao assunto. O Conselheiro ALVARO PENTEADO CRÓSTA fará um breve  
39 comentário em relação a essas contradições da economia. Em um dia em que a nota do Brasil  
40 foi rebaixada pelas agências de *rating*, como citado aqui, o que se espera não é uma

1 catástrofe, mas um tremor econômico. E o que aconteceu hoje, conforme as notícias  
2 veiculadas, e deixou perplexos os analistas, é que a bolsa subiu e o dólar caiu. Mas, de  
3 qualquer forma, acha que as ferramentas que possuem na Unicamp, que são a revisão  
4 periódica do Orçamento, análise cuidadosa da COP etc., permitem fazer os  
5 acompanhamentos, ao contrário da comunidade da USP, que não tem ciência da evolução do  
6 comprometimento de seu Orçamento. Quem tem colegas na USP podem verificar que lá  
7 orçamento não é uma questão que circula no dia a dia das pessoas; não existe informe Aeplan  
8 enviado por *e-mail* periodicamente, divulgado amplamente, como é aqui. Então, acha que  
9 cresceram aqui com ferramentas que permitem fazer esse acompanhamento cuidadoso e esse  
10 planejamento e os ajustes necessários, conforme a economia evolui. Não havendo outras  
11 observações, o MAGNÍFICO REITOR submete a matéria à votação, sendo aprovada por  
12 unanimidade. Em seguida, passa ao item 26 – Proc. nº 01-P-27818/13 –, recurso ao Consu  
13 interposto por Rodrigo Ruy Lovato, RA 147865, do IFCH, em face da decisão da CCG  
14 contrária à solicitação de reconsideração de matrícula, com parecer Cepe contrário ao recurso.  
15 Destaque solicitado pelo acadêmico Icaro. A Conselheira DIANA NASCIMENTO MORAES  
16 NOVAES diz que irá explicar a situação do aluno. Ele estava no primeiro ano de graduação  
17 do curso de História, com um rendimento muito bom. Sua justificativa apresentada nos  
18 recursos a outras instâncias é que ele tinha interesse de fazer intercâmbio. Mas atualmente,  
19 para a área de Humanas e para o seu curso, existe uma dificuldade muito grande em conseguir  
20 um intercâmbio através da Universidade. E o aluno conseguiu um intercâmbio por outros  
21 meios, para a Alemanha, e entrou com uma solicitação de trancamento de matrícula, o que ele  
22 não poderia conseguir por estar no primeiro ano; mas entrou com pedido para trancar por dois  
23 semestres e assim que ele voltasse do intercâmbio retornaria à Universidade. O aluno possui  
24 um bom desempenho acadêmico e está buscando outras possibilidades para a sua formação,  
25 só que o intercâmbio que ele conseguiu foi para um período em que ele não conseguiria  
26 trancar aqui. Então, é uma questão muito simples, acha até que o recurso poderia ter sido  
27 aceito em outras instâncias. Então, a proposta é que votem contrariamente ao parecer da Cepe  
28 e aceitem o recurso para que o aluno possa fazer o trancamento retroativo, porque ele vai  
29 retornar agora do intercâmbio, e possa fazer sua matrícula e continuar sua graduação. Se  
30 mantiverem esse desligamento, não tem como a vaga ser ocupada. Esse aluno vai ter de  
31 prestar vestibular novamente e vai acabar ocupando a mesma vaga em que ele já estaria se a  
32 Universidade simplesmente aceitasse o trancamento. O Conselheiro LUIS ALBERTO  
33 MAGNA diz que o caso, de fato, é bastante simples, como apresenta a representante discente,  
34 só que os fatos apresentados não retratam exatamente o que ocorreu. Trata-se de um aluno  
35 que durante o seu terceiro ano no ensino médio se inscreveu para um intercâmbio na  
36 Alemanha; o tempo passou e chegou a época do vestibular. Ele prestou o vestibular na  
37 Unicamp, passou e começou a cursar o primeiro semestre de História, e então, quase um ano  
38 depois pelo calendário alemão, ele foi chamado para fazer não um intercâmbio que se faz  
39 hoje, por exemplo, no programa Ciência sem Fronteiras, mas o intercâmbio do ensino médio.  
40 Então, ele não foi à Alemanha para participar de intercâmbio vinculado ao seu curso de

1 História na Unicamp; esse é o fato que deve ser considerado. O caso é bem simples pelo  
2 seguinte: hoje foram destacados alguns itens da pauta, entre eles o 4 e 5, por coincidência,  
3 propostas do IFCH, e que não foram votados quanto ao seu mérito. Isso porque todo pedido  
4 envolve três elementos essenciais, a saber. O primeiro é legitimidade, ou seja, quem pede tem  
5 de ser detentor do direito de pedir e, no caso dos itens 4 e 5, o IFCH era, de fato, legítimo  
6 para, através da sua congregação, solicitar a outorga do título de Professor Emérito nas  
7 propostas encaminhadas. E não podia fazê-lo sozinho, então surge o chamado interesse, que é  
8 o segundo elemento. O interesse é a necessidade de recorrer a uma instância superior que  
9 possua competência para decidir. Mas, para que isso ocorra, e foi aqui que a pretensão do  
10 IFCH esbarrou, é necessário que haja possibilidade jurídica do pedido. Esses são os elementos  
11 que compõem uma ação judicial, o que não difere muito do encaminhamento de solicitações  
12 na esfera administrativa. São cumulativos, isto é, quem pede precisa ter legitimidade, que o  
13 aluno tem, e quem pede tem de ter interesse, que o aluno também possui. No entanto, da  
14 mesma forma como ocorreu nos itens citados, não existe possibilidade jurídica do pedido pela  
15 mesma razão. O Regimento veda expressamente que professor aposentado que não tenha se  
16 aposentado no cargo de titular possa ser indicado para outorga de título de Professor Emérito.  
17 Da mesma forma, no Artigo 47 do Regimento Geral de Graduação, no seu § 6º, consta: “É  
18 vedado ao aluno o trancamento de matrícula em qualquer um dos dois primeiros períodos  
19 letivos regulares contados a partir do seu último ingresso na Unicamp.” Portanto, o caso é  
20 exatamente igual ao dos itens 4 e 5. Este Conselho negou o pedido do IFCH da mesma forma,  
21 pelo mesmo fundamento jurídico, e é obrigado, no seu entendimento, a negar o provimento do  
22 recurso, porque não há possibilidade jurídica de ser atendido. Ao contrário, o Regimento  
23 Geral veda esse tipo de solicitação. O que significa que, na falta de um desses elementos,  
24 ocorre o que se chama de carência da ação ou carência do pedido. Isto é, não é possível de ser  
25 atendido, sequer de ser avaliado quanto ao seu mérito. Na qualidade de presidente da CCG,  
26 tem a responsabilidade de cuidar para que o colegiado seja devidamente instruído para a  
27 emissão das suas deliberações. Uma vez havendo a subida do recurso ao Conselho,  
28 evidentemente, ao contrário da CCG, que preside, aqui tem direito a voto. Está dizendo isso  
29 porque muitas vezes existem algumas interpretações equivocadas em relação à sua postura, e  
30 isso, de fato, não constitui incoerência. Então, por causa da impossibilidade jurídica de ser  
31 atendido, por menção expressa no Regimento Geral de Graduação, informa que seu voto  
32 pessoal e, portanto, o encaminhamento dessa questão é pelo improvimento do recurso. Se o  
33 Conselho Universitário entender que ocorreu alguma excepcionalidade – e essa é uma  
34 deficiência muito grave do Regimento de Graduação, porque as exceções, como não  
35 são estabelecidas em rol, e todas as exceções devem ser estabelecidas em rol  
36 taxativo para que não fiquem ao livre-arbítrio –, o que acontecerá é que na prática o Conselho  
37 estará negando vigência ao § 6º do Artigo 47. De qualquer maneira, o Conselho Universitário  
38 é soberano para se manifestar, ao contrário do Poder Judiciário, na esfera administrativa é  
39 possível que as decisões contrariem. Muito embora isso não seja desejável, porque um dos  
40 princípios basilares da administração pública é exatamente o princípio da legalidade. De

1 qualquer maneira, se houver provimento ao recurso, abre-se o precedente. E fazer estágio de  
2 ensino médio no exterior em um período em que é vedado o trancamento de matrícula na  
3 Unicamp abriria o precedente de que qualquer outro aluno em situação semelhante tenha  
4 interesse pessoal em qualquer outro estágio, nas mesmas condições, em qualquer outro lugar.  
5 Porque a importância do que está sendo desenvolvido no exterior por esse aluno  
6 evidentemente não cabe discutir, para o aluno deve ter sido importante, tanto é que ele  
7 assumiu o risco de se evadir da sua responsabilidade de aluno do curso de graduação para  
8 atender o estágio que havia sido pedido anteriormente, quando ele ainda cursava o ensino  
9 médio. Portanto, se assumiu o risco e tomou uma decisão contrária às normas vigentes, ele  
10 acabou sendo apenado pelas suas próprias razões. O Conselheiro ADALBERTO BONO  
11 MAURIZIO SACCHI BASSI diz que concorda inteiramente com as palavras do professor  
12 Magna. Não havendo outras manifestações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação o  
13 parecer Cepe que foi contrário ao recurso, sendo aprovado com 5 votos contrários e 3  
14 abstenções. Portanto, está negado o recurso. Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a  
15 Sessão e, para constar, eu, Lêda Santos Ramos Fernandes, Secretária Geral, lavrei a presente  
16 Ata e solicitei a Aline Marques que a digitasse para ser submetida à aprovação do Conselho  
17 Universitário. Campinas, 25 de março de 2014.

***NOTA DA SG:*** A presente Ata foi aprovada na 137ª **SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**, realizada em 27 de maio de 2014, com a seguinte alteração:  
- fls. 105, linhas 21, onde constou: "...mostrou nossa dificuldade...", constar: "...mostraram nossa dificuldade...".